

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**RAFAEL PROSDOCIMI BACELAR**

**“NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO”: A EXPERIÊNCIA DE  
JOVENS EM TERRITÓRIO DE CONFLITO SOCIOAMBIENTAL**

RIO DE JANEIRO

2014

Rafael Prosdocimi Bacelar

“NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO”: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Lucia Rabello de Castro

Rio de Janeiro

2014

Rafael Prosdocimi Bacelar

“NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO”: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia.

---

Professora Doutora Lucia Rabello de Castro (Orientadora)  
Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professor Doutor Henri Acselrad  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Maria Inês Gasparetto Higuchi  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

---

Professora Doutora Monica Botelho Alvim  
Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Vanessa Andrade de Barros  
Departamento de Psicologia - Universidade Federal de Minas Gerais

Ata da Reunião da Banca Examinadora do aluno **Rafael Prosdocimi Bacelar**, candidato ao grau de **DOUTOR EM PSICOLOGIA**.

Aos vinte e cinco dias de fevereiro de dois mil e quatorze, às quatorze horas no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós-Graduação no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a tese de doutorado, do aluno Rafael Prosdocimi Bacelar registro nº 110011452. Fizeram parte da Banca os professores Doutores: **Lucia Rabello de Castro, Mônica Botelho Alvim, Vanessa Andrade de Barros, Maria Inês Gasparetto Higuchi, Henri Acselrad, Hebe Signorini Gonçalves (suplente) e Luciana Gageiro Coutinho (suplente)** cujos CPF's são respectivamente 385.030.857-04, 691.146.687-34, 255.481.586-00, 357.706.279-72, 699.817.957-04, 437.166.527-68 e 013.063.797-17 A professora Lucia Rabello de Castro na qualidade de orientadora e presidente da banca abriu os trabalhos concedendo ao aluno tempo para a exposição oral de sua tese intitulada **"NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental"**. Dando prosseguimento o aluno foi argüido pelos professores examinadores. Ato contínuo passou a Banca a proceder à avaliação e julgamento da tese apresentada pelo aluno, concluindo pela...aprovação. O aluno foi declarado, apto a receber o grau de **DOUTOR EM PSICOLOGIA** cabendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro, providenciar a documentação necessária. Nada mais a declarar, eu Ana Cristina Brasil Arcos, lavrei e assinei a presente ata. Rio de Janeiro, vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quatorze sendo seguida da assinatura dos membros da banca e do aluno.

- Lucia Rabello de Castro

- Mônica Botelho Alvim

- Vanessa Andrade de Barros

- Hebe Signorini Gonçalves

- Henri Acselrad

Aluno: Rafael Prosdocimi Bacelar

Secretária: Georgette

Dedico esta tese para a Rita,  
Experiência maior de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é o resultado de um esforço de compreensão e análise que contou com a ajuda de muitas pessoas, em diferentes situações. Gostaria de agradecer a todos e a todas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, aos jovens que resolveram me contar suas experiências, medos e desejos. Muito obrigado aos rapazes e moças de Conceição, Itapanhoacanga, São José do Jassém, São Sebastião do Bom Sucesso e demais localidades do MatoDentro.

Aos atingidos pelo projeto *Minas-Rio*, obrigado pela acolhida e pela confiança que depositaram em mim: Mauro Lúcio, Laerte, Lucio Pimenta, Estanislau Saldanha, Irineu Saldanha, Flávia Lilian, Patrícia Generoso, “seu” Zé Pepino, Carlos Eduardo. Queria deixar um agradecimento especial ao Junior, sempre disponível e atencioso a tudo o que precisei durante a pesquisa; e ao “seu” Antônio Pimenta, figura que me contou tantas coisas bonitas quando estive em sua casa. Foi uma honra conhecer todos vocês.

Aos companheiros que em diferentes âmbitos lutam pela defesa dos direitos sociais e ambientais na região do *MatoDentro*. Agradeço aos promotores, procuradores e funcionários do Ministério Público, em diferentes instâncias: Marcelo Mata Machado, Francisco Generoso, Paulo César de Lima, Silmara Goulart, Henrique Moreira, Ivana di Battisti, Soraia Leão. Um abraço afetuoso para o Luiz Tarcizio, sociólogo do MP, sujeito de raro fôlego e extrema sensibilidade com quem aprendi muito nas reuniões da REASA. Agradeço a atenção das pesquisadoras com as quais debati em diferentes momentos a situação no MatoDentro: Ana Flávia Santos, Luciana Ferreira e Clarissa Prates do GESTA da UFMG; Denise Pereira e Raquel Wildhagen do LABCEN (PUC-MG). Agradeço também à Luzia Becker, ao Gustavo Gazzinelli e ao Mozart Fazito.

Quando cheguei à Conceição do Mato Dentro, em abril de 2012, encontrei na cidade uma pessoa que me ajudou em todos os momentos, queria registrar um agradecimento especial para a Juliana. Outras pessoas foram importantes na minha vida em *Conceição*: Branca (da pousada de dona Dalva), Cadu, Sandro, Balbina e Jônatas. Na Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, agradeço a todos os professores e funcionários na figura da vice-diretora Dalila e do diretor Alessandro. Da mesma forma, na Escola Estadual São Joaquim, agradeço a todos os professores e funcionários representados pela diretora Keli e pelos vice-diretores Marcelo, José Miguel e Selma. Queria agradecer muito à família que me recebeu durante a minha estadia em Conceição: Fátima, Zé Geraldo, seus dois filhos, Yuri e Sophia, e ao Jair.

Obrigado a todos na cidade e na região pelo respeito e pela abertura ao meu trabalho, o que permitiu que esta pesquisa fosse realizada.

Durante a permanência em Itapanhoacanga foram muitos aqueles que foram decisivos para os rumos da pesquisa. Agradeço com carinho aos seguintes moradores, jovens e adultos: Breno, Camila, Reginaldo, Jonathan, Josiane, Lorraine, Sávio, Iraci, Dé, Tibé, Bil, Éder e dona Ladica. Agradeço também às professoras e funcionárias da Escola Estadual José Daniel Utsch: Lícia, Toninha, Martinha, Nídia, Silvana, Beth, Termudes, Sidnéia, Paola, Andréia, Vânia, Ivanete, Darkinha, Vavá, dona Maria do Carmo e ao João.

Agradeço aos amigos que fiz durante o doutorado sanduíche na Índia, aos estudantes e professores de Sambalpur, Calcutá, Nova Déli e Lucknow. Um agradecimento especial ao professor Deepak Behera, à Rashmi Pramanik e ao Minaketan Bag por todo o suporte durante minha permanência em Sambalpur. Queria registrar minha dívida para com os pesquisadores indianos do campo socioambiental que me fizeram refletir sobre as similaridades e diferenças entre as situações de nossos países: Amita Baviskar, Balgovind Baboo, Soumendra Pátnaik, Bishnu Bárik e Priya Sangameswaran.

Aos amigos e amigas do NIPIAC de hoje e de sempre: Amana, Bia, Conceição, Felipe (Sal), Suzana, Luana, Marina, Camila, Vinícius, Felipe Grisolia, Juliana, Isa, Alexandre, Renata e Sônia, muito obrigado pela união no tempo da pesquisa e pela alegria gratuita da convivência. Um abraço especial para a Conceição e para a Bia, companheiras nessa jornada do doutorado.

Agradeço à Julia Mesquita pelo infinito dessa amizade e pela ajuda preciosa neste trabalho. Ao Alisson por me fazer pensar de outra maneira sobre o *Minas-Rio*. Ao Otacílio, companheiro de longas conversas, irmão que também me ajudou tanto nesta tese. Ao Bruno Brandão, amigo que tanto me incentivou e que se faz sempre tão próximo, embora se encontre do outro lado do mundo. Agradeço ao Frederico Costa, companheiro de luta nos percursos da psicologia social e do doutorado. Ao meu tio Julio, pelo entusiasmo e confiança. Ao Chico agradeço pelo convívio e pela oferta de pouso no Rio de Janeiro. Às amigx Elisa, Livia, Letícia, Cássia, Julia Dorigo, Fred Coutinho, pela alegria compartilhada. Agradeço à Gabriela, pelo início dessa jornada. Agradeço a todos os amigos e amigas do “doró” pela paciência e me desculpo pela ausência. À Ana Pimenta, agradeço pela ajuda precisa com a Serra do Espinhaço. Um grande abraço para o Alfredo, pessoa muita querida, fotógrafo sensível para quem foi uma alegria imensa poder apresentar o *MatoDentro*.

Agradeço aos professores de psicologia social que em diferentes momentos mostraram a importância desse caminho: À Cláudia Mayorga, por me colocar no rumo da psicologia social; ao Marco Aurélio Prado, agradeço pela presença ao longo do tempo e pelos ensinamentos preciosos em diferentes campos; ao Cornelis van Stralen por

mostrar a beleza de uma pesquisa socialmente relevante; à Maria Luísa Nogueira, pela escuta e extrema sensibilidade em um momento de incerteza e dúvida. Ao Francisco Portugal, agradeço pelo aprendizado nas disciplinas e pelo convívio nos corredores da pós-graduação da UFRJ.

Agradeço à Maria Inês Higuchi por ter aceitado fazer parte de minha banca, pelos questionamentos precisos sobre este trabalho e pelo rigor na avaliação do mesmo. À professora Monica Alvim, muito obrigado pela atenção e cuidado na apreciação do trabalho e também pelos apontamentos feitos com respeito e extremo zelo. Agradeço imensamente ao professor Henri Acselrad pela presença e pelas contribuições na avaliação da tese, o seu pensamento/trabalho foi fundamental na concepção e realização desta pesquisa. À professora Vanessa, pela leitura tão sensível da tese. Agradeço também pelo que aprendi com você e queria dizer que foi uma honra te escutar falando sobre este trabalho.

Agradeço a toda minha família: sobrinhos, tios, primos e avós, sobretudo, aos meus irmãos, obrigado pelo amor de vocês e peço desculpas pela ausência e um reconhecido mau humor na reta final do doutorado.

À minha mãe agradeço pelo amor e pelo apoio, ambos da ordem do infinito. Ao George Wilson agradeço pela lembrança cotidiana na separação das notícias sobre “*Conceição*”, mas principalmente pelo trabalho na revisão da escrita desta tese, os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Ao meu pai, agradeço pelo pedido carinhoso por “duas” teses. Espero tê-las feito, nesta.

Agradeço à Ana Arcos e ao Giancarlo Mauro, da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, pela disponibilidade na condução dos trâmites institucionais da Pós-Graduação, obrigado pela seriedade em todos esses anos de pós-graduação.

À minha orientadora, Lucia Rabello de Castro, sou imensamente grato por tanta coisa. Por você me trazer subjetivamente de volta para a psicologia quando por tanto tempo me senti um cientista social. Também agradeço pela leitura interessada e pelo apoio em todos os momentos desta pesquisa, obrigado por você ter me ajudado a dar um rumo objetivo às inquietações que me tomavam desde o momento em que cheguei ao Rio.

Agradeço à Rita, pelo amor, sensibilidade e principalmente pela paciência perene durante a realização da tese mesmo nos meus dias (meses seria mais honesto) difíceis.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado que me permitiu dedicar integralmente à pesquisa e também pela concessão da bolsa para o doutorado sanduíche. Espero que o trabalho possa contribuir para o fortalecimento de um país justo e mais igualitário.

## RESUMO

BACELAR, Rafael Prosdocimi. NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta tese de doutorado discute os modos de subjetivação de jovens que vivem em um cenário de conflito socioambiental causado pela instalação de um grande projeto extrativista. Por meio de pesquisa empírica, investiguei como jovens moradores de uma região do interior de Minas Gerais sentem, refletem e se posicionam em relação à transformação das condições socioambientais em seu território de vida. Entendo a subjetivação pela referência a dois conceitos: a experiência como encontro e choque do sujeito com as coisas do mundo sensível; e a narrativa, enquanto momento de figuração e interpretação dessas experiências. O projeto *Minas-Rio* consiste na extração de minério de ferro na Serra da Ferrugem, município de Conceição do Mato Dentro (CMD), interior de Minas Gerais. A construção da infraestrutura para a extração em grande escala desse mineral se iniciou em 2009 e desde então vem gerando problemas sociais e ambientais na região. O trabalho de campo desta tese foi realizado entre os meses de abril e novembro de 2012. Baseado na perspectiva etnográfica, utilizei diferentes recursos metodológicos como observação, entrevista e roda de conversa, para entender a experiência e as narrativas dos jovens do MatoDentro. A instalação do empreendimento *Minas-Rio* gerou situações de conflito em diversos âmbitos, tais como: meio ambiente, cultura, sexualidade, família, trabalho, economia. Nas comunidades rurais próximas à mina, a poluição e degradação de rios, o fechamento de estradas, o barulho e a poeira geram medo e angústia na população local. Embora os moradores do MatoDentro se queixem do projeto, o mesmo consegue apoio de grande parte da população com o aumento de renda e emprego na região, além da promessa de melhorias na saúde e educação. Tais aspectos fundamentam a expectativa de desenvolvimento, discurso fundamental para entender o contexto local. As mudanças no lugar são marcadas por contradições que se revelam também nos efeitos subjetivos. Dessa forma, há diferentes modos de viver este processo. Os jovens sentem as mudanças e se subjetivam oscilando entre posições mais “otimistas”, ancoradas na perspectiva do desenvolvimento, e entre modos de subjetivação marcados pela angústia e tristeza, efeito da soma dos danos socioambientais no presente com a extrema preocupação em relação ao destino do MatoDentro.

## ABSTRACT

BACELAR, Rafael Prosdocimi. NEM SÓ DE MINERAÇÃO VIVE O MATODENTRO: a experiência de jovens em território de conflito socioambiental. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This thesis discusses the modes of subjectivization of young people living in a scenario of social environmental conflict caused by the installation of a large mining project. Through empirical research, I investigated how young people from a region of Minas Gerais feel, reflect and position themselves in relation to a complex process of changing environmental conditions in its territory. The subjectivization is understood by reference to two concepts: experience, the encounter of the subject with the things of the sensible world, and narrative, the moment of interpretation of these experiences. The *Minas-Rio* project consists in the extraction of iron ore in Serra da Ferrugem, a rural community in Conceição do MatoDentro (CMD), in Minas Gerais, Brazil. The construction of a large-scale infrastructure of this project started in 2009 and since then has been generating social and environmental problems in the region. The fieldwork for this thesis was conducted between April and November 2012. Based on ethnographic perspective I used different methodological tools such as observation, interviews and conversation to understand the experience of youth from MatoDentro. The installation of the *Minas-Rio* project has generated conflict situations in many aspects of the life in the region, such as: culture, sexuality, family, work and economy. In rural communities near the mine, pollution and degradation of rivers, closing roads, noise and dust generated sadness and anxiety in the local population. While residents complain against the *Minas-Rio* project, it gains support of the population by offering employment and income growth in the region. These aspects fill the expectation of development, fundamental framework to understand the local context. The social, economic and cultural changes are marked by contradictions that also have a subjective side. Thus, there are different ways of living this process and young people from MatoDentro oscillates between a "optimistic" position, anchored on the prospect of development and modes of subjectivity marked by anguish and sadness, effect of junction of environmental damage in the present and worry about the future of MatoDentro.

## LISTA DE SIGLAS

AMORITA	Associação dos Moradores de Itapanhoacanga
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CMD	Conceição Do Mato Dentro
COPAM	Conselho de Política Ambiental
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento de Atingido por Barragens
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
REASA	Rede de Acompanhamento Socioambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RSBE	Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
SAT	Sociedade dos Amigos do Tabuleiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDIEXTRA	Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente
URC	Unidade Regional Colegiada

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
---------------------------	-----------

<b>CAPÍTULO 1</b> <b>EXPERIÊNCIA, CONFLITO E JUVENTUDE: A CONSTRUÇÃO</b> <b>DE UMA PESQUISA</b> .....	<b>26</b>
---	-----------

1.1	Introdução .....	<b>26</b>
1.2	Do <i>entre-lugar</i> da pesquisa: a “roça” e a cidade .....	<b>31</b>
1.3	Por que falar de jovens em situações de conflito socioambiental? .....	<b>36</b>
1.4	Os modos de subjetivação e a crítica ao “fetichismo” .....	<b>43</b>

<b>CAPÍTULO 2</b> <b>A NOVA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO NO MATODENTRO</b> .....	<b>50</b>
--	-----------

2.1	Uma breve apresentação do MatoDentro.....	<b>50</b>
2.2	O projeto <i>Minas-Rio</i> .....	<b>61</b>
2.2.1	Entre relatórios e audiências: o licenciamento Ambiental .....	<b>64</b>
2.3	A narrativa e a realidade social .....	<b>71</b>
2.4	Em defesa das “águas” ou dos “pais de família”?.....	<b>78</b>
2.5	De quem é esta obra? Representação e responsabilidade .....	<b>90</b>

<b>CAPÍTULO 3</b> <b>A JORNADA PELO MATODENTRO</b> .....	<b>96</b>
---	-----------

3.1	A abordagem etnográfica: questões do campo de pesquisa.....	<b>99</b>
3.2	Escolhas metodológicas .....	<b>103</b>
3.2.1	Observação e diário de campo .....	<b>105</b>
3.2.2	Entrevistas .....	<b>111</b>
3.2.3	Rodas de conversa .....	<b>113</b>
3.2.4	Fonte documental .....	<b>117</b>
3.3	Os desvios do caminho: o real da estrada.....	<b>118</b>
3.3.1	Itapanhoacanga .....	<b>124</b>
3.3.2	Outros lugares do MatoDentro .....	<b>127</b>

<b>CAPÍTULO 4</b>		
<b>O PROJETO <i>MINAS-RIO</i>: EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO, EXPERIÊNCIA DE CONFLITOS-</b>		<b>133</b>
4.1	A perspectiva do conflito socioambiental: a politização do meio ambiente-	<b>136</b>
4.1.1	O conflito entre modos distintos de viver o território-	<b>144</b>
4.1.2	Produção de minério, produção de sujeitos: a alma do negócio -	<b>148</b>
4.2	Desenvolvimento: outro nome do <i>Minas-Rio</i> ?	<b>157</b>
4.3	A dinâmica do enfrentamento político no MatoDentro -	<b>169</b>
4.4	Sensibilidade e sofrimento: a experiência dos atingidos -	<b>175</b>
<b>CAPÍTULO 5</b>		
<b>EXPERIÊNCIA E NARRATIVA: OS JOVENS FALAM</b>		<b>185</b>
5.1	A experiência e as “ <i>máquinas que escavam buracos no chão</i> ”-	<b>192</b>
5.2.	Homens estranhos, rios sujos e empregos: os jovens falam sobre o projeto <i>Minas-Rio</i> -	<b>195</b>
5.3	A vida no MatoDentro: contradições da experiência e o limite da narrativa -	<b>212</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>		<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>		<b>237</b>
<b>ANEXOS</b>		<b>252</b>
ANEXO A	Ata de aprovação da Licença Prévia do Minas-Rio -	<b>253</b>
ANEXO B	Situações fictícias para as rodas de conversa -	<b>263</b>
ANEXO C	Cartaz da audiência pública do dia 17 de abril de 2012-	<b>267</b>
ANEXO D	Ata de uma reunião da REASA -	<b>268</b>
ANEXO E	Nota do Movimento pelas Serras e Águas de Minas Contra a concessão da LP do projeto <i>Minas-Rio</i> -	<b>275</b>
ANEXO F	Algumas notícias e reportagens veiculadas sobre o projeto <i>Minas-Rio</i> -	<b>278</b>

Cada momento contém a possibilidade de a partir dele se desenvolver toda a riqueza do conteúdo da totalidade.

(Gyorg Lukács)

Existe uma dimensão individual na vida que para mim é essencial, e acho que chega ao político de outra forma. O que eu quero não são respostas, quero perguntas. Não quero falar do paraíso. Quero falar do mundo que existe. Não quero saber como o mundo é, mas como está, recolher fragmentos do mundo que existe.

(Eduardo Coutinho)

## APRESENTAÇÃO

Com esta tese apresento<sup>1</sup> as interpretações que teci durante a realização de minha pesquisa de doutorado, a partir do entrelaçamento de leituras e reflexões críticas com as observações realizadas durante o trabalho de campo. Nesta tese reflito sobre os efeitos psicossociais do processo de instalação de um grande projeto de extração mineral em Conceição do Mato Dentro (CMD), região interiorana do estado de Minas Gerais. Discuto, em particular, as experiências e narrativas de jovens moradores dessa região que, nos últimos anos, vivem entre a promessa de desenvolvimento e a angústia com os danos socioambientais causados pela construção do empreendimento. Embora tenha focado a juventude, também analiso os modos de subjetivação da população em geral, homens, mulheres, adultos e idosos, sujeitos imersos em um complexo caldo composto tanto pelo aumento de renda e maior oferta de emprego, como por muitos problemas, expectativas e conflitos. Falo deste processo e reflito sobre a vida e os sentimentos desses outros com quem interagi tomando por base a minha própria *experiência* de pesquisa nos diferentes lugares nas imediações do local de construção da mina. As coisas que senti e vi em campo foram fundamentais em toda a realização da pesquisa, elementos que me conduziram a tomar determinado rumo e não outro, que me levaram a seguir por determinada via analítica, amarrando o texto que aqui apresento. A experiência surge como noção transversal, pois fala da teoria e do método de pesquisa, fala do sujeito pesquisador e dos sujeitos pesquisados. Na escrita desta tese busquei respeitar a posição desses outros com os quais interagi em campo, pessoas que se abriram às minhas perguntas, que me contaram suas posições pessoais mostrando universos de práticas e de sentidos, sem nada cobrar de mim. O respeito que busquei manter na escrita dessa tese, na apropriação das narrativas desses sujeitos para forjar a escrita desta tese, é uma maneira de transferir para o texto a dignidade de cada sujeito singular com sua história de vida, seus problemas e sonhos. A situação no *MatoDentro* é extremamente complexa e espero, ao longo das páginas dessa tese, trazer elucidacões a respeito do processo. Não consegui, pois acho impossível e arbitrário que isso seja feito, botar um ponto final na história que transcorre, realidade vasta e contraditória, pouco sensível às necessidades de alguns de tratar a história como coisa acabada, com

---

<sup>1</sup> Nesta tese utilizo a primeira pessoa do singular. O motivo deste uso se refere à importância que a experiência de realização do campo de pesquisa teve para a análise e para a escrita do trabalho.

início, meio e fim. Ao falar do respeito ao outro, marco também minha responsabilidade frente a esses tantos com os quais conversei, trabalho necessário e impossível, pois antes de tudo sou eu quem escreve aqui, rememorando, escolhendo, tecendo os fios a partir das linhas dessas outras vidas. Aquilo que vivi em Conceição do Mato Dentro me mostrou como o novo ciclo de mineração gera tanta angústia nas pessoas do lugar. No cenário local de mudanças profundas, com a invasão de empresas, carros e pessoas estranhas, busquei entender melhor a realidade dos habitantes do lugar, sujeitos que mediados pelas observações diárias e a “prosa” com os conhecidos, refletiam e se posicionavam sobre o processo em curso. Acredito que a psicologia social e o enfoque aqui utilizado são relevantes por permitir que a história que se vive em *Conceição* permita um melhor entendimento sobre problemas que não se encerram nos limites desse caso específico, que aludem a outros locais também imersos em ciclos de exploração e de conflitos socioambientais.

Durante sete meses permaneci em CMD realizando a pesquisa de campo de minha tese de doutorado. Orientado pela psicologia social, questionava como a situação recente de profunda mudança e de inúmeros conflitos decorridos da instalação de um grande projeto de extração de minério de ferro, encontrava palavras, sentimentos e pensamentos nos adolescentes e jovens da região. Até então, CMD era reconhecida pela tradição histórica e por suas belezas naturais. Com a nova situação, eu buscava entender qual compreensão os jovens tinham sobre as mudanças que ocorriam? O que, dentre as inúmeras cenas cotidianas, mais os marcava? Como falavam daquilo que observavam?

Se por um lado os moradores da pequena cidade reclamavam dos forasteiros, do barulho e do trânsito, por outro, havia o aumento de renda e a promessa de desenvolvimento que reverteria o tempo da migração forçada dos jovens para a cidade grande em busca de trabalho. O projeto de extração de minério de ferro, *Minas-Rio*, da companhia multinacional *Anglo American* em pouco tempo havia mudado completamente a região.

Na primeira vez que fui à cidade, em fevereiro de 2012, logo ao descer do ônibus me deparei com um grande *outdoor* que divulgava um novo empreendimento imobiliário na cidade. Na peça publicitária, via-se uma mulher jovem com os braços abertos e o semblante feliz. Acima dela, li as seguintes palavras: “*para acolher o desenvolvimento da cidade*”. Apesar da otimista recepção, não havia qualquer sinal de

euforia com os desdobramentos desse “desenvolvimento”. Desde as primeiras andanças via certo otimismo mesclado com reclamações difusas e uma preocupação profunda em com a esperada degradação social e ambiental da região. Essa aparente contradição se manifestava na maneira como os moradores falavam acerca do projeto minerário que, “*como tudo na vida, tem um lado positivo e outro negativo*”. Se o lado negativo tinha muitas faces, o lado positivo se figurava principalmente com a oferta de emprego e o aumento de renda.

Considerar o modo como os jovens vivem e refletem sobre mudanças no território tem como premissa a perspectiva de que eles são sujeitos nesse mundo social (Castro, 2001a). Embora sejam atores com menor presença no espaço público local, constantemente desqualificados pelos adultos por uma suposta incapacidade de ação e de expressão, os jovens estão presentes no cotidiano em transformação do MatoDentro: participam das reuniões sobre o projeto *Minas-Rio*, escutam, refletem, conversam entre si sobre o que está acontecendo. E apesar de pouco falarem em público, a vida dos jovens é objeto do discurso dos atores adultos no contexto local. Parte desses discursos sustenta que o progresso da região irá beneficiar principalmente os jovens pelas novas possibilidades de educação e trabalho. Por outro lado, os jovens preocupam por causa dos problemas que surgiram em decorrência da construção da mina: aumento de violência, roubos, uso de drogas e a gravidez inesperada de muitas jovens que se relacionam com os “forasteiros” que chegaram para trabalhar no empreendimento. A posição dos jovens e das jovens sobre o que lhes acontece é quase sempre desconsiderada, não apenas pela empresa e pelo poder público, mas também pelos atores mais críticos ao empreendimento, os atingidos, movimentos sociais e pesquisadores. A consideração da vida dos jovens no contexto de impactos socioambientais, neste estudo, toma a subjetividade como ponto de articulação entre experiências pessoais e determinações sócio-políticas. Os jovens não são pensados como problema social ou como vítimas de um processo, mas como atores que participam, a seu modo, dos conflitos que se desdobram no cenário local.

Já nos primeiros momentos em que estive na cidade era evidente a extensão e profundidade da presença da Anglo American, e de suas dezenas de empresas contratadas na vida e no “espírito” da cidade. No dia 13 de abril de 2012 viajei para *Conceição* com o duplo intuito: achar moradia por alguns meses e acompanhar a realização de uma audiência pública, que aconteceria dali a quatro dias. A audiência foi

realizada na associação comunitária do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, uma das comunidades mais próximas ao local de construção da mina. Na audiência, convocada pelo Ministério Público Estadual (MPE), a população iria falar sobre o que estava acontecendo em decorrência da instalação do empreendimento. Assim descrevi o momento em que cheguei ao local do encontro:

O chão é de terra e o aspecto da região é bem rural. Na frente da associação comunitária há um restaurante claramente feito para atender as demandas da mineração. Ao lado do restaurante, uma casa grande de dois andares com uma varanda bonita. A presença de inúmeras toalhas de banho e calças jeans denunciam que se trata de uma república de trabalhadores do projeto Minas-Rio, como confirmo à noite, após a audiência. Sentado, escuto um burburinho atrás de mim. Entendo apenas uma mulher dizendo a outra que é a primeira vez que ela pode falar dos problemas que enfrenta.<sup>2</sup>

Ao sair do Rio de Janeiro em direção a CMD não fazia idéia do que viria a conhecer, pouco sabia a respeito dessa cidade, além da imponência da cachoeira do Tabuleiro (a terceira maior do país) e da fama de *Conceição* como a “capital mineira do ecoturismo”. A partir da primeira semana na cidade, observando e timidamente perguntando sobre as mudanças na região, fui aos poucos construindo uma compreensão do processo. Na audiência pública, citada anteriormente, escutei agricultores e fazendeiros que moravam nas imediações do local de construção da mina<sup>3</sup>, sujeitos que vinham de *lugares* com nomes estranhos aos meus ouvidos: Gondós, São José do Jassém, Água Quente, Taporôco e Itapanhoacanga. Esses agricultores, que falavam de diferentes aspectos da construção do projeto, estavam afinados no tom de repúdio e crítica ao mesmo. Ao buscar a perspectiva dos jovens, visitando escolas ou mesmo na rotina diária, eu observava diferenças em relação à maneira como o projeto era percebido, dependendo do local de vida do sujeito pesquisado. Com os meses de inserção no território, as pessoas e as paisagens se tornavam familiares, ao mesmo tempo em que o campo de pesquisa se tornava cada vez mais complexo. Foi a diferença entre as narrativas que escutava no cotidiano urbano de CMD, e o que havia sido dito na audiência pública, o que me chamou a atenção para a diversidade de experiências entre comunidades, tempos e classes sociais.

---

<sup>2</sup> Trecho do diário de campo, referente ao dia 17 de abril de 2012, anotado no dia 19 de abril. Ao longo desta tese utilizo de forma recorrente as passagens anotadas no diário de campo. No terceiro capítulo discuto as escolhas metodológicas e apresento a organização desse instrumento de pesquisa.

<sup>3</sup> O projeto Minas-Rio está sendo construído no local conhecido como Fazenda Jardim, na Serra da Ferrugem, próximo ao distrito de São Sebastião do Bom Sucesso. O local está distante cerca de vinte quilômetros da região central de CMD.

No dia primeiro de junho de 2012 fui conhecer o que restava da comunidade da Água Santa, ou como *era* conhecida, a Mumbuca. Uma das comunidades mais próximas ao local de construção do *Minas-Rio*, a comunidade estava lentamente deixando de existir. Dizia-se que as águas dos córregos do lugar apresentavam propriedades sagradas e curativas, o que justificava o nome de Água Santa (Santos, 2008). Nesse momento eu já estava em CMD há dois meses, mas encontrava dificuldade para acessar a vida nas imediações do projeto: quanto mais próximo chegava da construção da mina, mais aumentava a desconfiança das pessoas em relação aos estranhos, não sem razão.<sup>4</sup> Foi ao conversar na cidade com Helena<sup>5</sup>, uma moradora da Água Santa, que entendi que deveria ir com urgência a essa comunidade, pois logo ela deixaria de existir. Helena vivia com sua família, seu marido e filhos, em uma casa próxima a de seus pais e irmãos. Ela me contou das dificuldades vividas pela família nos últimos dois anos por causa da construção do projeto, e também da expectativa que tinham em relação ao reassentamento. Quando nos conhecemos ela se mostrou interessada em me ajudar a conhecer a Água Santa e disse que seu marido, Josias, poderia me mostrar o que restava da comunidade.

Quando o ônibus para escuto um homem perguntando ao cobrador se havia algum Rafael dentro do ônibus, eu então desço. Josias é um sujeito baixo, magro, mas forte, de bigodes grossos. Ele me cumprimenta sem muito ânimo, atravessamos a estrada. Do outro lado ele segue e conversa com dois homens. Eu vou atrás dele e com a cabeça cumprimento esses homens. Eles conversam sobre uma situação de um conhecido deles, num bar com uma menina de treze anos. Falam rápido e baixo, eu não escuto direito. Depois, quando pergunto a Josias do que se tratava, ele desconversa. Ele anda muito rápido. Eu não acompanho seu passo e ele, então, diminui o ritmo. No caminho ele pergunta de forma mais afirmativa que eu “*Quero é ver as casas do pessoal que já saiu né?*”. Eu falo que sim, mas também queria conversar com o povo que ainda está aqui, conhecer os lugares, a região. Ele diz que vamos passar na casa de um amigo que já saiu. Saímos da estrada principal e seguimos para uma casa totalmente demolida. Tiro fotos e Josias me conta que ali costumava morar um amigo seu com a esposa. Ela morreu e ele ficou sozinho. Faz uns seis meses que ele saiu.<sup>6</sup> Ele me diz que a casa era linda. A casa parece nova, de alvenaria. Josias me mostra onde havia horta, chiqueiro, curral. Tudo está tomado pelo mato. Ele pega umas mexericas e me dá.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Como ficará mais claro ao longo deste texto, a relação da empresa com as comunidades é marcada por tensão e conflito, o que se transformou numa desconfiança generalizada dos moradores locais com relação aos “estrangeiros”.

<sup>5</sup> O nome é fictício, com o objetivo de preservar a identidade real da entrevistada. Todos os nomes mostrados nesta tese, referentes a pessoas com as quais conversei durante a pesquisa são fictícios.

<sup>6</sup> O que significa que ele foi reassentado pela Anglo American.

<sup>7</sup> Nota do diário de campo, dia 01 de junho de 2012.



Fotografia1. Fotografia de uma casa demolida na comunidade da Água Santa. Dia 1º de junho de 2012. (Fonte: Arquivo pessoal)

Naquele 1º de junho, envoltos por uma espessa neblina da manhã, caminhamos passando por casas vazias, algumas delas parcialmente demolidas. Josias me explica que a empresa derruba parte das casas para que os antigos moradores não voltem. Ao chegar ao terreno de sua casa, somos recebidos pelos seus sogros, que me oferecem café e biscoitos. Converso muito com o pai de Helena, que me conta do seu passado e me mostra a casa. Ao abrir um dos quartos estranho ao ver uma moto tomando quase todo o espaço do cômodo. Ele diz que a moto é de um neto, que não estava em casa. Mais tarde, ao caminhar para fora do terreno da família, outra imagem me impressiona:

Até àquela hora, desde o início da manhã, não consegui ver quase nenhuma paisagem devido à forte serração (neblina). Enquanto ficamos conversando na casa da família de Helena e Josias, no entanto, a serração baixou. Quando deixei a casa, por volta de dez da manhã, Josias me fala para olhar para trás. Tomo um susto quando vejo que as obras da mineradora estão do lado da casa da família. Fico surpreso e chocado com essa visão. Um som de trator nos acompanha por toda a caminhada, durante todo o dia.<sup>8</sup>

Em seguida vou à casa de vizinhos da família que também permanecem no local. Nessa casa, além de um casal moram dois dos seus onze filhos: Cristina, de vinte e

---

<sup>8</sup> Nota do diário de campo, dia 01 de junho de 2012.

poucos anos e Valter, de dezenove. Enquanto nós todos conversávamos a filha fazia o almoço. A moça não terminou os estudos, mas diz que tem vontade de voltar para a escola. O rapaz, que terminou o ensino médio, está desempregado há poucos meses. Ele conta que andou trabalhando em uma dessas “firmas” e não parece incomodado com o desemprego momentâneo. Ele mexia em sua moto no quintal. Aproximo-me e pergunto amenidades: sobre a moto, carteira de habilitação, escola, lugares que ele costuma passear na região. Durante o tempo em que permaneci naquela casa, refletia sobre a vida daquelas pessoas, principalmente daqueles dois jovens, sujeitos de meu estudo. Como será que viviam e como sentiam os acontecimentos da região? O rapaz havia largado o emprego por opção. Com o dinheiro do trabalho, comprara a moto e também um aparelho de som. A moça, por sua vez, parecia cansada da vida pesada de trabalhos domésticos e em determinado momento disse que queria voltar a estudar, talvez devido às novas oportunidades que apareceram na região...

A moto voltaria a aparecer muitas vezes durante o tempo da pesquisa. Fortemente associada ao imaginário masculino, a moto representa a possibilidade de acesso a lugares e pessoas. O cavalo, pouco usado como meio de transporte, continua requisitado nas inúmeras festas e cavalgadas da região. Se em minhas andanças a moto sempre aparecia e me convidava a refletir sobre o *fetichismo* desse objeto, em sua relação com o status simbólico, as dificuldades locais que observei nas estradas de terra e a quase inexistente oferta de transporte público, alertavam-me que a moto era de fato meio eficiente de circulação, permitindo experiências, estudo, trabalho e namoro.

Em minha pesquisa de mestrado, finalizada em 2010, eu procurei entender as questões relativas à ação de jovens no campo socioambiental. Naquele estudo investiguei o que levava jovens da cidade do Rio de Janeiro a se engajarem na ação ambiental, a partir de uma pesquisa empírica realizada com jovens de diferentes grupos, partidos políticos e associações. Quais questões se transformavam em fontes de motivação para a ação ambiental e como tal interesse se refletia em um processo de subjetivação? Essas eram as questões principais da pesquisa. O universo dos jovens entrevistados se definiu por uma explícita identificação destes com os termos “meio ambiente” e “ecologia”. Com a pesquisa e as leituras tomei conhecimento de uma perspectiva crítica no campo do ambientalismo em torno da noção de “justiça

ambiental” (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009).<sup>9</sup> Tal orientação mudou o meu enfoque em relação ao ambientalismo, pois a partir dessa abordagem passei a entender tal questão como uma luta política em torno das apropriações materiais e simbólicas dos recursos naturais. Assim, na pesquisa de doutorado me interessei em fazer um estudo de caso sobre a subjetivação de jovens em um cenário de conflito socioambiental. A escolha pelo estudo de caso parecia interessante por permitir identificar cenas, objetos e relações concretas. A situação gerada pela construção da mina do *Sistema Minas-Rio*, afetando diretamente os municípios mineiros de CMD, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, mostrou-se desde o início um campo rico e complexo para a realização da minha pesquisa acadêmica.

As leituras sobre o campo socioambiental me ajudaram a identificar processos sociais e atores relevantes em relação à situação em curso, porém, o tempo concreto no campo de pesquisa mostrou a difícil tarefa de apreender aspectos subjetivos em um cenário de conflito. A primeira intenção foi a de realizar um estudo com o foco na história de vida dos jovens, uma metodologia que permitiria analisar a relação singular entre acontecimentos sociais e seus sentidos subjetivos. No entanto, ao entender as tensões locais percebi que isso dificilmente poderia ser realizado nas condições de tempo e trabalho de que dispunha. Ainda que eu houvesse sido corretamente informado sobre o conturbado contexto em CMD, fui para a região tomado pela certeza de que meu honesto interesse teórico, aliado a uma indefectível postura ética, eliminariam qualquer entrave levando as pessoas do lugar a abrirem seus corações para mim. Obviamente não foi isso o que aconteceu. O contexto profundamente turbulento no MatoDentro produzia medo e insegurança nas pessoas do lugar. A identificação do forasteiro com a empresa era imediata e em certa medida independia da palavra, de cartas e símbolos que indicavam, por exemplo, que eu não tinha qualquer vínculo com o projeto e com as empresas que ali se encontravam. Aquele que chega à região está sempre ligado à Anglo American, de uma forma ou de outra, era o que pareciam me dizer. Não foi apenas uma vez que, depois de conversar com algumas pessoas, falar do meu vínculo com a universidade e explicar os objetivos da tese, eu acabava escutando algo que denotava que eu deveria, na verdade, trabalhar para a Anglo American. Essa experiência foi um dos tantos momentos importantes de reflexão teórica e de definição metodológica.

---

<sup>9</sup> No capítulo 4 discuto as questões conceituais em relação à perspectiva do “conflito socioambiental”.

Ao longo desta pesquisa utilizo diversos instrumentos e metodologias, como apresento no terceiro capítulo. Abordo o processo de subjetivação dos jovens, articulado às mudanças associadas ao projeto *Minas-Rio*, sem, contudo, tratar os jovens como uma identidade separada de outras categorias geracionais. Com isso escutei e dialoguei com jovens, mas também com idosos e adultos. Os lugares se mostraram focos de tensão, não apenas por causa do empreendimento, mas também por outras condições, sociais e econômicas próprias do território.

Do ponto de vista teórico me oriento por dois campos analíticos distintos. Por um lado, baseio-me na discussão dos problemas socioambientais a partir da ótica do conflito e da justiça ambiental (Acsehrad, 2004). Essa perspectiva aborda a relação entre a degradação do ambiente e as injustiças sociais. Por outro lado, penso a questão subjetiva dos jovens em relação aos contextos sociais, ou seja, de que maneira as relações sociais se entrelaçam a modos de compreensão e de ação. Assim, neste trabalho me debruço sobre os modos de subjetivação desencadeados no contexto de conflitos socioambientais, no caso específico, do projeto *Minas-Rio*.

Além de permanecer por sete meses na região, durante a tese de doutorado também realizei um estágio de doutorado sanduíche na Universidade de Sambalpur, estado de Orissa, na Índia. O objetivo do intercâmbio acadêmico foi o de compreender as semelhanças e diferenças entre os conflitos socioambientais no Brasil e na Índia, sobretudo em relação às diferentes maneiras de interpretação simbólica dos processos de degradação ambiental. No exterior entrevistei pesquisadores e especialistas indianos no campo das discussões ambientais. Índia e Brasil, de forma similar são marcados por conflitos entre diferentes modos de uso e apropriação dos recursos naturais. As populações indígenas e outras identidades tradicionais, em ambos os países, vivem situações de conflito quando o sistema *moderno-urbano-industrial* se apropria de seus recursos naturais e territórios (Baviskar, 1995; Zhouri e Laschefksi, 2010).

Como ficará mais claro ao longo do texto, ao adotar um viés crítico em relação à maneira como o projeto *Minas-Rio* se instalou na região de CMD, não desconsidero os fatores positivos que os moradores identificam ao projeto. A crítica e a defesa do empreendimento serão tratados ao longo do trabalho por estarem presentes na narrativa das pessoas do lugar, objeto nuclear de minha pesquisa. Com a perspectiva dos modos de subjetivação, argumento pela importância de permitir que as contradições e

expectativas em relação à situação local possam surgir sem terem que implicar na adoção de uma posição objetiva no embate político. Tratar as narrativas dos moradores, buscando enquadrá-las em uma definição prévia sobre como deveriam ou não se posicionar, é desconsiderar as contradições prementes na vida dessas pessoas, mantendo uma visão fetichista sobre suas histórias.

No primeiro capítulo desta tese discuto o problema da pesquisa, os pressupostos que me orientaram nesse trabalho. Questionar a experiência dos jovens no contexto de conflito em uma região específica implicou articular juventude, subjetividade e conflitos socioambientais; portanto, neste primeiro capítulo, explico a maneira como entendo esses campos conceituais em relação à pesquisa empírica.

No segundo capítulo apresento o cenário do MatoDentro, o lugar de instalação do empreendimento, identificando elementos na história e na geografia da região que auxiliam na compreensão do contexto. A partir dessa breve apresentação introduzo a chegada do empreendimento *Minas-Rio*, focando na situação específica de concessão da licença prévia (LP), momento de extrema relevância para as mudanças no território. Por meio da análise do discurso, seguindo a teoria de Laclau e Mouffe (1985) abordo o debate tecido durante a reunião de concessão da LP, em dezembro de 2008. A trama discursiva mostra em que medida as articulações em torno do empreendimento já estavam costuradas nesse momento, projetando para o futuro as tensões e críticas efetivas ao projeto.

No terceiro capítulo discuto aspectos metodológicos da pesquisa. Por um lado abordo a perspectiva da etnografia como chave para a entrada em campo, em seguida apresento os instrumentos metodológicos utilizados e também descrevo os lugares da região nos quais realizei o trabalho de campo. Parte importante desse processo se deve aos caminhos trilhados durante a realização de pesquisa.

No quarto capítulo abordo o projeto *Minas-Rio* a partir das categorias do conflito socioambiental e do desenvolvimento, por meio de uma literatura crítica a esta noção. Neste capítulo interrogo possibilidades e limites do empreendimento em CMD quanto aos seus efeitos sociopolíticos, à luz das teorias apresentadas. A partir da discussão conceitual apresento os embates socioambientais em curso na região, com ênfase na luta

travada entre atingidos, empresa e instâncias estaduais. Ao final do capítulo abordo a relevância do sentimento e do sofrimento dos moradores locais para entender o que acontece na região, mostrando em que medida o debate político não exprime a profundidade dos efeitos gerados pelo empreendimento.

No quinto capítulo, utilizando o conceito de experiência e narrativa, apresento como os jovens da região vivem o projeto, por meio de suas observações e palavras. Com esse enfoque aponto de que maneira as situações vividas se transformam em posicionamentos subjetivos dos jovens, a partir de três conjuntos de experiências que emergiram no diálogo com eles: a sensação de invasão causada pela intensa presença de homens estranhos na região; a degradação dos rios e dos seus ambientes de vida; e a ampliação das possibilidades de emprego e trabalho. Finalizo o capítulo mostrando de que forma o jovem na região se posiciona frente às contradições da realidade local.

Nas considerações finais, discuto as implicações deste estudo no cenário da mineração e dos conflitos no MatoDentro.

## CAPÍTULO 1

### EXPERIÊNCIA, CONFLITO E JUVENTUDE: A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA

Existe na vida de todas as pessoas um curto período em que seu caráter se fixa para sempre; no caso de Elizabeth, foram esses dois anos de íntimo convívio com os ricos. A partir de então, todo o seu código de valores podia se resumir a uma única ideia, a uma noção simples. O que é Bom (e ela chamava de ‘adorável’) é sinônimo de caro, elegante, aristocrático; e o que é Mau (‘intragável’) é o barato, o ordinário, o pobre, o laborioso. Talvez seja para ensinar esse credo que existem as escolas caras para moças. O sentimento foi se tornando mais sutil à medida que Elizabeth ficava mais velha, difundindo-se por todos os seus pensamentos. Tudo, de um par de meias à alma humana, era classificado como ‘adorável’ ou ‘intragável’.

(George Orwell)

#### 1.1 Introdução

No Brasil atual observa-se a criação de grandes empreendimentos nos campos da extração mineral, indústria, agricultura e geração de energia (Zhourri e Laschefski, 2010). A implantação de tais projetos, de norte a sul do país, destrói paisagens, altera dinâmicas sociais e desloca comunidades de seus lugares de origem, gerando, ao mesmo tempo expectativa de desenvolvimento social. Associados à construção desses empreendimentos, pipocam conflitos nos territórios de populações indígenas, pescadores ribeirinhos e pequenos agricultores. Um exemplo recorrente no debate público nacional é a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará. A extensão do impacto socioambiental deste projeto hidrelétrico, com a inviabilização da vida de comunidades indígenas, a alteração do curso de rios e a crítica ao destino da energia gerada por tal projeto, colocam em questão a perspectiva de país que justifica a construção deste mega-empreendimento (Hernández e Magalhães, 2011). O polêmico debate em torno de Belo Monte pode ser visto como uma metonímia do que ocorre no Brasil, no momento em que a submissão de diversos territórios aos interesses do mercado e do estado compromete a riqueza natural e a diversidade cultural que constitui o próprio país.

A crescente ampliação da discussão sobre a ecologia no Brasil e no mundo, embora tenha gerado mudanças pontuais não implicou, até agora, na alteração substantiva dos modos de consumo e de apropriação dos recursos naturais, o que revela um dos tantos impasses do debate socioambiental. Neste estudo, considero a questão ambiental a partir da referência às noções de conflito e de justiça, englobando, por esse veio, os determinantes socioculturais que enlaçam comunidades humanas e natureza (Acselrad, 2005; Acselrad, Mello e Bezerra, 2009; Leroy, 2010). Dessa forma, a preocupação ambiental ou ecológica trata da forma como os recursos naturais são apropriados por agentes coletivos, identificando as conseqüências práticas e simbólicas de tal uso. A crescente politização da natureza gerou um processo subsequente de ambientalização das lutas sociais, tornando mais complexas as relações entre essas esferas (Lopes, 2004; Acselrad, 2010). No Brasil, movimentos sociais de explícito viés classista, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), militantes e pesquisadores do campo ambiental questionam a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em razão tanto do impacto ecológico da obra como pelo modelo de sociedade suportado pela imperiosa necessidade de tal empreendimento. Ora, a quem irá servir a energia produzida pela usina de Belo Monte? O que a construção dessa usina no Xingu representará para a região? A justificativa por parte daqueles que defendem a realização deste e de tantos outros empreendimentos no país é que o aumento da produção energética gera circulação de riqueza, fomentando um círculo virtuoso capaz de gerar também justiça social, por meio dos impostos e programas sociais do governo.

Refletir sobre os modos de subjetivação no campo socioambiental implica considerar questões éticas e políticas, sentimentos e reflexões que guiam os sujeitos na mudança de práticas coletivas (Carvalho, 2001). Na interação com o campo das discussões socioambientais, o objetivo primordial desta pesquisa de doutorado foi trabalhar, por meio de um estudo de caso, os modos de subjetivação de jovens que vivem a transformação dramática de seus territórios de vida. A pesquisa abordou a dinâmica do projeto *Minas-Rio*, um grande empreendimento de extração de minério de ferro a céu aberto que está sendo construído na região meridional da Serra do Espinhaço, no interior do estado de Minas Gerais, uma região reconhecida por sua riqueza natural e cultural. O projeto *Minas-Rio* é propriedade da empresa multinacional Anglo American e está sendo construído no município de Conceição do Mato Dentro

(CMD), próximo à fronteira com o município de Alvorada de Minas. O local se situa a aproximadamente centro e oitenta quilômetros da capital do Estado, Belo Horizonte. A extração do minério de ferro ocorrerá nesta região que será escoado para o porto do Açú, no norte do Estado do Rio de Janeiro, por meio de um mineroduto. Tal técnica de transporte vem sendo utilizada com frequência crescente<sup>10</sup> no país, em particular no Estado de Minas Gerais, e consiste no bombeamento de água de rios para o transporte do minério. Devido ao grande volume de água utilizado, pesquisadores e movimentos sociais questionam os efeitos negativos desse procedimento sobre o ecossistema das regiões afetadas por tal “tecnologia”. A população das localidades próximas ao empreendimento se mostra preocupada com a possibilidade de faltar água, pois além do mineroduto, com a extração efetiva do minério haverá o rebaixamento do lençol freático, causando outros danos à dinâmica hídrica do local (Diversus, 2011). Desde a divulgação das primeiras notícias sobre o projeto muita discussão ocorreu em *Conceição*, e a cidade parece muitas vezes dividida entre os ganhos materiais e a preocupação com os problemas ambientais e sociais.

O *Sistema Minas-Rio* é composto por três grandes estruturas: mina, mineroduto e porto. Nesta tese discuto apenas a situação no local de extração do minério. A instalação das demais estruturas também vem gerando problemas e conflitos, porém não seria possível contemplar o estudo das três estruturas.<sup>11</sup> O conflito socioambiental, pela ótica da psicologia social, revela um aspecto pouco debatido da construção de megaprojetos, a saber: quais efeitos subjetivos são gerados pela mudança das práticas e as funções do território para os moradores desses locais. Ao contrário de um discurso otimista, que vê a crescente preocupação ecológica como via para um processo efetivo de transformação social, entendo que o problema observado em CMD será cada vez mais prementes no mundo contemporâneo, dado que as injunções sociopolíticas que sustentam a lógica capitalista e produtivista não foram abaladas pela crítica ambiental. Trazer a psicologia social para este debate é considerar que papel a *vida do espírito* joga nessas intrincadas questões, normalmente debatidas por outros campos das ciências humanas e sociais, como a antropologia, sociologia ou geografia.

---

<sup>10</sup> Em outros projetos extrativistas em Minas Gerais a forma de transporte proposta também recorre à construção de minerodutos, o que tem gerado a reação de movimentos ambientais para o risco de um dano agregado ao sistema hídrico do estado.

<sup>11</sup> Nesse sentido é importante frisar que ao escrever projeto Minas-Rio, estou me referindo especificamente à mina na Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro.

A análise dos processos psicossociais por meio de uma metodologia baseada na observação e interação com os sujeitos pesquisados, sobretudo em um contexto de conflito, coloca em pauta a implicação ética e política do pesquisador. A escolha por uma perspectiva socioambiental crítica, como meio de entender o processo em CMD, agencia não apenas uma posição epistemológica, como também um posicionamento ético-político, o que se tornará mais evidente na sequência das linhas deste trabalho. Além do problema propriamente político, a questão ética do pesquisar é um aspecto presente de forma transversal nesta tese. No entanto, o ato de pesquisar, entendido como esforço de compreensão de um processo complexo, não se resume ao jogo de forças sociais e políticas do cenário em questão. Com efeito, a relação entre a pesquisa e as questões políticas e éticas não são imediatas, elas se forjaram no percurso investigativo. Os fenômenos observados e a palavra das pessoas entrevistadas contém uma dignidade própria, para além tanto do escopo epistemológico como do posicionamento político do pesquisador. No trabalho de campo foi imprescindível o apoio e a confiança de pessoas que se dispuseram a me contar aspectos de suas vidas. Pessoas que vivem muitas vezes com grande dificuldade, ocupando postos de trabalho e espaços sociais marginalizados, imersas em um cenário nebuloso de tensão e conflitos cotidianos. A minha discussão, portanto, fala dessas vidas, a partir de seus falantes e de suas histórias. O seguinte trecho do diário de campo traz uma situação na qual se percebe a complexidade das situações. Nele, eu relato a conversa que tive com Helena, na qual ela me conta do processo de reassentamento de sua família da região da Água Santa.<sup>12</sup>

Helena fala muito rápido e mistura assuntos, por isso é um pouco difícil acompanhar a sua narrativa. A nova casa é na estrada para Ouro Fino. Perguntei como foi a escolha do terreno, da casa, se ela está feliz, como estava a situação na Mumbuca, essas coisas. Ela disse que estava muito ruim na Mumbuca, que só ficaram, no final, nove famílias. Diz que o pessoal da “Anglo” os levou ao lugar e eles escolheram o terreno. Pergunto se a casa é boa. Ela diz que não pode falar para a empresa não, porque senão “*eles ficam achando que a gente tá pegando o boi*”, mas que é bom sim. (...) Pergunto o que ela achou da mudança, como foi esse processo para ela, para sua família. Helena diz que seu pai sofreu muito com as mudanças no início, teve derrame, passou mal... Ela parece muito resignada em ter que sair. Ainda que tenha falado que a casa é boa, que agora ela tem o terreno, etc... (...). Ela diz que agora está feliz, porque a situação lá na Mumbuca estava muito ruim. A água estava muito ruim, tudo sujo, muito barulho por causa das explosões, muitos homens e trânsito de ônibus. Ela fala das filhas também, diz que as meninas antes tinham que acordar às quatro horas da manhã, andar uma hora para chegar na estrada e esperar o ônibus para ir para a escola em Itapanhoacanga. E agora elas moram na cidade e vão rápido para a escola. Pergunto se as filhas estão gostando da mudança, ela diz que não muito, que

---

<sup>12</sup> É muito comum na região que a mesma localidade ou distrito tenha mais de um nome, como já escrevi na apresentação a Água Santa também era conhecida como Mumbuca.

elas gostavam da roça, o problema é que “*tava ruim mesmo*”. Helena diz que a vida antes era muito difícil, é claro que tinha as coisas boas, mas eles tinham menos condição financeira. Eram bons, segundo ela, os passeios, os piqueniques na serra, nas cachoeiras, o que foi ficando cada vez mais difícil, por causa dos seguranças da empresa que não deixavam eles passarem.<sup>13</sup>

Ao interpretar as questões sociais e ambientais, pela referência ao conflito, pretendo estabelecer como ponto de chegada não a obrigação de responder às questões colocadas pelo campo socioambiental, mas sim um entendimento mais próximo da experiência vivida no contexto local. A narrativa de Helena expressa aspectos cruciais do processo local, aos quais voltarei em diferentes momentos deste trabalho. Abordar os modos de subjetivação em curso em CMD é entrar em um mundo composto por pessoas, movimentos e histórias. Não estou discutindo lógicas e estruturas, mas sujeitos e sentimentos. Romper com a perspectiva *fetichista* sobre o fenômeno social se mostrou um processo difícil, tendo em vista a tradição dominante no campo das ciências humanas de preferir análises mais próximas da lógica, do que dos turvos processos concretos (Thompson, 1981). Ao falar de fetichismo questiono concepções epistemológicas que dissociam os processos de suas causas, tratando o fenômeno como algo dado sem condição de emergência. Com o termo, também reflito sobre a dissociação do sujeito concreto de sua condição de existência, o que gera, por exemplo, a idealização de identidades subalternas no contexto de luta política. Em minha análise busco as mediações pelas quais os atores vivendo em uma diversidade de situações se subjetivam, forjando modos de compreender e de agir sobre a realidade.

O foco principal deste trabalho foi o modo de subjetivação dos jovens no cenário em questão. Entendo os jovens como atores que refletem, discutem e se posicionam em relação aos aspectos importantes de suas vidas. A questão geracional se faz presente na medida em que as diferenças de idade são traduzidas em diferentes representações identitárias, modelos de pensamento, ação e desejo. Se a vida dos jovens é objeto constante do discurso dos defensores de projetos de desenvolvimento, como é o caso do projeto *Minas-Rio*, pouco se compreende sobre como esses atores vivem tais momentos de transformação. Extraí o seguinte trecho do meu diário de campo no qual relato a conversa com uma jovem de treze anos que estuda no distrito de Itapanhoacanga, em Alvorada de Minas:

---

<sup>13</sup>Nota no diário de campo, referente ao dia 28 de maio de 2012.

Quando pergunto das mudanças na região ela me diz da poluição dos rios. Fala que o rio Passa Sete, que fica perto de sua casa, está sujo, que antes ela nadava nele e agora não pode mais. Fala que acha ruim a mudança. Daniela me conta que levanta às quatro da manhã para pegar o ônibus para vir pra aula. Ela fala que tem vontade de mudar para CMD e quer ser professora. Ela me conta que escuta as pessoas falando sim sobre a *Anglo*, sobre mineração, diz que a avó dela teve que se mudar, mas não me fala o que ela escuta.<sup>14</sup>

De que maneira essa jovem articula sua experiência pessoal às possibilidades e problemas concretos que surgem no meio em que vive? O objetivo deste capítulo é apresentar a construção desse objeto de pesquisa, os modos de subjetivação de jovens no contexto de conflitos desencadeados pela instalação de uma mina no interior de Minas Gerais.

## **1.2 Do *entre-lugar* da pesquisa: a “roça” e a cidade**

Com a chegada a CMD e na interação com os sujeitos do lugar, as reflexões com as quais eu trabalhava teoricamente ganharam concretude. A subjetivação significa uma transposição da experiência para uma determinada figuração subjetiva, portanto o que me interessava era o entendimento dos efeitos das mudanças sobre os jovens e os moradores do lugar. Durante o trabalho de campo participei de reuniões com moradores da região, sempre discutindo os problemas causados pelo projeto *Minas-Rio*. Entre abril de 2012 e janeiro de 2013, de forma ininterrupta foram realizadas reuniões mensais entre o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, os moradores atingidos, pesquisadores e também representantes da Anglo American, com o objetivo de acompanhar os problemas e discutir soluções para o conflito ambiental.<sup>15</sup> As falas coletivas e o encontro entre os atingidos, nesses encontros, fortaleceram os laços entre eles e possibilitaram a formação de identidades coletivas (Prado, 2000). Todas as reuniões ocorreram em distritos ou comunidades rurais próximos ao projeto *Minas-Rio*, o que foi uma escolha do MP baseado na premissa, acertada, de que o território era um elemento

---

<sup>14</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 06 de agosto de 2012.

<sup>15</sup> Esses encontros mensais ocorreram como um desdobramento da audiência pública no dia 17 de abril. O Ministério Público, ao constatar a gravidade dos problemas apresentados nesta audiência, propôs a criação de uma instância para acompanhar o processo na região, sendo formada a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA). A presença da Anglo American na REASA foi motivo de tensão durante o encontro de criação da rede. No capítulo 4 abordo a questão política em torno dessa instância.

crucial no embate entre empresa e atingidos. Além disso, ao levar os promotores aos locais de vida dos atingidos se promoveu uma maior confiança das pessoas na esfera da justiça, que ia ao encontro delas, não permanecendo distante nos fóruns das cidades. Nessas reuniões eu procurava observar como agiam os jovens presentes e, quando era possível, conversava com eles durante os encontros. Embora a presença dos jovens não fosse algo incomum, pouquíssimas vezes moças e rapazes falavam em público, na REASA ou em outros momentos públicos. Com isso eu me questionava sobre o que eles pensavam daquelas discussões tão diferentes da rotina de suas vidas na comunidade: com a presença de gente estranha, homens de terno e gravata, mulheres da capital e de outros estados falando sobre Anglo American, mineração, “firmas”, trabalhadores e problemas com as águas e estradas.

Ao mesmo tempo em que eu estava presente nesses momentos mais claramente políticos, durante a semana convivia com os moradores na sede de CMD, observando as pessoas em suas vidas rotineiras. Nesses momentos, a influência do empreendimento surgia nas palavras utilizadas pelos habitantes para dar sentido ao que acontecia (Norval, 1996; Ricoeur, 1997). Os profundos deslocamentos<sup>16</sup> em CMD não se deixavam capturar por uma fórmula simplista. Com efeito, se os claros relatos de injustiças não deixavam margem para dúvida sobre a gravidade dos problemas causados pelo empreendimento, os aspectos negativos pareciam amortecidos nos dizeres da população, que apontavam a ampliação do acesso ao emprego e à renda como algo positivo do empreendimento. Em entrevista com um jovem líder comunitário de um distrito de CMD, ele assim narrou a chegada da mineração na sua comunidade:

(...) vieram falando em emprego, né cara, e hoje em dia as pessoas ouvindo emprego “ah vai ter emprego, vai ter muito emprego. Vai desenvolver a cidade”. Muitas vezes a pessoa não vê que quando vem o desenvolvimento, quem é pobre fica cada vez mais pobre e quem é rico, aumenta a riqueza, então tem isso.<sup>17</sup>

Na audiência organizada pelo Ministério Público em abril de 2012 no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, muitos problemas foram discutidos. Ali os atingidos

---

<sup>16</sup> A noção de deslocamento aqui tem várias funções e significados. Por um lado remete à dimensão geográfica, por implicar a mudança das pessoas do lugar, porém considero tal noção pelas suas implicações sociopolíticas. Para Laclau (1993) o deslocamento gera a desestabilização da posição do sujeito na relação com a estrutura discursiva que lhe dá suporte. Assim, o deslocamento implica uma fragmentação da estrutura, retirando as bases de sustentação do sujeito e colocando-o em uma posição de decisão (Laclau, 1993.p.58-60; Norval, 2007).

<sup>17</sup> Entrevista com Marcos no dia 06 de novembro de 2012.

pueram se expressar por quase cinco horas sobre aquilo que viveram nos últimos anos, desde o momento em que a Anglo American se instalou na região. Nesse dia os representantes da empresa não puderam se manifestar deixando que apenas a voz dos moradores ecoasse. O tom das falas na audiência foi claramente de contestação.<sup>18</sup> No entanto, as palavras de um agricultor da comunidade da Água Quente, chamaram minha atenção. Pois ele, após tecer duras críticas à devastação causada pelo *Minas-Rio* no leito de rios que cortam sua propriedade, arrematou: “*Foi muito bom a Anglo vir, eu não estou contra a Anglo não. Aqui a região era pobre, a região era miserável. Aqui todo mundo, a mocidade aqui trabalhava de vaqueiro, rastejando perto de vaca. Hoje estão ganhando um salário*” (MPE, 2012, p.19).<sup>19</sup> Durante a audiência outros moradores também diziam que não eram contra o empreendimento ao mesmo tempo em que apontavam inúmeras situações de desrespeito, degradação ambiental e truculência na maneira como eram abordados pelos funcionários da empresa. O significado dessa fala não é simples, no primeiro momento ela me pareceu uma estratégia de defesa desses moradores, utilizada com o intuito de diminuir o peso da queixa e reduzir o risco de alguma retaliação por parte da empresa ou de seus apoiadores. Entretanto, no trabalho de campo observei tal postura paradoxal mesmo em conversas privadas com pessoas com quem eu já tinha alguma intimidade, o que denotava algo mais complexo. Eu que havia chegado armado por teorias críticas sobre impactos e a devastação de grandes projetos extrativistas, tinha que entender como interpretar a conjugação da denúncia com o elogio ao empreendimento. Essa contradição me fazia voltar aos conceitos e instrumentos de análise dos quais dispunha. Ao refletir sobre essas falas, sobre a confusão no cenário, procurei explorar as tensões entre diferentes identidades e posições, sem escolher determinado grupo específico para realizar a pesquisa.

A presença no campo e a imersão no cotidiano foram cruciais para entender o efeito do empreendimento mais próximo à perspectiva das pessoas daquela região, deixando-me guiar mais pela experiência dos sujeitos do que pelos meus construtos teóricos. Ao chegar a *Conceição*, percebi o quão pouco sabia da região e de seus moradores, e como havia partido da ideia de que haveria certa homogeneidade na composição social das pessoas do lugar, em razão da crença na ideologia da simplicidade da vida rural em contraponto ao universo urbano diversificado das grandes

---

<sup>18</sup> Na página da REASA é possível ter acesso à transcrição integral da audiência e a outros documentos: <http://cimos.blog.br/reasa/atas/>

<sup>19</sup> Transcrição da audiência pública presente na página da REASA citada na nota anterior.

capitais. No momento inicial da pesquisa, a leitura de Williams (2011) permitiu perceber como as mistificações em torno do ambiente rural e urbano afetavam o meu trabalho.

(...) uma comunidade cognoscível, no campo tanto quanto em qualquer outro lugar, é uma questão de consciência, e de experiência prolongada, além da cotidiana. Na aldeia como na cidade existe divisão do trabalho, existem contrastes entre as diferentes posições sociais, e, portanto, há necessariamente pontos de vista alternativos (Williams, 2011, p.279).

Ao observar o quanto eu estava enganado em relação à expectativa de maior homogeneidade social, tive que repensar estratégias e o foco durante a realização da pesquisa de campo. Eu me inseri primeiramente na vida urbana da cidade e aos poucos me aproximava da área de entorno do empreendimento. Nesse processo observava um forte contraste entre as preocupações e problemas narrados pelas pessoas de acordo com seus lugares de vida. Tal diferença não se restringia apenas à interpretação dos fenômenos, como também na demarcação dos fatos que apareciam para cada grupo social em questão. Por exemplo, enquanto os moradores da sede de CMD reclamavam do trânsito, da violência e das “meninas” grávidas, na Serra da Ferrugem seus moradores falavam mais das explosões que trincavam casas, da falta de água, da sujeira dos rios e da invasão de propriedades. Mesmo a ameaça de abuso sexual das mulheres adquiria no meio rural outra tonalidade, gerando maior preocupação entre os jovens e adultos. A leitura de Williams (2011), com sua crítica à visão idealizada das áreas rurais e com ênfase na interpenetração constitutiva entre os espaços, foi fundamental para não ceder à tentação de escolher entre a “roça” ou a “cidade”, analisando a relação entre as experiências e o território.

Williams (2011), ao discutir as mudanças na relação entre cidade e campo na Inglaterra dos séculos XVI a XIX, traz à tona o jogo de imagens que atravessam o tempo construindo figurações de “roça” e de cidade. Se a imagem da cidade é de um lugar violento e corrupto, temos o campo com sua simplicidade e honestidade “característica” (Williams, 2011, p.11). Se a cidade é vista como lugar de inovação e criatividade, o campo aparece como tempo de atraso e ignorância. Em minha pesquisa, ao trafegar entre cidades e distritos visualizava esse jogo de representações e as mistificações que ele contém. Não foi meu interesse realizar uma comparação entre a zona rural e as sedes urbanas dos municípios, porém se mostrou importante entender a

relevância do contexto territorial no contexto do projeto *Minas-Rio*. Tal dimensão também se mostrava na maneira como a cada lugar era destinado um diferente “subproduto” da mineração, tanto em relação aos benefícios e, sobretudo, em relação aos problemas gerados pelo projeto. As cidades recebiam os carros, o dinheiro e as pessoas. Nas comunidades próximas à estrada o barulho dos caminhões, a poeira e o risco de acidentes anunciavam a presença do empreendimento e nas imediações da mina era a falta de água, o convívio nem sempre amistoso com os funcionários da *Anglo*, os efeitos nocivos ao ambiente.

Construir o objeto de pesquisa implicou atravessar diferentes territórios e campos de experiência. O trabalho de observação e análise colocou em cena a história de pessoas e os elementos de uma realidade em mudança. Mais do que um conceito teórico, a noção de experiência ia e voltava, tanto nas leituras como no dia-a-dia da pesquisa. A situação dos jovens, obscurecida no cenário político “oficial”, aparecia com mais clareza pelas observações cotidianas, nas escolas no meio urbano e rural, nas entrevistas com alunos e nas conversas com professores.

A posição dos jovens é peculiar no jogo de discursos ao redor do empreendimento. A infância e a juventude são objetos de investimento da empresa, que por meio dos seus programas sociais salienta a relevância deste empreendimento para a melhoria da vida das novas gerações. Se essa atuação é importante para que a empresa consiga apoio da população, os jovens dificilmente são escutados no contexto local. Ou seja, embora muito se fale sobre os jovens na região do MatoDentro há pouca preocupação sobre como eles refletem e se posicionam na vida local.

O diretor da escola falou coisas importantes para o meu trabalho. Ele disse que os jovens da sua comunidade, ao conseguir emprego e renda, estão consumindo mais bebidas alcoólicas, comprando motos, fazendo mais festas. Ele diz que tem tido problemas em relação ao aumento da atividade sexual de meninas muito novas.<sup>20</sup>

Na pesquisa busquei exatamente escutar o que os jovens pensam, como eles lidam com as novas situações e quais expectativas possuem em relação às transformações do lugar.

---

<sup>20</sup> Nota do diário de campo, dia 09 de junho de 2012.

### **1.3. Por que falar de jovens em situações de conflito socioambiental?**

Os mais novos, as crianças e os jovens, estão presentes no mundo público, porém são continuamente desconsiderados como sujeitos capazes de ação e de entendimento. A geração é um critério de hierarquização da sociedade, em certo sentido similar à classe, raça e gênero, por também estabelecer modos de regulação entre os sujeitos na vida social (Castro, 2011). Em CMD, as crianças e os jovens aparecem no discurso de parte dos moradores como aqueles que irão viver de forma mais aguda os efeitos do projeto de extração mineral. Para muitos, o futuro desses jovens será de maiores possibilidades, pois ao contrário dos adultos e idosos, os jovens estariam mais livres do peso do passado e se adequariam mais facilmente às mudanças do “tempo”. Outros, no entanto, temem pela diminuição da qualidade ambiental e se preocupam com as novas gerações em CMD. De uma forma ou de outra há projeções em relação ao que irá ocorrer no futuro, mas pouco se reflete sobre a vida presente desses atores. Quais são as implicações de pesquisar os jovens nesse contexto? Por que focar a pesquisa em um grupo geracional específico? O que a perspectiva geracional acrescenta ao debate socioambiental? São questões que espero responder ao final deste trabalho.

A juventude é objeto de inúmeras pesquisas e análises nas últimas décadas, tanto no Brasil como em outros países (Rattansi e Phoenix, 1997; Dayrell, 2002; Castro e Correa, 2005; Sposito, Silva e Souza, 2006; Ibase/Polis, 2007, Castro e cols, 2010). As preocupações acadêmicas em relação aos jovens percorrem diferentes campos de suas vidas, como trabalho, educação e cultura. Pesquisar os jovens e com jovens, estabelecendo como eles se constituem subjetivamente é também um caminho para entender a cultura e a sociedade de determinado lugar. Na realização da pesquisa não me concentrei em nenhum limite etário específico, pesquisando adolescentes e jovens desde os doze e treze até os vinte e poucos anos, sendo que a maior parte dos sujeitos pesquisados estava com idade próxima aos dezesseis anos.<sup>21</sup> Castro (2001a; 2011) discute as dificuldades da ação dos jovens no mundo público, questionando as possibilidades de atuação política dos jovens na sociedade contemporânea. A participação dos jovens é politicamente inibida por critérios jurídicos e, culturalmente, a juventude é vista como imatura, ingênua e irresponsável. Dessa forma, seguindo as determinações de uma hierarquização geracional, os jovens seriam menos capazes de

---

<sup>21</sup> Há um debate infundável sobre os critérios de definição da juventude. Atualmente no Brasil tem-se seguido a definição da ONU, que define a juventude com idade entre os 15 e 29 anos.

refletir e se posicionar em relação às decisões da vida, cabendo tal responsabilidade aos adultos. Para Castro (2001a) esse paradigma não se sustenta, pois os jovens se envolvem em relação a um conjunto de questões complexas, tomando difíceis decisões em suas vidas. Como outros atores, eles mostram dúvidas e anseios em relação ao que escolhem. O que se mantém, portanto, é uma ideologia que a despeito da efetiva dinâmica sócio-política mantém a hierarquia e desigualdade entre adultos e jovens.

No mundo moderno, a política da infância começa com o fato de que a maturidade, a idade adulta, o crescimento, e o desenvolvimento, são valores importantes na cultura dominante do mundo. Eles não se alteram quando descrevem a transição da infância para a idade adulta. Uma vez que usamos estes conceitos, e ligamos os processos de mudança física e mental a um estado valorizado de ser ou de se tornar, já estimamos negativamente a criança como uma versão inferior do adulto – como um ser adorável, espontâneo e delicado, que é também, simultaneamente, dependente, não confiável e voluntarioso, e, portanto, como um ser que precisa ser conduzido, protegido e educado como um tutelado (Nandy, 2010, p.423).

Em diferentes momentos no campo de pesquisa observei a ausência dos jovens nas discussões públicas sobre o projeto *Minas-Rio*. E, mesmo quando esses atores estavam presentes, dificilmente se manifestavam sobre a instalação do empreendimento na região, sobre o que deveria ou não acontecer. Todavia, muitas das questões suscitadas nessas reuniões evocavam os “mais novos” como aqueles que se beneficiariam das novas oportunidades de trabalho, ou então, pelo contrário, como aqueles que mais sofreriam com os efeitos nocivos do empreendimento. A posição dos jovens, nesse sentido, era percebida como passiva, de quem sofre ou ganha sem ter que agir frente à situação. As adolescentes, por exemplo, preocupam os pais, educadores e as lideranças comunitárias, por causa do envolvimento sexual delas com os homens “de fora”, mas pouco se sabe sobre o que essas jovens pensam em relação a tudo isso.

Há muitos outros campos com os quais a vida dos jovens se entrelaça aos efeitos do projeto *Minas-Rio*: trabalho, cultura, educação, violência. É também comum que os jovens, e também as crianças, apareçam nas narrativas locais para representar o destino do MatoDentro. Falar do destino é refletir sobre os caminhos incertos do futuro, tempo que subitamente passou a se impor nas reflexões dos moradores da região. Escutei inúmeras vezes sujeitos de diferentes idades se perguntando: “*Será que meus filhos e netos vão viver aqui? Será que a vida deles será melhor?*”. A entrevista de uma professora em Itapanhoacanga é reveladora da angústia em relação ao futuro que foi gerada pelo empreendimento:

Desde quando eu tava no Jassém<sup>22</sup> o rio já tá todo vermelho (...) o trabalho que eles fazem afeta a natureza. Tudo é efeito da empresa. Pode ter certeza, vai gerar dinheiro pros jovens, vai agora, mas num futuro, **nós vão ser tudo destruído.**<sup>23</sup>

Em outro momento, uma funcionária da escola no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso também relata o que as crianças falam sobre a situação local: *“é porque eles ouvem muito os outros falar né... Por isso que eles falam ‘ah do jeito que tá o Sapo<sup>24</sup> um dia vai acabar”*.<sup>25</sup> Ambas as falas abarcam o medo do futuro, elemento que atravessa classes, comunidades e histórias.

Assim, a inserção do jovem ou da criança no discurso sobre os rumos de CMD é um recurso para tratar das expectativas acerca da dinâmica do tempo. Como sustenta Koselleck (2006, p.310) a expectativa *“é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não”*. Em visita à Escola Estadual Daniel de Carvalho, voltada para os anos iniciais, conversei longamente com a coordenadora pedagógica e com algumas professoras. Nesse dia, elas me relataram algo instigante. Durante o tradicional desfile em comemoração da independência do Brasil, realizado no dia 7 de setembro de 2011, os alunos encenaram a relação de CMD com a mineração. Começaram mostrando o ciclo do ouro e do diamante, origem da fundação da Vila da Conceição no início do século XVIII e terminaram abordando o novo ciclo minerário, aberto com a instalação da Anglo American na cidade. Para fechar o desfile, as crianças caminharam vestidas com camisas brancas grafadas com grandes pontos de interrogação, representando o enigma trazido pelo novo ciclo econômico para a cidade. Ora, não foram as crianças que escolheram tais camisas, foram os adultos que se valeram da imagem de futuro suscitada pelas crianças, para questionar o destino da cidade. No entanto, talvez seja possível imaginar que a “interrogação” na camisa da criança possa de fato se dirigir para o presente desses sujeitos. Nesse sentido, ao invés de pensar como será o amanhã dos mais novos, gostaria de perguntar acerca do presente desses mesmos atores.

O jovem como uma metáfora dos anseios em relação ao futuro é um recurso poderoso que mantém a representação de que ele é um sujeito em construção, que

---

<sup>22</sup> Referência a São José do Jassém, distrito de Alvorada de Minas mais próximo ao local de construção da barragem de rejeito do projeto Minas-Rio.

<sup>23</sup> Entrevista realizada em Itapanhoacanga no dia 27 de outubro de 2012.

<sup>24</sup> Outra designação do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso.

<sup>25</sup> Entrevista com diretora de escola, dia 02 de outubro de 2012.

precisa traçar um percurso para se tornar um ser pleno, ou seja, adulto: racional, autônomo e individualizado (Castro, 2001a). Tal construção fortalece a visão de que os jovens são menos capazes de entender e de agir sobre o mundo público, ao mesmo tempo em que o adulto é alçado à posição de completude e de domínio de si e do mundo. A representação dominante desse sujeito adulto, livre e soberano, possibilita uma aproximação da questão geracional a outros princípios de hierarquização social, a raça ou o gênero, por exemplo. Ao entender o processo sócio-histórico pelo qual determinadas características se universalizaram associadas à figura do homem branco ocidental e heterossexual, como a razão, a liberdade e a autonomia, entende-se a importância da dinâmica simbólica nas formas de dominação social. Assim, a criança e o jovem são marcados como imaturos, irresponsáveis e emotivos porque o adulto seria um sujeito independente e auto-centrado. Entendo que ao invés de mostrar que os jovens são tão autônomos e capazes como os adultos, parece-me mais relevante demonstrar como, de fato, os homens adultos são imaturos, emotivos e irresponsáveis. Ou seja, quebrar as bases que sustentam a posição idealizada de uma suposta soberania e potência atribuídas ao sujeito moderno. Se as posições das crianças e dos jovens encontra certa equivalência em relação a outros marcadores de diferenciação social, como raça, classe e gênero, a condição geracional apresenta uma característica diferencial. Pois há uma mudança de categoria agenciada pela passagem do tempo: a criança e jovem “chegam” à condição de adulto. Nesse processo, desenvolvimento e progresso são termos usados para qualificar a passagem:

O regime de significados que estabelece a conexão entre infância e ‘traço a ser abolido’ remete-se a uma lógica que privilegia o *desenvolvimento*, ou seja, o sentido *progressivo* da história individual e coletiva no mundo ocidental. É a imaginação desenvolvimentista que propicia o solo necessário para se pensar que a vida humana tem uma razão: a de que nós, humanos, podemos e devemos nos tornar cada vez mais perfeitos – ‘maduros’, ‘civilizados’ – através de uma lenta submissão a padrões racionalizados de conduta onde prevalecem os valores da autonomia, do racionalismo, da individualização e do autocentramento (Castro, 2001, p.21).

Há um paralelismo instigante na referência à noção de desenvolvimento para falar do curso da vida humana e para tratar do curso da sociedade (Nandy, 2010). O discurso do desenvolvimento social também implica uma passagem percebida como de uma posição mais simples e de falta para outra mais completa. Tal discurso estabelece como ponto de partida a vida em uma região considerada pobre e atrasada, que ao realizar uma série de processos socioeconômicos adquire recursos se tornando um lugar

próspero e autônomo. A aposta no desenvolvimento está atrelada ao domínio de uma perspectiva social *industrial-urbana-moderna* que desconsidera a singularidade das formas de ser em um tempo-espaço específico, em razão da figuração dos lugares determinada pelo capitalismo-ocidental (Nandy, 2004).

A suposta chegada do desenvolvimento em CMD com a instalação do empreendimento da Anglo American e das dezenas de empresas associadas, alterou práticas e costumes locais, mas tal processo não ocorreu de forma linear, desprovida de tensão e conflito. A idéia, contida no discurso do desenvolvimento, de uma transformação “necessária” ou quase-natural do simples ao complexo; do rural ao urbano ou do tradicional ao moderno é antes de qualquer coisa uma farsa contada sobre um jogo de forças no qual a expansão de um modo de fazer solapa outras tantas práticas e fazeres, sobrevivendo daí, os conflitos sociais. Neste sentido, não há linearidade ou evolução nesse processo. William (2011) cita o escritor Thomas Hardy que descreveu a migração “natural” da população rural da Inglaterra, para as metrópoles nascentes do século XIX, como “*a tendência da água a fluir para o alto dos morros quando forçada a fazê-lo por máquinas*” (Thomas Hardy, citado por Willians, 2011, p. 344). O desenvolvimento não se traduz em uma simples transformação, ele é um processo mediado por relações de poder entre diferentes atores.

Os jovens foram pesquisados considerando como refletem em suas ações no tempo presente, frente às mudanças do lugar em que vivem. Nesse sentido considero a força do argumento do futuro, porém enquanto tempo ainda presente, a partir das experiências e expectativas (Koselleck, 2006). Se não se pode prever como será o amanhã, é preciso compreender de que forma as imagens do futuro agem sobre as escolhas do presente. Os jovens da região do MatoDentro estão escolhendo o que querem fazer a partir de traços e figurações do presente-futuro, e nada é claro no horizonte. As narrativas em relação ao momento circulam nas diferentes comunidades da região e com elas as pessoas tentam dar conta do processo que tanto já mudou o lugar.

Em sua discussão sobre a possibilidade dos jovens terem uma fala pública no contexto complexo de transformações sociais, Castro (2010, s/p) escreve que “*em tal posição de desorientação, fica difícil lutar, se contrapor, agir. Como os jovens podem agir e desvendar as opressões sutis que os atingem? Qualquer ação se sustenta pela*

*narrativa que conta, organiza e torna inteligível nossa posição no mundo*”. A partir de meados dos anos 1980 muito se tem escrito acerca das características fluidas do mundo contemporâneo, em relação à dinâmica do trabalho, da cultura e da intimidade (Giddens, 1991; Bauman, 2000). Porém, as injunções socioculturais observadas no contexto do MatoDentro, e das quais trato nesta tese, referem-se a mudanças profundas de um pequeno município de um país periférico que subitamente se torna objeto de exploração de uma poderosa multinacional. Que tipo de efeito tal processo gera para a vida de pessoas da região, muitas das quais vivem isoladas das áreas urbanas, em pequenas comunidades e sítios afastados? Que tipo de deslocamento subjetivo produz a instalação de um projeto de bilhões de dólares, operado pela quarta maior companhia mineradora do mundo, em uma região constituída por distritos antigos e comunidades de remanescentes de quilombos? Ainda que processos similares ocorram em vários lugares do Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, poucas análises discutem a questão da subjetividade dos jovens imersos nesse cenário.

Ao refletir sobre como jovens de periferia se apropriam dos bens culturais oriundos da metrópole, Pikington e Johnson (2003) enfatizam a influência da cultura do consumo para os jovens das periferias. Dessa forma, um modelo de vida forjado em outro lugar se impõe pela malha rodoviária, pela televisão, internet e rádio. A influência da “indústria cultural”, em sua capacidade de constituir formas de subjetivação não se dá em um “vácuo social”, ela é mediada pelas relações próprias das pessoas em seus lugares de vida.

Enquanto poucos lugares do mundo escapam da incorporação na economia global-cultural, o consumo de mercadorias capitalistas não é universalmente o principal meio de formação do *self*. Em todo lugar o consumo e a criação de "estilos de vida" são acompanhados por outras formas de configurações de identidades e de (des) identificação. Além disso, o consumo e os desejos pelo novo e o "moderno" não são uniformes nas vidas na periferia (Pikington e Johnson, 2003, p.266).<sup>26</sup>

Na região de inserção do *Minas-Rio* é visível a grande influência dos signos do capital e da modernidade. A presença física de carros, motos, celulares, aparelhos de som e a idolatria de rapazes e moças por figuras midiáticas veiculadas nos programas de

---

<sup>26</sup> No texto original: “While few places in the world escape incorporation into the global cultural economy, the consumption of capitalist commodities is not universally the main means of the subject-forming self. Everywhere consumption and the creation of ‘lifestyles’ are accompanied by other identity-forming attachments and des-identifications. Moreover, consumption and the associated desires for the new and the ‘modern’ are not uniform in peripheral lives”.

televisão, atestam tal influência. Contudo, a relação que os jovens das comunidades no entorno do projeto tecem com os produtos culturais metropolitanos não se dá por uma simples adoção. No gosto musical desses jovens, nas festas regionais e nas cavalgadas, observa-se um processo de apropriação e articulação entre elementos modernos, metropolitanos e elementos da tradição local. A ressalva de que a adoção do “estilo de vida” nas sociedades periféricas não se dá de forma uniforme se faz importante para entender a dinâmica das práticas, temporalidades e sociabilidades locais. Assim, ao contrário do que postula uma compreensão monolítica da “indústria cultural”, as comunidades periféricas não são passivas à influência do poder simbólico de determinação do capital. Dito isso, não estou desconsiderando a força das relações de poder que se instauram entre o centro e a periferia, como também entre adultos e jovens. A semelhança entre as categorias subalternizadas, o jovem e a periferia, em suas posições de subordinação, permite entender o jovem como uma metáfora do processo sociopolítico vivido pelas comunidades periféricas (Castro, 2011). Perguntar aos jovens como lidam com os problemas do cotidiano é questionar como a realidade social é subjetivada por eles, como forjam interpretações singulares a respeito do que vivem. Em sua tematização do efeito da cultura na juventude, Castro (2001b, p.125) aponta que o jovem é *“capaz de pensar e elaborar sobre os mecanismos das desigualdades sociais e expressar opinião sobre suas consequências na vida social [o que] constitui oportunidade de agir construtivamente em relação à ordem estabelecida, no sentido de vislumbrar outras possíveis alternativas a esta ordem”*.

O entendimento desse conjunto de questões e o esforço de não “invisibilizar” a posição dos jovens durante o trabalho de campo, foi muito mais difícil do que discutir teoricamente acerca desses elementos. No início do trabalho de campo, sentia grande dificuldade para entrar em relação com os jovens da região, um formalismo excessivo e uma distância se impunham entre mim e eles, sendo que muitas vezes resolvia tal impasse buscando a mediação de adultos conhecidos. Portanto, ao invés de me aproximar e dialogar com eles procurava um ator adulto, professor ou atingido pelo empreendimento, que pudesse mediar nossa relação. Só entendi as implicações dessa estratégia para o meu trabalho, depois de um tempo em campo, quando ao refletir sobre o objetivo central da pesquisa, percebi que meus dados acerca dos jovens não contemplavam uma singularidade “forte” de suas experiências. Assim, a diferença geracional mostrou-se não apenas uma questão teórica, como um contínuo desafio

metodológico. Ao longo do trabalho eu procurava identificar tal dificuldade e encaminhá-la de outro modo, assumindo as nossas diferenças e buscando entender os atravessamentos da idade, como os de classe e de origem, na relação com os sujeitos no campo. Havia assim um jogo de identidades e juízos, entre eu e eles, como deles também em relação a mim. Não “adivinhar” o que pensam os jovens moradores da região, não enquadrar os sentimentos desses outros sujeitos a partir das categorias que eu trazia, mostrou-se um desafio que me conduzia do campo à teoria, e de volta ao campo.

#### **1.4. Os modos de subjetivação e a crítica ao “fetichismo”**

Não reduzir o pensamento daquelas pessoas tão diferentes de mim às expectativas que eu tinha em relação a elas significou manter uma reflexão vigilante sobre o meu entendimento na condução do trabalho de campo e nas análises subsequentes. Os processos desencadeados pela instalação do *Minas-Rio* ainda estão em andamento, ou seja, há implicações correntes na vida dos moradores da região. Pequenos e médios agricultores que vivem próximos à mina ainda não sabem se irão ou não deixar suas terras; comunidades afetadas pelo empreendimento não sabem se os problemas com as águas da região irão diminuir ou aumentar; ou ainda como será a oferta de emprego no futuro próximo.

Ao objetivar minhas interrogações nesta tese de doutorado mostro não só o que vi, mas como vi e de que maneira interpretei. A análise psicossocial é constitutivamente marcada por dificuldades epistemológicas em confluência com questões éticas e políticas. Pois além do trabalho de decodificar o significado de práticas sociais de *outras* pessoas, é preciso considerar a trama social que envolve tanto o pesquisador, como os sujeitos de sua pesquisa (Giddens, 1978). Ao tratar do tema do desenvolvimento econômico, das disputas políticas entre ordem de valores, ao criticar a maneira como o capitalismo intensifica relações de exploração, adentra-se nesse cenário complexo entre ciência e política, cujos desdobramentos conceituais não tratarei aqui. O que faço é expor a posição tomada neste estudo para uma melhor compreensão da forma como interpretei os fenômenos observados.

Antes de buscar informações específicas sobre a situação em *Conceição* algumas premissas analíticas se fortaleciam pela leitura de artigos em torno da questão socioambiental (Alonso e Costa, 2000; Porto-Gonçalves, 2004; Carneiro, 2005a; Acselrad, 2005; Zhouri e Laschefski, 2010). A reflexão sobre a questão ecológica pelo prisma da noção de conflito ambiental possibilitou a compreensão das questões socioambientais como disputas entre atores com princípios antagônicos no uso e apropriação de recursos naturais (Acselrad, 2005). Grande parte dos problemas ambientais contemporâneos, como é o caso no MatoDentro, surgem quando o Estado e o mercado exploram recursos naturais localizados em determinado território, lar de determinados povos e culturas que utilizam os elementos do lugar de outra maneira. Apesar de grande variação de situações que ensejam conflitos - mineração, construção de barragens, delimitação de parques de proteção ambiental, há certo padrão na emergência dos conflitos ambientais.<sup>27</sup> A entrada do Estado e das empresas no território não se resume à exploração específica dos recursos almejados, ela implica em uma completa transformação das relações sociais desses lugares. As populações indígenas, os ribeirinhos, remanescentes de quilombos, e outras populações tradicionais possuem uma visão do mundo construída pela interação com o território em que vivem. Com isso, a compreensão do processo de formação da identidade se mostrou um aspecto crucial no entendimento desse processo, pois o conflito pelos recursos é ao mesmo tempo um conflito entre mundos, entre universos de sentido (Ranciere, 1996). A luta no campo socioambiental traz para o debate público o “valor” de um recurso, para além da exclusividade da referência mercantil. Elementos como a história, a cultura e o sagrado são formas de “fazer falar” estes outros sentidos (Carvalho e Steil, 2008). Assim, parte da ação política das populações tradicionais consiste em deixar que os diferentes “valores” sejam revelados na interação, mostrando como tais valores são fundamentais para a construção das identidades sociais.

Embora concorde com a importância dos valores na construção das identidades sociais, vejo que tal articulação entre os valores e as identidades revela uma questão ética extremamente complexa e também de grande relevância científica. Em que medida as perspectivas socioambientais, mesmo as mais críticas, não se baseiam em certo modelo idealizado de sociedade e de cultura que desconsidera as experiências e desejos dos sujeitos concretos? Para ficar mais claro, esta questão se debruça sobre o problema

---

<sup>27</sup> No capítulo 4 irei discutir especificamente como entendo a questão socioambiental contemporânea.

do *fetichismo* na pesquisa social, ou seja, a eliminação da complexidade dos sujeitos e dos processos sociais concretos, em razão de uma abstração lógico-conceitual. Tal problema se coloca, no momento em que a vontade do pesquisador em encontrar uma resposta “elegante” aos problemas socioambientais, gera a eliminação das situações complexas encontradas na pesquisa. As ambigüidades do campo mostram que o pesquisador deve repensar o tratamento teórico que dispensa aos dados empíricos. Com efeito, a partir da reflexão de um “desencontro” entre a precisão teórica e a complexidade das situações do trabalho de campo, passei a questionar a influência do fetichismo sobre as compreensões teóricas. O fetichismo se impõe na medida em que as identidades são percebidas de forma unilateral, desconsiderando uma gama de aspectos dos sujeitos em questão. Pensar o fetichismo significou entender que as categorias que utilizo para entender a realidade são compostas por redução e simplificação. Ao dizer, por exemplo, que João é um ativista ambiental crítico ao *Minas-Rio*, não tenho acesso ao modo singular como ele se posiciona em relação ao projeto. A preocupação em estabelecer categorias mais precisas sobre a realidade psicossocial é uma premissa do pesquisador e não do sujeito pesquisado. Heller (1991, p.208) escreve que “*não há sociologia sem uma certa medida de reificação, a metodologia científica inclui a reificação*”, pois a sociologia, como qualquer tipo de pesquisa social, trata como objeto sujeitos que vivem, pensam, falam. A autora lembra que: “*O(a) cientista social não sabe intuitivamente muito sobre as experiências de vida, os modos de pensar ou os valores das demais pessoas; ele ou ela só pode produzir uma teoria verdadeira da sociedade depois de ter adquirido esse conhecimento*” (Heller, 1991, p.208). Assim, se o teórico social busca dar conta de um conjunto de experiências sociais e apreender seus sentidos, tal prática ocorre em uma realidade na qual o pesquisador também ocupa determinada posição. A leitura sobre a etnografia me ajudou a identificar meios de abrir caminhos na pesquisa. A permanência por mais tempo em campo foi também uma forma de entender melhor a situação local e a posição que eu ocupava para os moradores dessas comunidades.

Só quando se tiver destruído esta prioridade metodológica dos “factos”, só quando se reconhecer o caráter de processo de todos os fenômenos, se poderá por fim compreender que aquilo a que é costume chamar “factos” consiste também em processos. Poder-se-á então compreender que os fatos reais mais não são do que partes, momentos do processo de conjunto, artificialmente isolados e cristalizados (Lukács, 1974, p.205).

A perspectiva epistemológica crítica de Lukács (1974), ao considerar os problemas do esquema fetichista na pesquisa, desvela o objeto com seus aspectos contraditórios, buscando as mediações e processos determinantes e não uma síntese final. A crítica ao fetichismo no processo da pesquisa não se apresenta, portanto, como uma solução aos impasses metodológicos, mas como momento de cautela no entendimento do campo e no “acolhimento” dos aspectos contraditórios observados na pesquisa. Nas palavras da população de CMD o projeto *Minas-Rio* era elogiado pela oferta de trabalho e pelo aumento de renda no local, ao mesmo tempo em que era recorrente a reclamação sobre os muitos problemas causados pela mineração, o que colocava em questão as vantagens do empreendimento. Se esse enredo parece representar “bem” a realidade local, aos poucos outras figurações embaralham essa forma de entender. Na cidade mulheres de meia idade voltavam a estudar, com objetivo de se formar e se “capacitar” para as oportunidades de emprego; trabalhadores rurais se mostravam felizes ao largar a labuta na roça para trabalhar “fichados” nas “firmas”; a ausência de produtos como a cachaça, a farinha de mandioca, os doces e queijos - tradicionais na região - gerava tristeza nos moradores locais; a maior circulação de dinheiro levava ao encarecimento da vida na cidade, gerando desabrigados, assentamentos irregulares e aumento de violência; a oportunidade de trabalho para as jovens mulheres possibilitava o enfrentamento de situações de opressão em relação aos homens: seus pais, irmãos e maridos. Essas diferentes situações mostram, em que medida, uma figuração dicotômica sobre a instalação do projeto *Minas-Rio* dificilmente se sustenta frente à complexidade do processo em curso.

Ao analisar as figurações sobre o campo e a metrópole Williams (2011) argumenta que enquanto alguns escritores e poetas dos séculos XVII falavam dos campos verdejantes e seus alegres moradores, outros questionavam o lirismo pueril e afirmavam as dificuldades da vida no meio rural, escrevendo que “*a verdade, ainda que expressa em poesia / É que campeia nas aldeias a agonia*” (Williams, 2011, p.49-50). Pensando a relação entre campo e cidade naquele período histórico marcado pela revolução industrial e, conseqüentemente, pelo início do predomínio do meio urbano sobre o rural, com suas fábricas e instituições modernas, o autor afirma:

Se o que se via na cidade não podia ser aprovado por tornar evidente a sordidez das relações decisivas que regiam a vida das pessoas, o remédio não era jamais a moralidade da vida simples e dos pensamentos nobres trazidos por um visitante, nem uma conversa vazia sobre campos verdejantes. Era uma mudança das relações sociais e da moralidade essencial. E era

precisamente nesse ponto que a ficção de ‘cidade e campo’ era útil: para promover comparações superficiais e impedir comparações reais (Williams, 2011, p.94).

A representação fetichista do espaço obscurece as relações em curso, ao fornecer interpretações particulares como se tratassem da totalidade. Não só as diferenças na representação do território urbano e rural em CMD padecem desse processo, outras representações de situações e objetos também revelam formas simplistas de lidar com processos complexos no contexto desta pesquisa. Os agricultores que se consideram atingidos pela mineração são constantemente desqualificados por parte de outros moradores da região, que falam que eles querem apenas gerar especulação e inflacionar suas propriedades. Esse mecanismo nega o direito dos atingidos à queixa e à própria experiência como sujeitos, em relação a um processo social que não se restringe à questão financeira. Por outro lado, há pesquisadores que parecem buscar na figura do atingido pela mineração o ativista político por excelência, aquele sujeito imbuído de um espírito militante na luta radical contra a opressão capitalista, com isso desconsiderando a vida e trajetória singular desses sujeitos do MatoDentro. O fetichismo da identidade do atingido, dessa forma, se faz em relação a uma moralização desses atores, que passam, dependendo do discurso, a ser “interesseiros” ou “heróis”.

A noção de identidade ou de sujeito coloca em questão a configuração das formas de pensar e de agir sobre o mundo social. A vida de todos nós, em sociedade, é marcada por experiências heterogêneas com as quais lidamos em nossa vida diária. A noção de sujeito na filosofia moderna remete a uma condição dupla, tanto de compreensão como de ação. Para Laclau e Mouffe (1985, p.115), o conceito moderno de sujeito está alicerçado em três princípios que eles criticam: a suposição de uma racionalidade do agente e sua transparência para si mesmo; sua unidade e homogeneidade frente a condições sociais diversas; e a noção de que ele é a base das relações sociais. As reflexões de pensadores como Nietzsche e Freud, dentre outros, desde o final do século XIX, em consonância com movimentos sociais e culturais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, deram um profundo golpe na figuração absolutista da noção de sujeito. Por essas considerações utilizo a noção de subjetivação, por abrir caminho nesse difícil debate permitindo demarcar certa condição de agência e de interpretação do mundo sensível, sem permanecer presa a uma estrutura absolutista.

O modo pelo qual os jovens vivenciam um conjunto de relações sociais não é pré-determinado por uma condição unívoca, seja a idade, os recursos econômicos ou o local de moradia, mas sim pela maneira como tais condições os afetam ao longo de suas vidas. Neste trabalho utilizo dois conceitos para entender os modos de subjetivação. Por *experiência* entendo como o sujeito sente aquilo que lhe acontece em sua relação com o mundo, como os elementos da realidade o tocam. Tal noção implica na maior relevância desse mundo sensível sobre a configuração subjetiva. Já a noção de *narrativa* permite que as experiências sejam articuladas em formações discursivas específicas, que conferem sentido àquilo que ocorre ao sujeito (Ricoeur, 1997). Dessa forma, a narrativa é um momento de fechamento do sentido, enquanto a experiência é momento de tensão e de encontro com as coisas do mundo.

Entender os modos de subjetivação dos jovens do Mato Dentro sem reduzi-los a esquemas fetichistas, foi um dos principais desafios epistemológicos da pesquisa. Dessa maneira, busquei entender as relações que os sujeitos tecem em relação ao que lhes acontece. A fala de um morador da região sobre toda a situação da *Anglo* me ajudou a dar sentido ao que eu também observava na pesquisa.

Mas é isso que acabei de falar com você, é **um bão-ruim, ao mesmo tempo**. Emprega todo mundo, mas tira água que cê tá procurando, tira a lenha, entendeu? Pessoas que você não conhece, tá acontecendo roubo. Esses carros aí, essas estradas nossa não comportam tanto de carro que tá passando, se adoecer uma pessoa aqui hoje, e der uma chuva, ele tem que morrer aqui que não consegue chegar em lugar nenhum, nem no Serro nem em Conceição... culpado é quem? A Anglo American. Que nunca teve nada disso aqui.<sup>28</sup>

A ambiguidade da relação dos moradores com o projeto *Minas-Rio* mostra em que medida a situação é um pouco mais complexa do que algumas figurações fazem crer, procurando nas situações terrenas, imagens e representações sobre o bem e o mal. A experiência das pessoas do lugar e o que elas me contavam, revelam formas de sentir e de pensar sobre o que acontece na região. A experiência parece, às vezes, algo sem sentido, ela simplesmente acontece: olho alguma coisa na rua e sem entender porque me sinto diferente. Com o tempo aquilo volta aos meus pensamentos. A noção de experiência é um meio de manter a tensão na relação do sujeito com o meio, sem

---

<sup>28</sup> Entrevista com um morador de Itapanhoacanga, dia 02 de novembro de 2012.

reduzir apressadamente as pessoas e suas realidades a figurações abstratas. Com isso, exploro nos próximos capítulos de que maneira a transformação socioambiental sobre o território do MatoDentro produziu formas de sentir, pensar e se posicionar entre os jovens desse lugar.

## CAPÍTULO 2

### A NOVA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO NO MATODENTRO

A história das povoações que tiveram origem na presença do ouro é sempre a mesma. Florescem enquanto as minas foram ricas ou fáceis de explorar; quando se esgotam, os habitantes retiram-se para outra parte. Os mineiros não constituíam senão população nômade; mas deixaram-se cegar a respeito da natureza de seus bens, e precipitaram sua ruína fundando estabelecimentos fixos que deviam em pouco abandonar. O ouro que retiram da terra só serve à prosperidade de estranhos, e seus descendentes ficam pobres.

(Auguste de Saint-Hilaire)

#### 2.1 Uma breve apresentação do MatoDentro

Ao falar da região na qual se instala o projeto *Minas-Rio*, gostaria de convidar o leitor a refletir sobre um território que não se resume às fronteiras municipais ou a critérios institucionais que comumente caracterizam uma cidade. Proponho visualizar o território de referência, para esta pesquisa, seguindo o curso de rios, percorrendo as estradas que ligam comunidades rurais a distritos ao redor da Serra da Ferrugem, identificando assim o *MatoDentro*.

A construção da mina do *Sistema Minas-Rio* não é sentida da mesma forma por todos os moradores de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas ou Dom Joaquim. Ademais, no interior dos municípios cada localidade sofreu efeitos específicos da construção desse grande empreendimento. Nas imediações da Serra da Ferrugem, por exemplo, a mudança foi drástica e alterou as relações sociais, culturais e ambientais, enquanto nas sedes municipais são os problemas sociais que sobressaem. Com o objetivo de mitigar o predomínio do enfoque na sede municipal em detrimento do território socioambiental diretamente afetado, proponho designar como MatoDentro a região de instalação do projeto *Minas-Rio*, seguindo a noção adotada por Becker (2009). O MatoDentro é definido por comunidades rurais, distritos e também as sedes municipais próximas ao empreendimento. A ideia de fazer tal demarcação tem como objetivo mostrar a relevância do espaço geográfico e das relações históricas, sociais e

culturais que as dezenas de comunidades estabelecem entre si, não necessariamente inscritas ao marco político-institucional. É comum que as pessoas se refiram ao projeto como a “*mineração em Conceição*”, pelo fato da cidade ser a maior dentre as três que são diretamente afetadas. Ao ler o trabalho de Becker (2009), no qual ela discute o desenvolvimento do turismo na região, achei pertinente a maneira como a autora descreve o território. Becker (2009) ainda lembra que MatoDentro é uma tradução da palavra indígena *Caeté*, termo utilizado pelos índios botocudos, originários da região, para identificar seu território.

Este capítulo se inicia com uma apresentação da região do MatoDentro, por meio de uma breve reflexão sobre sua peculiar composição histórica e geográfica, com ênfase na relevância do ciclo do ouro e dos diamantes para a identidade da região. O território se constitui por meio das relações entre elementos físicos, a terra, a vegetação, a água e os processos sociais de ocupação, uso e simbolização do espaço. Após apresentar, de forma muito esquemática, traços da história e da geografia local, exponho a chegada desse grande empreendimento na região a partir dos debates em torno da concessão da licença prévia (LP)<sup>29</sup> ao projeto, pelo Conselho de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais.

A divulgação, em novembro de 2006, da construção de uma grande mina na Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro (CMD), e uma outra, na Serra de Itapanhoacanga em Alvorada de Minas, provocou surpresa entre os moradores da região, sobretudo em CMD, cidade que se organizava para se tornar um pólo de turismo ecológico e de aventura. Preocupado com a degradação socioambiental associada à mineração, um grupo de moradores locais se aliou a ambientalistas de Minas Gerais buscando, por diferentes meios, questionar a viabilidade do projeto extrativista no MatoDentro. Esse movimento gerou um primeiro foco de resistência ao projeto e lutou para impedir a instalação do mesmo. Por essa razão, os moradores críticos ao empreendimento sentiram como uma derrota sua viabilização com a concessão da LP, em dezembro de 2008. Baseando-me nos embates entre os conselheiros na reunião do COPAM, analiso as construções narrativas sobre o projeto *Minas-Rio*, utilizando a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985). Os debates na reunião da LP, tanto aqueles favoráveis como aqueles contrários à proposta extrativista, discutiram o que

---

<sup>29</sup> Adiante irei tratar do processo relacionado ao licenciamento ambiental.

seria “melhor” para a região do MatoDentro. Assim, para a empresa e seus parceiros presentes no COPAM, a inserção do empreendimento na região favoreceria economicamente a população local, enquanto aqueles contrários denunciavam a gravidade dos problemas ambientais e sociais provocados pela mineração. Com a referência ao discurso é possível compreender a costura de interesses, valores e visões de mundo no cenário local. E a reunião de concessão da LP é exemplar dos determinantes específicos que levaram ao conflito socioambiental abordado nesta tese. Embora minha pesquisa de campo tenha ocorrido quatro anos após a reunião da LP, ao escutar a gravação dos embates daquele encontro, tornou-se claro para mim como tudo aquilo que fora discutido em 2008, permanecia presente em 2012: nas relações que se romperam ali, na permanência dos mesmos argumentos, nas relações de confiança que se fortaleceram e nos medos que se precipitaram em realidade com o passar dos anos.

O projeto *Minas-Rio* alterou a realidade da região como um todo, mas a cidade de CMD é considerada a localidade de referência do empreendimento. Conceição do Mato Dentro é um município de grande extensão territorial, com uma população de quase vinte mil habitantes, situado a cento e sessenta quilômetros da capital Belo Horizonte<sup>30</sup> (IBGE, 2010). A rodovia estadual MG-010 leva o viajante da capital do Estado para CMD, e depois até a Serra da Ferrugem, local de construção da mina. Fazenda Jardim é o nome da sede do *Minas-Rio* que está a aproximadamente vinte quilômetros do centro de CMD. As outras duas cidades que fazem parte do projeto são menos populosas, Dom Joaquim conta com uma população de 4.532 habitantes e em Alvorada de Minas a população é de 3.546 habitantes (IBGE, 2010). No mapa 1 é possível ver a região de entorno do projeto *Minas-Rio* com os nomes das comunidades, distritos e a indicação do sentido em que se encontram as sedes municipais.

---

<sup>30</sup> O município de CMD abrange uma extensão territorial de 1.726.830 Km<sup>2</sup>, o que significa que ele é quase cinco vezes maior do que Belo Horizonte e um pouco maior que a cidade do Rio de Janeiro, que tem 1.200.278 Km<sup>2</sup>.



Mapa 1. Mapa da região de instalação da mina do Sistema Minas-Rio. (Fonte original: Diversus, 2011. As indicações dos nomes das três cidades da área de influência foram acrescentadas pelo autor)<sup>31</sup>

A história de ocupação dessa região se confunde com a história oficial do próprio Estado de Minas Gerais. Com a descoberta e exploração do ouro e do diamante são fundadas as primeiras vilas, na região hoje nomeada como Minas Gerais. E desde o final do século XVII, quando foram descobertas as primeiras jazidas, até os dias de hoje, a mineração é um dos mais importantes eixos de desenvolvimento econômico do Estado. *“Entre 1690 e 1695 o sonho português concretizou-se: os bandeirantes descobriram ouro na Serra da Mantiqueira, na região do atual Estado de Minas Gerais”* (MARTINS, s/d, p.9). Com a descoberta dos metais em diferentes lugares foram formadas aglomerações bandeirantes, constituindo as cidades que hoje recebem os nomes de Ouro Preto, Mariana, Serro, Minas Novas, e também Conceição do Mato Dentro. É ao redor dos sítios de descoberta desses metais preciosos que florescem os

<sup>31</sup> Nesse mapa adaptado do relatório Diversus (2011, p.14), vê-se ao centro, na porção delimitada por linhas pretas contínuas, o local de construção da infraestrutura do Minas-Rio. Os pontos amarelos e vermelhos indicam as residências consideradas atingidas pelo empreendimento para o relatório citado anteriormente.

primeiros povoamentos coloniais, incluindo aí a região do MatoDentro. A exploração dos metais preciosos, o ouro e depois o diamante, gerou intensos deslocamentos e conflitos de toda ordem, tanto entre os próprios bandeirantes, mas também entre as forças coloniais e as populações indígenas, habitantes originários desses locais (Anastasia, 2005; Becker, 2009).

Foi a partir de suas intervenções no conflito conhecido como Guerra dos Emboabas (1709/1710), a luta entre paulistas e portugueses, baianos, pernambucanos e outros pela hegemonia das Minas, que a Coroa resolveu instaurar um controle efetivo na região mineradora. Isso significou, entre outras medidas, separar a capitania de São Paulo e Minas do Ouro da do Rio de Janeiro e elevar, entre 1711 e 1715, vários povoados à categoria de vila, de forma a permitir a disseminação da máquina administrativa, buscando institucionalizar politicamente a região (Anastasia, 2005, p.34).

A descoberta dos metais preciosos em abundância no curso de rios gerou intensa migração de pessoas de outros lugares da colônia. Em razão das riquezas e da proeminência dos conflitos, o Império Português altera o traçado político no local de descoberta dos metais reestruturando a relação entre a metrópole e sua colônia, no plano geopolítico e populacional.

A necessidade de garantir a previsibilidade da ordem nas áreas de mineração e a eficácia da arrecadação tributária promoveu a separação da capitania de Minas Gerais da de São Paulo, construindo-se, em 1721, a capitania de Minas Gerais, cujo primeiro governador foi D. Lourenço de Almeida (Anastasia, 2005, p.35).

Nesse período a cidade de CMD era chamada de Vila da Conceição, sendo um distrito da Vila do Príncipe (atual Serro). Algumas localidades afetadas pelo *Minas-Rio* datam dessas primeiras ocupações bandeirantes, como o distrito de Córregos, pertencente a CMD e o distrito de Itapanhoacanga, parte de Alvorada de Minas. Ao longo do trajeto dos rios e no caminho dos homens, formaram-se muitas vilas e arraiais. A rápida ocupação dos sítios mineradores gerou, na população migratória, grande expectativa de riqueza, porém em menos de um século a produção do ouro diminuiu drasticamente e as vilas se tornaram decadentes. O naturalista francês August de Saint-Hilaire testemunha o que se tornou a então Vila de Conceição, por volta do ano de 1818:

Conceição pode ter cerca de duzentas casas que se alinham em duas ruas paralelas. À exceção de Itambé, de todas as povoações até então vistas, nenhuma apresentava como essa tantos sintomas de decadência e miséria. (...)

o ouro retirava-se sem dificuldade dos terrenos próprios à povoação; as mineiras, porém, empobreceram, e os atuais proprietários não possuem recursos para fazê-las explorar. Afastam-se sucessivamente de uma zona que não mais produz ouro e é imprópria à agricultura; o mato que cresce nas ruas de Conceição esconde quase completamente as pedras do calçamento; grande número de casas já foi abandonado, e as outras caem em ruínas (Saint-Hilaire, 2000 [1830], p.135).<sup>32</sup>

Com o fim da exploração do ouro, parte dos milhares de homens e mulheres que haviam se deslocado para a região se fixa e passa a viver principalmente da agricultura e troca de víveres. Os casarios antigos, as peças sacras e outros artefatos testemunham de forma opaca o brilho e riqueza desses outros tempos. As três centenas de anos que existem, entre a fundação da cidade e a divulgação do projeto *Minas-Rio*, mostram o início de um novo ciclo de exploração dos metais na região. A mudança do tempo se fez acompanhar de transformações sócio-políticas radicais, o que impede qualquer comparação superficial entre a situação atual e a época colonial. Apenas o interesse mercantil nos metais e o domínio do poder econômico permanecem os mesmos, intocados pela ação do tempo.



Fotografia 2. Fotografia do Brasão do município de Conceição do Mato Dentro, tirada na frente da Câmara Municipal de CMD no 01 de junho de 2012. (Fonte: Arquivo pessoal)

---

<sup>32</sup>Auguste de Saint-Hilaire viajou pelo Brasil percorrendo diversas províncias da então colônia portuguesa. A estada relatada nessa passagem refere-se a algum momento entre os anos de 1816 e 1818.

Na imagem anterior, observa-se no brasão do município de CMD alguns elementos interessantes, que atravessam a história da cidade demarcando diferentes ordens de valores. As montanhas talvez simbolizem as serras da região, os bois parecem registrar a atividade produtiva dos homens. No interior das montanhas brilham as pedras preciosas, e abaixo delas correm as águas subterrâneas. Os elementos representados no brasão falam da história, mas também da geografia local. A região apresenta extrema riqueza e diversidade natural. O Mato Dentro se encontra na parte meridional da grande cadeia do Espinhaço, local de divisão de importantes biomas (Gontijo, 2008; Ribeiro, 2013). O imponente conjunto montanhoso que se estende do centro de Minas Gerais até a Bahia, abriga grande variedade de fauna e flora. Gontijo (2008) considera o Espinhaço não apenas um divisor natural de biomas, do cerrado e da mata atlântica e de bacias hidrográficas, mas ele mesmo um bioma específico.

Considerando o aspecto regional, o Espinhaço Meridional surge como um grande divisor de biomas, ele próprio comportando em si um daqueles quatro biomas mais significativos da paisagem mineira. A bacia do Rio das Velhas, na encosta ocidental do Espinhaço Meridional, invade o cerrado mineiro, enquanto a encosta oriental do Espinhaço Meridional detém o avanço do “mato dentro” ao longo da bacia do rio Doce, o mesmo “mato dentro” que batizou Conceição, Itabira e Itambé, ali localizadas e todas testemunhas da grande floresta estacional semi-decidual, versão mineira do bioma da Mata Atlântica (Gontijo, 2008, p.12).

No início dos anos 2000, a confluência da relevância histórica da região e sua riqueza natural forneceram a base para que CMD fosse objeto de intervenções públicas e privadas, com o intuito de tornar a cidade um pólo turístico (Becker, 2009). Ao analisar os meandros do surgimento da política de turismo na região, Becker (2009) demarca dois momentos específicos para a expansão desta atividade no local. Por um lado, a autora aponta a importância do lançamento do programa Estrada Real, em 1999, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). O programa tem o objetivo de recuperar os caminhos coloniais que ligavam as Minas Gerais à capital imperial, o Rio de Janeiro, fomentando o turismo nas adjacências das estradas. Já o segundo momento se refere à outorga pela UNESCO<sup>33</sup>, em 2005, do título de Reserva da Biosfera para a Serra do Espinhaço (RBSE) em sua porção meridional.

---

<sup>33</sup> A sigla significa United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações para a Educação, Ciência e Cultura).

A partir dos anos 1990, com a atuação de alguns atores locais, houve o fortalecimento de grupos ambientais voltados para ações contra a degradação do patrimônio natural da região. A luta pela criação de parques e a defesa da natureza orientou a iniciativa da sociedade civil, com destaque para a ONG Sociedade dos Amigos do Tabuleiro (SAT). Os ambientalistas locais conseguiram o apoio de instituições como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e a fundação francesa France Libertés<sup>34</sup> e encaminharam para a UNESCO a requisição do título de Reserva da Biosfera, conferida em 2005. O título significa um reconhecimento da relevância do patrimônio natural e social da Serra do Espinhaço. Uma das funções desse reconhecimento seria o favorecimento da adoção de políticas preservacionistas, sendo que CMD é o município de referência da reserva.

Becker (2009), ao apontar os marcos históricos da implantação da estrutura de turismo na região, afirma que entre os anos de 1999 a 2005 todos os esforços de ambientalistas, intelectuais e empresários locais, com o apoio de entidades nacionais e internacionais, dirigiam-se para a aposta no ecoturismo. O programa Estrada Real, de grande envergadura e financiado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), levou à criação de pousadas, hotéis e restaurantes construídos às margens dos caminhos antigos que partiam do interior de Minas Gerais para o Rio de Janeiro.

O território MatoDentro abriga um rico patrimônio natural: rios, cachoeiras, cânions etc., e social: modo de vida caipira, arquitetura e cultura barroca, gastronomia etc. A cidade do antigo ciclo do ouro, em função mesmo dessa paisagem cultural coletiva — patrimônio relativamente preservado no tempo —, nos últimos quinze anos passou a ser gradativamente reconhecida como um município com grande potencial para desenvolver diversos segmentos turísticos, em específico o ecoturismo (Becker, 2009, p.294).

A proposta de transformar esses caminhos em um “produto turístico” não era apenas um meio de preservação ambiental, mas uma forma de dinamizar a economia local, gerando aumento de emprego e renda. Com histórico de dificuldades financeiras, o modelo turístico que interessava à parte da população local parecia perfeito para as necessidades e virtudes da região, e a articulação entre sociedade e o poder público local

---

<sup>34</sup> Página da entidade na internet:  
[http://www.france-libertes.org/Who-we-are-our-history-and-values.html#.UnW\\_0lMIBjR](http://www.france-libertes.org/Who-we-are-our-history-and-values.html#.UnW_0lMIBjR).

se mostrava sólida no fornecimento do apoio político-institucional para o desenvolvimento dessa atividade.<sup>35</sup>

Ao considerar os efeitos subjetivos que são produzidos pela instalação do projeto de exploração do minério de ferro no MatoDentro, é importante entender o contexto de transformações recentes no território. É nesse sentido que interessa falar do discurso turístico, pois ele alude a uma proposta de uso e de ocupação do território com implicações políticas, culturais e subjetivas alternativas à proposta minerária.<sup>36</sup>

Em novembro de 2006 são veiculadas as primeiras notícias de que um grande projeto de mineração seria instalado no MatoDentro (Estado de Minas, 2006). O projeto foi recebido com surpresa pela população local, dividindo a cidade entre os que se empolgavam com a promessa de um vertiginoso crescimento econômico e outros que ficaram preocupados com os possíveis problemas decorrentes da iniciativa. O empreendimento, projetado inicialmente pela empresa Mineração e Metalícios-MMX se localiza na parte meridional do maciço do Espinhaço, em sua borda oeste, em região de terreno acidentado e dotada de inúmeros cursos d'água (Brandt, 2007). Se CMD vinha se automeando a capital mineira do ecoturismo, buscando cativar turistas de todas as classes sociais associando natureza e aventura, riqueza natural e patrimônio cultural, a chegada da mineração abalou as estruturas incipientes dessa forma de ordenamento do território:

A inserção do projeto *Minas-Rio* na região ocorreu em momento histórico especial: quando se consolidavam os esforços para instituição de uma política ambiental conservacionista associada ao ecoturismo como atividade indutora de desenvolvimento local (Becker e Pereira, 2011, p.238).

Em entrevista realizada com um funcionário da prefeitura de CMD, perguntei a ele o que achava da proposta do ecoturismo para a cidade e sua resposta foi a seguinte: *“eu venho afirmando que nós temos um potencial turístico imenso, mas isso nunca se formatou em um produto turístico de fato, né. (...) houve ações incipientes e que foram*

---

<sup>35</sup> Curiosamente um dos principais articuladores na divulgação de Conceição do Mato Dentro como capital mineira do ecoturismo foi o ex-prefeito pelo Partido Verde, José Fernando de Oliveira, filho do ex-diplomata e ex-ministro José Aparecido de Oliveira. Segundo alguns entrevistados José Fernando foi também peça fundamental na instalação do projeto *Minas-Rio* na região.

<sup>36</sup> Esse debate acerca da mineração recente em contraponto à proposta turística para a região é amplamente debatido por Becker (2009) e Fazito (2013).

*atropeladas por uma outra onda, pela onda da mineração*".<sup>37</sup> Há uma discussão aberta em relação à conjugação do projeto extrativista com a atividade turística. Enquanto muitos apontam a impossível conciliação entre tais atividades, outros dizem que a capitalização da região, por meio do rápido retorno da riqueza oriundo da exploração minerária, poderia fornecer subsídios para a implantação de uma boa estrutura turística. O mesmo funcionário entrevistado diz, por exemplo, que é possível conciliar as atividades, pois a área com maior potencial turístico e a região de interesse da mineração estão separadas por barreiras naturais. No entanto, há uma clara mudança em curso sobre o "espírito" da cidade e da região, evidente para quem conhecia a cidade. Se a sociedade local vinha se estruturando para adotar o turismo enquanto atividade econômica principal, privilegiando a preservação das belezas naturais e o reconhecimento da cultura local, com a expectativa de geração de recursos, tal narrativa perde poder com a chegada da pesada indústria extrativista.

No Estudo de Impacto Ambiental (EIA) produzido pela Brandt, empresa de consultoria ambiental, as características e a importância do Espinhaço não passam despercebidas:

A região de inserção da área pleiteada para a instalação do empreendimento minerário em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas situa-se no limite oeste da distribuição da Floresta Atlântica, estando separada do domínio do Cerrado pelo maciço da cadeia do Espinhaço (...) Também as florestas da região possuem importantes valores ambientais, apresentando rica composição florística e diversas espécies na lista de risco de extinção (Brandt, 2007, p.59).

O "atropelo da onda da mineração" além de alterar o perfil produtivo da região provocou a fragmentação do movimento ambientalista no MatoDentro. Embora inicialmente críticos ao empreendimento, em um dado momento, os ambientalistas ligados à SAT se uniram aos empreendedores buscando conciliar a mineração e a defesa do patrimônio ambiental, na tentativa de garantir que a instalação do empreendimento se fizesse com atenção a determinados aspectos, sobretudo aqueles relacionados ao patrimônio natural. Pouca atenção foi dada, nesse momento prévio, às questões envolvendo a população que habitava a área de entorno ao empreendimento. A atuação acordada entre membros da SAT e funcionários da MMX, posteriormente da Anglo American, provocou uma verdadeira ruptura dos alicerces do movimento

---

<sup>37</sup> Entrevista com secretário da prefeitura, dia 5 de julho de 2012.

preservacionista local, gerando novas iniciativas por parte da sociedade civil no esforço de atuar de forma crítica à instalação do projeto *Minas-Rio* na região.

A tensão envolvida nesse momento inicial ilustra as questões sócio-políticas enfrentadas no MatoDentro. Com a divulgação do empreendimento o poder público municipal de CMD passou claramente a apoiar a exploração do minério de ferro, após um primeiro movimento de cautela. Tal situação desvela a influência econômica e política sobre o destino da cidade. Em texto voltado para os cidadãos concepcionenses, datado de 2007, o então prefeito da cidade, Sebastião Soares dos Santos, após enumerar uma série de dificuldades financeiras do município, escreveu: *“Os empreendimentos minerários envolvem volumes significativos de atividades econômicas nas regiões onde operam. Na economia nacional e particularmente em Minas Gerais representam elevado coeficiente do produto interno bruto. Isso representa emprego e renda”* (Mato Dentro por Dentro, 2007). Há uma mudança da posição inicial da prefeitura, pois como afirma o prefeito: *“a cidade construiu com muito esforço um ideário de preservação ambiental e busca do desenvolvimento sustentável”* (Mato Dentro Por Dentro, 2007, p.6). O texto é uma justificativa do poder público municipal para aderir à mineração, com o argumento de que o apoio só foi concedido por causa da formação de acordos entre prefeitura e a MMX, no sentido do compromisso da empresa em mitigar os danos socioambientais mais graves.

A reflexão da população local sobre o novo ciclo de mineração também se transformou ao longo do tempo. Quando fiz o trabalho de campo, no início de 2012, embora se passassem apenas cinco anos da primeira notícia sobre o projeto, muita coisa já havia mudado na região. Falar do tempo é refletir sobre a dinâmica dos acontecimentos no território. Quando perguntei a um jovem líder comunitário como ele viu o empreendimento chegando, ele disse:

Cara, te falar de verdade na época que, que eles vieram pra cá... na verdade, eu vou te falar, eu nem tava na luta ainda... eu nem tava assim sabendo o que ia acontecer... Na verdade tinha esse movimento aí, um pessoal não querendo deixar entrar, muitos querendo, entendeu... Por exemplo, o pessoal do Sapo mesmo, “nó vai tá vendo emprego pra nós”. Não sabendo que eles vão ter que sair de lá um dia né (...) Então, assim, mas hoje cara, eles já, muitos lá já tão arrependido.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Entrevista com jovem líder comunitário, dia 06 de novembro de 2012.

Quando iniciei a pesquisa, com o aumento de denúncias de agricultores contra a degradação gerada pela Anglo American, o Ministério Público Estadual (MPE) organizou reuniões públicas para discutir as situações de violação de direitos humanos, identificar processos coletivos e propor encaminhamentos. Esse processo favoreceu uma reorganização dos atores resistentes ao projeto, que ao longo dos anos oscilaram entre momentos de maior e de menor mobilização. A tensão e os conflitos na região, no entanto, nunca diminuíram, como ficará mais claro nos capítulos subsequentes. Problemas com a negociação de terras, fechamento de estradas locais, degradação dos rios, barulho e poeira permanecem frequentes no MatoDentro (Diversus, 2011).

A entrada em cena da Anglo American, uma corporação multinacional com grande influência político-institucional, transformou a vida das pessoas do MatoDentro. Em CMD, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, os moradores convivem a cada dia com escolhas e apostas difíceis com profundas implicações para as famílias no presente e no futuro. Refletir e ponderar sobre algo que ocorreu no passado, por mais doloroso que seja, é diferente de se posicionar em relação a algo que acontece e cujos desdobramentos se encontram abertos.

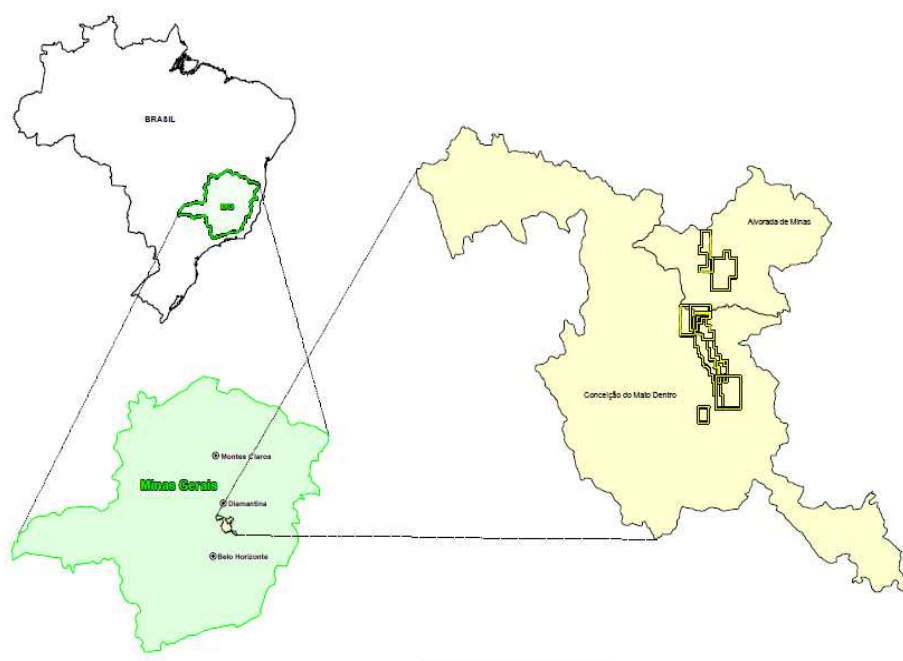
De que maneira as pessoas compreendem a instalação do projeto *Minas-Rio* na região? Quais experiências cotidianas demonstram que as coisas mudaram? Como os sujeitos se posicionam frente a isso? As diferentes narrativas que se voltam sobre o empreendimento mostram que sua chegada se fez costurando imagens de desenvolvimento, do passado, presente e futuro, deslocando e articulando tempo e espaço. Pensar essas questões, a partir dos modos de subjetivação, é refletir sobre a influência das mudanças territoriais nas formas de sentir, julgar e querer (Arendt, 2010). Ao me voltar para as pessoas do lugar, entrevistar atingidos ou propor rodas de conversas com jovens em diferentes lugares, buscava entender como os sentimentos e pensamentos apareciam naquele novo cenário, e dessa maneira, entendia não só os modos de subjetivação, mas também o que estava acontecendo.

## **2.2 O projeto *Minas-Rio***

O empreendimento em instalação no MatoDentro é propriedade da empresa Anglo American que, no ano de 2008, adquiriu da MMX o direito exclusivo de explorar

o minério de ferro na Serra da Ferrugem. O projeto engloba a extração e o beneficiamento do minério afetando diretamente, além do município de CMD os municípios de Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Após sua extração, o transporte do minério será feito por meio de um mineroduto de 525 quilômetros que passará por 32 municípios chegando ao Porto de Açú em São João da Barra, norte fluminense.<sup>39</sup> Além da estrutura da mina, do mineroduto e do porto, o empreendimento também necessitou da criação de outras duas estruturas:

Uma linha independente de transmissão de energia - derivada da Subestação da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG) na cidade de Itabira - para suprir a demanda energética; e uma adutora de água - com captação no Rio do Peixe, bacia do Rio Doce, no município de Dom Joaquim - para fornecimento de água ao processo industrial, inclusive para o mineroduto (Diversus, 2011, p.170).



Mapa 2. Figura de identificação das estruturas ligadas à extração mineral do *Sistema Minas-Rio*. (Fonte: Brandt, 2007)<sup>40</sup>

<sup>39</sup> Segundo informações da própria empresa: “A Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da Anglo American foi criada em 2008 a partir da aquisição do Minas-Rio, projeto em implantação, e do Sistema Amapá – já em operação na região Norte do país. O Projeto Minas-Rio é atualmente o maior investimento mundial da Anglo American em volume de recursos. O projeto está orçado em US\$ 4,5 bilhões e prevê a produção anual de 26,6 milhões de toneladas de minério de ferro (pellet feed) a partir de 2013. Um mineroduto de 525 quilômetros de extensão, o maior em construção no mundo atualmente, fará a ligação entre a usina de beneficiamento, a ser instalada em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, e o Porto do Açú, que está em fase adiantada de construção no município de São João da Barra, Rio de Janeiro” (Dialogo, 2010, p.3).

<sup>40</sup> Os quadrados amarelos no mapa à direita representam as estruturas físicas do projeto *Minas-Rio*, na região de construção da mina.

Em outubro de 2006 foi divulgado o interesse da MMX, do midiático empresário Eike Batista, pela extração do minério de ferro de Conceição do Mato Dentro (Estado de Minas, 2006). Nesse mesmo ano são realizados os estudos prévios necessários para a concessão das licenças ambientais, o EIA e o RIMA (Brandt, 2007). Em julho de 2007, os jornais noticiam um acordo entre o empresário Eike Batista e a Anglo American para a exploração da mina, mediado pelo então governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves (Aranha, 2007). Ao falar do acordo, o então proprietário da MMX explica ao jornal Estado de Minas o motivo da entrada em cena da Anglo American: “*A parceria com a Anglo foi a forma que encontramos para concretizar o negócio, que será importante para o desenvolvimento das regiões onde iremos atuar*” (Aranha, 2007, p.16). Com a divulgação dos estudos prévios e com o dimensionamento dos efeitos ambientais e socioeconômicos do projeto na região, inicia-se o debate público em torno dos seus efeitos, problemas e benefícios.

Em abril de 2008, a companhia Anglo American adquire o direito de exploração exclusiva das minas referentes a dois sistemas de propriedade da MMX, o *Sistema Amapá*, no norte do país e o *Sistema Minas-Rio*. O valor declarado da compra de ambos os projetos foi de US\$ 5,5 bilhões (Valor Econômico, 2008). Com a compra do *Minas-Rio* a multinacional sul-africana cria a empresa Anglo Ferrous S.A<sup>41</sup> e a MMX sai de cena. A Anglo American faz questão de cercar o empreendimento com superlativos, por se tratar tanto do maior investimento global da companhia como da construção do “maior mineroduto” do mundo. Embora agraciada com declarações públicas otimistas por parte dos empresários, a entrada em operação do projeto vem sendo adiada constantemente nos últimos anos. Problemas com as licenças ambientais e negociações fundiárias são as principais causas para justificar os atrasos (Valor Econômico, 2009). Em novembro de 2006 Rodolfo Landim, então diretor geral da MMX, declarou: “*nossa expectativa é de que o Sistema Minas-Rio entre em operação em 2009 e atinja capacidade plena em 2011*” (Estado de Minas, 2006, p.16). Os constantes adiamentos continuaram acompanhados de otimismo em relação ao futuro. No final do ano de 2009 foi declarado que “*o primeiro embarque de minério de ferro está previsto, no novo cronograma do empreendimento, para junho de 2012. Inicialmente, era 2010*” (Valor

---

<sup>41</sup> Há controvérsias e impera uma confusão em relação à nomeação da empresa. Anglo American é o nome internacional da multinacional, enquanto Anglo Ferrous seria seu nome “brasileiro”, que consta nos documentos oficiais. No entanto não há clareza quanto a isso, por essa razão adoto o nome oficial da empresa, Anglo American.

Econômico, 2009b). Os problemas persistiram e a exportação do minério foi atrasada outras vezes. O último cronograma divulgado pela companhia, até a conclusão deste trabalho, afirmava que o embarque será realizado ao final de 2014 (Vieira, 2013). Nos anúncios das mudanças há a crítica, por vezes velada, à legislação e aos trâmites da burocracia ambiental brasileira. Em 2009 a então presidente-executiva da companhia, Cynthia Carrol, disse: “*Com relação ao Minas-Rio, eu não descreveria nossa situação como problemática. Diria que temos desafios*” (Valor Econômico, 2009).<sup>42</sup> É bom lembrar que a operação do empreendimento não depende apenas do funcionamento da mina; como as estruturas são interligadas a empresa só poderá extrair o minério quando concluir todo o projeto: mina, mineroduto e porto.<sup>43</sup> Todas elas apresentam problemas, sejam eles fundiários ou de outra ordem (AGB, 2011).

O Projeto mineral *Minas-Rio* foi apresentado pelo Estado à comunidade de Conceição do Mato Dentro no ano de 2006 e durante os anos de 2007 e 2008 a empresa MMX se preocupou mais em garantir a anuência do poder público municipal, seguida da Licença Prévia do poder público estadual, do que em garantir e propiciar às comunidades que viriam a ser afetadas pelo empreendimento a transparência, o direito à informação e à participação no processo de licenciamento ambiental (Becker; Pereira, 2011). (Doc. Violação de direitos humanos, 2012, p.10).

Antes de entrar nos pormenores do processo político de transformação do território, algumas considerações preliminares são fundamentais para entender o significado da concessão de licenças ambientais, considerando as especificidades da legislação no Estado de Minas Gerais.

### **2.2.1 Entre relatórios e audiências: o licenciamento ambiental**

Durante a realização da pesquisa de campo, escutava com frequência dos atingidos pela construção da mina a referência à reunião de concessão da Licença Prévia (LP) no COPAM. Ao conversar, por exemplo, com uma fazendeira de uma localidade

---

<sup>42</sup> A dificuldade na concessão de algumas licenças e a interrupção das obras por meio de ações do Ministério Público representam alguns desses “desafios”. Em abril de 2012 o jornal Estado de Minas divulgou: “O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou mais uma ação civil pública contra a mineradora Anglo American, dona do projeto de exploração de minério Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, na Região Central do estado. Desde 2010, ano em que foi concedida a primeira licença de instalação (LI) à empresa, esta é a quarta vez que o MPE recorre ao Poder Judiciário para questionar a conduta ambiental da multinacional.” (Estado de Minas, 2012).

<sup>43</sup> Por uma questão de foco de análise não apresento as questões relativas ao mineroduto e ao porto, mas é importante lembrar que estes espaços também têm sido palcos de conflito. Para maiores esclarecimentos a respeito da situação nesses locais, ver AGB (2011).

do MatoDentro, surpreendi-me quando ela chorou de raiva e frustração ao se lembrar desse dia, demonstrando a intensidade do momento. Por meio de outro pesquisador consegui ter acesso à transcrição da reunião da LP e também ao áudio da mesma. Nas mais de oito horas de debates, diferentes projeções em relação ao que iria acontecer no MatoDentro seguiam-se uma após a outra, disputando a primazia interpretativa sobre a realidade local. Ao analisar o que foi dito e feito naquela reunião, torna-se evidente que os pontos levantados naquele momento são os mesmos que continuam reverberando no imaginário do MatoDentro. A diferença crucial é que em 2008 as falas se lançavam no futuro, quatro anos depois o efetivo aumento de renda não havia em nada neutralizado a infinidade de problemas causados na região.

Toda grande obra que gera impactos ambientais e sociais deve apresentar estudos determinando a extensão desses impactos, assim como formas de mitigação dos mesmos. Os estudos devem abarcar a realidade local em toda a sua complexidade, incorporando descrições biofísicas e socioeconômicas (Laschefski, 2011), sendo então encaminhados para avaliação das instâncias ambientais competentes. Bronz (2011) afirma que:

O licenciamento ambiental, tal como desenvolvido no Brasil, é uma adaptação dos modelos desenvolvidos internacionalmente, que se tornaram requisitos para os investimentos de capitais estrangeiros e nacionais mobilizados para a construção de grandes empreendimentos no país (Bronz, 2011, p.23).

Em muitos casos a construção de mineradoras, barragens, ou qualquer outra grande estrutura inviabiliza a permanência de pessoas em seu local original de moradia, gerando a necessidade de reassentamento. Além dos estudos, os órgãos ambientais são também responsáveis por acompanhar todo o processo, atuando de forma a arbitrar as relações entre comunidades e empresas. Os órgãos ambientais devem incentivar a realização de audiências públicas que, no entanto não são obrigatórias: “*A definição da necessidade de audiência pública, no caso concreto, é tomada: a) critério do órgão ambiental; b) por solicitação de entidade civil; c) por solicitação do Ministério Público; ou d) por abaixo-assinado de pelo menos 50 cidadãos*” (Bronz, 2011, p.37). O objetivo da audiência é permitir que a população seja informada e possa pedir esclarecimentos sobre os projetos. Não é objeto deste trabalho uma discussão acerca das

nuances dos instrumentos e processos de institucionalização da fiscalização ambiental<sup>44</sup>, porém, faz-se necessária a apresentação das instâncias, órgãos e procedimentos no licenciamento do *Minas-Rio*.

A responsabilidade pela outorga das licenças ambientais em Minas Gerais é do Conselho de Política Ambiental, o COPAM, órgão deliberativo vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (SEMAD).<sup>45</sup> Para a requisição das licenças ambientais uma empresa deve, em primeiro lugar, dimensionar os efeitos de sua intervenção no ambiente a partir da realização de estudos técnicos prévios. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a sua versão sintetizada, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), são os documentos de referência para a avaliação da viabilidade do empreendimento. Ambos têm um caráter preliminar e devem ser realizados por empresas autônomas e multidisciplinares, embora custeados pelos empreendedores (TCU, 2007). Dado o grau de interesse econômico e de poder associado a tais empreendimentos a autonomia é algo questionável, posto que são esses estudos que viabilizam ou não a aprovação das obras (Bronz, 2011). O EIA é um estudo minucioso acerca do empreendimento, apresenta as estruturas do projeto e descreve os efeitos do mesmo ao longo do tempo no território. O EIA se subdivide em três eixos: o físico, o biótico e o antrópico. Esta divisão, consagrada no meio das consultorias ambientais, reforça o primado conservacionista da visão ambiental, em detrimento de um entendimento mais elaborado da confluência entre comunidade e ambiente (Laschefksi, 2011). Já o RIMA se baseia integralmente no EIA e é uma síntese do mesmo, com o intuito de favorecer a divulgação do estudo para o público leigo. Posteriormente à realização dos estudos o órgão ambiental julgará a viabilidade do empreendimento, decidindo pela concessão ou não da Licença Prévia (LP). A questão central nesse primeiro momento é entender se há viabilidade socioambiental do empreendimento, ou seja, se é possível que ele seja instalado da forma como se propõe, ou se alguma condição preliminar impede a implementação do mesmo. Após concedida

---

<sup>44</sup> Ver Bronz (2011) e Laschefksi (2011) para uma análise crítica desses procedimentos.

<sup>45</sup> A SEMAD é o órgão do estado de Minas Gerais responsável pela condução da política ambiental. Todas as informações referentes ao meio ambiente no estado de Minas Gerais são organizadas pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) que atua no monitoramento dessas informações. A presença da SEMAD nas diferentes regiões do estado se faz por meio das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental (SUPRAMs). Embora subordinado à SEMAD, o COPAM tem um caráter deliberativo e contempla a participação da sociedade civil, valendo-se também da estrutura dos órgãos ambientais para apoio técnico. Para maiores esclarecimentos acerca da estrutura organizativa da área ambiental ver [www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br). Para uma discussão crítica sobre os alicerces políticos do COPAM, ver Carneiro (2005b).

a LP, o responsável pelo empreendimento deve realizar ações reparatórias determinadas pelo órgão ambiental - as chamadas “condicionantes”, e também providenciar mais estudos para propor um plano básico de suas ações (TCU, 2007). Depois de feitos todos esses processos, a empresa pode pedir a licença de instalação (LI) que permite a consecução das obras necessárias ao empreendimento. Após concedida a LI, a empresa pode pedir a licença de operação (LO) o que permite o funcionamento pleno do projeto em questão. As licenças podem ser revogadas pelo órgão ambiental a qualquer momento (TCU, 2007).

Um aspecto crucial é que os estudos prévios, o EIA e o RIMA, são a principal referência para avaliar o licenciamento, devem fornecer um “retrato” da situação. No caso de estudos mal realizados todo o cenário para a análise do órgão ambiental fica comprometido. Pelo que foi brevemente exposto, é possível perceber que há abertura para acordos entre o Estado, a sociedade civil e as empresas, ou seja, o caminho de um empreendimento é balizado por meio de acordos, debates e pressão política.

A responsabilidade sobre a avaliação e fiscalização ambiental é dividida entre os três entes governamentais, dependendo do tamanho, complexidade e grau de poluição gerada pelo empreendimento (TCU, 2007). No caso de projetos que envolvam dois ou mais estados, o órgão responsável é o IBAMA. Este é o caso do mineroduto do *Sistema Minas-Rio*. A situação do empreendimento como um todo serve para ilustrar a responsabilidade institucional no licenciamento, pois cada uma das três estruturas que compõem o *Minas-Rio* está sendo licenciada por diferentes órgãos, embora se trate de um mesmo empreendimento. Movimentos sociais e pesquisadores entendem que a fragmentação do processo de licenciamento foi uma medida estratégica para facilitar a concessão das licenças:

O instável limite entre as competências legais e institucionais dos órgãos ambientais e a separação indevida dos empreendimentos no processo de licenciamento ambiental desde seu início no estado de Minas Gerais parece iniciar o rol de inconsistências neste processo. As licenças ambientais foram emitidas por instituições públicas diferentes, em níveis de competência distintos, além de não caracterizar as relações de sinergia e cumulatividade dos impactos socioambientais. Adotou-se a substituição da análise de totalidade e abrangência do projeto pela avaliação frágil de suas várias repartições, estruturando, assim, uma notória arbitrariedade e incoerência no licenciamento (AGB, 2011, p.21).

O mineroduto é licenciado pelo IBAMA, enquanto as duas pontas são fiscalizadas pelos respectivos órgãos estaduais, a mina em CMD pelo COPAM de Minas Gerais; e no caso do porto em São João da Barra, o responsável é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do Estado do Rio de Janeiro. Cada órgão atua de forma diferente. No caso do IBAMA e também do INEA a concessão de licença segue a avaliação técnica realizada por funcionários desses órgãos. O que é particularmente interessante no Estado de Minas Gerais é que há um órgão colegiado e deliberativo, o COPAM, composto por representantes do Estado e de membros de organizações sociais diversas que discutem, deliberam e votam a concessão das licenças, entre outras decisões pertinentes (Carneiro, 2005b). A existência do COPAM, ao menos em princípio, implica uma abertura do processo aos princípios e interesses da sociedade, democratizando as decisões. Por causa da extensão do Estado de Minas Gerais, o COPAM se divide em várias Unidades Regionais Colegiadas (URC), que representam o órgão em cada local por meio de um corpo próprio de conselheiros. As URCs debatem e definem os aspectos socioambientais de acordo com a realidade de cada região. As dez URCs existentes são divididas por bacia hidrográfica ou por região do estado.<sup>46</sup> No caso do projeto *Minas-Rio* a fiscalização é realizada pela URC Jequitinhonha.

A proposta de licenciamento ambiental do projeto da Anglo American, levada para análise no COPAM, contemplava duas minas próximas uma da outra, ambas na região do MatoDentro. A primeira se localiza na Serra da Ferrugem, nas imediações do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso e a outra se encontra no distrito de Itapanhoacanga, que faz parte do município de Alvorada de Minas. Era interesse do empreendedor em realizar o licenciamento das duas minas ao mesmo tempo, mas a exploração de fato teria início na Serra da Ferrugem e, após o esgotamento das jazidas nesse local, o projeto seguiria para a Serra de Itapanhoacanga. Com a pressão da comunidade local, legitimada pelo COPAM, a mina da Serra de Itapanhoacanga foi excluída desse licenciamento ambiental (Becker e Pereira, 2011).

Nos últimos anos, grandes empresas em setores que historicamente são associados à degradação da natureza vêm se esforçando pela “ambientalização” discursiva de suas práticas (Acsehrad, 2010). Nesse sentido, é comum que os empreendedores afirmem publicamente a importância dos instrumentos de controle e de

---

<sup>46</sup> As dez URCs são: Alto São Francisco, Jequitinhonha, Leste Mineiro, Noroeste de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Zona da Mata, Rio Paraopebas e Rio das Velhas.

regulação, porém seria ingênuo pensar que as empresas consideram o licenciamento ambiental um avanço e que se fiem, na prática, aos discursos que enunciam. Dito mais claramente, quando a então presidente da Anglo American afirma que o *Minas-Rio* apresenta desafios o que ela queria dizer é que havia problemas.<sup>47</sup>

Ao considerar a enorme extensão territorial impactada pelo projeto *Minas-Rio* e a interdependência dos efeitos no território, entende-se a posição de Laschefksi (2011) em sua crítica ao modelo de EIA-RIMA adotado atualmente. Pois apesar de algumas comunidades não estarem geograficamente na área de entorno da cava na Serra da Ferrugem, essas localidades já vivem diretamente os efeitos do empreendimento, na oferta de empregos e também na tensão gerada pela expectativa da exploração. Ao andar, por exemplo, pelo distrito de Itapanhoacanga é comum escutar relatos sobre a falta de água decorrente do processo de pesquisa do solo, algo presente também em outras comunidades. Em um debate sobre a gestão de unidades de conservação em CMD, o Secretário Municipal de Meio Ambiente do município lembrou que o “*impacto que a região sofreu foi sistêmico, enquanto o licenciamento é fragmentado*”.<sup>48</sup>

O aumento exponencial da oferta de emprego e de dinheiro na cidade se mescla ao aumento da violência, ao sentimento de invasão e perda da paz dos habitantes locais. Do ponto de vista subjetivo, há uma angústia crônica entre os moradores na zona rural, na área de entorno do projeto. Duas grandes preocupações rondam esses distritos e povoados: o medo do desaparecimento de algumas dessas localidades; e a preocupação com a falta da água e a degradação permanente dos rios. A preocupação com as águas, recorrente entre os moradores, já aparecia nos primeiros estudos técnicos. No RIMA está escrito que “*com o desenvolvimento das atividades de mina são previstas interferências no lençol freático*” (Brandt, 2007, p.9). Além do impacto sobre o lençol freático, relativo aos procedimentos necessários para a extração mineraria a céu aberto, a utilização da água para o transporte pelo mineroduto também suscita dúvidas acerca da capacidade hídrica da região. Em e-mail escrito por uma arquiteta com conhecimento ambiental ela se pronuncia sobre o tema:

---

<sup>47</sup> Alguns desses problemas teriam sido cruciais na demissão da Cynthia Carrol do cargo de presidente-executiva da Anglo American, em outubro de 2012. A agência Reuters noticiou a demissão da então mandatária da companhia enfatizando os problemas do *Minas-Rio* e a pressão dos investidores da Anglo American sobre a sua gestão: “Sua relação com investidores, no entanto, se tornou mais conturbada após as grandes aquisições como do projeto de minério de ferro Minas-Rio no Brasil - em tentativa precoce de diversificar o portfólio da Anglo - que ficou atolada em excesso de custos e atrasos” (Ferreira-Marques e Cruise, 2012).

<sup>48</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 29 de maio de 2012.

A Anglo Ferrous, MMX, não vai mudar a lei da gravidade e as nascentes da vertente oeste da Serra da Ferrugem, que abastecem do Rio Santo Antonio, que abastece Conceição, vão cair na cava da mina, vão secar e 25% da vazão do Santo Antonio vai diminuir. Fora o que não foi contabilizado pela diminuição da vazão, porque além das nascentes, o lençol freático vai ser rebaixado e não contribuirá para a vazão do Rio Santo Antonio.<sup>49</sup>

A questão da dinâmica hídrica com a mudança perpetrada pelo empreendimento é um enigma que assusta moradores e pesquisadores. A população local se baseia na experiência de já sentir mudanças no curso de rios, embora o projeto ainda não esteja operando. Ou seja, os problemas decorrem da construção das obras do projeto, sem contar com os efeitos da mineração sobre as águas subterrâneas ou da captação no Rio do Peixe. A seguinte nota do diário de campo aborda as falas de moradores da comunidade da Água Quente:

As reclamações giram em torno dos problemas do rio. Fala-se muito disso, da sujeira que se tornou o rio e da dificuldade para se conseguir água. Eles também reclamam da construção de banheiros e fossas que a empresa fez na comunidade, pois o serviço foi mal feito, o que gerou inúmeros problemas como o mau cheiro e a presença de pernilongos. O problema de abastecimento de água também foi citado. Outras situações faladas dizem da falta de respeito de funcionários da *Anglo* na região. Um rapaz lembra que muitas vezes passa na estrada, próximo a um bar, e que vê funcionários urinando na via pública sem ao menos “esconder” quando passam carros, moças, etc... A comunidade é cortada por mais de um rio, sendo que a diminuição do leito e também a sujeira da água gera muita raiva e angústia na comunidade. Eles falam da importância da água, que nenhuma vida nasce sem água. Falam dos peixes que não tem mais, das cachoeiras que antes eles vinham passear e que agora também já não existem mais.<sup>50</sup>

Quando foram realizadas audiências públicas sobre o projeto, em 2007, a população já questionava a empresa sobre o “*uso dos recursos hídricos locais pelo empreendimento e suas repercussões sobre as necessidades ecológicas e os usos antrópicos da água, atuais e potenciais, de várias localidades*” (Sisema, 2008, p. 16). No parecer produzido pelo SISEMA está escrito que:

aquelas nascentes que se situam dentro ou próximas da cava, principalmente as situadas na vertente leste (que representam a descarga hídrica do aquífero da Formação Serra do Sapo), deverão sofrer impactos decorrentes da lavra, tendo suas vazões reduzidas, sendo algumas até mesmo suprimidas (Sisema, 2008, p. 57-8).

---

<sup>49</sup>E-mail enviado no dia 11 de novembro de 2008, mantida a escrita original do e-mail.

<http://br.groups.yahoo.com/group/ForumDesenvolvimentoCMD/message/1705>

<sup>50</sup> Trecho do diário de campo relativo à reunião na comunidade da Água Quente. Dia 29 de junho de 2012.

Uma moradora de Itapanhoacanga também falou sobre isso quando perguntei como ela percebeu a chegada das “firmas”: *“Ih, eu tomei um susto muito grande. Tomei, porque teve aqui perto, aqui no terreno do seu Zé Pimenta eles abriram um furo, diz que a água lá secou”*.<sup>51</sup> Não irei me aprofundar nas questões técnicas envolvidas na construção do empreendimento, nesta tese abordo tal questão por meio da mobilização afetiva e do imaginário que ela engendra.<sup>52</sup>

Na próxima seção apresento uma perspectiva do discurso para analisar os embates dos diferentes projetos políticos para o território do MatoDentro. Considerar o discurso é entender como as palavras enlaçam os fatos, constituindo uma forma de interpretar a realidade. O embate na reunião de concessão da LP é apresentado a partir dos argumentos utilizados para justificar a necessidade ou não, do empreendimento minerário em questão. Entender os discursos, suas articulações e implicações políticas, ajudará a analisar o posicionamento subjetivo dos moradores, considerando as incertezas e desejos que tal projeto fomenta para as pessoas do MatoDentro.

### **2.3. A narrativa e a realidade social**

É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características dessa “filosofia espontânea”, peculiar a ‘todo mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (Gramsci, 2011, p.128).

Ao dizer que todos os homens são filósofos, Gramsci (2011) estabelece como condição de partida que o pensamento não é atributo exclusivo de uma determinada classe de sujeitos, que ele se manifesta nas formas mais comuns de significação da vida cotidiana. Por meio da linguagem os sujeitos interpretam a realidade em que vivem e

---

<sup>51</sup> Entrevista em Itapanhoacanga, dia 27 de outubro de 2012.

<sup>52</sup> Na conclusão do parecer único SISEMA (2008, p.130), após análise técnica sobre a questão hídrica lê-se: “A implantação do empreendimento implicará grande comprometimento dos aspectos naturais ebióticos da região - com destaque para os recursos hídricos e a biodiversidade - além de causar uma significativa mudança estrutural nas economias e nas dinâmicas municipais”

suas ações. As reflexões de Antônio Gramsci embasaram diversas perspectivas que no bojo do debate marxista criticavam a primazia do plano econômico sobre outras esferas de determinação social (Barret, 1997). Ao discutir de que forma as estruturas simbólicas se articulam às determinações sociais, busco analisar as mediações entre a política e a dimensão subjetiva, os sentimentos e pensamentos ligados à dinâmica social. Enfatizar a importância da ideologia, ou do senso comum, para a luta social não exclui a produção econômica como fundamento de determinação social, mas inclui outras esferas atreladas à linguagem para a compreensão das sociedades. Outros teóricos encontraram na reflexão original gramsciana uma rota para abordar a relevância do domínio simbólico sobre as mudanças sociais (Laclau e Mouffe, 1985). Thompson (1981) ao discutir as formulações historiográficas seguindo a tradição marxista, colocou no centro de sua análise o problema de entender a maneira concreta das pessoas viverem e interpretarem suas realidades.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (Thompson, 1981, p.189).

Não pretendo aqui discutir as intrincadas questões conceituais na relação entre o domínio simbólico e a experiência sobre a mudança social, ao me apoiar nesta discussão quero demarcar que qualquer luta social acontece em meio à vida mundana, na interação cotidiana dos sujeitos entre si, entre experiências e formas de entendimento. Nos próximos capítulos discuto a maneira como as pessoas, e os jovens em particular, se posicionam em relação aos “deslocamentos” aos quais foram submetidos pela instalação do empreendimento extrativista. Antes, porém, apresento como o projeto *Minas-Rio* chegou simbolicamente à região, quais imagens e alegorias passaram a ocupar o pensamento dos moradores, quais figurações sociais foram associados ao empreendimento e conferiram sentido à sua presença no MatoDentro. Analiso essa questão pela abordagem de um momento específico, o debate no COPAM para a concessão da primeira das licenças ambientais do projeto *Minas-Rio*.

Outros momentos de discussão prévia à chegada do projeto são importantes, como as três audiências públicas realizadas nas cidades impactadas pelo

empreendimento ou as discussões dos moradores, pesquisadores e ambientalistas que criaram um fórum de debates, em 2006, o FórumCMD. Essa última iniciativa teve o objetivo de fomentar o debate coletivo sobre os rumos da região no novo contexto da mineração, como exposto no documento produzido no I Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável Local e Regional:<sup>53</sup>

[O] fórum foi criado no dia 08 de dezembro de 2006, ano em que se comemoraram os 304 anos de história de Conceição do Mato Dentro. Refletindo sobre a importância da história de uma comunidade que reside na região do “mato dentro” por três séculos, a sociedade civil organizada e o poder público local uniram-se, no dia 08 de dezembro, em torno de uma causa única: definir os caminhos para o desenvolvimento sustentável da comunidade, buscando garantir um futuro com qualidade de vida para todos (FórumCMD, 2007, p.3).

Na leitura da lista de e-mails do FórumCMD foi possível entender de que forma esse grupo foi importante para o diálogo crítico dos moradores acerca do empreendimento, na criação de um entendimento mais coletivo sobre o processo deslanchado no território.

Portanto, outros momentos na história recente da mineração no MatoDentro são relevantes para entender as tensões sócio-políticas, mas escolhi analisar em minúcias a reunião de concessão da LP pela confluência de dois fatores. Em primeiro lugar pela relevância não só institucional, mas também afetiva deste momento para grande parte daqueles envolvidos, o que já escrevi anteriormente. Além disso, a reunião expressa com clareza o choque entre as diferentes narrativas em jogo, não apenas nos conteúdos, mas na *forma* e na *estratégia* das apropriações em questão. Na palavra e no jeito de dizer se fundem sentimentos e concepções de mundo sobre os significados do empreendimento. Um elemento que possibilitou uma apropriação mais completa da reunião foi o fato de ter obtido o áudio integral da mesma.

Além disso, há outra consideração que gostaria de salientar. Uma impressão pessoal perene me acompanhou desde o momento em que iniciei a pesquisa de campo, a saber, que as manifestações lançadas nesta reunião específica continuam ecoando pelo

---

<sup>53</sup> A criação do fórum é explicada de outra forma por Becker (2009, p.340-1): “Diante da falta de informações mais precisas e de conhecimentos específicos sobre o tema da mineração, um grupo formado por cidadãos, organizações não governamentais e poder público local criaram, no dia 08 de dezembro de 2006, o Fórum Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro, com o objetivo de mobilizar a comunidade para conhecer os empreendimentos que chegavam à região e opinar sobre o novo uso que se estava propondo para a capital mineira do ecoturismo”.

MatoDentro. A representação dicotômica dos aspectos positivos e negativos do empreendimento, a promessa de desenvolvimento regional e a preocupação com a destruição socioambiental foram amplamente abordadas nos posicionamentos durante a reunião. Ao analisar as falas, meu interesse se volta mais para os arranjos semânticos que sustentam as posições subjetivas e menos para as considerações técnicas ou o resultado da deliberação. Trato, portanto, da natureza da relação entre as práticas e a narrativa, ou seja, como o discurso organiza o campo social, construindo um sentido a partir de um contexto plural e heterogêneo (Laclau e Mouffe, 1985). Ao abordar a narrativa meu objetivo é entender a produção do singular sobre o diverso. Ricoeur (1997, p.105) diz que a narrativa “*transforma a sucessão de acontecimentos numa totalidade significativa*”. Para ele narrar é “*compor intrigas*”. Os discursos apresentam diferentes formas de explicar “a” realidade. Durante a realização do trabalho em campo, dentre as graves denúncias de degradação do ambiente ou as situações cotidianas de desrespeito, o que me pareceu ainda mais problemático na atuação da Anglo American foi a “produção” da falta de informação sobre os acontecimentos (Diversus, 2011). A negligência da empresa em disponibilizar informações vitais para as pessoas do lugar, permitindo que elas se preparassem e se organizassem, produz mistificações de toda ordem. A falta de clareza alimenta a especulação, por exemplo, sobre o interesse da empresa na compra de propriedades, multiplicando os boatos e os valores financeiros envolvidos, criando disputas e fragmentando comunidades. Durante o trabalho de campo escutei, em diferentes lugares, pessoas contando que iriam vender suas terras para a *Anglo* sendo claro que, muitas dessas propriedades, não eram de interesse da empresa, pois não estavam sequer próximas ao empreendimento.

Ao se debruçar sobre a lógica de implementação da política do *apartheid* na África do Sul, Norval (1996, p.2) procura responder a duas perguntas básicas: para qual “questão” a prática social do *apartheid* foi uma resposta? E quais mecanismos foram utilizados para promover esse sistema político? O traumático processo vivido pelo país sul-africano durante a quase totalidade do século XX, no qual a origem racial definia as possibilidades de interação social, educação e trabalho, colocando a população negra em uma posição de subordinação e de opressão, é o objeto de análise da cientista social. Ela questiona a política discriminatória sul-africana enquanto projeto de sociedade que, a

despeito de princípios éticos e políticos, fornecia uma resposta positiva<sup>54</sup> a problemas sociais, angariando apoio de diferentes setores daquela sociedade. Na análise de relatórios oficiais e textos publicados por ideólogos do *apartheid*, Norval (1996) mostra como um modo de “unificar” a sociedade sul-africana, na primeira metade do século XX, foi exatamente explicando diversos problemas sociais - a fome, desemprego, violência - como efeito do contato entre brancos e negros. Em certa medida, a instalação do empreendimento *Minas-Rio* na região do MatoDentro, descontando a radical diferenças de contexto social e histórico, também foi apresentado como uma resposta aos problemas da sociedade em questão, como mostrarei adiante. Norval (1996) utiliza a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985) em sua análise. Para esses autores, o discurso é entendido como fusão dos planos simbólico e prático-político, cuja articulação possibilita a construção de um projeto social hegemônico.<sup>55</sup> O sentido de um discurso não está determinado por princípios internos, depende da maneira como ele é construído, ou seja, quais articulações sustentam a trama discursiva. Howarth e Stavrakakis (2000) fornecem uma boa imagem para ilustrar tal conceituação. Agentes do estado ao planejarem uma rodovia percebem que, no meio do caminho, há uma floresta, o que atrapalha os planos iniciais. Com o conhecimento dessa situação, diferentes discursos são lançados para dar sentido e justificar possíveis intervenções. Assim, para o discurso:

da modernização econômica, as árvores podem ser entendidas como meios disponíveis (ou obstáculos) ao crescimento econômico e prosperidade, enquanto no discurso ambientalista a floresta pode representar componentes essenciais de um sistema eco-sustentável ou objetos de valor e beleza intrínsecos (Howarth e Stavrakakis, 2000, p.3).

Com efeito, o discurso é uma estrutura que ao inserir diferentes objetos em seu interior altera o significado dos mesmos. O processo de articulação produz a construção de significados específicos aos objetos. Desta forma, uma árvore pode representar tanto um obstáculo ao desenvolvimento, como uma riqueza mercantil, ou mesmo ser parte fundamental de um ecossistema; no entanto, a árvore não pode representar todas essas

---

<sup>54</sup> Positivo aqui se refere à afirmação do projeto da construção pela proposição, não se trata, obviamente, de uma apreciação ético-moral.

<sup>55</sup> A perspectiva teórica desenvolvida a partir do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, de Laclau e Mouffe (1985), se desdobrou em uma teorização complexa que aborda o problema do político e da política no contexto contemporâneo, identificando modos de construção de movimentos sociais e de sujeitos coletivos. Para uma discussão desta teoria do discurso, ver Smith (1998), Torfing (1999), Prado (2000) e Costa (2014).

figurações para um mesmo discurso. De forma similar, a compreensão da região do MatoDentro a partir de diferentes discursos desvela significados distintos atribuídos ao lugar. A representação da cidade de Conceição do Mato Dentro como um destino turístico se fez pelo resgate da história colonial, associada à diversidade ambiental do território do Espinhaço, com suas cachoeiras e a imponência de suas montanhas. Ainda que o registro histórico e o geográfico se constituam em planos diferentes, há uma fusão de tais registros na *articulação* promovida pelo discurso do ecoturismo. Nesse sentido não há dois conjuntos distintos de valores, beleza natural e a história, mas a equivalência entre eles como modos de capturar o viajante e fomentar a economia local. Assim, é possível entender as conexões entre o domínio simbólico, a construção da ideia da região como destino turístico, e o plano material, as relações sociais no lugar. O novo projeto de mineração, com o objetivo de se impor sobre a região, precisou em parte demolir a articulação fornecida pelo ecoturismo e no lugar construir outro arranjo. Por exemplo, a mineração pode se impor afirmando que a imponência da história e da beleza natural não serviu de nada, pois a atividade do turismo não conseguiu se converter em um “produto de fato”, ou seja, não gerou o aumento de renda esperado. Nesse caminho, a mineração promete responder de forma mais eficaz aos anseios de desenvolvimento da população por meio de diferentes artifícios.

A luta política implica uma disputa entre diferentes discursos pela capacidade de estruturar a sociedade, incorporando as demandas das comunidades e explicando a dinâmica social. Para Laclau e Mouffe (1985) aquele discurso que consegue incorporar a maior parte das demandas sociais, promovendo a ordem e reduzindo a força dos antagonismos, torna-se hegemônico (Smith, 1998). No contexto do MatoDentro, as relações sociais no território foram totalmente alteradas com a chegada do projeto *Minas-Rio*: as relações de trabalho, envolvimentos amorosos, e a educação. Embora a promessa de desenvolvimento procure responder a todas as questões da vida da região, a intensidade e pluralidade dos conflitos dificultam o trabalho de conquista da hegemonia no contexto local. Em uma reunião na comunidade do Beco, nas imediações do empreendimento, um morador diz que há muita confusão e que ele queria que “alguém” contasse “uma história” clara e certa sobre o futuro do lugar. A falta de “uma história” representa exatamente a presença tão intensa de conflitos sociais, o que impede a sedimentação de um discurso hegemônico (Laclau, 1993). Smith (1998) afirma que “*um*

*discurso só pode tornar-se hegemônico se seu 'sistema de narração' operar como uma superfície de inscrição para uma variedade ampla de demandas" (p.162.).<sup>56</sup>*

O trabalho realizado pelos apoiadores da empresa, para o convencimento da população local sobre os benefícios da mineração, procura fornecer um “sistema de narração” capaz de explicar os problemas e mostrar que, em algum sentido, eles serão resolvidos. A referência ao desenvolvimento se forja nessa chave. O termo é muito falado no MatoDentro para designar a expectativa de efeitos positivos gerados pelo projeto, como o aumento de emprego e melhores ofertas de saúde e educação. Porém, a expressão de uma funcionária da secretaria de saúde em Dom Joaquim é reveladora da capacidade “narrativa” do discurso do desenvolvimento. Quando perguntei sua opinião sobre as mudanças no lugar, como ela via os acontecimentos ligados à instalação do projeto, ela me disse: *“o pessoal reclama do barulho, dos caminhões, da poeira, isso é desenvolvimento, eu não acho ruim”*.<sup>57</sup> Ora, é claro que o desenvolvimento tem que “explicar” o aumento de renda e a oferta de emprego, mas é quando ele explica os problemas que passa a controlar outras possibilidades discursivas e se tornar hegemônico. No momento em que aquilo que é ruim, os aspectos negativos são entendidos como parte “natural” de um processo, eles passam também a sustentar o discurso do “desenvolvimento”. Por outro lado, os atores críticos ao *Minas-Rio* lutam para mostrar que os conflitos não decorrem de falhas específicas, que são constitutivos de todo o processo, procurando minar a eficácia discursiva das explicações do empreendedor.

Becker (2009) argumenta que o turismo e a mineração são inconciliáveis para o Mato Dentro. Se a proposta turística calcada nas trilhas da Estrada Real metaforizava a estrada como jornada poética pelo tempo e pelo território, é a função concreta da estrada como via para a exploração das riquezas o que está contido no novo ciclo da mineração. Ao finalizar seu trabalho, Becker (2009) afirma:<sup>58</sup>

É consenso resgatar a Estrada Real, em específico o Caminho dos Diamantes, para promover o que não só o país necessita, mas a comunidade concepcionense e as demais comunidades territoriais reivindicam: empregos, geração de renda, arrecadação de tributos e ampliação da renda per capita

---

<sup>56</sup> No texto original: “a discourse can only become hegemonic if its ‘system of narration’ operates as a surface of inscription for a wide variety of demands”.

<sup>57</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 21 de agosto de 2012.

<sup>58</sup> A autora é natural de Conceição do Mato Dentro e participou ativamente do ForumCMD. Nesse sentido, sua análise não é abstrata e distanciada, traz em seu bojo os sentimentos que a chegada do empreendimento despertaram nela própria.

através do turismo. No entanto, deixa-se claro que não há concordância (ou não há ainda consenso consolidado) em resgatar a Estrada Real (na versão mineroduto) para escoar as jazidas que devem continuar debaixo da terra se, para tirá-las de lá, coloca-se em risco o seu patrimônio histórico-cultural e natural, para os quais não há compensação ambiental que faça seus cidadãos aprovarem um projeto econômico que, repetindo a história do passado, os levará, exauridas as jazidas, a uma segunda fase de estagnação econômica no futuro. Desta vez pior, porque não haverá mais o legado que os faz ser quem são hoje (Becker, 2009, p.367).

As falas na reunião do licenciamento ambiental do projeto *Minas-Rio* foram analisadas enquanto modos de construir o campo social, de forjar significações. Para Ricoeur (1997) a narrativa mostra o triunfo da concordância sobre a discordância, pois narrar é compor um entendimento sobre o plano difuso da realidade social.

#### **2.4 Em defesa das “águas” ou dos “pais de família”?**

No dia 24 de outubro de 2008 foi realizada a 28ª reunião extraordinária do COPAM URC- Jequitinhonha que aconteceu na cidade de Gouveia, norte de Minas Gerais. O 5º item da pauta foi “*Processo Administrativo para Exame de Licença Prévia*” do empreendimento nomeado: “*Anglo Ferrous Minas – Rio Mineração S/A. (Ex MMX Minas – Rio 66 Mineração S/A.) – Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de 67 Ferro – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. Proc. 68 Adm. nº 00472/2007/001/2007*” (COPAM, 2008, p.2). Ao início da reunião, Alex Mendes, conselheiro representante da organização ambiental *Caminhos da Serra*, pediu que fosse realizada uma diligência para CMD. Isso implicava que os representantes do COPAM fossem à cidade, para averiguar as situações descritas nos estudos prévios. No mesmo dia outros conselheiros criticaram aspectos do requerimento da LP, solicitando “pedido de vistas” ao processo. Com o pedido acatado pelo conselho, a deliberação acerca da licença foi adiada para a reunião seguinte.

Ao ler os e-mails do ForumCMD nas semanas que antecederam a 29ª reunião, percebe-se a angústia dos moradores locais que entendiam como aquele momento era decisivo para o futuro do MatoDentro. Em e-mail enviado no dia 1º de dezembro por um membro do ForumCMD, é possível sentir o peso e o drama daqueles dias:

... NOSSA INCAPAZ COMUNIDADE ESTA', ha' 10 dias, DA COVARDE  
GUILHOTINA  
DE 11/12-COPAM-DTNA,SEM BASTILHA A VISTA :LEVAR NOSSA

AGUA NAO

PODE !!! Parece estarmos enganados, aos delirios do staff, convidados relacionados , para os PASSEIOS NOS TRENS PARA AUSCHWITZ.

Mesmo assim,repudiamos :

Um carro-chefe apenas,este empreendimento, CONTRA-INDICADO EM BIOMA é

INVIAVEL,por que , remédio contra-indicado é proibido de ser administrado. É um ecossídio amoral,impune ,na contra-mão da política global ambiental,contemporânea.

Com agua planta no deserto,sem agua morre tudo vivo.<sup>59</sup>

O autor do e-mail traz diferentes elementos para expressar o que sentia frente ao processo em curso. Na lista de e-mails do fórum os dias que antecedem a reunião são pontuados por angústia, ansiedade e preparação.

No dia 11 de dezembro de 2008 acontece a 29ª reunião ordinária da URC Jequitinhonha, desta vez em Diamantina. É nessa reunião que a LP é concedida ao empreendimento. Minha análise da reunião se baseia na escuta do áudio e também na leitura da transcrição dos debates durante o encontro. Nas quase sete horas de reunião acusações são trocadas entre conselheiros, diversas promessas são tecidas, sendo as falas mais emblemáticas cortadas por vaias e aplausos. É por meio dos arroubos das vozes e pelos gritos ao fundo, que se torna ainda mais evidente a importância da reunião, sobretudo pelos desdobramentos que se seguiriam, de uma forma ou de outra, à decisão daquele encontro.

A reunião se inicia pela condução do presidente da sessão, Ilmar Bastos. Ele cumprimenta a todos os presentes e aponta os objetivos da reunião: *“O meu papel aqui hoje, senhoras e senhores, especialmente ao que tange aqui os senhores conselheiros, é de dar condição, aos conselheiros aqui presentes, que foram devidamente indicados, empossados pelos seus setores, pelas suas representações, de poderem manifestar com relação aos assuntos da pauta de hoje”*.<sup>60</sup> E depois continua, já expressando o clima de conflito em torno do tema: *“Sei que o assunto é um assunto extremamente controverso, então eu sei que existem partes contrárias, partes favoráveis”*. A reunião começa com o comunicado geral dos conselheiros acerca de qualquer assunto de relevância para o COPAM, desde que não trate de nenhum dos temas da pauta.

---

<sup>59</sup> A mensagem é do dia 1º de dezembro. Manteve-se a grafia original, exatamente jeito que ela foi enviada, com alguns erros de digitação e marcas características.

<http://br.groups.yahoo.com/group/ForumDesenvolvimentoCMD/message/1747>

<sup>60</sup>Todas citações a seguir nesta seção, entre aspas ou em destaque, referem-se às falas transcritas da 29ª reunião da URC Jequitinhonha do COPAM. No Anexo A é possível ler a ata dessa reunião. Para o acesso aos dados dessa URC ver <http://www.semاد.mg.gov.br/copam/urcs/jequitinhonha>.

Depois desse momento introdutório a concessão da LP do empreendimento *Minas-Rio* é colocada em pauta. Antes de serem apresentados os argumentos relativos ao projeto, uma ponderação preliminar é feita pelo conselheiro Alex Mendes. O conselheiro pede a exclusão de dois outros conselheiros das deliberações daquela reunião específica, amparado, segundo ele: “[*pelo*] artigo 27: ‘ao membro do COPAM no exercício de suas funções, aplicam-se o impedimento previsto no artigo 61 da lei 14184 do item 1 de 2002. Artigo 61: é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tem interesse direto ou indireto na matéria’”. Um desses conselheiros, o professor José Geraldo Magest, da Universidade Federal do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri (UFJVM), deveria ser excluído por ter um acordo com a Anglo American para financiamento de pesquisa acadêmica, consubstanciando seu “interesse direto na matéria”. Depois de uma longa discussão o COPAM decide pelo impedimento desse conselheiro, sendo que ele poderia ser substituído por um de seus suplentes. O segundo conselheiro que deveria ser impedido, segundo Alex Mendes, era o senhor Carlos Eduardo Nery, representante do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) de CMD e importante liderança ambientalista da SAT, pela mesma razão. Como o próprio Alex Mendes expõe:

Então eu gostaria de pedir também o afastamento do Carlos Eduardo, da SAT, por ter participado de negociações acerca do empreendimento MMX em reuniões com Eduardo Magalhães, assessor do vice-governador, com o... é melhor, eu vou ler o e-mail aqui: “Estou em BH há 4 dias trabalhando nas negociações acerca do empreendimento MMX. Tivemos reunião com Adriano Magalhães, assessor do vice-governador que está articulando a participação do Estado no empreendimento e o atendimento às condicionantes que foram requisitadas pelo Comitê Conceição Sustentável, da Prefeitura Municipal e SAT. Foi realizada uma segunda reunião e contamos com a presença do Dr. Caio, coordenador da equipe multidisciplinar que elabora o parecer técnico da FEAM”.

Após a leitura do e-mail uma longa discussão é travada no COPAM a respeito desse ponto, sendo que em sua defesa o conselheiro Carlos Eduardo argumenta:

Peço seriedade na discussão, porque nós participamos desse processo desde o início, isso é público e notório, inclusive isso é do conhecimento dos conselheiros e do conselheiro em particular, a atividade que a gente desenvolve em função do nosso trabalho com a Associação e não há nenhum ganho nesse processo.

Outros conselheiros defendem sua permanência nas deliberações, por entenderem que os interesses desse conselheiro não seriam materiais e diretos. Ora, com esse início de debate há um aumento da agitação tanto dos conselheiros como do

público, pois as denúncias colocam em questão a autonomia deliberativa dos conselheiros e, logicamente, a legitimidade do próprio COPAM. É com esse prólogo que se iniciam as discussões.

Toda ponderação sobre a viabilidade do empreendimento tem como fonte primária os estudos prévios, o EIA e o RIMA. Baseado exclusivamente nesses estudos um relatório secundário foi produzido por um grupo de vinte e cinco técnicos de diferentes órgãos de fiscalização ambiental do Estado de Minas Gerais. O parecer único, produzido pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) de número 0001/2008, é um documento conciso de 157 páginas, preparado para consubstanciar a reflexão e decisão dos conselheiros, como está descrito no próprio documento:

O presente parecer apresenta aos conselheiros da Unidade Regional Colegiada (URC) do Copam Jequitinhonha a análise dos principais aspectos e impactos ambientais associados, constantes do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, de responsabilidade do empreendedor, de forma a instruir e subsidiar os conselheiros no julgamento da viabilidade ambiental do empreendimento na localização pretendida e na tomada de decisão da licença solicitada (Sisema, 2008, p.4).

Por causa do pedido de vistas feito na reunião anterior, alguns dos conselheiros prepararam relatórios alternativos ampliando o conjunto de informações pertinentes ao debate. Os seguintes conselheiros: Dárcio Calais, representante da FIEMG, Carlos Eduardo Nery, do CODEMA de CMD, Luiz Cláudio de Oliveira, da SAT e José Geraldo Magest, produziram conjuntamente um desses relatórios. Além deles, os conselheiros Enéias Xavier, representante do Ministério Público Estadual (MPE); Alex Mendes da ONG *Caminhos da Serra*; e Paulo Almeida, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) fizeram, separadamente, os seus relatórios. Portanto, a discussão foi balizada pelo parecer único do SISEMA e também pela exposição de quatro outros relatórios produzidos de forma independente pelos conselheiros citados.<sup>61</sup>

O primeiro a se manifestar é o conselheiro Dárcio Calais que apresenta rapidamente o seu relatório, feito em conjunto com os outros três conselheiros. Os autores se posicionam favoráveis ao deferimento da LP, propondo a mudança de

---

<sup>61</sup>O COPAM mantém a maior parte do material utilizado durante as suas deliberações em sua página na internet, organizado em relação aos dias das reuniões. No entanto, apenas o relatório produzido por quatro conselheiros do COPAM e favorável ao empreendimento se encontra disponível no site. No dia 31 de outubro de 2013 enviei e-mail para a SUPRAM perguntando se poderia ter acesso aos outros três relatórios e não obtive resposta.

algumas condicionantes. O conselheiro Dárcio Calais conclui sua fala com a seguinte afirmação: *“Nós estamos falando somente de uma licença prévia. Ela não determina a priori, ela não está autorizando nada além da licença prévia, o que vai até permitir reações e propostas da empresa”*.

O conselheiro Enéias Xavier, representante do MPE é o próximo a apresentar seu relatório. Ele afirma se basear no EIA e ter utilizado o corpo técnico do Ministério Público para analisar os dados referentes ao empreendimento: *“os impactos ambientais mencionados no EIA RIMA, ainda que imparciais ou incompletos, não deixam dúvidas quanto à sensibilidade da área diretamente afetada e da área de influência direta, em relação ao empreendimento proposto”*. O relatório do promotor é claramente contrário ao deferimento da licença, argumentando de forma conclusiva que *“as perdas ambientais e sociais podem tranquilamente superar, e muito, os benefícios econômicos oriundos do empreendimento”*. O promotor elenca também outras observações como o número elevado de condicionantes e questiona a capacidade da empresa em realizar todas as condicionantes acordadas. Ao longo da apresentação do conselheiro este é constantemente interrompido por manifestações do público, de apoio em alguns momentos, mas também de repúdio à sua posição. Enéias Xavier também questiona, de forma veemente, a possibilidade de se votar o projeto naquele dia, da maneira como ele estava, pois para ele faltavam informações vitais para a própria apreciação da licença. O promotor então apresenta uma analogia interessante: *“(…) da forma como está seria como se nós outorgássemos alguém com uma carteira de motorista e em seguida faríamos o exame, se ele teria ou não condições de dirigir pelas estradas do nosso país. Seria outorgarmos uma carta branca a algo que não está devidamente esclarecido”*.

O terceiro relatório é do conselheiro Paulo Almeida, engenheiro e funcionário do DNPM. O conselheiro faz uma análise inicial sobre as características da barragem de rejeitos, utilizada para a eliminação do material que resta após o tratamento do minério. Essa barragem será construída na região, gerando grande impacto ambiental. O conselheiro aponta um procedimento diferente para a disposição do rejeito, o que levaria à diminuição do tamanho da barragem. Segundo ele, *“essa tecnologia está em uso em diversos países como Austrália, Estados Unidos, Canadá e África do Sul e representa imenso ganho ambiental, se comparada com os processos tradicionais”*. Além desta questão, o parecer do conselheiro Paulo Almeida critica o EIA pela ausência de informações mais precisas sobre os efeitos do empreendimento no regime das águas:

Qual será a diminuição real do Rio do Peixe e Santo Antônio? No caso de supressão das nascentes e rebaixamento do lençol? Haverá diminuição da capacidade de recarga do aquífero? Eu entendo que essas perguntas ainda não foram respondidas convincentemente. Entendemos que para avaliação real dos impactos ambientais sobre a hidrologia local e até mesmo o balanço hídrico do empreendimento, estudos hidrogeológicos completos são necessários nesta fase.

O parecer finaliza com uma terceira crítica apontando falhas nos estudos socioeconômicos, especialmente em relação ao fato dos moradores diretamente impactados pelo empreendimento não terem conhecimento sobre o que acontecerá na região. O parecer conclui que há graves falhas no projeto e por isso argumenta pela não concessão da LP:

Trata-se de um projeto de grande porte em uma região de alta vulnerabilidade ambiental e social, potencial gerador de grandes conflitos. Dadas essas características, o projeto a ser implantado deverá ser modelo, representando o estado da arte da mineração sustentável, ambiental, social e economicamente. Os estudos ora apresentados possuem lacunas, principalmente quanto às questões de hidrogeologia e meio sócio econômico, que não nos dão a segurança necessária para o julgamento da licença solicitada.

Por último há a apresentação do parecer do senhor Alex Mendes. Seu relatório é crítico ao empreendimento e lembra que todas as informações que ele trará ali estão contempladas nos estudos apresentados pelo próprio empreendedor. O conselheiro reflete sobre o significado da concessão da LP, apontando a contradição entre o discurso de que a LP não é definitiva e outras posições que sustentam “*que a licença prévia é a mais importante dentre as três licenças ambientais. Haja vista que é nessa fase que o órgão ambiental vai analisar a viabilidade ambiental do empreendimento em todos os seus aspectos*”. O seu relato é informativo a respeito do processo e minucioso em sua contextualização, enquanto os outros se concentraram em aspectos centrais. O parecer aponta outros problemas do projeto, citando como aspecto positivo apenas o incremento de renda na região e por isso argumenta pelo indeferimento da proposta.

São esses os quatro relatórios apresentados na reunião: um deles favorável, formulado por quatro conselheiros e os outros três relatórios formulados de forma independente por três conselheiros, que sugerem o indeferimento da proposta. Após a apresentação dos relatórios, o presidente da sessão, Ilmar Santos, abre a fala para a expressão do público presente, começando pela manifestação do empreendedor, costume nesse tipo de processo. A fala de Newton Viguetti, então gerente geral de meio

ambiente da *Anglo Ferrous*, pouco altera o panorama, ele apenas responde a algumas críticas levantadas pelo conselheiro Alex Mendes. O local está tomado por centenas de pessoas, muitas das quais são moradores das cidades próximas ao empreendimento e que também querem falar. Assim, após o pronunciamento da empresa, o presidente da sessão estabelece que concederia um tempo de 30 minutos para as falas dos inscritos: moradores, pesquisadores, políticos, e demais interessados no tema. Ele decide que o tempo será dividido da seguinte maneira, aqueles contrários à concessão da LP e aqueles favoráveis terão cada uma das partes 15 minutos para falar. Dos doze manifestantes que se expressam a partir desse momento, a maioria dos que não querem a concessão da LP é de moradores da região, sendo que alguns deles participavam dos debates no ForumCMD. Dentre os que falam a favor da LP, quatro são homens com vinculações institucionais e interesses na concessão da licença: secretário de saúde de CMD, presidente do Sindicato da Indústria Extrativista (SINDIEXTRA), deputado federal da bancada do então governo do Estado; e um assessor do governo de Minas Gerais ligado ao debate da mineração. Entre os que são claramente favoráveis ao empreendimento, há apenas a fala de uma mulher que é também moradora local. Abordo a construção discursiva e sua dinâmica na reunião sem seguir a ordem linear das falas. Enfatizo, dessa forma, as implicações do que é dito, considerando os elementos que são anunciados pelos discursos e os embates entre posições favoráveis e contrárias ao *Minas-Rio*.

Pelas palavras do público há uma ampliação do escopo da discussão que incorpora temas, até então, não abordados pelos conselheiros. Após os intensos debates acerca dos efeitos da aprovação desse empreendimento, a grande questão da reunião se volta para o significado do projeto *Minas-Rio* para a região. Pensar a partir da referência ao discurso tem como objetivo decompor as falas em suas articulações constitutivas. As narrativas que se seguem dão um sentido mais mundano, próximos da experiência dos cidadãos de *Conceição*, aos aspectos que vinham sendo tratados de forma distanciada pelos relatórios técnicos. Em certo sentido, enquanto os relatórios tinham o projeto *Minas-Rio* como objeto, agora é a região do MatoDentro que passar a ser o centro das atenções. A dinâmica de estabelecer de partida, que as falas contrárias e as favoráveis seriam intercaladas, fortaleceu as clivagens e criou o claro embate discursivo, pois cada parte buscou responder melhor aos ensejos suscitados pela outra. Com isto, as posições entram em franca disputa pela melhor escolha para o MatoDentro.

A decisão sobre a viabilidade ou não do projeto é de ordem política. O trabalho técnico-científico das análises produzidas serve como orientação, mas o que está em jogo não é uma discussão sobre parâmetros e sim sobre o futuro socioambiental da região. Fernando Coura, presidente do Sindicato da Indústria Extrativista Mineral do estado de Minas Gerais (SINDIEXTRA), afirma com clareza acerca deste ponto:

Os senhores conselheiros, os senhores são como membros de um júri. O senhor, Dr. Enéias, não é técnico. Se o COPAM fosse técnico, Dr. Ilmar, aqui estariam só especialistas em antropologia, ecologia, especialistas em sociologia, biologia, engenharia de minas, geologia. Aqui são conselheiros, como júri, Dr. Enéias e o senhor conhece bem. O voto de cada um é com sua consciência, com os fatos apresentados por essa brilhante equipe técnica que é a FEAM e a SUPRAM de Minas Gerais.

A explícita politização do processo, que até então se fiava a uma discussão balizada pelos dados e análises, traz novas nuances ao que ocorria. A questão do emprego, que não havia sido tematizada, surge de forma central se configurando como um ponto nodal do discurso favorável à LP, ao fixar outros elementos desse discurso (Laclau e Mouffe, 1985). Para aqueles favoráveis ao *Minas-Rio*, o aumento do emprego era uma certeza e sua oferta levaria naturalmente a muitos outros benefícios sociais ansiados pela população local. Não por acaso o primeiro manifestante claramente contrário ao projeto inicia sua fala enfatizando que há a *“ilusão de que [o projeto] vai gerar emprego”*. Ele então lembra as demissões que estavam ocorrendo naquele período em grandes empresas do setor minerário, como a Vale.<sup>62</sup> O presidente do sindicato das indústrias extrativistas, por sua vez responde a essa provocação sobre a ilusão do emprego e em tom de apelo afirma: *“a pior desgraça, que o pior defeito, a pior coisa que carrega um ser humano é a falta de emprego. O trabalho é a maior dignidade que o homem tem. Nós precisamos de gerar emprego e renda”*. E diz que com aquela crise econômica o Estado de Minas Gerais não poderia “perder” um investimento de tal porte. Esta articulação se sustenta em outras falas no momento em que o benefício do emprego é resposta tanto à crise “mundial” em curso, como aos problemas econômicos da cidade, justificando a “necessidade” desse projeto. Não aprovar esse investimento seria, na lógica implícita ao que falam os apoiadores do empreendimento, negar a geração de emprego e renda para o povo, ato que adquire o tom de imoralidade sobretudo em um momento de crise. A associação de uma grande

---

<sup>62</sup>Esta reunião ocorre ao final do ano de 2008, período marcada por uma crise econômica de escala internacional que causou problemas em diversas empresas multinacionais.

empresa com a elite política do Estado é legitimada pela promoção de emprego e renda, o que se mostra uma estratégia forte para a sustentação do projeto. As críticas daqueles que rechaçam o empreendimento se concentram no questionamento da qualidade e do significado desse emprego. Considerando uma região economicamente pouco diversa, com alta relevância da agricultura de subsistência, o discurso do emprego na cadeia “produtiva” tem grande apelo para as pessoas do local de diferentes classes sociais.

Um dos primeiros membros do público a se manifestar na reunião do COPAM foi o senhor Vitor Penido, que se apresenta como deputado federal e ex-prefeito de Nova Lima, cidade na região metropolitana de Belo Horizonte que tem na atividade da mineração um vetor de sua economia. Em sua fala, Vitor Penido evoca o “desenvolvimento” em todas as esferas como consequência da escolha pela via do extrativismo mineral. É no momento em que o discurso tenta dar conta de todo um campo social, organizando os espaços e as relações, que ele procura se hegemonizar.

Estou apenas passando para todos os conselheiros aqui e eu os convido, como deputado federal, como ex-prefeito da melhor cidade metropolitana, com o melhor índice de qualidade, com o melhor IDH de Minas Gerais, um dos melhores, com escola de tempo integral, com um médico para cada 600 pessoas, com um dentista para cada 850 pessoas, e isso acontece em Nova Lima por causa da mineração responsável.

Uma série de benefícios como o acesso à educação, saúde, trabalho, elementos que compõem a representação de uma cidade “ideal” surgem por causa da mineração. Aqui, e este é um efeito importante, há um deslocamento no tempo e no espaço, pois embora Vitor Penido fale sobre o que teria acontecido em Nova Lima, algumas décadas atrás, ele está também falando sobre a Conceição do Mato Dentro do ano de 2008. As noções de “desenvolvimento” e de “progresso”, subentendidas à instalação da indústria mineraria, permitem que um conjunto bastante diverso de demandas se inscreva nesse discurso, criando uma suposta necessidade de aprovação da LP. Alessandro, morador de CMD e crítico ao empreendimento, tem outra versão para a história que vinha sendo contada: *“Mandaram aqui deputado federal, mandaram aqui o presidente do Sindiextra e nós estamos vendo aí que a Vale do Rio Doce mandou embora 1500 funcionários, colocou 5500 de férias. Olhem o nosso futuro, gente”*. Ao criticar que os favoráveis ao projeto são “de fora”, Alessandro marca a relevância da opinião das pessoas do lugar. Nesse sentido, a fala de uma moradora da região, Simone, revela que não há uma homogeneidade na posição das pessoas do MatoDentro, e que na cidade há também

aqueles favoráveis à mineração. Sua fala emocionada convoca todos a refletirem acerca da relevância do emprego para a vida no Mato Dentro.

Boa noite, meu nome é Simone, eu sou de Conceição do Mato Dentro e venho aqui falar em nome dos pais de famílias que estão empregados. Aqui gente, eu estou decepcionada, porque aqui todo mundo fala em serra, todo mundo fala nisso, todo mundo tá preocupado com gado. Já pararam alguém aqui pra perguntar o quê que os pais de família acham disso? (...) Conceição do Mato Dentro, nós não vemos mais as crianças pedindo esmolas nas portas, não vemos mais as mães de porta em porta pedindo esmola, ganhando porta na cara, igual já aconteceu na minha família. A gente quer ser digno, eu tenho marido, eu tenho 3 filhos, eu quero trabalho para meu marido, eu não quero mendigar serviço. Eu tô cansada de pedir serviço dentro da cidade e ninguém me dá. Então eu quero gente, votem, eu sei que estão falando que vão destruir serra, mas os que estão preocupados com essa serra aí, são quem tem fazendas, quem tem gados. Perguntem para os pais de família o que acham disso. Tanto para os que já estão na empresa, quanto para os que vão ser chamados, que estão na lista de espera. O que vão ser desses pais de família que vão ser mandados embora?

Até esse momento parecia que os moradores da região estavam contra o *Minas-Rio*, que só encontrava apoio em figuras com vínculos políticos e/ou econômicos e interesse direto no projeto extrativista. A fala de Simone desestabiliza essa conjunção e aponta para divisões no interior da comunidade, quando diz que são os fazendeiros da região, os ricos, que estão contra o empreendimento, que querem prejudicar os “pais de família” para salvar as serras. Simone ainda continua a se manifestar e diz: *“a gente da periferia está jogado, e agora que chega uma empresa dentro da cidade pra gente poder ter uma dignidade, querem tirar o direito da gente, querem mandar ela embora. Isso não é direito não, gente”*.

Com efeito, embora a maior parte das manifestações de moradores na 29ª reunião do COPAM tenha sido contrária à concessão da LP, era claro, até para aqueles mais críticos, que o projeto tinha grande apoio da população das cidades na região. Ao se expressar sobre isso o secretário municipal de saúde de CMD exagera e diz: *“senhores conselheiros, eu digo pra vocês, porque para os conceicionenses, eu creio que 99% dos conceicionenses aprovam essa instalação. 99%”*.

O embate entre narrativas se faz pela construção de um argumento que em um momento posterior é rechaçado por outro. Se alguém afirma que está chegando emprego, outro diz que o emprego é de curta duração e com baixos salários. Quando Simone afirma que aqueles que não querem a mineração são ricos e fazendeiros, coloca-se em questão a identidade e os interesses da população em relação ao projeto. Mauro

Lúcio, jovem liderança comunitária, presidente da Associação dos Moradores de São Sebastião do Bom Sucesso, fala após Simone e responde sua colocação:

Eu sou da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso. Bem, a minha companheira, eu não tenho fazenda, eu moro e tô preocupado com a minha comunidade, porque o que a gente vê lá, hoje, a MMX tem apoio da maioria dos fazendeiros e dos comerciantes. Agora do povo pobre, que mora num casebre lá, está preocupado com o seu bem viver.

Agora, ao contrário do que a moradora anterior havia afirmado, é a elite local que quer o projeto e são as pessoas pobres que estão preocupadas com as possibilidades de degradação da região. Uma das frases ditas por Simone é a de que: *“aqui, todo mundo tá preocupado com Serra”*. A seguir ela estabelece uma diferença entre aqueles que pensam na Serra e aqueles que se preocupam com os problemas das pessoas que trabalham, os “pais de família”. Dessa forma, a defesa do ambiente parece demarcar uma posição antagônica ao emprego e ao desenvolvimento pela mineração. A referência ao ambiente tem na preocupação com a água o seu ponto nodal, aquilo que dá sustentação ao campo discursivo de rechaço da LP. A arquiteta e ambientalista Dorinha Alvarenga afirmou nesse momento de manifestação do público:

Nós somos Minas das Gerais, das águas das gerais. Conforme nosso governador, na abertura do nosso evento, Diálogos da Terra, que eu também tive a honra de representar o Brasil na Itália e também em Minas Gerais como delegada da terra em Cuiabá, e eu me orgulho muito disso, na abertura o nosso governador disse que nós somos a caixa d’água do Brasil.

Ao enfatizar a questão água ela mostra de que forma a preocupação com esse bem sintetiza considerações ambientais e sociais. A água representa a natureza, não como paisagem, mas como fundamento de vida. A seguir ela continua e diz:

Conceição do Mato Dentro é a capital do eco turismo e não só de Minas, mas nós que já viajamos por diversos países do mundo, que tivemos esse privilégio, sabemos o que é o significado de Conceição do Mato Dentro pra todo o planeta Terra. No planeta Terra, existem espécies que só existem em Conceição do Mato Dentro, espécies da fauna, da flora.

A singularidade do meio natural é um valor em si que deve ser mantido pela comunidade. Da forma como isso é colocado não há nenhuma articulação entre o problema ambiental e o problema dos “pais de família”, fortalecendo a cisão entre ambiente e sociedade, o que enfraquece politicamente a posição contrária ao

empreendimento. A maneira de responder aos problemas sociais do MatoDentro se revela elemento crucial na disputa em curso na 29ª reunião do COPAM. Outros sujeitos, também contrários ao empreendimento, percebem tal questão e procuram minar o jogo dicotômico que se estabelecia entre a defesa do ambiente e a defesa do emprego. O professor de geografia em CMD, Gabi Klaus, faz isso quando diz:

É um empreendimento altíssimamente destrutivo numa região extremamente frágil. Hoje, nós estamos sem o emprego e sem o emprego a gente não vive, nós precisamos de emprego. Mas não adianta nada chegar a ter emprego e não ter água pra beber, porque o que está previsto pra região, é o ressecamento de toda a água doce. Da mesma forma, de que adianta ter um emprego pra ganhar um salário mínimo, pra ganhar 600, 700 reais, e depois a gente ver o filho da gente dentro do hospital intoxicado, passando mal. Porque esse é o destino que nos espera.

A água e o ambiente são constitutivos da própria comunidade humana. A fala anterior mostra a importância de manter unidos os ganhos econômicos, a condição ambiental e a melhoria social. Este debate não ocorre pela lógica abstrata do discurso, mas pela capacidade da palavra suscitar imagens e produzir reações afetivas. Mais do que ganhar ou perder, é importante lembrar que as pessoas continuarão a viver na região, com os problemas e/ou os benefícios. Alessandro, morador local, diz: “*Eu queria falar que nós estamos sendo tratorados por uma mineração*”. Com isto, ele alude às situações de desrespeito que já vinham sendo vividas antes mesmo da instalação do empreendimento. Mauro Lúcio, presidente da Associação de Moradores de São Sebastião do Bom Sucesso completa:

Nós queremos emprego sim, mas emprego não é ficar lavando panela em cantina de empresa não. Nós queremos empregos dignos, porque há 300 anos nossos pais ficaram na picareta, isso nós não queremos mais não. Hoje eles aproveitam da necessidade de Conceição, porque hoje é uma cidade que necessita de emprego, mas não só de mineradora vive Conceição... Conceição tem outras formas de vida.

As falas dos manifestantes são fortes, enfatizam aspectos cruciais da vida local, reforçam, criticam, suplicam, buscando sensibilizar os conselheiros e o público presente. Já se passaram seis horas de reunião quando é iniciada a votação para a concessão ou não da LP.

Ao analisar nos próximos capítulos os efeitos da instalação do *Minas-Rio* na vida dos jovens é importante manter em mente a composição e a dissolução das “intrigas” tecidas nesta reunião. Ao pensar sobre a colocação de Mauro Lúcio de que

“*não só de mineradora vive Conceição, Conceição tem outras formas de vida*”, percebo que o que estava em jogo era mais a vida das pessoas e a história dos lugares, e menos o projeto extrativista. Por esta razão me apropriei e adaptei sua fala no título deste trabalho, pois dizer que “*nem só de mineração vive o MatoDentro*” é deslocar a ênfase na mineração e nas firmas, para colocar no centro do cenário as pessoas, suas experiências e narrativas.

## 2.5 De quem é esta obra? Representação e responsabilidade

A reunião do COPAM que concedeu a LP para o *Minas-Rio* seguiu tensa até o último momento. Após alguma confusão sobre de que forma realizar a votação, o presidente da sessão pediu que os conselheiros autores dos relatórios lembrassem qual foi a conclusão principal de seus textos. Enéias Xavier, representante do Ministério Público, ainda buscou, pela argumentação, convencer que não era possível realizar a votação naquele dia, em razão da ausência de informações cruciais para a apreciação da LP. Após ver sua tentativa de adiar a votação negada pelo presidente da reunião do COPAM, ele então votou da seguinte maneira:

O número de condicionantes apresentadas, e mesmo o conteúdo de algumas delas, mostram que a sustentabilidade do empreendimento é altamente duvidosa, pois algumas das condicionantes enumeradas se confundem com informações necessárias para essa fase do licenciamento ambiental, ou seja, a concessão da licença prévia. Nesse sentido, eu me lembro aqui do quadro de Guernica, não sei se os senhores conhecem. Um embaixador nazista se encontrava em Paris e o nome dele, eu tive que anotar, Otto Abast, e ele então visualizou um quadro. Ele então viu naquele quadro, ele achou o quadro muito interessante. O quadro era do povoado de Guernica, um povoado espanhol, o primeiro povoado atacado naquela época. Então ele disse para o sujeito, o autor do quadro: Essa obra é sua? E ele falava era com Picasso. E Picasso então disse: **não, essa obra não é minha, essa obra é sua!** E a mesma coisa eu sinto hoje. Da forma que está o empreendimento, daqui 10 anos certamente não serei mais conselheiro aqui neste COPAM, certamente não estarei mais em Diamantina. Mas quando passar pela região, eu quero ter a tranquilidade de dizer: não, essa obra não é minha! Eu não colaborei pra isso. Eu voto contra o empreendimento.

A afirmação veemente do promotor provocou a manifestação por meio de gritos e palmas de apoio, mas também suscitou intenso repúdio de parte dos presentes. Esse momento foi um dos mais tumultuados da reunião, pois algumas das pessoas se revoltaram com a associação entre a *Anglo* e o “nazismo”. Depois de dirimida a confusão, os votos se seguiram, sendo que nem todos justificaram publicamente a

posição tomada. O resultado final foi de aprovação do empreendimento por 12 votos a favor e 3 contrários à concessão da LP. Além do promotor e do representante da *Caminhos da Serra*, o sargento da Polícia Militar também votou contra o empreendimento, sem se manifestar. Um voto favorável também chamou a atenção. O representante do DNPM, Paulo Almeida apesar de ter apresentado um relatório técnico crítico à proposta em debate, disse:

Eu não me sinto devidamente esclarecido, gostaria que o processo tivesse sido baixado em diligência, que a gente tirasse as nossas dúvidas, que se esgotasse isso agora nesse momento. Mas vi que não é possível pela legislação, então eu sou obrigado a votar agora, sim ou não pelo processo. E seguindo orientação do meu órgão, eu voto sim.

A situação do conselheiro Paulo Almeida é interessante por desvelar os caminhos obscuros do poder e como a prerrogativa de uma análise baseada no discurso público e na narrativa, pode desconsiderar formas diretas de dominação que passam ao largo da argumentação. Muitas testemunhas afirmam que outro conselheiro, claramente favorável ao empreendimento, colocou um celular na mão do Paulo Almeida e que foi após ele falar nesse telefone que firmou seu voto “*segundo orientação do seu órgão*”.

Esta reunião ocorreu ao final do ano de 2008. No ano seguinte foi concedida a licença de instalação (LI).<sup>63</sup> Ao ler os e-mails do ForumCMD referentes ao momento de concessão da LP sente-se a mistura de afetos que transparecem nas falas daqueles presentes na reunião. Sente-se a frustração, raiva e tristeza daqueles que vinham, já há algum tempo, discutindo e lutando por maiores esclarecimentos. Em entrevista realizada em 2012, um jovem líder comunitário assim se expressou sobre como percebeu aquele momento:

Uma porta aberta pra empresa... houve questionamento, pessoas... Igual foi questionado a situação, o projeto, a mina tá sendo aprovada e a situação das pessoas que tão na área de barragem? Na área onde tá instalando o empreendimento ali... Aqueles conselheiros lá, salvo o Ministério Público e um outro conselheiro lá, ninguém... Foi quase unanimidade, o projeto passou.<sup>64</sup>

Um relato enviado por e-mail para o ForumCMD no dia seguinte à reunião, intitulado “*Guernica anunciada: Conceição do Mato Dentro, Minas Além dos*

---

<sup>63</sup> A Licença de Instalação do Projeto Minas-Rio, sem haver alguma justificativa para o fato, foi desmembrada em duas fases, sendo que na 38ª reunião da URC Jequitinhonha do COPAM foi aprovada a fase 1 da LI.

<sup>64</sup> Entrevista com Roberto, concedida no dia 06 de agosto de 2012.

*Gerais!!!*” traz também uma perspectiva pessoal sobre os acontecimentos em torno da concessão da LP:

REVEJO AS CENAS...

RELEMBRO AS FALAS...

NUNCA EM MINHA VIDA ANTES

VIRA A VORACIDADE DO PODER

DE FORMA TÃO GANANCIOSA E ASSUSTADORA...

AS PESSOAS DA COMUNIDADE:

SEU RAIMUNDO, D<sup>a</sup> MARIA RODRIGUES, DELZINHO, SEU ZÉ PEPINO E  
MUITAS MAIS...

AS PESSOAS DONAS DO LUGAR,

ALI COM OS OLHOS TRISTES, PERDIDOS EM UM FUTURO NEGRO,

OUTRAS COM LÁGRIMAS CAINDO...

AO MODO DAS CACHOEIRAS DOS RIOS QUE SECARÃO...

(...)

O PAULO DO DNP, MOÇO JOVEM MASSACRADO, AO VIVO E A CORES, ON  
LINE,

PELOS TELEFONES CELULARES E LAP TOPS ÁGEIS,

COMO MÍSSEIS DA NOVA GUERRA QUE HÁ MUITO JÁ SE VERIFICA....

MAS A CORAGEM DE POUCOS

MOSTROU QUE A VOZ DA VERDADE FALA ACIMA DO PODER:

ALEX RETIROU O MAGEST DA VOTAÇÃO:

PROFESSOR COMPRADO, INTERMEDIA CONVÊNIO DE MILHÕES DE  
UNIVERSIDADE: UFVJM

COM ANGLO FERROUS...

CADU, APESAR DA DENÚNCIA, PERMANECEU DEFENDIDO PELO  
ASSESSOR JURÍDICO DA FEAM...

VOCÊ E LUIZ CLÁUDIO, FILHOS DA TERRA...

COMO FICARÃO SEUS CORAÇÕES E CONSCIÊNCIAS LOGO ADIANTE?

QUANDO ÁGUAS, SERRAS E PRINCIPALMENTE AS PESSOAS,

FOREM APENAS LEMBRANÇAS...

MAS UM JOVEM DOUTOR,  
DAS ENTRANHAS DAS GERAIS,  
BRAVO GUERREIRO DO BOM COMBATE,  
NOBRE ALMA  
EM PLENOS PULMÕES ANUNCIOU:  
GUERNICA!!! ESSA OBRA NÃO É MINHA, É SUA!!!<sup>65</sup>

Pensar a responsabilidade sobre a construção deste empreendimento, ou seja, “de quem é esta obra”, é considerar que nexos se estabelecem entre a realidade social e a ação dos sujeitos. Ao escutar e ler a transcrição da reunião tem-se a impressão de que a obra já estava aprovada, antes da decisão. Como se não houvesse nada a ser decidido. O voto de Paulo Almeida, que claramente contradiz suas colocações iniciais na apreciação dos efeitos do projeto, é exemplar por revelar os caminhos ocultos de um poder que se diz democrático. Mais importante do que o voto favorável à concessão da LP, a explicitação da posição do representante do DNPM desvela esse poder que define arbitrariamente o que deve ser feito, negando princípios de cautela e de preocupação socioambiental. Ao refletir sobre a responsabilidade, penso não apenas em quem fez o quê - como se o fazer fosse propriedade de uma única pessoa- mas sim naquilo que envolve as escolhas e as decisões. A história aberta do novo ciclo minerário no MatoDentro traz processos que não são simples de nomear. Ao considerar os efeitos e desdobramentos da instalação ainda inconclusa do projeto *Minas-Rio*, busco compreender as posições nesse cenário, os sentimentos e os possíveis entendimentos de toda a situação.

Voltando mais uma vez à reunião de concessão da LP, a moradora que se expressou de forma favorável ao projeto, Simone, ouviu alguém dizer que a empresa havia trazido mais de “10 ônibus carregados de gente, mais de 500 pessoas, e aqui só tem 50 porque a maioria preferiu ficar lá fora” do que apoiar o projeto minerário. Ela então respondeu de forma seca: “*Estão todos aí fora, mas estão todos ouvindo o que está sendo falado aqui dentro. Não tem ninguém de fora aqui não*”. A figuração de que o povo do MatoDentro é manipulado, seja para apoiar ou para criticar o empreendimento, apareceu em outros momentos da reunião. A resposta de Simone, de

---

<sup>65</sup><http://br.groups.yahoo.com/group/ForumDesenvolvimentoCMD/message/1810>

que “não tem ninguém de fora aqui não” rebate de forma taxativa a representação de que algumas pessoas são manipuladas e que não entendem o que acontece. Ao considerar como as pessoas refletem, narram e se posicionam em relação a esse projeto, questiono a relação entre as experiências e as narrativas tecidas no MatoDentro. A figuração de que há pessoas iludidas ou alienadas parece se basear na imagem de que alguém, em algum lugar, entende tudo. A proliferação de incerteza e angústia, entre os moradores do MatoDentro, parece lembrar que a maneira como nos subjetivamos segue mais as tortuosas linhas da luta política, do que a fantasia de certeza atribuída aos relatórios técnicos e científicos.

### CAPÍTULO 3

#### A JORNADA PELO MATODENTRO

E tu para que queres um barco, pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou quando finalmente se deu por instalado, com sofrível comodidade, na cadeira da mulher da limpeza, Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada, A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida.

(José Saramago)

Esta pesquisa acerca dos modos de subjetivação de jovens em um cenário de conflito socioambiental exigiu uma contínua reflexão sobre como apreender processo de tamanha complexidade. Do ponto de vista teórico, tomei como ponto de partida a discussão de dois campos analíticos distintos: por um lado me guiei pelas questões do campo socioambiental, por meio da referência à noção de conflito (Acsehrad, 2004; Zhouri e Laschefksi, 2010). Nessa perspectiva, os problemas socioambientais decorrem de uma disputa entre grupos pela apropriação material e simbólica dos recursos naturais. Por outro lado, parti do campo das questões psicossociais acerca da subjetivação, refletindo como os jovens se constituem no contexto local. Dessa forma, passei a costurar os campos, articulando os efeitos de conflitos socioambientais aos modos de subjetivação de jovens.

Ao me interessar pelo campo dos conflitos socioambientais, busquei em jornais, páginas da internet e artigos identificar situações de conflito nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, pela proximidade desses estados ao meu local de moradia. Ao

observar o mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais<sup>66</sup>, produzido e coordenado pelo Grupo de Estudos sobre Temáticas Socioambientais (GESTA)<sup>67</sup>, prontamente me interessei pelo caso do projeto *Minas-Rio* no município de Conceição do Mato Dentro (CMD).<sup>68</sup> A leitura, sobre os conflitos gerados com a exploração do minério de ferro na cidade, trouxe diversos elementos que chamaram minha atenção, dentre eles: o fato do projeto extrativista ainda estar em implementação no ano de 2011<sup>69</sup>, o que deixava entrever uma situação de disputa aberta sobre as implicações do projeto econômico; a região de CMD, por ser reconhecida pelas belas cachoeiras e ser chamada de “capital mineira do ecoturismo”, parecia o destino menos provável da indústria mineral, suscitando tensão entre as perspectivas de conservação e da mineração. Nesse momento de leitura prévia não tinha certeza se realizaria ou não a pesquisa na região, pois seria preciso entender se o campo permitiria articular a questão socioambiental à situação dos jovens.

Após dialogar com algumas pessoas ligadas ao movimento ambientalista de Minas Gerais e visitar a cidade de Conceição do Mato Dentro no início de 2012, pensava que a situação encontrada na cidade poderia sim fornecer um campo profícuo para as interrogações que me rondavam em meus estudos acadêmicos. A primeira visita à cidade teve a função de definir se os efeitos do empreendimento na dinâmica local poderiam ser discutidos a partir da psicologia social, com o foco na vida dos jovens. Nesse momento eu buscava algo da realidade do *lugar* que englobasse as premissas teóricas com as quais vinha trabalhando, além de entender se haveria condições práticas para a realização da pesquisa. Em consonância com as razões apontadas anteriormente, foi crucial também a *experiência* de chegar naquele lugar, no qual, sem esforço algum, percebi como aquela obra gigantesca aparecia nas falas, nos olhares, no jeito das pessoas. Assim descrevi a primeira visita à cidade:

Minha primeira impressão foi muito ligada à quantidade de camionetes e carros das empresas que compõem o empreendimento da *Anglo*. A cidade parece viver em função do empreendimento. Pura passagem para carros, fornecimento de alimento para funcionários, etc. No restaurante em que

---

<sup>66</sup> Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>.

<sup>67</sup> O GESTA é um grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo de pesquisa, ensino e extensão na área socioambiental. Para mais informações: <http://www.fafich.ufmg.br/gesta/index.html>.

<sup>68</sup> O contexto de mudanças na infraestrutura do país e o papel do estado nesse novo desenvolvimentismo têm gerado muitas situações de conflito ambiental, portanto não foi difícil identificar possíveis casos para a pesquisa.

<sup>69</sup> Ano em que iniciei a procura pelo caso empírico para a pesquisa.

almocei nos dias que fiquei em CMD vi que a maioria absoluta dos clientes são funcionários das empresas parceiras do projeto *Minas-Rio*. Muitos uniformes e casacos com logotipos. Todos na cidade só falam da mineração e ao me verem, alguém que chega de fora, pensam que estou trabalhando em alguma dessas empresas.<sup>70</sup>

Ao final da nota acima abordo uma questão que iria me acompanhar durante a realização da pesquisa de campo, o fato de constantemente me identificarem com a Anglo American ou uma de suas empresas contratadas. Desde o primeiro momento no trabalho de campo até a minha partida, sempre falei com absoluta clareza sobre meus interesses acadêmicos e o vínculo exclusivo com a universidade, enfatizando que não tinha nenhuma relação com Anglo American.<sup>71</sup> Refletindo sobre essa questão, percebo que parte do problema ocorria por eu não ser da região, como tantos e tantos outros que chegaram ali por causa das firmas. Assim, minha simples presença criava a rápida associação com esses tantos outros, pagos para trabalhar na implementação do empreendimento. A preocupação com o modo como os moradores da cidade viam a minha presença naquele lugar, levaram-me a adotar alguns cuidados. A primeira e mais importante foi a de não me aproximar da empresa e de seus funcionários. Em nenhum momento da pesquisa busquei dialogar ou entrevistar funcionários da Anglo American, pois não queria fornecer “traços” que me identificassem à empresa. Além disso, uma carta assinada pela minha orientadora - com papel timbrado e carimbo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - era apresentada quando achava necessário clarear os vínculos profissionais. Em certo sentido o problema da minha identidade de pesquisador era mais complexo, não seria resolvido pela carta, pois a minha presença ali perguntando sobre mineração, como a vida das pessoas mudou ou não com a chegada do “projeto da Anglo”, denunciava uma ligação com aquela história, mesmo que mediada pela pesquisa e pela crítica.

Neste capítulo abordo a experiência no trabalho de campo, apresentando um conjunto de informações sobre a realização da pesquisa. Falo da forma como o trabalho foi feito, apresento os lugares que fizeram parte deste estudo e os métodos de pesquisa utilizados. De forma transversa, a construção do objeto da pesquisa permeia todo o capítulo, que explicita como a discussão epistemológica elucida escolhas concretas

---

<sup>70</sup> Nota do diário de campo referente aos dias 16 e 17 de fevereiro de 2012.

<sup>71</sup> Ao falar disso com pessoas próximas de mim, acabei sendo lembrado que se eu não era funcionário “dessas firmas” em certa medida foi a presença da Anglo que me levou para o local. Agradeço à Ana Rita Siqueira por tal consideração.

tomadas ao longo do trabalho. O objeto da pesquisa não existe de forma independente das reflexões teóricas, ele emerge no entrelaçamento de perspectivas de análise e das escolhas no campo. Dessa forma, sigo a posição de Bourdieu (2002, p.24) de negação de uma cisão entre teoria e metodologia:

(...) as opções técnicas mais 'empíricas' são inseparáveis das opções mais 'teóricas' de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, a técnica de recolha ou de análise dos dados, etc se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como *evidence*.

A experiência de vida dos habitantes da região do MatoDentro, tanto nas cidades como nas roças, foi profundamente alterada nos últimos anos. Com o objetivo de analisar tal mudança, a partir da compreensão dos modos de subjetivação, ou seja, das formas de entendimento e de ação, a questão metodológica se traduziu na busca por meios de acessar a perspectiva das pessoas sobre o contexto em disputa. Para a compreensão da posição que eu ocupei na vida local, encontrei na etnografia um meio de entendimento da minha situação naquela realidade. Com a leitura de outros trabalhos com temáticas semelhantes às minhas foi também mais fácil entender os problemas e enfrentar as dificuldades do cenário. Baviskar (1995) realizou uma bela pesquisa sobre as formas de resistência dos *adivasis*, as tribos originárias da Índia, contra a instalação de uma grande barragem na porção oeste desse país. Ao aprofundar sua discussão sobre as implicações éticas do campo empírico, a autora questiona as contradições entre o que ela via e as teorias que a guiavam, contrárias à modernização.

Durante o processo de pesquisa houve uma tensão constante entre os meus pressupostos teóricos iniciais sobre o desenvolvimento e a resistência, e minha determinação em absorver as reflexões "nativas". Esta tensão obscureceu a própria validade da minha interpretação: quando nossos entendimentos divergiam, qual dominava? Minha crença em múltiplas realidades foi questionada por uma crescente percepção de que a pluralidade de vozes não vem em harmonia. Uma negociação dialógica do significado não necessariamente leva a uma fácil resolução. Como meus pressupostos foram desafiados pela experiência de trabalho de campo, eles tiveram que ser modificados - um processo que resultou na reflexão e teorização sobre a relação entre os pressupostos ideológicos de pesquisadores e como eles representam o povo que estudam (Baviskar, 1995, p.9-10).<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> No texto original: "During the research process there was a constant tension between my initial theoretical assumptions about development and resistance, and my simultaneous resolve to imbibe 'native' theories. This tension clouded the very validity of my interpretation: when our understanding diverged, whose dominated? My belief in multiples realities was checked by a growing realization that a

Baviskar (1995; 2008) discute criticamente sobre o poder de representação que pesquisadores possuem sobre grupos sociais subalternizados, objeto de investigações acadêmicas. A autora aponta o problema ético, ligado à responsabilidade; e o epistemológico, articulado à explicação analítica do pesquisador sobre as condições de vida e de ação dos atores pesquisados. Se eu cheguei ao campo de pesquisa armado por hipóteses e imagens sobre os atores locais, embasado por teorias psicossociais e sínteses socioambientais; eles, os sujeitos com os quais eu interagia na pesquisa, também possuíam suas figurações a respeito da minha presença e a partir dos elementos que dispunham teciam suas considerações sobre meus propósitos no lugar. A viagem ao MatoDentro se fez nessa tensão, entre a reflexão teórica e a experiência do encontro, entre a representação e os sujeitos concretos. A idéia de um campo transparente e neutro se mostrou uma ilusão no momento em que as categorias epistemológicas eram também categorias éticas e políticas de um território em disputa. Em uma das visitas a Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas, uma funcionário da escola, com quem eu estabeleci uma relação de confiança, confidenciou que alguns alunos da escola se referiam a mim como o “*grandão da Anglo*”. Eu fiquei chateado por ser associado à empresa, porém, posteriormente refleti sobre a maneira como aqueles rapazes e moças deveriam me ver chegando na escola, entrando nas salas de aula para falar de mineração, perguntando sobre aspectos positivos e negativos do projeto, falando de impactos ambientais, situação de trabalho e escolhas de vida.

### **3.1 A abordagem etnográfica: questões do campo de pesquisa**

Qual significado que jovens habitantes de comunidades rurais em uma região específica de Minas Gerais conferem a um processo rápido de desenvolvimento e modernização? O que esses jovens buscam? Quais são seus anseios e expectativas individuais? O questionamento sobre a maneira como os jovens observam, entendem e narram o que lhes acontece traz para dentro da análise uma figuração do sujeito que envolve seu território, tempo e cultura (Freitas, 1998).

---

plurality of voices did not always come together in harmony. A dialogical negotiation of meaning did not necessarily lead to an easy resolution. As my presuppositions were challenged by the experience of fieldwork, they had to be modified – a process that resulted in reflection and theorizing about the relationship between the ideological assumptions of researchers and how they represent the people whom they study”.

A leitura de livros e artigos sobre desenvolvimento e meio ambiente me ajudava a entender a situação no MatoDentro, a compreender como processos que pareciam exclusivos do meu estudo de caso faziam parte de uma cadeia mais ampla de determinações sociais e políticas. Entretanto, a realidade local também tinha seus segredos que se mostravam resistentes ao tratamento genérico forjado pelas teorias socioambientais. Algo próprio daquela realidade não parecia se subscrever a alguma teorização prévia, baseada na decodificação de outros tempos e lugares. O viés da psicologia social e a escolha por analisar os modos de subjetivação dos jovens moradores impuseram determinados caminhos para análise. Nesse sentido, apesar de fazer referência constante a discussões de outras áreas do saber, como a antropologia e a geografia, tal exposição se justifica por levar a um melhor entendimento dos modos de subjetivação em curso no contexto da mineração em CMD.

O predomínio de análises antropológicas no campo dos conflitos ambientais e o contexto da experiência do trabalho de campo me aproximaram da literatura etnográfica. Essa perspectiva me auxiliou a apreender as vicissitudes da relação no campo empírico: a natureza da relação pesquisador e sujeitos pesquisados, a dificuldade para a compreensão entre culturas e registros simbólicos diferentes, os desafios éticos e as ilusões de objetividade e transparência da realidade (Peirano, 1994; Goldman, 2006; Nader, 2011; Geertz, 2012). A etnografia se mostrou um recurso para organizar as escolhas de instrumentos e os problemas de minha pesquisa (Sato e Souza, 2001).

Por causa das dificuldades encontradas por um pesquisador oriundo do mundo moderno e ocidental para apreender aspectos de uma realidade “estranha” à sua cultura, que surgiu a etnografia, no início do século XX (Peirano, 1994; Sato e Souza, 2001; Nader, 2011). Essa abordagem surge na história antropológica, como uma reação à ineficácia dos métodos formais da pesquisa social aplicados a povos estranhos à civilização ocidental moderna e urbana (Peirano, 1994). Com o objetivo de compreender uma cultura diferente, os primeiros antropólogos desenvolveram técnicas de pesquisa para entender os povos que não falavam as línguas europeias, e que se guiavam por princípios diferentes aos que eram observados na cultura “civilizada”. O trabalho etnográfico se estrutura, portanto, em meio às situações de dificuldade e de estranhamento. Ao longo do século XX, a etnografia adquire certa autonomia em relação à disciplina antropológica, apresentando questões relevantes para todas as ciências humanas e sociais. Se, por um lado, a atividade etnográfica coloca em questão

a alteridade da cultura “estranha”, com seus ritos e modos de viver, o encontro também desloca o pesquisador de seu lugar “soberano” de interpretador da vida dos outros. Para Goldman (2006) o saber etnográfico pode ser representado exatamente por essas duas considerações centrais: a consideração da diferença cultural e suas implicações mais amplas; e o sentido dessa diferença para a própria “experiência” do pesquisador.

A discussão etnográfica possibilitou, assim, que eu compreendesse como a experiência com o outro me afetava no trabalho de campo, permitindo que eu, em certa medida, objetivasse o que me acontecia no trabalho de campo (Favret-Saada, 2005). Pelo esforço de objetivação, daquilo que via e daquilo que eu sentia, era mais fácil caminhar na pesquisa. A inserção no MatoDentro não representou um desafio apenas por lidar com um contexto de comunidades com formações sociais próprias, distintas em certos aspectos da minha cultura, mas também por entrar em um contexto de conflito, com relações fragilizadas por interesses e disputas. Tal consideração, a meu ver, é o que subjaz à desconfiança persistente das pessoas em relação aos “estrangeiros”. O meu objetivo, ao mudar para o contexto local e lá permanecer por alguns meses, foi o de entender tal processo em suas questões mais profundas, pela forma como aqueles sujeitos lidavam com os desafios impostos pelas mudanças sociais. Não pretendi tornar-me um “nativo” e tenho dúvidas quanto à possibilidade de tal premissa. Entendo que tal postura, mesmo que animada pelo desejo de eliminar concretamente as bases que sustentam a hierarquia e opressão entre diferenças, pode alimentar outra violência, por negar a prevalência de algo que nos constitui como uma comunidade cindida: entre urbano e rural, ricos e pobres, e também pesquisadores e pesquisados. A presença no campo me ajudou a desacostumar com o espaço-tempo metropolitano e observar os fenômenos de outra maneira.<sup>73</sup>

Baviskar (1995), como já apontado, discute a dinâmica de sua posição enquanto pesquisadora a partir de um trabalho realizado em uma aldeia *adivasi* em seu país natal, a Índia. Ela questiona os efeitos da diferença de origem e de classe entre ela e os sujeitos que pesquisava. Sua reflexão, assim, explora a tensão acerca da inserção do

---

<sup>73</sup> Algumas pesquisas e relatórios têm aprofundado na análise da cultura local no MatoDentro com claro viés antropológico. Há alguns pareceres técnicos escritos por Ana Flávia Santos (2008; 2010) que mostram as formas de vida na região, e também o relatório feito pela empresa Diversus (2011), que faz um retrato do conjunto dos moradores de comunidades rurais e distritos próximos à mina na Serra da Ferrugem.

pesquisador no campo de conflitos, e por essa razão é de extrema relevância em minha pesquisa.

No universo deles eu era impotente e despreparada - minhas tentativas de rodar o moinho faziam as mulheres gargalharem. Porém, apesar da minha falta de habilidade, eu poderia vir morar com eles e ir embora. Eles não tinham o poder recíproco para entrar no meu mundo da universidade. Esta foi a desigualdade fundamental: que os arranjos sociais de classe determinavam que eu tinha mobilidade e liberdade, porque eles não o tinham (Baviskar, 1995, p.10).<sup>74</sup>

Na pesquisa em ciências humanas a diferença cultural entre o pesquisador e os grupos pesquisados reflete também outras ordens de diferença. A autocrítica de Baviskar (1995) mostrando a interferência das relações de poder nas relações mais banais de sua investigação, sem se deixar prostrar frente à dificuldade de interagir com o outro, lembra que as saídas para a difícil relação com a alteridade não são dadas por uma declaração de princípios éticos. A materialidade e influência das relações de hierarquia e opressão sociais não desaparecem na medida em que se tem consciência delas. Identificar e analisar tais formas de poder é, no máximo, um modo de interromper a universalidade suposta de uma relação, e nada mais do que isso. Quando me falaram que eu, apesar de não estar a serviço da Anglo American, chegava em Conceição do Mato Dentro por causa da mineração, compreendi que mesmo informado por uma perspectiva crítica, eu era também um representante desse outro mundo, um “invasor” do MatoDentro. Tal colocação não poderia ser resolvida, mas sim entendida no campo daquelas relações que eu analisava. Em uma das visitas à região próxima ao empreendimento acompanhei o trabalho de um sociólogo do Ministério Público Estadual (MPE) que iria visitar comunidades e famílias da região de entorno do projeto, divulgando a realização de ações do MPE. Em determinado momento, enquanto nós visitávamos uma comunidade rural na companhia de Roberto, líder comunitário local, este se virou para o sociólogo do MPE e disse: “*É rapaz... você é ‘pé-vermeio’ que nem nós*”. Estávamos nós três e o fato de eu não ser um “pé-vermeio”, minha origem urbana e minha falta de jeito com relação às práticas daquele cenário, nada disso passava despercebido dos sujeitos com os quais eu interagia. Eu não poderia esperar que eles se

---

<sup>74</sup> No texto original: “In their universe I was powerless and unskilled – my attempts at turning the grindstone would send women into peals of laughter. But despite my lack of skills, I could come and live with them and go away. They had no reciprocal power to enter in my world of the university. This was the fundamental inequality: that the social arrangements of class determined that I had mobility and freedom because they did not”.

abrissem para mim negando tais características, buscando me transformar em um “*pé-vermeio*”. Foi preciso mostrar de forma mais honesta o que havia me levado para a região, qual era minha história, meus objetivos e interesses, para que disso fosse possível tecer uma relação singular com eles, fora do escopo de dominação que caracteriza, de forma geral, a relação entre nossos universos.

### 3.2 Escolhas metodológicas

A perspectiva etnográfica foi um guia na inserção no campo de pesquisa: na forma de abordar os sujeitos, escolher instrumentos e meios de pesquisa. A diversidade de métodos utilizados: observação, entrevista, roda de conversa e leitura crítica de documentos, não foi uma decisão prévia à experiência do campo empírico. Na medida em que aspectos fundamentais da dinâmica psicossocial não eram apreendidos por uma ou outra forma, novas abordagens se faziam necessárias. Quando se tornou claro que não havia entendido a perspectiva dos jovens por meio dos recursos das observações e das entrevistas individuais, adotei as rodas de conversa com grupos de jovens, sugerindo temas que permitiam o surgimento de polêmica e a discussão coletiva. A procura pelo “*entendimento do entendimento*”, objeto próprio da análise nas ciências humanas e sociais, apresenta como condição epistemológica a aproximação com o horizonte simbólico dos sujeitos pesquisados. Em minhas andanças sempre observava o que acontecia ao meu redor, procurando costurar relações entre pessoas, objetos, palavras.

O ato da inteligência é ver e comparar o que vê. Ela o faz, inicialmente segundo o acaso. É-lhe preciso procurar repetir, criar as condições para ver de novo o que ela já viu, para ver fatos semelhantes, para ver fatos que poderiam ser a causa do que ela viu. É-lhe preciso ainda formar palavras, frases, figuras, para dizer aos outros o que viu (Rancière, 2007, p.84).

No trabalho de campo eu interrogava aquilo que observava, procurava as repetições para delas formar “*palavras, frases e figuras*” que decodificavam o texto sobre o MatoDentro. Nesse trabalho cotidiano da pesquisa, as situações categorizadas me conduziam a forjar novas explicações sobre a situação local. Certo dia, quando voltava para a casa em que morava em CMD, passei por uma senhora já idosa que falava com excitação sobre a escola, sobre as provas de química e física que ela estava

fazendo. Em outro momento, na Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge me surpreendi com o grande número de motos no pátio da escola. Então perguntei ao diretor a razão de tantas motos e ele me contou que elas eram dos alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O diretor então me disse que os adultos voltaram a estudar por causa da expectativa de serem contratados pelas firmas que chegavam à cidade.

As informações no campo surgiam sem avisar, em qualquer momento os efeitos do projeto se faziam presentes, na medida em que a *Anglo* e a mineração se encontravam enredadas no território, a situação descrita abaixo não era tão incomum:

Escutei ainda no ônibus [quando me dirigia para Itapanhoacanga] um sujeito que conversando com outra pessoa sobre sua mãe. A idosa morava em Água Santa, mas com a chegada do *Minas-Rio* ela foi reassentada e agora vivia em outra localidade. Ouvi a exata expressão desse sujeito quando o outro perguntou se a mãe dele estava gostando da casa nova, ele falou: “tem que gostar né”.<sup>75</sup>

Ao dirigir minha atenção para a vida rotineira da cidade passei a entender o significado de expressões locais, e a relação que se estabelecia entre certas práticas e aquele cenário. Na citação acima, retirada do diário de campo, quando o sujeito diz “tem que gostar né”, o fato do reassentamento ser compulsório não deixa margem para o julgamento dos atingidos sobre tal questão. A contínua referência aos efeitos da mineração no MatoDentro sobre a vivência cotidiana ampliava o universo de dados de minha pesquisa. O caminho para lidar com um campo tão vasto e rico de possibilidades foi o de incorporar os dados, as narrativas e observações considerando minha própria *experiência* enquanto pesquisador, ou seja, a atenção aos dados dependia da pertinência desses dados na linha interpretativa que se formava no processo de pesquisa. Goldman (2006) discute diferentes modos de um etnógrafo absorver elementos de um campo empírico. Ele diz que há uma perspectiva que se propõe a dar “*conta de pouca coisa muito bem*”. Dessa maneira, o enfoque e as escolhas de método geram um conhecimento detalhado de uma situação bem específica. Outra maneira, à qual o antropólogo se filia, propõe dar “*conta não muito bem de muita coisa*” (Goldman, 2006, p.270). A escolha pela segunda perspectiva, tomada nesta tese, é consequência daquilo que vivi em campo, pois a maneira como as pessoas são afetadas por um conflito socioambiental, com tantos efeitos sobre a realidade local, remete a um campo vasto de considerações que não podem ser desprezadas.

---

<sup>75</sup> Nota no diário de campo referente ao dia 28 de setembro de 2012.

Do ponto de vista dos recursos metodológicos, utilizei quatro diferentes abordagens. O principal método de pesquisa, que teve um papel de guia sobre os outros métodos, foi a observação da realidade local e o registro no *diário de campo*. A partir das observações, conversas e reflexões sobre aquilo que acontecia no trabalho de campo, eu tomava decisões a respeito dos caminhos que deveria seguir na tese. O diário é composto principalmente por observações, pequenas entrevistas e relatos de reuniões públicas; o segundo método utilizado foi a realização de *entrevistas* com diferentes atores locais: diretores e coordenadores de escolas, referências comunitárias, atingidos e jovens. Realizei dezoito entrevistas seguindo um roteiro próprio à cada situação de entrevista; a apreensão da experiência e da narrativa dos jovens por meio da observação e das entrevistas se mostrou insuficiente do ponto de vista analítico, por essa razão realizei as *rodas de conversa* com jovens nas escolas da região. O interesse na subjetivação em um contexto de conflito, parte da consideração de que a forma de ser do sujeito se estabelece na tensão entre posições no campo social. E com as rodas foi possível observar a discussão entre os jovens sobre as diferentes situações. Foram onze rodas de conversa realizadas em três escolas diferentes, sempre com alunos do ensino médio; a instalação do projeto *Minas-Rio* se trata de um processo extremamente complexo e envolve determinações econômicas, geográficas e históricas e para entender as minúcias desse processo, foi fundamental a leitura atenta de uma série de *documentos*.

### **3.2.1 Observação e diário de campo**

A inserção no campo de pesquisa foi registrada em um diário no qual anotei o que observava durante os dias em que permaneci em CMD. Iniciei o diário escrevendo a mão em um caderno, mas a dificuldade em manter o diário atualizado por esse meio me levou a fazê-lo em um computador. Os registros não foram regulares, há grande variação na ênfase e extensão de relatos, o que traduziu o grau de relevância que dei a determinadas situações e encontros. Por exemplo, quando conhecia pela primeira vez determinada comunidade procurava registrar de forma completa os elementos do lugar, considerando os detalhes, o que não acontecia para aquelas localidades familiares. Essa “irregularidade” nas anotações aparecia também quando deixava de anotar passagens diárias que não julgava terem importância para a pesquisa. Já nas reuniões públicas que

participei com os atingidos e nas entrevistas com adolescentes e jovens nas escolas da região, por outro lado, registrava de forma bastante completa tais experiências em campo. Ou seja, o diário não foi apenas uma fonte primária de informações, instrumento descritivo, ele continha uma mistura de registros. Após relê-lo percebo sua relevância exatamente por aliar a atenção fenomenológica das ocorrências diárias às reflexões acerca do processo em curso. Por essa razão, dentre o universo de dados, o diário figura como forma de guia para a compreensão das escolhas no trabalho de campo.

A pesquisa pelo viés etnográfico requer certa liberdade de movimentos do pesquisador no campo de trabalho, na interação com os sujeitos na pesquisa. Abordar esse outro com o objetivo de entender sua maneira de perceber o mundo implica entrar em contato com a cultura e a visão de mundo desse sujeito, o que desloca o sentido unidirecional da relação sujeito-objeto, característica fundante da condição epistemológica. O fato de ser reconhecido de alguma maneira como alguém que morava na cidade, e não como um viajante, possibilitou construir uma relação de confiança com alguns dos moradores do MatoDentro. Além disso, a presença constante naquele universo me fez perceber que as interações mais interessantes nem sempre se davam nos momentos mais formais e “claramente” políticos. Nesse sentido, ao acompanhar as reuniões públicas entre atingidos e ministério público, atrás do discurso público “oficial” sobre os problemas e as possíveis soluções para os atingidos, havia um cenário rico e complexo, no qual diversos atores pouco afeitos à lógica do formato de assembleias, como as crianças e adolescentes se aproximavam trazendo outra dinâmica para o encontro. Nesse momento, refletia sobre os sentidos que aquelas pessoas davam para tais reuniões: o que será que pensavam de tudo aquilo? Como entendiam as falas e expressões? Na reunião pública em São José do Jassém, em maio de 2012, descrevi da seguinte forma esse encontro:

A reunião estava cheia. Ao meu lado um senhor idoso observava tudo com muita atenção. Uma senhora mais à esquerda, bem velhinha, também me chamou a atenção, pois ela carregava uma lanterna, com certeza para iluminar o caminho quando voltasse para casa. Atrás de mim três crianças/adolescentes riam e faziam comentários [Reencontrei com um dos meninos quando voltei para visitar a escola no Jassém e ele se lembrou de mim].<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 22 de maio de 2012, na reunião pública organizada pelo Ministério Público em São José do Jassém.

A presença barulhenta e empolgada das crianças quebrava o tom sério desses momentos coletivos. Nesse dia, no entanto, foi a senhora com sua pequena lanterna o que se destacou, pois demorei a entender a razão daquele objeto. O distrito é iluminado apenas em seu centro, ao redor do qual pequenos sítios permanecem sem iluminação. São detalhes banais, objetos, cenas que realçam aspectos da forma singular da vida na região. A relação com a eletricidade, com o telefone, com a internet, carrega as marcas do conjunto de processos sócio-históricos que constituem estas comunidades específicas, situação diferente daquilo que se vê na rotina das grandes cidades. Na observação diária, por meio do registro, eu trazia para a reflexão algo da singularidade das pessoas e de suas histórias. Os problemas da mineração e do desenvolvimento eram aspectos da vida no MatoDentro, mas aspectos dentre outros elementos. Em outro dia, durante um encontro com lideranças dos atingidos para a definição de meios de enfrentamento às situações de violação de direitos que aconteciam naquele cenário, não foi a escolha de estratégias de resistência aos danos causados pela Anglo American o que me tocou, e sim o diálogo, absolutamente banal, sobre modos de fazer pipoca que aconteceu entre duas das figuras mais cativantes na luta dos atingidos do projeto *Minas-Rio*:

Durante a reunião tomamos café e comemos pipoca, além de um requeijão feito pelo próprio Miguel. Ficamos na parte de fora da sua casa, ao lado do fogão de lenha. A noite estava muito agradável, todos alegres. Foi bonito porque na hora que Miguel fez a pipoca pela primeira vez, sobrou muito milho sem estourar na panela. Na pipoca seguinte, outro atingido, o Rubem, se ofereceu para mostrar um truque ao Miguel para que não ficasse milho na panela. Quando o milho começou a estourar ele mexeu a panela rapidamente, espalhando o milho em todas as direções. Quando desligou o fogo não havia quase nenhum milho sobrando na panela. Miguel achou bom, riu e agradeceu ao Rubem.<sup>77</sup>

A maior parte dos atingidos pelo *Minas-Rio* não se enxerga como atores políticos engajados na luta contra o capitalismo ou contra os efeitos nefastos da globalização. São homens e mulheres, a maior parte de origem rural, agricultores, fazendeiros e comerciantes pouco afeitos ao vocabulário e à *performance* política. Nesse contexto, muitos querem apenas resolver os problemas que a mineradora trouxe e demonstram cansaço com a permanência destes e a insuficiência dos debates. Em encontros como o relatado anteriormente, as discussões sobre os efeitos do projeto na região são entrecortadas por dizeres sobre a vida na região, sobre a histórias de

---

<sup>77</sup> Nota referente ao dia 05 de setembro de 2012.

antepassados e lembranças comuns aos moradores de CMD. Esses sujeitos traziam suas histórias de vida e se mostravam na fala, nos trejeitos e nos valores que expressam (Thompson, 1981). A vida no MatoDentro não se resume à mineração, e parte da luta na região parece se firmar para não permitir que isso venha a acontecer.

A leitura do diário de campo também mostra as dificuldades que senti para me posicionar em algumas situações. Vez ou outra eu me sentia perdido em relação a como falar sobre determinado assunto, se deveria ou não agir ou então apenas observar o desenrolar das situações, aspectos que me instigavam a refletir sobre os problemas da *observação participante* (Cardoso, 1997). Em relação a esta questão, anotei: “*Fico com vontade de falar na reunião, mas ao mesmo tempo sem jeito, tanto por causa da minha posição como pesquisador quanto por não ser morador da região. Mas acabei falando algumas coisas*”.<sup>78</sup> Seguindo perspectivas críticas à neutralidade no campo das ciências humanas, entendo que ao escolher o que observar e analisar, toma-se uma posição em relação aos fenômenos sociais. Se a pesquisa não é neutra, por ser guiada pelas escolhas e premissas do pesquisador sobre o campo empírico, tampouco o que ocorre na realidade do campo se reduz à perspectiva tomada pelo pesquisador.

No dia 26 de outubro de 2012 fui para o distrito de Itapanhoacanga conversar com os alunos da Escola Estadual José Daniel Utsch. Na chegada ao distrito, um líder comunitário me falou de uma reunião que ocorreria naquela tarde entre membros da comunidade e uma empresa contratada pela Anglo American para atuar na região, desenvolvendo projetos sociais e educativos. A reunião tinha por objetivo a divulgação de um projeto específico, o programa *Mover*, que consistia em fornecer atividades de treinamento em formação profissional, por meio da utilização de um ônibus adaptado com computadores e internet, que circularia entre as comunidades atingidas pelo empreendimento.

Eu fiquei ansioso com esse encontro face a face com a *Anglo*. Por causa da desconfiança generalizada da população local, tenho tentado fazer a pesquisa sem me relacionar com a empresa. O medo que tenho é que as pessoas me associem à empresa, como ficou claro na referência ao “*grandão da Anglo*”. Pensei em não ir ao encontro, mas acho que há um exagero de minha parte em relação a isso e decidi ir à reunião. Na porta da sede da Associação de Moradores de Itapanhoacanga (AMORITA) vi uma camionete da Anglo American grafada com a sigla SNG, em referência à empresa Synergia. Chegando à associação vi a diretora da escola, o presidente da associação e mais duas senhoras. Em pé estavam duas mulheres com roupas do projeto

---

<sup>78</sup> Nota referente ao dia 05 de setembro de 2012.

*Minas-Rio* que coordenavam a atividade. Uma mulher loura e outra, um pouco mais jovem de cabelos castanhos.

Quando cheguei me apresentei como psicólogo e pesquisador. Em determinado momento a mulher loura pediu, educadamente, que nós todos assinássemos as “duas listas de presença” que estavam na entrada. Achei estranho serem duas listas e quando fui ler do que se tratava percebi **que uma das “listas” era na verdade de cessão de direito de imagem para uso da Anglo American**. Assinei a lista de presença e disse que não iria assinar o outro documento, explicando que realizava uma pesquisa autônoma e que não gostaria de aparecer no material de divulgação da empresa. As duas mulheres disseram que não havia problema, então eu falei que quando elas fossem tirar fotos eu sairia da sala. Eu não quis polemizar nesse momento, mas me incomodei com o fato de que elas não explicaram previamente do quê se tratava o direito de imagem. Achei interessante quando outras pessoas presentes se manifestaram dizendo que também não queriam aparecer em jornal da empresa e não assinaram a lista de cessão dos direitos de imagem.

A minha reação inicial ao tomar conhecimento do engodo das “duas listas de presença” foi de expressar meu repúdio pela não explicação sobre o significado daqueles documentos. Acabei “apenas” falando que não assinaria uma das listas e isso acabou se mostrando importante para que outras pessoas também não assinassem a cessão do direito de imagem. Embora ainda ache que em alguns momentos havia um exagero de minha parte, em relação às precauções que tomei durante todo o trabalho de campo para não ser identificado com a empresa, ao me deparar com esse tipo de estratégia e entender o problema que causaria se minha foto saísse em uma das publicações da Anglo American, vejo a seriedade do que estava em jogo no cenário local.

As observações no diário fornecem um primeiro entendimento dos modos como os jovens se subjetivam naquele contexto. A minha primeira aproximação a esses sujeitos foi por meio de conversas e entrevistas curtas realizadas nas escolas das cidades e em distritos próximos ao empreendimento. Ao me dirigir a essas escolas eu me apresentava para a direção, explicava a pesquisa e pedia para conversar com alguns alunos com idades entre quatorze e dezoito anos. As perguntas iniciais seguiam o seguinte modelo:

1. Nome/idade;
2. Vida na escola. Como é sua relação com a escola. O que gosta o que não gosta. Você se dá bem com seus colegas?
3. Você gosta da sua cidade? O que gosta mais? O que te incomoda na cidade?
4. Mudou alguma coisa na sua vida com a chegada da mineradora?
5. O local que você vive sofreu alguma mudança?
6. Você fala sobre a Anglo ou sobre outras empresas, mineração, com amigos, colegas, familiares? O que vocês conversam?
7. Você tem vontade de sair daqui no futuro? Por quê?
8. Você

tem alguma dúvida em relação a esse projeto de mineração, qual? Você tem algum medo, alguma preocupação?

Essas perguntas iniciais, um tanto “inquisidoras” geraram respostas curtas e pouco interesse dos alunos em meu trabalho. Por essa razão o roteiro foi alterado ao longo das entrevistas, abrindo outros caminhos. O formato dessas “pequenas” entrevistas também variou, embora tenha realizado a maior parte delas de forma individual, com rapazes e moças, em algumas situações entrevistei duplas e até mesmo grupos maiores. Isso foi interessante por possibilitar o diálogo entre eles em relação ao tema proposto. A principal justificativa para fazer algumas perguntas mais diretas foi não suscitar desconfiança de que eu estava escondendo algo. Pelo mesmo motivo, desde os primeiros contatos, sempre falei abertamente sobre meus interesses na pesquisa, meus vínculos institucionais, de onde eu vinha, etc. Esses diálogos com os jovens foram anotados no diário de campo, perfazendo um total de mais de quarenta conversas com adolescentes e jovens. Na sequência cito dois trechos dessas conversas. O primeiro se refere à fala de um aluno da escola estadual Mestre Sebastião Jorge, que mora na sede de CMD e estuda no período noturno. Já o segundo trecho refere-se ao diálogo com uma jovem na escola do distrito de Itapanhoacanga:

Vitor tem 15 anos e está no 1º ciclo do EJA. Diz que gosta da escola, mas que não dá pra vir todo dia. (Fiquei na dúvida se ele trabalha). Ele diz que de vez em quando briga com os colegas. Em relação à cidade, ele gosta do Tabuleiro, gosta de ir ao povoado e também de “barzinho”. Ele diz que mudou muito a região, que está mais insegura, que tem mais assalto. Ele diz que a mineração é um assunto, sim. Vitor diz que tem vontade de mudar para outro lugar, mas não é na cidade grande e sim na roça. Diz que morava no Gondós e atualmente mora na cidade mesmo. Diz que não tem dúvida em relação à mineração.<sup>79</sup>

A próxima que conversou comigo foi Denise, de 13 anos e também do 8º ano. Ela mora no Gramichá, perto de São José do Jassém e conta que tem 4 irmãos. Ela diz que gosta da região onde vive, gosta de passear nos rios e cachoeiras. Em relação à escola, Denise diz que gosta das matérias e dos professores, mas acha a merenda ruim. Outro aluno, na fila da merenda, reclama também. Quando pergunto das mudanças na região ela me fala da poluição dos rios, fala que o rio Passa Sete, que passa próximo à sua casa, está sujo, que antes ela nadava nele e agora não pode mais. Fala que acha ruim a mudança. Denise me diz que levanta às 04:00 da manhã para pegar o ônibus para vir pra aula. Ela fala que tem vontade de mudar para CMD e que tem vontade de ser professora. Ela me conta que escuta as pessoas falando sobre a Anglo e sobre mineração, diz que a avó dela teve que se mudar, mas não

---

<sup>79</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 05 de julho de 2012.

me diz o que ela de fato escuta. Ela diz não ter preocupação em relação ao que está acontecendo.<sup>80</sup>

Em muitos momentos eu não registrava o que os jovens diziam pela dificuldade de escutar e anotar ao mesmo tempo. Não gravei essas conversas, pois isso geraria tensão com os jovens e também com os funcionários das escolas. Em outras situações de pesquisa, no entanto, achei importante registrar as palavras de algumas pessoas, considerando a forma singular dos sujeitos narrarem os acontecimentos recentes no MatoDentro.

### 3.2.2 Entrevistas

Com as entrevistas foi possível compreender melhor tanto as condições objetivas de instalação do projeto *Minas-Rio*, como os efeitos psicossociais decorrentes desse processo. As dezoito entrevistas realizadas se justificam por diferentes motivos. Algumas foram realizadas pela relevância da experiência singular de determinados sujeitos que conheci no trabalho de campo, outros forneceram informações cruciais sobre o processo, como é o caso de atingidos que acompanham o processo desde o início, e uma terceira razão para fazer entrevistas se justifica pelo fortalecimento de vínculos com atores institucionais no campo. Assim, foram realizadas entrevistas com: jovens estudantes, lideranças e referências comunitárias, moradores da zona rural, diretores e coordenadores de escolas da região. A entrevista se baseava em um roteiro prévio e era gravada, sempre com a autorização explícita e o consentimento dos entrevistados.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 06 de agosto de 2012.

<sup>81</sup> Um aspecto importante é que procurei proteger a identidade dos entrevistados neste trabalho, embora isso não seja fácil devido às dimensões reduzidas de algumas comunidades próximas ao empreendimento. Alguns entrevistados diziam que eu poderia divulgar seus nomes verdadeiros, porém no contexto da grande influência da Anglo American na cidade, considere que tal exposição poderia gerar problemas imprevisíveis para esses entrevistados e decidi utilizar nomes fictícios para todos eles. Em algumas situações, omito o local específico, pois do contrário seria extremamente fácil identificá-los. Essa ponderação vale também para algumas situações de conversas anotadas no diário de campo. Portanto, todos os nomes utilizados neste tese são fictícios, a não ser aqueles que se referem a documentos públicos, como atas de reuniões e audiências públicas. A preocupação com a identidade de parte dos atores é mais do que justificada pela denúncia de formas de intimidação e pressão da empresa e por outros atores da sociedade local (MPE, 2012).

Diretor de Escola na zona rural próxima ao local da mina. (Adulto <sup>82</sup> ).	Secretário municipal de CMD (Adulto).	Moradora de CMD (Jovem).
Duas professoras de escola de zona rural, próximo à mina (Jovens).	Jovem liderança comunitária de distrito próximo à mina.	Entrevista coletiva com três jovens de distrito rural próximo à mina.
Diretora de escola na cidade de CMD (Adulta).	Duas moradoras de Itapanhoacanga (Adultas)	Duas jovens que fazem o curso técnico em Mineração do SENAI.
Vice-diretor de Escola em CMD (Adulto).	Policial Militar de CMD (Adulto).	Jovem ligado à cultura em Itapanhoacanga.
Diretora de escola de distrito rural, próximo à mina (Adulta).	Liderança Comunitária de Itapanhoacanga (Adulto).	Jovem presidente de associação comunitária em distrito na zona rural, distante da mina.
Diretor de escola de uma comunidade rural distante do local da mina (Adulto).		

Tabela 1. Descrição do perfil dos entrevistados.

Nas entrevistas eu não seguia um modelo único, o roteiro dependia da relação que eu tinha com o entrevistado e do meu interesse específico em cada entrevista. De forma geral as entrevistas se iniciavam com perguntas a respeito da história pessoal de cada um, o que era uma forma de marcar que me interessava pela posição subjetiva e pela experiência desses sujeitos. A entrevista foi um momento para confrontar posições e também compartilhar com os sujeitos minhas hipóteses em relação a determinados fenômenos estabelecendo diálogos com os sujeitos pesquisados. A seguinte transcrição de uma parte de uma entrevista exemplifica essa situação:

Pesquisador: É...você falou outro dia, lá na sorveteria, que o pior de tudo é que o projeto [*Minas-Rio*] foi enviado goela abaixo, porque você falou isso...?

Roberto: A partir do momento que você tem um projeto dessa forma, porque há um interesse governamental muito grande por esse projeto... o que que acontece, esse projeto foi imposto goela abaixo, porque tem interesses pessoais, interesses políticos em relação a esse projeto... porque é, igual eu te falo, se o estado tivesse se posicionado melhor não tava acontecendo o que tá acontecendo na Mumbuca hoje... A empresa assentando, na fase instalação fase dois, tem gente lá ainda no meio daquela...daquela situação ainda.<sup>83</sup>

<sup>82</sup> Nesse quadro utilizo a definição adotada pelo governo brasileiro de que o jovem é aquele sujeito com idade entre 15 e 29 anos.

<sup>83</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 08 de agosto de 2012.

Nesse processo, as entrevistas também permitiam que eu balizasse as observações que fazia durante as observações no trabalho de campo.

### **3.2.3 Rodas de conversa**

As observações registradas no diário de campo, associadas às entrevistas forneceram recursos para apreender a maneira como os jovens se subjetivam no contexto local. As falas sobre desejos, medos e sentimentos revelam como a instalação do projeto *Minas-Rio* foi vivida na região. As primeiras informações mostravam um quadro ambíguo, marcado pela presença de queixas em relação às mudanças e também pela expectativa de melhores opções de educação e de emprego. Dessa forma, a instalação de uma unidade do SENAI em CMD aparecia no discurso dos rapazes e moças, representando novas possibilidades de formação e de trabalho. A poluição de córregos e o medo da violência e dos “homens estranhos” objetivavam os sentimentos ruins associados ao empreendimento. Ora, apesar de obter informações sobre o processo e sobre as experiências dos jovens pelos recursos metodológicos utilizados, ainda era pouco claro como se dava o entrelaçamento das subjetividades com as situações, como os processos objetivos configuravam modos de sentir e de viver para os jovens do MatoDentro. Que a maioria deles se preocupava com o meio ambiente, por um lado, e que por outro apoiava a “chegada” dos empregos, era bastante óbvio. O que não estava claro era como os problemas socioambientais, as possibilidades de trabalho e a presença das pessoas de fora, como tudo isso se transformava em um modo singular de subjetivação. Ou seja, as considerações genéricas em nada diziam do modo de cada um apreender experiências tão heterogêneas. Com o propósito de fomentar um debate entre os jovens e explorar as construções narrativas, utilizei a metodologia das *rodas de conversa*, que por sua vez se baseia nas oficinas e nos grupos de reflexão (Castro, 2008; Mattos, 2011).

Os grupos de reflexão podem ser utilizados como um método qualitativo e participativo que permite uma densa interação entre pesquisador e participantes da pesquisa, e evita a situação objetivante de mera “coleta de dados” para a pesquisa. A troca, o diálogo, a possibilidade de ir e vir na discussão do grupo, permitindo que diferentes falas se articulem e se contraponham, é marca dessa modalidade metodológica (Mattos, 2011, p.132).

As *rodas* foram feitas na primeira metade de novembro de 2012. A partir da abertura de diretores de escolas estaduais que oferecem ensino médio em CMD, preparei uma oficina com a duração de 50 minutos. As rodas ocuparam o tempo cedido de uma aula e tiveram o seguinte formato: no início dos encontros eu apresentava os objetivos gerais da pesquisa. Na sequência dividia a turma em pequenos grupos, de 5 a 7 alunos, dependendo do tamanho da sala e distribuía duas ou três situações hipotéticas para cada grupo. Então, eu pedia aos alunos que lessem e discutissem nos pequenos grupos o caso que tinham em mãos: o que pensavam do problema, se concordavam ou não com as decisões, por quais razões, etc. As situações não se repetiam entre os grupos, embora algumas abordassem temas similares. Depois de uns 10 a 15 minutos de discussão passávamos para uma roda com toda a turma. Nesse momento, pedia permissão para gravar os debates da reunião. As situações hipotéticas utilizadas nesta discussão refletiam problemas, expectativas e possibilidades geradas pelo projeto *Minas-Rio*. Algumas dessas situações geravam intenso falatório e debate entre os alunos, enquanto outras pareciam não interessá-los.<sup>84</sup> A seguir apresento uma dessas situações:

Denílson tem 27 anos. Ele nasceu em Conceição do Mato Dentro, mas deixou a cidade aos 17 anos para trabalhar na capital. Mora em Vespasiano, torce pelo Cruzeiro e trabalha em Belo Horizonte. Seu primeiro emprego foi como garçom e atualmente ele é eletricitista. Na cidade grande ele conheceu sua esposa, Marli. A vida é difícil, o que eles ganham dá apenas para pagar as contas, ainda mais agora com a chegada do segundo filho. Os pais de Denílson ficam preocupados com o filho morando longe e, desde a chegada dessa mineração insistem para que ele volte à cidade, pois agora há emprego e oportunidade. Denílson refletiu bastante, conversou com antigos amigos da cidade e está decidido a voltar para Conceição. Ele vê um futuro muito bom para ele e sua família.

O caso de Denílson foi um dos que mais mobilizou os alunos em todas as oficinas. A situação tomava a mudança recente na dinâmica do trabalho na região, considerando a reversão da “tendência” de migração dos jovens do MatoDentro para cidades maiores em busca de emprego. A visão de que os jovens não precisavam mais migrar por causa de trabalho suscitou intensa discussão nas rodas de conversa. Eles falaram como entendiam essa questão, se concordavam ou não, se eles mesmos tinham vontade de se mudar ou se conheciam pessoas em situação semelhante, entre outros

---

<sup>84</sup> No Anexo B há uma compilação de todas as situações utilizadas nas rodas de conversa. No capítulo 5 abordo as experiências dos jovens.

elementos. O trecho seguinte se refere à discussão suscitada pela leitura do caso de Denílson em uma turma de 2º ano, do período diurno na escola Mestre Sebastião Jorge:

Pesquisador: E aí, o que que vocês acharam [do caso do Denílson]?

Aluno: Eu achei, no meu ponto de vista, pra ele, é uma coisa de risco, porque ele vai deixar o emprego dele e vir pra cá sem emprego.

Aluna: Tem muitas pessoas que moram em Belo Horizonte ou outros lugares e que pedem pra familiar deixar currículos nas firmas, aí quando for o caso da firma chamar a pessoa pra trabalhar, aí ela vem pra entrevista.<sup>85</sup>

O tempo de duração da atividade foi de cerca de quarenta minutos, sendo que ao menos 25 minutos eram utilizados para a discussão final. Ao contrário do que eu havia observado nas conversas individuais com os jovens, nesse formato havia maior riqueza nos relatos e uma intensa discussão entre os jovens, mostrando as tensões no entendimento da situação local.

As rodas de conversa ocorreram em três escolas diferentes. Na Escola Estadual São Joaquim e na Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, em CMD; e na Escola Estadual Jose Daniel Utsch, em Itapanhoacanga. Foram onze rodas realizadas, em geral com as turmas regulares do ensino médio. Em duas ocasiões no ensino noturno da E. E. São Joaquim eu agrupei mais de uma turma, e em Itapanhoacanga a atividade foi realizada com alunos dos três anos do ensino médio, contando com um tempo maior de duração. Na E. E. Mestre Sebastião Jorge, durante o período diurno, foram feitas quatro *rodas*, uma com cada ano do ensino médio e também uma turma de 9º ano do ensino fundamental; na E. E. São Joaquim foram feitas seis *rodas*, uma em cada ano do ensino médio do período diurno, e outras três no período noturno, com turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também com turmas regulares do período noturno. Em Itapanhoacanga, a roda de conversa ocorreu na E. E. José Daniel Utsch contando com cerca de 20 alunos dos três anos do ensino médio. Eu era conduzido às salas de acordo com a coordenação da escola sem escolher as turmas que faria a pesquisa, por exemplo, na maior escola de CMD as turmas eram divididas por rendimento escolar e eu fui direcionada para fazer a atividade naquelas que eram mais bem avaliadas.

A discussão em geral foi bastante interessante, sendo que alguns temas, como o trabalho, geravam uma discussão quase “espontânea” entre os alunos, o que significava

---

<sup>85</sup> Roda de conversa realizada no dia 08 de novembro de 2012.

de que forma tal questão os tocava em suas vidas e escolhas cotidianas. O mais importante na atividade foi o entendimento da trama de consensos e dissensos que se estabeleciam entre os alunos, como e por quais razões eles se posicionavam de determinada maneira. Algumas das situações hipotéticas tocavam em temas polêmicos como a seguinte:

Carlos está cansado dessa história de mineração. Ele e sua família viviam na Água Santa, comunidade que ficava embaixo da mina. Quando a empresa chegou, logo no início, fez pesquisas, entrava nos terrenos das pessoas, às vezes sem pedir licença. Seu pai, um agricultor bravo, batia de frente com esse povo das firmas. Depois que começaram as negociações de terra, Carlos e seu pai viram muitos amigos virando as costas uns para os outros por causa de dinheiro. Até mesmo famílias brigaram por causa de terra. Eles não queriam sair do lugar onde moravam, mas depois viram que não tinha jeito, teriam que sair de qualquer maneira. As negociações demoraram muito. O pessoal da empresa vinha e dizia que logo eles estariam na casa nova. No entanto, nada das coisas andarem. O pessoal falava que viria na semana seguinte para mostrar um terreno, e não vinha. Eles passavam meses sem nenhuma notícia. Sabendo que a família teria que sair, o pai de Carlos parou de plantar. Eles vivem agora da cesta básica que a empresa era obrigada a dar para as famílias e de compra no mercado. O pai de Carlos ficou desgostoso da vida do campo depois de tanta demora e sofrimento, e resolveu morar na cidade. Para Carlos, porém, o pior de tudo isso é ter que aguentar as pessoas fazendo gracinha e dizendo que eles “pegaram o boi” da empresa ter comprado a terra, que ficaram ricos e etc...

Com essa situação abordei o contexto de famílias que viviam próximas à mina, com o objetivo de produzir nos jovens da cidade falas acerca do que pensavam dos moradores nas imediações do empreendimento. Essa situação específica gerou polêmica em algumas salas, elevando o tom da discussão, pois enquanto alguns alunos afirmavam que os atingidos estavam recebendo um bom dinheiro para sair, outros protestavam falando que nem tudo se resolvia com o dinheiro, apontando a importância da terra e do lugar para essas famílias.

Ao dramatizar as situações singulares, como no caso de Carlos, meu interesse foi retirar os jovens das formulações genéricas como aquelas que diziam que o projeto *Minas-Rio* como “tudo na vida tinha dois lados”, para colocar em cena um problema concreto, e daí ver como eles se posicionavam. A intervenção tinha o propósito de convocar os jovens a firmarem uma posição em relação a tudo o que acontecia, independente dos princípios e valores dessa posição.

### 3.2.4 Fonte documental

Uma fonte primordial para a compreensão global do projeto *Minas-Rio* foi a leitura de uma série de documentos produzidos sobre a situação recente no Mato Dentro. Dentre os muitos documentos utilizados, alguns receberam maior atenção e auxiliaram na estruturação desta tese. O primeiro se refere ao áudio e transcrição da reunião de concessão da primeira licença ambiental do projeto.<sup>86</sup> Os atingidos e os pesquisadores que acompanham a situação desde o seu início me falaram como a reunião de concessão da licença prévia era um dos momentos mais dolorosos e também importantes na história da instalação do *Minas-Rio*. Além desse documento o parecer único produzido pelo SISEMA (2008), relatório no qual técnicos dos órgãos ambientais do Estado de Minas analisaram as informações do EIA-RIMA, forneceu uma visão geral do empreendimento abarcando de forma bastante completa e também sintética os efeitos da instalação do empreendimento. O terceiro documento analisado e que trouxe valiosas informações a respeito do universo de vida dos atingidos pela mineração, é o relatório de pesquisa feito pela Diversus (2011), empresa de consultoria socioambiental. No ano de 2010, o COPAM em sua URC-Jequitinhonha<sup>87</sup>, como resposta à forte tensão entre os atingidos pela mineração e a Anglo American, deliberou que uma empresa de notório saber na área socioambiental, escolhida pelos atingidos e custeada pela mineradora, fizesse um estudo abordando o universo dos atingidos:

Que seja custeado pela empreendedora Anglo Ferrous, um laudo confeccionado por empresa independente, de notório saber técnico, a ser indicada pela Comissão de Atingidos, relativamente à caracterização da ADA-área diretamente afetada e AID-Área de influência direta. Prazos: 20 dias para a indicação de 03 empresas pela Comissão de Atingidos, devendo a indicação ser protocolada no escritório da AngloFerrous em Conceição do Mato Dentro. 20 dias para a contratação da empresa indicada. Na reunião da URC subsequente à contratação, apresentação da metodologia (COPAM, 2010).

A Diversus foi então contratada e fez sua pesquisa entre 2010 e 2011, divulgando o relatório em agosto deste ano. A pesquisa abordou o universo total das comunidades consideradas pelos pesquisadores como atingidas, perfazendo um total de vinte e duas localidades, incluindo distritos e comunidades rurais (Diversus, 2011, p.12). O estudo é de uma riqueza impressionante, abordando elementos pertinentes ao meu trabalho ao traçar o perfil da população residente nas imediações do

---

<sup>86</sup> A reunião de concessão da LP foi discutida na seção 2.4 e a ata da reunião se encontra no Anexo A.

<sup>87</sup> Na subseção 2.2.1 discuto e explico as responsabilidades e funcionalidade dos órgãos ambientais em Minas Gerais.

empreendimento: suas práticas de lazer, os problemas que enfrentam, o que pensam da mineradora, entre outras considerações. O relatório é um importante instrumento de contestação das ações da mineradora, por demonstrar que a extensão dos efeitos sentidos pelas comunidades é maior do que aquilo que a Anglo American alega.<sup>88</sup>

O material bibliográfico descrito acima ajudou a entender a dinâmica histórica do empreendimento *Minas-Rio*. Na próxima seção mostro de que maneira as minhas andanças pelos lugares agenciaram uma apreensão concreta da realidade em transformação no MatoDentro.

### 3.3 Os desvios do caminho: o real da estrada

O peso das diferentes experiências entre os lugares do MatoDentro não era uma preocupação inicial no momento em formulei as bases deste trabalho, antes de seguir para o interior de Minas Gerais. Foi a experiência no campo de pesquisa, o que colocou em questão as tensões geopolíticas que estavam sendo suscitadas pelo projeto *Minas-Rio*. Williams (2011) em sua rica análise histórica e literária mostra como as tensões socioeconômicas na Inglaterra, no início da revolução industrial, produziram diferentes simbolizações acerca dos espaços de produção e de vida. Nesse caso, as imagens sobre os campos e as cidades incorporavam as tensões entre as funções econômicas em transição das localidades. Ao pisar em CMD e observar a vida na cidade, tornou-se claro para mim o quão problemática era a representação que eu havia trazido comigo sobre o *MatoDentro*, baseada em uma visão romântica da vida rural, com sua “*tranquilidade, a inocência, a abundância simples do interior*” (Williams, 2011, p.45).

Região, distrito, comunidade, cidade, são nomeações que dão corpo a diferentes realidades. Como discuti no capítulo 1, a dimensão territorial se tornou um condição central em minha pesquisa no momento em que entendi a distância – mais simbólica do que espacial - que separava o que acontecia na área de entorno da mina e o que era vivido na sede da cidade de CMD. Dessa forma, na medida em que eu caminhava pelos diferentes lugares, o que eu via e ouvia também mudava. Olhando para o tempo em campo, entendo essa pesquisa como uma viagem, uma jornada “*através do espaço e*

---

<sup>88</sup> Este aspecto envolvendo os usos e o efeito do relatório Diversus (2011) será tratado no próximo capítulo.

*tempo, o conhecido e o desconhecido, e finalmente, o eu e o não-eu*” (Nandy, 2001). Nesse processo para o “interior” esbarrei em pessoas que seguiam com outros planos, que partiam dos lugares em que eu chegava. Encontrei pessoas que haviam saído de suas pequenas comunidades para a cidade grande e voltado; encontrei rapazes e moças que se preparavam para viajar, com o objetivo de cursar faculdades e trabalhar nas cidades grandes; muitos outros não sabiam o que fazer, se deveriam partir ou ficar. Origem, partida e destino metaforizam a relação que os sujeitos tecem com aquilo que querem, aquilo que buscam.

Desde os primeiros momentos em CMD, as pessoas me falavam das mudanças em toda a região, contavam do incômodo com a presença de pessoas estranhas, do aumento de trabalho e renda, da especulação imobiliária, do surgimento de periferias em áreas próximas a rios e áreas de proteção ambiental. Esses fenômenos anunciavam o crescimento econômico e a precária mudança nas ocupações na cidade e nos distritos rurais. O trabalho de Williams (2011) foi crucial para que eu me atentasse para o entrelaçamento entre o contexto geográfico e o imaginário social, para que percebesse a “estrutura de sentimento” sobre os lugares, em especial o conflito entre as novas funções destinadas pelo *Minas-Rio* e a história do Mato Dentro. Ao tomar a *estrada real* partindo do Rio de Janeiro em direção ao interior de Minas Gerais, atravessava cidades e me chocava com suas diferentes figurações.

Cheguei a Conceição do Mato Dentro na sexta-feira, dia 13 de abril. Vim no fim de semana para aproveitar o fato de que estarão presentes mais os moradores locais e menos os forasteiros, os trabalhadores do empreendimento. Meu objetivo principal dessa vinda é arrumar moradia por 3 ou 4 meses e relaxar quanto a isso. Devido ao inchaço da cidade, causado pela presença da Anglo, a moradia na cidade virou um problema sério. Mais uma vez peguei o ônibus na rodoviária sem saber em que pousada poderia ficar, já que a JK [nome da pousada] nunca dá garantia de que terá ou não quarto. Logo na chegada liguei para a pensão da dona Dalva e consegui um quarto para todo o fim de semana.<sup>89</sup>

Já na semana seguinte foi realizada a audiência pública organizada pelo MPE e que contou com outras instâncias de defesa de direitos sociais, como a Defensoria Pública. A audiência foi um momento muito forte, quando pude sentir tanto a profundidade do conflito como o drama singular daqueles que se expressavam na reunião. Foi momento de ver, pela primeira vez, os rostos e de escutar as vozes das

---

<sup>89</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 13 de abril de 2012.

pessoas que moram na área de entorno, momento de ouvir as palavras daqueles que viviam no corpo os impactos do empreendimento.



Fotografia 3. Fotografia do bairro Brejo em Conceição do Mato Dentro, tirada em maio de 2012. (Fonte: Arquivo pessoal)

A compreensão e análise da situação no MatoDentro se baseou na busca pelos modos como o processo em curso atingia os jovens da região, como eles viviam e o que sentiam em relação às mudanças socioambientais em curso. Contudo, a minha presença na cidade e a relação que estabeleci com alguns dos moradores, ampliou minha atenção para incorporar as vozes das crianças, adultos e idosos. Eu me voltava para as formas de subjetivação desencadeadas pela transformação da região, porém identificava uma diferença fundamental entre o que mais me interessava nos jovens e menos nos outros estratos geracionais. Em relação aos jovens queria entender não só as representações, pensamentos e sentimentos causados pelo projeto, mas, principalmente como esses atores procuravam se inserir nesse “mundo novo”: como escolhiam e agiam frente a tantos processos em andamento. A pergunta em relação à população de uma forma mais geral procurava desvelar as bases das posições interpretativas nesse cenário de conflito,

ou seja, as estruturas discursivas que davam sentido ao campo social (Laclau e Mouffe, 1985).

Em relação aos jovens, a primeira questão de ordem prática da pesquisa foi escolher dentre um campo de possibilidades atravessado por divisões de classe, gênero e território. No início da pesquisa, ao conhecer as escolas da cidade, pensei em pesquisar apenas os jovens que estudavam em CMD.<sup>90</sup> Porém, na audiência de abril de 2012 e na medida em que conhecia os atingidos pelo *Minas-Rio*, passei, de forma gradual, a me envolver no debate mais claramente político de contestação ao empreendimento. Dessa forma, reconsiderarei a escolha preliminar de focar apenas nos jovens que moravam na cidade, criando estratégias para entrar em contato com jovens da área rural, nas imediações do projeto. Essa posição se fortaleceu quando percebi como os problemas vividos na cidade eram de ordem distinta daquilo que “chegava” sobre a vida na área de construção da mina, no conteúdo e no tom das queixas dos moradores vizinhos ao empreendimento. A ampliação do foco colocou em questão as escolhas práticas da pesquisa, o que por sua vez questionava aspectos do objeto da pesquisa. Pois as escolhas de ordem prática eram atreladas a diferenças quanto as experiências dos jovens locais.<sup>91</sup> Um conhecimento mais sensível da situação vivida pelos atingidos foi importante para questionar a direção da pesquisa e o problema de excluir os atores das imediações da Serra da Ferrugem, caso focasse nos jovens da sede de CMD. Da mesma forma, entretanto, eu não quis pesquisar exclusivamente as formas de subjetivação dos atingidos, por não querer “colar” minha pesquisa ao conflito político. Era a perturbação dos discursos e a emergência de tramas narrativas suscitadas pela experiência local o que me instigava a realizar esta investigação. Portanto, durante alguns meses fiquei imaginando como resolver esse impasse, entre trazer para a análise a realidade daqueles que viviam próximos ao local de construção da mina sem “colar” meu estudo na luta dos atingidos. Uma idéia foi realizar entrevistas em profundidade, ou fazer histórias de vida com alguns jovens do meio rural. Dessa forma, poderia explorar de forma vertical as tensões entre subjetividade, cultura e território. Apesar de me interessar por essa perspectiva metodológica, ela seria extremamente difícil pelo pouco tempo de que dispunha e pela profunda desconfiança dos atingidos em relação às pessoas “de fora”.

---

<sup>90</sup> Um aspecto interessante na vida escolar de CMD é que até o ano de 2013 não havia escolas particulares na cidade, com isso a escola era um lugar de necessária convivência de alunos de diferentes origens sociais.

<sup>91</sup> A área do município de CMD é muito extensa, com isso há distritos e comunidades rurais que não são próximas ao empreendimento e que, portanto, são pouco afetadas pelo projeto.

Com essas questões, fui informado que havia uma escola de zona rural que oferecia ensino médio e recebia alunos de comunidades próximas à Serra da Ferrugem, como Água Quente e São José do Jassém. A escola se localizava no distrito de Itapanhoacanga, que faz parte de Alvorada de Minas, e por esta razão realizei parte da pesquisa na escola desse distrito.

Paralelamente à atuação nas escolas de CMD e de Itapanhoacanga eu me mantive próximo aos atingidos, participando de reuniões públicas, discutindo a situação global com esses atores engajados na luta contras as injustiças geradas pelo empreendimento. Após a primeira audiência pública, com a compreensão por parte das entidades públicas da extensão da violação de direitos na região, foi agendada outra reunião para o mês seguinte, buscando continuar a discussão iniciada em São Sebastião do Bom Sucesso. A condução dessa reunião foi feita por uma instância do MPE, a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) que já havia atuado na organização da audiência pública.<sup>92</sup> Essa próxima reunião ocorreu em São José do Jassém, quando então foi criada a Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), rede de discussão continuada sobre a situação local, formada por diferentes atores sociais: atingidos, Ministério Público e pesquisadores, além da própria empresa.<sup>93</sup> Eu acompanhei a maior parte das reuniões da REASA, que se estenderam por todo o ano de 2012. O convívio com os atingidos e com suas histórias me fez entender algo simples, mas fundamental: o “trauma” mais difícil de lidar não se dava pelos problemas materiais causados pela construção da mineração, mas antes pela maneira como o processo chegou à região e se instalou, pela forma como ele desconsiderou a história e a vida daquelas pessoas.

Durante a pesquisa de campo morei nos fundos da casa de uma família, no bairro Matozinhos em CMD. A casa fica próxima ao Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, importante igreja da cidade, que recebe em meados de junho os romeiros para o Jubileu.<sup>94</sup> A rotina em CMD se dividia entre estudos, observações e a realização de

---

<sup>92</sup> No capítulo 4 discuto em pormenores os embates políticas dos atingidos. No site da CIMOS há muitas informações sobre todo os efeitos do Minas Rio em Conceição do Mato Dentro. (<http://cimos.blog.br/reasa/>)

<sup>93</sup> A presença da empresa na Reasa foi objeto de debates nas reuniões e entre atingidos e MPE.

<sup>94</sup> Uma breve descrição das comemorações do Jubileu: “Trata-se da festa religiosa de maior fluxo populacional da cidade, qual seja, a Festa do Jubileu que acontece entre os dias 13 e 24 de junho no Santuário do Bom Jesus do Matozinhos. Dentre as várias festas religiosas, essa se destaca pelo grande número de pessoas que se deslocam de diversas regiões do entorno da cidade e de outros estados, movidas pela fé católica” (Becker, 2009, p.23).

entrevistas e *rodas de conversa*. Durante os primeiros meses me concentrei em conhecer a cidade e a região, portanto, conferi maior relevância às observações que fazia sobre a realidade local. Parte desse trabalho demandou o contato com instituições sociais da cidade, como escolas, organizações não governamentais, postos de saúde, dentre outras. Em certo sentido, embora tenha transitado por comunidades e distritos, foi apenas em CMD que vivi o cotidiano da região. Nessa vida cotidiana a Anglo American e seu projeto cruzavam meu caminho a todo o momento, sem que eu os procurasse:

Chego no ponto de ônibus por volta de 09:30 e vejo duas mulheres idosas sentadas. Sento-me ao lado delas e enquanto aguardo o ônibus compro umas balas na mercearia próxima. As senhoras se parecem e uma é claramente mais velha do que a outra, penso que são mãe e filha. Elas conversam. Vejo que uma delas fala de um parente que conseguiu emprego numa firma, referindo-se, provavelmente, a uma das subempregueiras ligadas à mina *da Anglo*. Outra mulher vem pela rua e cumprimenta as duas que estão sentadas. (...) A mulher que passa diz que está indo no posto de saúde pegar remédio. Ela já chega reclamando da cidade, que aquela cidade é uma vergonha. Do nada começa a falar que se não fosse pela *Anglo*, aquela cidade ia acabar. Que a *Anglo* reformou o hospital, que fez isso e aquilo, que deu emprego pra muita gente e tal. A mulher segue andando e falando. Uma das senhoras que estava ali, e que parecia conhecê-la, olha para mim ri e fala: '*essa mulher é doida*'.<sup>95</sup>

Esse tipo de situação, menos anedótica e banal do que pode parecer, permitia desvelar sentidos das práticas locais para os moradores, sem que a formalização dos ritos da pesquisa se impusesse. Por meio da simples presença na rotina na cidade entrevia a profundidade do efeito da presença do projeto *Minas-Rio* na região, em sua capacidade de definir funções do campo social. O relato acima traduz algo corriqueiro, mas importante: quase tudo na cidade de CMD naquele momento parecia dizer respeito ao projeto da Anglo American, tanto as coisas ruins, como aquilo que era valorizado.

O projeto *Minas-Rio* transformou toda a região, não se limitando aos efeitos mais visíveis e falados nas sedes dos municípios. A região do Mato Dentro se configura por redes de distritos e povoados centenários que possuem vínculos históricos entre si e que também sentem o efeito do projeto, no fechamento de estradas, na mudança das práticas de lazer e de diversão, no aumento de pessoas estranhas circulando por esses locais tão marcados pela presença centenária de núcleos familiares tradicionais (Diversus, 2011). Nas próximas seções discuto a realidade dos outros lugares do

---

<sup>95</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 03 de agosto de 2012.

MatoDentro que também foram pesquisados por sofrerem os efeitos do projeto *Minas-Rio*.

### 3.3.1 Itapanhoacanga

Em agosto de 2012 conheci o antigo distrito de Itapanhoacanga, que faz parte de Alvorada de Minas. Meu interesse em fazer a pesquisa nesse local surgiu quando fui informado que a Escola Estadual José Daniel Utsch, localizada no distrito, possuía turmas de ensino médio contando com a presença de alunos de comunidades atingidas pelo projeto *Minas-Rio*. Além disso, o distrito é local de futura expansão do projeto de mineração da *Anglo*. Meu primeiro dia em Itapanhoacanga foi marcado pelo estranhamento das pessoas do lugar:

O distrito de Itapanhoacanga é muito bonito. Parte das casas estava pintada recentemente, imaginei que para a festa do Rosário, importante festividade local. Isso foi confirmado depois por uma funcionária da escola. Eu desci do ônibus na frente da escola, que por sua vez fica na frente do centro de saúde. Entrei na escola. No pátio, meninos e meninas animados jogavam futebol num espaço estreito. Passei no meio da “quadra”. Na frente do pátio vi uma mulher que parecia uma professora e perguntei pela direção da escola. Ela me apontou uma sala. Quando lá cheguei cinco mulheres estavam sentadas e todas me olharam com uma cara de estranhamento, como se perguntassem “*o que o senhor deseja aqui?*”. Fiquei calmo, falei que era psicólogo e estava fazendo uma pesquisa para minha tese de doutorado sobre os impactos da mineração na vida dos adolescentes e jovens da região.

Se o tom preponderante nessa relação inicial foi de desconfiança e de pouco interesse em minha atividade, com a presença contínua no distrito, tal sensação foi sendo amortecida e substituída pela simpatia pessoal de seus moradores e o interesse genuíno em torno dos rumos da pesquisa. A presença em Itapanhoacanga possibilitou um maior contato com jovens no cotidiano escolar. Se em CMD eu vivia a cidade, em Itapanhoacanga me mantive mais próximo do cotidiano dos jovens alunos, algo que aconteceu pouco em CMD. Já no primeiro dia em que estive no distrito conversei individualmente com alguns meninos, andei pelo lugar, fui ao centro de saúde e também conversei com o presidente da Associação de Moradores de Itapanhoacanga (AMORITA) que já conhecia pela participação na REASA.

O distrito de Itapanhoacanga existe desde os primeiros povoamentos bandeirantes das *Minas Gerais*, sendo que a Estrada Real atravessa a localidade. Por

essa razão Itapanhoacanga está registrado nas andanças de viajantes que cruzavam o Brasil na época colonial, como o francês August de Saint-Hilaire. O viajante, que entre os anos de 1816 e 1818 esteve no distrito, assim o descreveu:

A povoação de *Itapanhoacanga*, em que fui passar a noite, está situada em um vale, a cerca de oito ou dez léguas de Conceição, e pode contar uma centena de casas que marginam ambos os lados da estrada. É rodeada de montanhas que se elevam sobre planos desiguais; muito mais próximo porém, das que se descobrem para o poente, domina ela própria um valeão em que corre um pequeno regato.(...) [As casas] são pequenas e baixas; constam, em geral, apenas do rés-do-chão, mas são todas cobertas de telhas e vê-se que foram outrora caiadas; finalmente, por trás de cada uma estão plantados, segundo o costume, alguns pés esparsos de laranjeiras, cafeeiros e bananeiras. O conjunto que acabo de descrever produz um efeito agradabilíssimo, e não se pode deixar de deplorar o estado de abandono em que está atualmente esse lugarejo, que deveu a minas de ouro sua fundação e efêmera prosperidade. Hoje, quase todas as casas caem em ruína, e mais da metade delas está sem habitantes (Saint-Hilaire, 2000 [1830], p.136-7).

Ao contrário do que observou o naturalista francês no início do século XIX, em 2012 o distrito não possuía casas “em ruínas”, muito pelo contrário, inúmeras delas estavam sendo construídas assim como escolas e a pavimentação das ruas, elementos que representavam o desenvolvimento do distrito. Ao conversar com Josué, morador do distrito, ele me falou de outros efeitos desse “desenvolvimento”, como os aluguéis inflacionados e as ocupações clandestinas em áreas protegidas: “*aqui o nego chega, invade e acabou. Amanhã ele joga só o cano pra fora e joga o...o esgoto dele em cima da casa do outro, o outro joga o cano no outro, entendeu?*”<sup>96</sup> Na sequência da entrevista Josué demonstra preocupação com os efeitos desse processo em relação à construção de casas próximas ao reservatório de água do distrito:

Dentro do Landinho, a água limpinha, a água que abastece a cidade pra tomar...num pode moço. Casa pra cima do reservatório de água, ali já tem casa pra cima do reservatório, imigração também... gente, gente que veio de lá pra vir pra aqui. Chega aqui acha terreno que não é de ninguém, que é do santo, da igreja...tem um dono, só que invadem, acabou.”

Itapanhoacanga está a cerca de vinte quilômetros do local de instalação da mina, seguindo pela rodovia MG-010. Embora não esteja oficialmente área de entorno, há queixas de diminuição das águas e fala-se muito dos efeitos sociais causados pelo empreendimento na intensificação da circulação de pessoas estranhas no distrito, assim como o aumento de violência. Os habitantes do distrito não parecem “gostar” das

---

<sup>96</sup> Entrevista com morador de Itapanhoacanga, dia 31 de outubro de 2012.

pessoas ligadas ao projeto de mineração. Após visitar algumas vezes o distrito, estabeleci um contato mais próximo com uma funcionária de coordenação da escola, Laura, que se tornou minha principal informante na região. Na primeira vez que estive em Itapanhoacanga ela também demonstrou uma desconfiança inicial, mas já ao final desse mesmo dia sua postura havia mudado.

No início ela ficou bastante resabiada, mas com o andamento da conversa ela foi se soltando e foi uma pessoa ótima, muito simpática e disponível. Laura é de Itapanhoacanga, seus pais moram ali e ela mora numa roça perto. Quando jovem morou um bom tempo em *Conceição*, para estudar. Ela me contou que fez uma formação em técnica agrícola em uma cidade próxima, escola técnica que também era um internato. Depois de um tempo trabalhando nessa área ela resolveu fazer a formação superior em Educação Física. Conta que foi difícil, pois também estudava em outra cidade e as aulas eram no fim de semana, com isso ela saía na sexta e só voltava na noite de sábado, todo fim de semana.<sup>97</sup>

Eu voltei à Itapanhoacanga algumas vezes, permanecendo dois ou três dias em cada visita. No local, Laura foi meu principal contato, quando queria saber alguma coisa sobre o estado das estradas ou a rotina na escola, se haveria provas, que dia seria melhor para fazer esta ou aquela atividade, eu ligava para ela. Foi ela também que me confidenciou o ressentimento dos moradores do lugar com o pessoal “das firmas”:

Ela então falou que as pessoas do lugar têm muita resistência a essas firmas, que as pessoas do lugar tratam os estrangeiros mal. Eu disse que acho isso curioso porque tem muita gente empregada e tal. Ela falou que sim, mas que mesmo assim eles não gostam e perguntou se eu já não senti isso. Disse que sim, que sinto o povo muito desconfiado comigo. Ela disse, como para exemplificar isso, que quando eu cheguei aqui na primeira vez, a diretora da escola não queria falar comigo, pois achava que eu era dessas firmas. Ela disse que o pessoal mais velho é muito desconfiado.<sup>98</sup>

Acho importante marcar um último elemento a respeito de Itapanhoacanga, antes de passar para os demais lugares do MatoDentro. A serra que margeia o distrito será alvo da expansão do empreendimento, quando terminado o ciclo de exploração na Serra da Ferrugem. Esta expansão é de conhecimento das pessoas do lugar, o que gera tanto o medo como também muita especulação sobre os efeitos da instalação da mina nas imediações do distrito. Nas palavras de uma jovem de lá: “...é o meu medo daqui de Itapanhoacanga ter que acabar, tipo o que aconteceu em Água Santa. É uma comunidade que acabou. Aí eu tenho medo, porque igual aqui, igual dando exemplo de

---

<sup>97</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 21 de setembro de 2012.

<sup>98</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 21 de setembro de 2012.

*Itabira, Itabira já era cidade grande, aqui a gente ainda é roça. E aqui não vai crescer tanto”.*<sup>99</sup>

### 3.3.2 Outros lugares do MatoDentro

Além dos efeitos mais genéricos sobre todo o território há também situações específicas em determinadas localidades. Por se tratar de um projeto com alguma complexidade, a localização específica de estruturas do empreendimento gera problemas e anseios no local de instalação de tais estruturas. Em *São José do Jassém*, por exemplo, o que mais preocupa as pessoas do lugar é que a barragem de rejeito será construída em terreno acima do nível da comunidade, assim um possível rompimento da barragem poderia causar uma tragédia no distrito.



Fotografia 4. Fotografia do distrito de São José do Jassém, tirada em agosto de 2012. (Fonte: Arquivo pessoal)

Quando conversava com o diretor da escola em São José do Jassém, nós sempre discutíamos a situação dos jovens na região, o que o preocupava muito. Nas reuniões públicas ele sempre relatava problemas envolvendo os jovens do distrito. O Jassém, como é mais conhecido, está às margens da rodovia MG-010, distante cerca de oito

---

<sup>99</sup> Entrevista com uma jovem do lugar, no dia 27 de outubro de 2012.

quilômetros da rodovia. Quando falei do meu interesse em conhecer o local para conversar com os alunos da escola, o diretor me ajudou em relação à logística para chegar ao distrito. Eu estava sem carro durante o tempo de pesquisa e há dificuldade para chegar a algumas localidades, como é o caso do Jassém, na medida em que a maioria das estradas é de terra e não há muitas opções de transporte. Para chegar ao distrito, por exemplo, eu peguei um ônibus em CMD que seguia em direção ao Serro e desci na MG-010, na entrada do distrito onde um sujeito me esperava em sua moto para então me levar até o distrito.

O caminho de oito quilômetros foi percorrido em mais ou menos vinte minutos, um pouco menos talvez. O percurso é bastante sinuoso, com subidas e descidas pela estrada de terra. O motoqueiro dirigiu com cuidado, mas de vez em quando tinha que acelerar um pouco mais para subidas mais íngremes. As pernas esfriavam muito e ainda molhavam com o orvalho da manhã. Estava até bem fisicamente, apesar da gripe. Vi que iria ficar todo sujo por causa da terra, e até que fiquei menos do que imaginei. Devia ser umas 07:45 quando cheguei na escola. A porta estava fechada. O motoqueiro me deixou na porta da escola, eu paguei os 15 reais da corrida e ele foi embora. Toquei a campainha da escola e o diretor me recebeu.<sup>100</sup>

Os problemas relatados pelos moradores do Jassém com relação à mineração se referem ao envolvimento afetivo e sexual das adolescentes e jovens com homens que trabalham no projeto; à poluição do rio Passa Sete; e ao medo de um possível acidente envolvendo a construção da barragem de rejeito. Em relação a esse aspecto a comunidade se mobilizou para questionar o local de construção da barragem e buscar mais informações sobre as medidas de segurança. Tal preocupação com um acidente dessa ordem representa de fato um medo mais profundo em relação à possibilidade do fim da comunidade.

O município de *Dom Joaquim* faz parte da área de influência direta do empreendimento e se encontra a quase trinta quilômetros do local da mina. A captação de água para abastecer o mineroduto será realizada dentro da cidade, o que confere grande importância ao local pela *Anglo*. Eu passei um dia inteiro na cidade, conversando com funcionários da saúde e da educação e principalmente com dois grupos de alunos do ensino médio, um pela manhã e outro no período da tarde, na Escola Estadual Cônego Bento Ribeiro. Nesse dia não fiz entrevistas curtas e individuais com os alunos, como realizei em outros lugares.<sup>101</sup> Eu pedi à vice-diretora

---

<sup>100</sup> Nota do diário de campo em relação ao dia 11 de julho de 2012.

<sup>101</sup> Essa atividade aconteceu no dia 21 de agosto de 2012.

para reunir um grupo de quatro ou cinco alunos e conversei com eles por cerca de vinte minutos. Achei esse modo interessante, pois permitiu que a palavra circulasse e o debate acontecesse entre eles, diminuindo a desconfiança e timidez dos jovens comigo. No período da tarde da E. E Cônego Bento Ribeiro, há maior concentração de alunos oriundos de comunidades rurais. O grupo da manhã foi marcado por um interessante incidente:

A vice-diretora perguntou se eu queria conversar com os meninos, eu disse que sim. Queria falar com uns 4 adolescentes. Ela disse que ia chamar do 3º ano. Ela subiu. Imaginei que ela traria os 4 juntos. Fiquei sem graça de aguardar dentro da sala e saí, esperando próximo à escada. Foi interessante o que aconteceu nesse momento. Ouvi a voz da vice-diretora e de alguns meninos quando eles desciam. Reconheci uma menina perguntando: “**É pra falar bem ou pode falar mal?**” A vice-diretora respondeu que ela tinha que falar o que achava.

No contexto de conflitos sociais, as pessoas estranhas são marcadas pela posição que ocupam ou que parecem ocupar, e pelos interesses que expressam. Nesse sentido a jovem aluna, ao perguntar como deveria proceder, questiona indiretamente qual seria “*a minha*” naquele cenário. Esse incidente é um aviso metodológico duplo, tanto para aqueles que acreditam na transparência do campo, mostrando em que medida as relações são atravessadas por relações de poder e de interesses; e também para aqueles que acham que os jovens não entendem o que acontece no meio social, mostrando como eles participam das formais mais sensíveis de entendimento do processo.

O distrito de *São Sebastião do Bom Sucesso* é também conhecido como Sapo e é a unidade administrativa mais próxima ao empreendimento. As tensões se intensificam no distrito que faz parte de CMD e que vive com ainda maior intensidade o medo de degradação das condições locais e o fim da comunidade. Na entrevista com uma funcionária da escola, que a princípio parecia se mostrar otimista quanto ao futuro da região ela contou, com tristeza, que ano após ano observava a diminuição do número dos alunos na escola do distrito. “*Vem firma e o que que você espera? Uma melhora pro lugar, e não que o lugar...seja extinto*”.<sup>102</sup> Ela também contou que os meninos na escola, que oferece apenas o ensino fundamental, perguntavam se era verdade que a comunidade iria acabar, o que para ela, era uma reprodução do quê essas crianças escutavam em casa.

---

<sup>102</sup> Entrevista no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, no dia 25 de setembro de 2012.

Conheci, em situações diferentes, outras comunidades da região do MatoDentro: Gondós, Beco, Cabeceira do Turco, Água Quente e Serra da Ferrugem. Nesses locais eu geralmente contava com a ajuda de pessoas locais, principalmente de atingidos que conheci pela participação na REASA, que me guiavam por suas comunidades apresentando outros moradores e contando as histórias locais. A Água Quente, o Beco e a Cabeceira do Turco foram visitados no mesmo momento, quando acompanhei a visita de um funcionário da CIMOS que foi a esses lugares para divulgar as reuniões da REASA.

As demandas das comunidades variam na medida em que o projeto *Minas-Rio* chega a cada uma delas de determinada maneira e com um objetivo específico. Por essa razão achei crucial conhecer as comunidades, pois as especificidades de cada contexto não podem ser apreendidas de forma abstrata.

A situação da Água Quente, nesse sentido, merece uma atenção especial. A comunidade é banhada por dois rios, dos quais ela sempre dependeu para a maior parte dos usos domésticos e para a atividade agropastoril. Ambos os rios estão assoreados e sujos, e por isso a empresa teve que realizar algumas obras no local. Mesmo assim, a comunidade já ficou sem água por dias em mais de uma ocasião. A Água Quente está a jusante dos rios que nascem no local de construção do empreendimento o que significa que ela provavelmente terá problemas ambientais por muito tempo. Mesmo assim os moradores da Água Quente não são considerados atingidos pelo órgão ambiental e pela empresa. Sobre a situação na região, em entrevista, um geógrafo que conhece com profundidade a realidade ambiental da região me disse:

Agora aquele que ficou, que eu tomei a cabeceira dele toda aqui, que eu tirei todas as condições de subsistência dele aqui embaixo, ele ficou como indiretamente atingido?... E que vai ser... e que vai conviver com medidas mitigadoras o resto da vida? Que é a situação da Água Quente, do pessoal da Água Quente... eles vão conviver, eles cresceram com a água do rio ali e vão conviver com uma água chegando na mangueira pra eles... Os cavalos deles vão saber tomar água da mangueira, né... o cocho, até pra fazer um cocho eles dependem que a Anglo vá lá pra fazer o cocho pra eles , aí surgem essas reclamações todas.<sup>103</sup>

A negação dos responsáveis da empresa, pelo reconhecimento de que os moradores da Água Quente são atingidos, é explicada em razão dos efeitos financeiros

---

<sup>103</sup> Entrevista realizada no dia 05 de julho de 2012.

que tal processo acarretaria. Dessa forma, apesar das condições de vida terem piorado em muito com a instalação do empreendimento, com claro nexos de causalidade entre a instalação do projeto e a situação, os moradores não são considerados atingidos, o que é um dos tantos absurdos que presenciei no trabalho de campo.

Em vários momentos eu participei de reuniões com muitos moradores, escutando as preocupações e expectativas em relação à vida no lugar. Mais de uma vez vi como há grande desconhecimento das pessoas sobre os processos que irão ocorrer em seus locais de moradia e como tal fato os angustia. Em uma dessas reuniões, escutei um morador bastante nervoso que disse que a empresa deveria se reunir com as pessoas do lugar e dizer quem terá ou não que sair, que ela não poderia deixar as pessoas sofrendo por não saberem sobre suas vidas.<sup>104</sup> Nesse momento eu aproveitei essa fala e perguntei ao grupo de moradores se eles já haviam se reunido, como comunidade, com os funcionários da empresa. A resposta foi unânime em dizer que não. A falta de informação alimenta uma onda de boatos e confusões, incluindo a própria dificuldade na identificação dos atores no campo. A ausência de informações e de uma comunicação responsável alimenta todo tipo de confusão sobre a identidade e os interesses daqueles que chegam à região .

A compreensão de que mesmo adotando uma posição de completa independência em relação ao projeto *Minas-Rio*, eu seria vez ou outra identificado com a empresa, dolorosamente mostrava o quanto eu não controlava a representação que as pessoas faziam de mim. Desde os primeiros momentos eu tomava alguns cuidados na pesquisa, como evitar tirar fotos das pessoas nas comunidades, pois é recorrente a utilização do registro fotográfico por parte das empresas ligadas à Anglo American. Outras precauções também foram tomadas, embora não seja possível saber se tiveram algum efeito nas pessoas. Quando entrevistei um jovem líder comunitário, falei a ele como a desconfiança dos moradores me afligia, pois isso atrapalhava a relação com os sujeitos pesquisados. Ele então me disse que essa confusão fazia sentido para as pessoas porque quando o projeto chegou à região ele “*procurava também as escolas, procurava as escolas, procurava uma série coisas assim, da mesma forma. Aí eles vinculam isso, tá chegando, ah, é alguém da empresa então*”.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Relato sobre o dia 29 de junho, visita à comunidade do Beco (Conceição do Mato Dentro).

<sup>105</sup> Entrevista com liderança comunitária, dia 08 de agosto de 2012.

A etnografia como modo de analisar minha inserção no campo foi uma forma de entender aquilo que dificultava a apreensão do contexto local, de dar sentido aos estranhamentos e buscar aproximações possíveis frente aos profundos desencontros dos processos locais.

## CAPÍTULO 4

### O PROJETO *MINAS-RIO*: EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO, EXPERIÊNCIA DE CONFLITOS

A terra dos arredores de Jacuí contém um pouco de ouro; mas, como se vê, o proprietário preferia a agricultura à mineração, porque oferece mais garantias; exemplo que deveria ser seguido, talvez, por todos os habitantes da província, por aqueles, principalmente, que não dispõem de grandes recursos.

(Auguste de Saint-Hilaire)

Após uma breve jornada pelos caminhos do MatoDentro exploro, neste capítulo, perspectivas teóricas que possibilitam a compreensão do reordenamento sócio-político gerado pela instalação do projeto *Minas-Rio*. Com a noção de conflito e de justiça discuto a questão socioambiental como embate entre diferentes modos de uso e apropriação de recursos naturais; pela referência crítica à noção de desenvolvimento, realço de que maneira se estrutura contemporaneamente o projeto de modernização no Brasil sobre áreas predominantemente rurais, como é o caso no MatoDentro.

Os deslocamentos gerados em toda região próxima à Conceição do Mato Dentro (CMD) podem ser entendidos pela relação à complexa noção de desenvolvimento (Escobar, 1995). Esse termo traduz um conjunto de práticas sociais comprometidas com uma visão baseada em lógicas de modernização, industrialização e capitalização. A representação de populações e culturas que não se baseiam nesses princípios como “povos atrasados” legitima a intervenção sobre os sujeitos e comunidades. O desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, um termo político que ao avaliar a posição de uma nação, povo ou comunidade em uma hierarquia de valores específicos, prescreve modos “corretos” de determinação das sociedades. A atribuição de valor universal a uma cultura específica, a ocidental, se impõe pela hierarquização das “outras”. Nesse processo, o uso mercantil dos recursos naturais e a degradação socioambiental decorrente, é fonte da crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pela maior parte dos países no mundo. A noção de desenvolvimento, que se torna hegemônica a partir dos anos 1950, privilegiando o modelo industrial-capitalista e

voltado para a expansão do consumo, não esgota os modos históricos de dominação entre as nações. O seguinte trecho do prefácio de uma das mais importantes obras das ciências sociais expressa outro recurso que legitima as instâncias modernas sobre outras formações culturais:

Um produto da moderna civilização européia ao estudar qualquer tema da história universal é convocado a perguntar a si mesmo a que combinação de circunstâncias se deve atribuir o fato de na civilização Ocidental, e apenas na civilização Ocidental, aparecer um fenômeno cultural ao qual (como queremos crer) se insere em um processo de desenvolvimento que tem significado e valor realmente universal (Weber, 2005, p.XXVIII).<sup>106</sup>

Ao abordar os conceitos de desenvolvimento e de conflito socioambiental, entendo que ambos são entrelaçados, pois a escolha pelo desenvolvimento como lógica de expansão *urbano-industrial-capitalista* se faz sobrepujando-se às lógicas locais de utilização da natureza, resultando na proliferação de conflitos entre ordens sociais distintas. Ao contrário do que faz crer os atores hegemônicos, as sociedades humanas se organizam de muitas maneiras e atribuem usos e representações múltiplas aos objetos que os cercam, forjando assim, culturas também distintas. A forma de utilização dos recursos naturais não é determinada por uma lógica única. Seja ela a utilidade, o valor mercantil ou a dimensão sagrada. Esses são todos princípios válidos e em certa medida concorrentes na apropriação da natureza. O uso do território carrega as marcas de um projeto político, de uma figuração da relação entre as comunidades e o mundo sensível (Rancière, 1996). A apropriação do ambiente se torna palco de conflitos no momento em que um mesmo recurso passa a ser disputado por diferentes figurações.

Na porção oeste da Índia vivem os *Kondh*, uma tribo indígena que “considera” sagrada, as montanhas que os circundam. Essas montanhas, no entanto, são formadas pela Bauxita, por sua vez “considerada” fundamental na fabricação do alumínio. Em *Nyamgiri*, território dos *Kondh*, a bauxita dessas montanhas interessa às grandes companhias mineradoras que não enxergam as montanhas da mesma forma que os *Kondhs*. Para as mineradoras, a montanha é um reservatório de dinheiro, seu interesse é mediado pelo valor mercantil. Ao questionarem os *Kondh* sobre “quanto” eles queriam para vender as montanhas, estes perguntaram às mineradoras transnacionais por quanto

---

<sup>106</sup> No texto original: “A product of modern European civilization, studying any problem of universal history, is bound to ask himself to what combination of circumstances the fact should be attributed that in Western civilization, and in Western civilization only, cultural phenomena have appeared which (as we like to think) lie in a line of development having universal significance and value”.

venderiam Ram, Alá ou Jesus Cristo (Roy, 2010; Padel e Das, 2010). A questão central nesse exemplo não é a defesa do absoluto, da dimensão sagrada, mas o entendimento de que há lógicas incomensuráveis entre as formas de apropriação do território.

As matas podem ser ao mesmo tempo espaço de vida dos seringueiros e geraizeiros ou espaço de acumulação e reserva de valor para a especulação fundiária. A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento de produção de energia barata para firmas eletrointensivas (Acsehrad, 2004, p.35).

No momento em que o mesmo recurso é disputado por usos não apenas diferentes, mas concorrentes, quais critérios fundamentam a decisão por um ou outro uso do território?

A inserção do Brasil na economia mundial, ao longo dos últimos cinco séculos, continua a ter na exploração de matérias primas para o mercado externo, o núcleo de sua atividade econômica: madeira, produtos agrícolas, carnes e recursos minerais são as *commodities* que alavancam a balança comercial brasileira. Esse tipo de exploração acontece em lugares específicos do território nacional, devido a fatores como a localização das riquezas naturais e a presença de infraestrutura necessária para a exploração em larga escala. O modelo extrativista para a exportação requer a exploração em grande quantidade, o que coloca como problema fundamental a logística de tal processo, a estrutura de estradas, portos, ferrovias. A posição do Brasil nessa lógica de produção apresenta semelhanças com outros países, como é o caso da Índia. A partir da concessão de uma bolsa de doutorado sanduíche pelo governo brasileiro, viajei para a Índia, com o objetivo de abordar as tensões no desenvolvimento e, principalmente, os caminhos dos conflitos socioambientais cotejando aspectos similares em ambos os países. Não fiz uma comparação sistemática das práticas entre Brasil e Índia, pois as realidades são marcadas por profundas diferenças culturais e históricas. Ao observar o avanço agressivo do capital transnacional nesses países sobre territórios de populações tradicionais e indígenas, foi possível pensar as tensões e conflitos no Brasil e na Índia, com atenção aos modos de entendimento e resistência aos processos.

Na próxima seção discuto os principais elementos que compõem o campo do conflito e da justiça socioambiental. Por meio da articulação entre a construção teórica e a pesquisa empírica, os autores alinhados a esse campo mostram de que forma há uma estrutura similar nas diferentes situações de conflito, o que ajuda a entender os

elementos determinantes no contexto do projeto *Minas-Rio* (Acselrad, 2005; Baviskar, 2008; Leroy, 2010, Zhou, 2011). A teoria dos conflitos socioambientais confere extrema relevância ao conceito de cultura, compreendido enquanto modo de simbolização de uma comunidade acerca dos elementos de seu território. Na trilha da transformação do território novas formas de produzir, ser e viver se colocam, por essa razão discuto a subjetivação em curso, ou seja, como as pessoas do lugar vivem e se inserem nesse processo. Na sequência discuto o sentido específico pelo qual utilizo o conceito de desenvolvimento. Na terceira análise a dinâmica política em relação aos conflitos ambientais no MatoDentro, finalizando o capítulo, apresento a maneira como os afetos e o sofrimento gerado pela situação de conflito socioambiental apareceram no campo de pesquisa. Dessa forma, abordo o campo subjetivo da “experiência” em relação ao conflito socioambiental.

#### **4.1 A perspectiva do conflito socioambiental: a politização do meio ambiente**

A relação de causalidade entre a atividade econômico-social e a degradação ambiental se estabeleceu, de forma inequívoca, em meados do século XX. Em resposta à constatação da destruição de ecossistemas - a mortandade de plantas e animais, poluição da atmosfera e dos rios e oceanos, dentre outros fenômenos, diferentes atores mais ou menos institucionalizados se engajaram na defesa da natureza e na crítica aos efeitos nefastos do modelo de produção industrial (Hajer 2005; Yearley, 2005; Porto-Gonçalves, 2004). Os pesquisadores e cientistas foram e continua a ser importantes atores nesse embate, pois a ciência define pautas para a luta ecológica no momento em que comprova relações existentes entre os danos ecológicos e a atividade humana (Drummond, 2006). Se a ciência é uma peça chave na luta ambiental, tal instância não é independente das tensões sociais e políticas, ela é um campo articulado à complexa rede de atores envolvidos na discussão ecológica nas sociedades contemporâneas.<sup>107</sup>

A partir do final dos anos 1960 e inícios dos anos 1970 duas organizações transnacionais foram centrais para a condução e difusão da ecologia, entendida não apenas como questão de escolha pessoal como tema fundamental na relação entre as nações e na condução da economia. A Organização das Nações Unidas (ONU), por

---

<sup>107</sup> A questão ambiental trata de um tema muito amplo e complexo, minha abordagem aqui se volta para a relação entre a ação social e o meio ambiente.

meio de suas conferências mundiais sobre a natureza e sua influência nas relações políticas internacionais; e o Banco Mundial que utiliza seu poder financeiro para determinar regras socioambientais para os países desejosos por seus investimentos (Porto-Gonçalves, 2006). Nessa trilha o ecologismo foi talhado com grande peso das instâncias centrais do mundo moderno contemporâneo: a ciência, de corte físico-químico; a diplomacia política e os arranjos financeiros transnacionais. A expressão “modernização ecológica” é utilizada para representar uma conciliação harmônica entre o modelo econômico capitalista-industrial e a preservação ecológica (Zhourri e Laschefski, 2010). Para aqueles críticos à expressão e, sobretudo, ao que ela representa, a noção não promove alternativas concretas ao modo de vida das sociedades contemporâneas, principal causa dos problemas ambientais (Hajer, 2005; Zhourri e Laschefski, 2010).

Apesar das críticas, a história “oficial” da ecologia corrobora com o enredo forjado pelos artífices da “modernização ecológica”, atribuindo aos tratados e encontros internacionais o *status* de marcos fundantes da temática. Outras estórias, no entanto, se infiltram nesse enredo levando ao questionamento da interpretação dominante. A contracultura dos anos 1960, o movimento pacifista e sua crítica à Guerra do Vietnã e à guerra fria, o movimento hippie e os princípios de vida das populações indígenas e tradicionais são processos que balizam outra visão de mundo, e que também mobilizou pessoas e instituições pela defesa da natureza (Arruda, 1996; Carvalho, 2001, Porto-Gonçalves, 2006). Zhourri e Laschefski (2010), por exemplo, insistem que a luta dos “povos da floresta” na Amazônia brasileira no início dos anos 1980 se constituiu em uma proposta alternativa à relação de dominação da natureza propalada pela sociedade moderna, capitalista e industrial. A aliança dos seringueiros e dos indígenas, com a liderança de Chico Mendes, teve um papel considerável na reconfiguração do imaginário socioambiental global, ao unir a defesa do meio ambiente e a crítica à exploração econômica.

O exemplo da luta de Chico Mendes e dos seringueiros demonstra que a atividade econômica visando o lucro a partir da exploração dos recursos naturais gerava graves problemas para a natureza e para as populações dos lugares, demonstrando que o percurso da sociedade não poderia ter continuidade na trilha do desenvolvimento, tendo em vista sua insustentabilidade. Ao contrário dessa visão, no entanto, a perspectiva política que se consolidou fez emergir o paradigma da participação na gestão ambiental e social, com o objetivo de conciliar os interesses econômicos, ambientais e sociais, e assim ‘moldar’ o modelo clássico de desenvolvimento (Zhourri e Laschefski, 2010, p.13).

Embora a luta “dos povos da floresta” fosse contrária ao capitalismo, os grupos políticos hegemônicos se apropriaram dessa história destituindo-a, em parte, de seu potencial crítico-disruptivo. Para Zhouri e Laschefski (2010) é por meio da apropriação dos atores hegemônicos da perspectiva lançada pela aliança dos povos da floresta, que se fundamenta a noção de “desenvolvimento sustentável”. Um projeto político, no entendimento de Laclau e Mouffe (1985), só se torna hegemônico se consegue responder a demandas diferentes de um campo social plural e heterogêneo. Dessa forma o “desenvolvimento sustentável” busca criar e manter *“horizontes de inteligibilidade – uma estrutura que delinea o que é possível, o que pode ser dito e feito, quais posições podem ser legitimamente tomadas, que ações podem ocorrer”* (Norval, 1996, p.4).<sup>108</sup> A compreensão do campo ambiental como lócus de disputa política revela que há um embate entre diferentes projetos políticos em torno da interpretação do mesmo objetivo: definir os contornos do “verdadeiro” ambientalismo e pautar decisões socioambientais. O modo de atuação do Banco Mundial privilegia a capacidade estrutural da instituição em definir normas de investimentos para determinar o que países e nações devem ou não fazer. Dessa forma, atrela-se à questão ambiental a perspectiva de crescimento econômico via capitalismo global. O exemplo da luta dos seringueiros aponta outro caminho, implicado na articulação entre saberes históricos dos povos *do chão*, habitantes da floresta, pela defesa da perpetuação física e cultural desses mesmos povos. Apontar as diferenças nos projetos políticos é crucial para entender como eles se constroem, em quais objetos investem e com quais interesses.

A luta ecológica é continuamente vista como campo político verdadeiramente global, acima ou além das divisões de classe, raça, e gênero. A busca por uma perspectiva consensual do ambientalismo se justifica pela possibilidade de acordos entre nações, grupos, classes para a promoção de avanços concretos contra a degradação ambiental (Viola e Leis, 1995; Alonso e Costa, 2001; Yearley, 2005). A visão da “modernização ecológica” ou o discurso do “desenvolvimento sustentável”, em certa medida, caminham nesse sentido, construindo acordos e fomentando consenso entre diferentes atores. Nessa perspectiva a luta ambiental está acima ou além das divisões sociais e políticas que instituem as sociedades contemporâneas.

---

<sup>108</sup> No texto original: “horizons of intelligibility (a framework that delineate what is possible, what can be said and done, what positions may legitimately be taken, what actions may be engaged in, and so forth”.

Uma das perspectivas críticas a tal posição busca, na referência ao conceito de justiça ambiental, instrumentos para mostrar a articulação constitutiva entre a degradação ambiental e a desigualdade social (Acselrad, 2004; Porto-Gonçalves, 2004; Zhouri e Laschefski, 2010). O clamor pela justiça ambiental se originou nos anos 1980, na luta de grupos sociais nos Estados Unidos contra a instalação de indústrias poluentes em comunidades marginalizadas. Em estudos realizados foi demonstrado que bairros pobres e com populações negras ou hispânicas eram proporcionalmente mais “eleitos” para receber indústrias poluentes do que as comunidades brancas e de maior poder financeiro dos Estados Unidos (Bullard, 1993; Gould, 2004; Acselrad, Mello e Bezerra, 2009). Por essa razão, a luta pela justiça ambiental é crítica à perspectiva de que o ambientalismo é uma luta que se sobrepõe às tensões e divisões sociais (Gould, 2004). A perspectiva da justiça e do conflito desvela o fato da sociedade capitalista não regular apenas a distribuição da riqueza e pobreza, mas também da poluição.

O movimento ambiental não tratou de forma satisfatória o fato de que a desigualdade social e o desequilíbrio de poder social estão no centro da degradação ambiental, do esgotamento de recursos, da poluição e superpopulação. A crise ambiental não pode ser simplesmente resolvida de forma eficaz sem a justiça social (Bullard, 1993, p.23).<sup>109</sup>

Gould (2004, p.70) é categórico ao afirmar que “*a distribuição dos riscos ambientais por classe social é uma consequência normal das economias capitalistas*”. Nesta perspectiva o capitalismo está comprometido com as práticas que geram injustiça ambiental, porque a propriedade privada e a renda são atributos que definem a escolha dos lugares de moradia e das atividades produtivas. Se os danos ambientais no interior de uma sociedade são vividos principalmente pelos estratos mais empobrecidos e marginalizados, tal princípio também se faz valer no jogo geopolítico: países e regiões inteiras recebem determinado tipo de indústria poluente, o que gera tanto problemas ambientais como sociais.

Essa lógica de distribuir desigualmente os rejeitos e os proveitos atinge as barras da imoralidade no caso do lixo radiativo. Nesse caso, os valores que se consagram numa sociedade que se deixa levar por princípios liberais e pela lógica mercantil mostram um outro ângulo, igualmente perverso, das suas contradições ambientais. É que, sendo os rejeitos aquilo que num dado processo de uso se mostra sem valor, tendem a ser colocados nos lugares

---

<sup>109</sup> No texto original: “environmental movement has not sufficiently addressed the fact that social inequality and imbalance of social power are at the heart of environmental degradation, resource depletion, pollution and overpopulation. The environmental crisis can simply not be solved effectively without social justice”.

também sem valor, que se desvalorizam porque ali foram colocados os rejeitos e, sendo lugares desvalorizados, tendem a ser habitados por pessoas igualmente desvalorizadas e sem grande poder de pressão, pelo menos a princípio. (...) Essa espécie de racismo ambiental se reproduz à escala internacional, com a deposição de lixo tóxico em países igualmente pobres, muitas vezes mediante pagamento por esses serviços prestados à qualidade de vida dos ricos (Porto-Gonçalves, 2004, p.134-5).

Além de rechaçar o consensualismo “ingênuo” do ambientalismo, a luta por justiça ambiental identifica os fios que ligam o capitalismo à degradação ambiental, demonstrando como o sistema econômico cria zonas ambientalmente protegidas e zonas de perigo.<sup>110</sup> A perspectiva do conflito e da justiça socioambiental implica em uma compreensão mais complexa da relação entre sujeito e território, como também entre lutas sociais e questões ambientais. Além disso, ao trazer como conceito chave a noção de conflito, permite entender a dinâmica social de embates entre diferentes projetos políticos.

No Brasil, o avanço do capital sobre áreas ricas em matéria prima compromete a vida e a história de povos diversos que vivem nessas áreas, e possuem modos não mercantis de relação com a natureza. O interesse nacional no “desenvolvimento” da região amazônica, por exemplo, é tema de embate entre diferentes concepções sobre como deveria ser o futuro da região. A construção da usina de Belo Monte, no Pará, é talvez um dos casos mais emblemáticos em torno dos projetos de desenvolvimento nessa região do país (Hernandez e Magalhães, 2011; Fleury e Almeida, 2013). O governo brasileiro afirma a grande relevância estratégica desse empreendimento. Por sua vez, o reassentamento forçado de populações indígenas e os irreversíveis danos ao meio ambiente causados pela mega construção, anunciam os danos do “desenvolvimento”. Para além de uma matemática ilusória entre aspectos positivos e

---

<sup>110</sup>Acsegrad, Mello e Bezerra (2009) trazem com crueza as bases que subjazem à manutenção da injustiça enquanto prática “normal” do sistema capitalista, a partir do relato do “memorando Summers”: “Em 1991, um memorando de circulação restrita aos quadros do Banco Mundial trazia a seguinte proposição: ‘Cá entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?’.

Lawrence Summers, então economista chefe do Banco e autor do referido documento, apresentava três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente: 1) o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bem de vida; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental. Segundo ele, alguns países da África ainda estariam subpoluídos. Nesse sentido, lamentou que algumas atividades poluidoras não fossem diretamente transportáveis, tais como produção de energia e infra-estrutura em geral; 3) pela “lógica” econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos”(Acsegrad, Mello e Bezzerra, 2009, p.7).

negativos, a presença da polêmica sobre Belo Monte nos fóruns virtuais e reais deveria servir como um lembrete dos conflitos e das implicações na escolha pelo desenvolvimento.

A instalação de um grande projeto como Belo Monte, com inegável prejuízo socioambiental, é decidida em acordos pouco democráticos entre as diferentes instâncias dos governos e a iniciativa privada. A população local, diretamente afetada, dificilmente tem um papel mais ativo na condução do processo (Sevá-Filho, 2010). Desde o início do governo Lula o Estado brasileiro tem enfatizado o discurso nacional-desenvolvimentista como motor do crescimento econômico e do desenvolvimento social. A resposta do governo nacional em relação às críticas socioambientais ao projeto Belo Monte se baseia nos dizeres de que a tecnologia hidroelétrica é um mecanismo menos poluente para se obter energia, e que tais projetos, como o caso de Belo Monte, seguem padrões modernos estabelecidos de mitigação dos danos. Além disso, tais empreendimentos são justificados a partir dos benefícios sociais supostamente gerados, hegemonzando o campo social e reduzindo o “espaço” para o dissenso. Ao articular grandes construções, crescimento econômico, ampliação de emprego e distribuição de renda via programas sociais, o governo brasileiro busca “costurar” o campo aberto e atravessado por antagonismos sociais (Laclau e Mouffe, 1985). O seguinte trecho do discurso da atual presidenta, Dilma Rousseff, ao assinar uma parceria entre o governo federal e empresas privadas para a construção de uma mina de potássio, evidencia as linhas dessa “costura”:

Esse também é um processo e um projeto que implicam em visão de futuro. Nós estamos antecipando a necessidade do país ter cada vez mais sua fonte de fornecimento. E aí é verdade. É verdade que nós temos uma das maiores reservas do mundo lá no Amazonas. Mas também é verdade que essa reserva tem grandes desafios tecnológicos, e portanto a carnalita é a garantia que nós estamos dando um passo aqui e agora. Um passo na direção dessa autonomia dos fertilizantes.

Eu queria dizer para vocês que o nosso país tem, de fato, muitos desafios pela frente, mas que nós estamos encarando esses desafios. Nós temos tido toda uma preocupação em atender, eu diria, tanto o lado que é fundamental que nós olhemos para ele, que é da população deste país que sempre foi desconsiderada, que nunca foi colocada em primeiro lugar, que é a população mais pobre deste país, que nós temos de dar a ela o primeiro lugar na atenção do governo. Isso significa que o programa Bolsa Família, que o programa Brasil sem Miséria, cada vez mais vai procurar acelerar as condições de

elevar a vida e as oportunidades da população mais pobre do Brasil, que sempre foi marginalizada.<sup>111</sup>

Ao articular o desenvolvimento econômico e social à expansão do capital sobre territórios de diversidade ambiental neutraliza-se a crítica política, pois o processo aparece apenas como algo benéfico. Baviskar (2007), em sua análise sobre o discurso acerca dos mega-projetos na Índia das últimas décadas, afirma que “*o melhoramento é projetado como benigno e apolítico, no sentido de ser um objetivo transcendente compartilhado por todos*” (Baviskar, 2007, p.287).<sup>112</sup> A associação de grandes construções com o desenvolvimento permite capturar o imaginário dos sujeitos em torno do procedimento em questão e impedir a politização dos danos socioambientais. Nesse sentido, os recursos retóricos dos artífices do desenvolvimento mostram incríveis semelhanças entre Brasil e Índia. Quando os conflitos não podem ser ocultados, eles passam a ser objeto de práticas de individualização que minimizam os laços coletivos e reduzem a responsabilidades institucionais sobre os efeitos no ambiente (Sabatini, 1997). O saber psicológico tem sido largamente utilizado como recurso para dirimir a potência política dos dramas, tratando o conflito como “*objeto de práticas terapêuticas e pedagógicas. Trata-se aqui de entender o conflito como resultante da falta de capacitação cognitiva ou psíquica para o consenso*” (Acselrad e Bezerra, 2010, p.47). A necessidade de produção e os custos associados aos grandes projetos levam os agentes do Estado e do capital a utilizar diferentes recursos para inibir o surgimento de qualquer conflito, sem considerar o que sustenta tais tensões sociopolíticas. Por meio de uma complexa rede de técnicas de resolução de conflitos, envolvendo procedimentos variados, o estado e as empresas neutralizam a potência política das críticas aos grandes projetos de desenvolvimento (Acselrad e Bezerra, 2010).

“Resolver” tecnicamente os conflitos é, por certo, na conjuntura de governos democraticamente validados, um dos meios pelos quais o modelo de integração “ambiental” da América Latina no mercado global poderia melhor se viabilizar. Ou seja, para tornar aceitáveis as condições de inserção internacional dessas economias, seria necessário neutralizar, de algum modo, a ação dos distintos atores sociais que resistem aos processos de concentração de recursos comunais nas mãos de grandes interesses econômicos, seja no âmbito da gestão das águas, dos solos, da biodiversidade ou das redes de infraestruturas (Acselrad e Bezerra, 2010, p.53).

---

<sup>111</sup> Discurso proferido no dia 23 de abril de 2012, em Aracaju, SE. Os discursos da presidência podem ser acessados nesse portal: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>.

<sup>112</sup>No texto original: “Improvement is projected as benign and apolitical, in the sense of being a transcendental goal shared by all”.

Antes de propor algum tipo de redistribuição dos problemas e responsabilidades ambientais, a perspectiva do conflito socioambiental permite recompor e representar forças em um processo no qual os sujeitos vêm sendo constantemente subtraídos pela lógica de dominação. A possibilidade de outras decisões em torno do destino do território se mantém pelo significado conferido aos embates em curso. A construção da idéia de que um projeto de mineração irá, por exemplo, “alavancar” a economia regional, ou que representa uma ameaça à vida das comunidades locais, depende de modos políticos de representar o cenário, e mostra a importância da dimensão subjetiva nesse processo sociopolítico. Se o saber psicológico tem sido utilizado para impedir e controlar a manifestação dos descontentes, ele pode também ser recurso para dar vazão a diferentes sentimentos ligados aos conflitos, cuja potência reside na capacidade de alterar a relação entre sujeitos, histórias e discursos. A capacidade de mobilizar o imaginário, a forma e a dinâmica desse processo, é ainda um tema pouco explorado nos estudos socioambientais e um dos objetivos na realização desta pesquisa.

O conflito socioambiental surge no momento em que diferentes agentes querem utilizar um mesmo recurso<sup>113</sup>: a água, o solo, as minas no interior de grandes montanhas. Cada uso se desdobra em formas específicas de ação no território e são incomensuráveis entre si, baseando-se em princípios distintos.

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc (Acsehrad, 2004, p.26).

Para melhor explorar os rumos ditados pela perspectiva do conflito socioambiental abordo, separadamente, dois conjuntos de questões. Em primeiro lugar reflito acerca das tensões sobre os modos de viver e se apropriar de um território; na sequência coloco em discussão as formas de subjetivação que surgem a partir dos conflitos socioambientais, ou seja, como os sujeitos são “produzidos” em meio às situações conflitivas.

---

<sup>113</sup> A própria palavra que designa o objeto é marcado pelo conflito, posto que ao falar da água como “recurso” atribui-se à esse “bem” um sentido mercantilizado.

#### 4.1.1 O conflito entre modos distintos de viver o território

Os estudos e as pesquisas de Acselrad (2004), Zhouri e Lashefski (2010) Padel e Das (2010) dentre outros, demonstram que grande parte dos conflitos ambientais surge em resposta aos efeitos da exploração mercantil em territórios de população que mantém um vínculo com o território não mediado pela exclusividade do valor monetário. As diferentes sociedades humanas ao redor do mundo se organizam de muitos jeitos, constituindo modos próprios de apropriação do ambiente. A questão dos recursos naturais tem sido objeto de conflitos pela dinâmica do capitalismo, em sua incessante busca por matéria e energia, num mundo finito e lar, ainda, de diferentes povos.

O caso em estudo no MatoDentro, onde interesses exógenos pela exploração do minério de ferro, gerou a mudança das funções e relações sociais na região, revela a pertinência da perspectiva do conflito socioambiental discutida. Com efeito, nas conversas privadas e nos momentos públicos tornou-se forte a sensação de invasão como aquilo que marca as experiências dos moradores do MatoDentro. Ao nomear este trabalho **“nem só de mineração vive o MatoDentro”** me apropriei de uma frase de um atingido que expressa a diferença, que até então passava despercebida por mim, entre o lugar e o projeto econômico. Observar as formas de vida no local, a vida no MatoDentro, é entender que há relações que não se pautam pela proposta dos agentes modernizantes para a região, sejam eles a Anglo American, o Governo Federal ou o Estado de Minas Gerais.<sup>114</sup>

Uma observação pessoal talvez ajude a apresentar a profundidade e sutileza das diferenças culturais na apropriação da natureza. Nas imediações da Serra da Ferrugem, a lenha é o principal combustível utilizado para o cozimento de alimentos. Eu sempre morei em cidades grandes e via os fogões à lenha apenas quando viajava para fazendas e sítios, associando tal combustível a um rito culinário. Foi só ao presenciar as discussões sobre os problemas causados pelo *Minas-Rio* que entendi, concretamente, que a lenha apresenta uma grande vantagem sobre o uso do gás de cozinha, pelo simples fato dela ser apanhada gratuitamente nas matas. Na audiência pública no distrito de São

---

<sup>114</sup> A influência do Governo Federal se justifica na medida em que o empreendimento teve financiamento do BNDES.

Sebastião do Bom Sucesso, em 2012, uma liderança da comunidade de São José do Jassém falou sobre isso:

Hoje, muitas das nossas famílias dependem de lenha, mais de 90% de lenha para poder sobreviver, não têm condições de comprar gás. Ainda continuam tirando lenha nas matas, inclusive matas que já foram até adquiridas pela empresa. Eu até surpreendentemente fico me perguntando: “Até quando a empresa vai permitir tirar?” Ou se ela por enquanto está deixando até que resolva tudo para depois fechar, para facilitar. O que essa população vai fazer? O que vai acontecer? Água já não tem para beber. Então, são situações muito complicadas (MPE, 2012 , p.11).

A fala da liderança reflete uma preocupação dos moradores em relação ao acesso às matas da região, local onde eles buscam lenha. O significado da utilização desse combustível não era claro para mim, pois eu não observava tal prática em meu cotidiano urbano. A diferença cultural também se revela na banalidade da rotina, no modo de resolver problemas concretos.

Os estudos antropológicos tratam dos vínculos entre a cultura e a reprodução da vida, e mostram as muitas maneiras pelas quais os sujeitos se relacionam com os objetos que os rodeiam. Em muitos casos, as populações atingidas por grandes empreendimentos possuem formas singulares de lidar com os problemas da vida e, ao longo de suas histórias, desenvolvem “*um sofisticado sistema*” de apropriação dos recursos segundo seus interesses e visões de mundo (Zhourri e Oliveira, 2012, p.199). Santos (2009), em seu belo parecer sobre a vida “roceira” do MatoDentro, argumenta pela relevância das estradas no cenários das comunidades rurais da região:

(...) a estrada da Água Santa saía no Gondó, daí em Córregos; de Córregos, as tropas passavam ao comércio da Tapera, e daí a Capitão Felizário. Essa antiga estrada, caminho das tropas, era também utilizada por moradores da região, a cavalo ou a pé, em visitas a parentes e amigos, em diligências de pequenos negócios, em visita a lugares de grande valor (...) O valor desse caminho para os moradores das comunidades da Serra da Ferrugem pode ser percebido pelas reiteradas vezes em que o definiram como uma *estrada real*: uma estrada do tempo dos escravos, onde passavam tropeiros; uma estrada antiga, que não pode ser fechada. A hipótese de que constitua uma antiga trilha do caminho do ouro é, de fato, provável. Não obstante, é essa a estrada que a empresa Anglo Ferrous do Brasil interditou ao uso de toda a população, instalando, à sua margem, em ponto próximo à Fazenda que lhe serve de escritório, uma vigilância permanente, com seguranças ostensivamente armados (Santos, 2009, p.15).

Ao chegar a uma região que eu desconhecia me deparei com um universo de sentidos, construído pela história daqueles que ali viviam e das gerações que os

antecederam. A referência aos ascendentes que trabalhavam com a “tropa” ou a relevância histórica da estrada real como símbolo de poder e riqueza, permitem entender como a estrada ocupa um lugar estrutural no contexto local. Os caminhos dos rios, a localização das serras e as rotas dos homens e mulheres fazem parte das identidades das pessoas de lugares como Tapera, Itapanhoacanga e Córregos.

É nesse contexto que o projeto *Minas-Rio* se insere. O súbito aumento da riqueza, gerado por um ator externo, efetuou alterações em toda a economia local. Em seis anos o volume de dinheiro circulando e a diversificação de mercadorias produziu a sensação de que a economia se “descolou” da estrutura social da região. A influência da mercantilização das esferas sociais produziu, por sua vez, alterações na maneira como as pessoas se relacionam. O aumento dos custos dos serviços na cidade, a importância conferida às novas empresas na região, dentre outros processos, traduzem o domínio do *Minas-Rio* sobre o MatoDentro. “*A cada implantação de uma indústria pesada, energética, mineral, metalúrgica ou petroquímica, decorre que todos os outros projetos e usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis*” (Sevá-Filho, 2010, p.116). Esse processo se impõe no território deslocando homens e mulheres para funções de interesse exclusivo da atividade mineradora.

Andando pelos distritos do MatoDentro é comum escutar a queixa difusa de que não é mais possível encontrar uma boa farinha de mandioca, rapadura ou cachaça. As queixas falam da perda desses itens e de suas condições de produção. A farinha, o requeijão, a rapadura eram feitos por famílias de comunidades específicas, seguindo práticas tradicionais na sua feitura. A oferta de empregos na mineração é uma mudança considerada positiva do empreendimento, considerando as poucas opções de trabalho e a baixa renda na cidade e nos distritos rurais. Se a oferta de emprego na construção do empreendimento é um aspecto positivo para a quase totalidade da população, ainda assim, alguns criticam o que essa mudança acarretou para a agricultura familiar. Ao passar uma tarde conversando com dona Consuelo, moradora de Itapanhoacanga, anotei parte de nossa conversa na qual falávamos sobre esse tema:

Dona Consuelo diz, de cara, que o pai de família já não trabalha na roça, ele trabalha fichado. Com isso não há mais produção na roça. Ninguém na família mais parece se preocupar com a roça. Ela diz isso de um modo que entendo que ela gostou da mudança. Mas ela diz que não achou bom não. Reclama muito da falta de produtos, conta que na época dela, elas catavam chuchu. Diz que hoje em dia poucas pessoas fazem farinha de mandioca, que

ela já tem que comprar produtos no mercado. Pergunto porque isso é ruim e ela diz que você não sabe como eles fazem a farinha e me explica que tem gente que só deixa secar e mói, enquanto outros torraram para depois moer. Que antes você sabia de quem comprar e hoje não.<sup>115</sup>

Nos caminhos da região foi possível perceber que a mudança no regime de produção significou uma perda maior do que a diversidade ou a qualidade dos produtos. A atividade de produzir e vender os quitutes tem um significado cultural importante que não se resume ao valor monetário, ainda que esse seja importante (Diversus, 2011). Os produtos dessa economia agrícola familiar são utilizados para a alimentação nas comunidades e também na complementação da renda, por meio da venda no mercado local. A questão não se resume a ter ou não ter objetivamente determinado alimento, o que está em questão é a experiência de plantar, colher, vender. Essas atividades constituem uma identidade do sujeito enquanto agricultor e produtor rural. A economia de subsistência é relevante para a economia regional, sendo meio de diferenciação e de relação entre as comunidades. Ao conversar com Helena, moradora da Água Santa, anotei no diário de campo o que ela me contava: “*Que antes eles produziam tudo na terra deles, plantavam feijão, milho, tinham carne, porco, galinha. E que eles só compravam o macarrão. Agora, ela diz que eles não plantam mais nada, que tudo é comprado*”.<sup>116</sup> Sua família parou a produção por causa dos problemas causados pela presença da mineradora na sua comunidade, na Água Santa. A expressão de Helena, ao dizer essas palavras, denotava tristeza, talvez em razão da autonomia alimentícia perdida pela família. Em minhas caminhadas pelos diferentes lugares da região era bastante comum escutar pessoas falando coisas parecidas, dizendo como esse ano foi bom ou ruim para a plantação e de como não teve que comprar este ou aquele produto.<sup>117</sup>

Os chamados grupos tradicionais se constituem em bases distintas daquelas que orientam a vida nas grandes cidades, reguladas pela intensa mercantilização e burocratização das atividades sociais. Nesse sentido, as atividades de pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas dependem mais diretamente “dos

---

<sup>115</sup> Anotação do diário de campo, dia 03 de novembro de 2012.

<sup>116</sup> Anotação do diário de campo, referente ao dia 05 de maio de 2012.

<sup>117</sup> Não estou afirmando que as condições que geraram a dificuldade para a agricultura familiar a saber, a oferta de empregos na mineração, seja algo ruim. Nem estou afirmando que os moradores deveriam recusar os trabalhos para permanecer na roça, mas lanço luz sobre a identificação desse sentimento de orgulho em relação à produção, explorando as implicações desta atividade.

*ritmos de regeneração natural do meio utilizado*” (Zhourri e Laschefksi, 2010, p.25). A relação entre tempo e apropriação da natureza é um fator de diferença entre as diferentes formações culturais. Enquanto a empresa “tem pressa” em resolver “pendências burocráticas” do projeto e iniciar o quanto antes o envio do minério; as populações que residem na área de entorno e que não serão reassentadas, tentam manter o ritmo de suas vidas, realizando suas atividades em meio ao impacto gerado pela Anglo American. Se há pressa dos empreendedores em resolver os problemas no local da mina, isso dificilmente significa algum respeito à vida e atividade das pessoas do lugar, mas sim a preocupação em relação ao tempo do negócio.

O conflito entre o tempo do empreendimento e o tempo social dos agrupamentos humanos, de modo específico a temporalidade de grupo(s) majoritariamente negro(s) camponês(es) tradicional(is), diante de um processo que interferirá na sua conformação social e de seus descendentes. As pessoas dessas comunidades já se encontram bastante desgastadas devido ao longo processo de negociação/implantação do empreendimento e a ansiedade diante das incertezas do mesmo, conforme relatado por algumas famílias. Somem-se a este contexto as demais necessidades e compromissos: de trabalho, comunitários e mesmo emergências de saúde, com o qual precisam conciliar (Diversus, 2011, p.35).

As culturas tradicionais vivem segundo princípios próprios, constituídos de acordo com a forma da vida em seus territórios. Embora a população de cada território tenha suas especificidades, sendo ilusório tratar populações quilombolas, indígenas ou de pescadores da mesma maneira, esses grupos se assemelham por manterem um tipo de vida diferente daquela que rege as relações urbanas; eles nos lembram, assim, que há heterogeneidade na composição do país, que este não se reduz às práticas e aos deuses adorados pelas “tribos metropolitanas”.

#### **4.1.2 Produção de minério, produção de sujeitos: a alma do negócio**

O entendimento da questão socioambiental por meio de uma perspectiva analítica centrada na noção de conflito restitui razão, sentimento e singularidade a um processo de exploração da natureza e das populações. O estudo de caso amplia a capacidade de ver determinantes específicos, aspectos que não podem ser analisados quando observados à distância. A apreensão de uma situação concreta revela processos peculiares, mas também mostra de que maneira a exploração mercantil da natureza no mundo contemporâneo segue padrões similares. Nesse sentido, o que se observa no

contexto do *Minas-Rio* em CMD é a repetição de estratégias observadas em outros tempos e lugares, tanto por parte da luta dos atingidos, mas, principalmente, nas práticas utilizadas pelos agentes da empresa para garantir o apoio e o consenso das pessoas do lugar.

Rothman (2010) discute de que maneira companhias mineradoras e empresas de construção civil, na área rural da Zona da Mata mineira, conseguiram apoio dos moradores por meio de diferentes artifícios, como:

contratações de mão de obra local pelas empresas de mineração para trabalhar nas obras; das promessas, pelas empresas, de pagar bem aos pequenos proprietários rurais para arrendar suas terras por um período de 10 anos e, depois, devolvê-las aos agricultores; e das promessas feitas pelas empresas aos prefeitos municipais e/ou das ações concretas de melhorias na infraestrutura física e social nos municípios atingidos, isto é, ações de cooptação das populações locais ameaçadas pela mineração e das autoridades municipais (Rothman, 2010, p.371).

A capacidade de sustentar que as coisas estão melhorando por causa da empresa ou do empreendimento é central para o sucesso de um grande projeto. Assim, a inserção dos moradores como trabalhadores do empreendimento é uma estratégia central, observada de forma recorrente na construção de empreendimentos como o *Minas-Rio*. Os investimentos da Anglo American em infra-estrutura, no patrocínio de festas e na construção de obras locais, são estratégias que geram apoio popular no MatoDentro. Ao se mostrar útil para a população de diferentes maneiras a empresa se legitima frente à opinião pública, mesmo entre aqueles mais críticos ao processo. Em diferentes reuniões, escutei de agricultores da região o pedido para que a Anglo American conseguisse um trator ou instalasse uma antena de celular em dada comunidade. Em outro momento, no cotidiano de CMD, escutei que “ela” estava reformando o hospital, a igreja ou alguma praça. O que fundamenta o apoio da população ao empreendimento é a expectativa de um futuro melhor por causa da Anglo American.

As comunidades pobres se defrontam com opções econômicas limitadas em termos de tipo de emprego e de remuneração. A concentração de desempregados e subempregados em localidades específicas cria comunidades de desespero econômico. Sob tal condição, as comunidades pobres e operárias estão estruturalmente coagidas a aceitar qualquer iniciativa de desenvolvimento econômico que prometa um aumento no emprego local (Gould, 2004, p.72-3).

Essa noção de “desespero econômico” parece se aplicar ao caso no MatoDentro, pela maneira como a referência à pobreza no passado é usada como contraponto aos benefícios vinculados ao empreendimento. É, aliás, dessa forma que a empresa fornece resposta ao “desespero”. Com seus carros luxuosos, o dinheiro abundante e a circulação intensa de pessoas e serviços, a empresa mostra seu poderio econômico suscitando a representação de que a vida irá mudar. Parte da verdade dessa estrutura simbólica se encontra em sua falsidade (Zizek, 1989). Pois a “salvação” da comunidade se baseia na conjunção da onipotência do empreendimento com a ênfase na impotência e precariedade das comunidades locais. Ora, a falsidade decorre do fato da empresa não ser potente como ela sugere, nem as comunidades serem tão frágeis ou incapazes. A noção de fantasia, na apropriação teórica de Zizek (1992, p.121) seria “*uma tentativa de mascarar*” a inconsistência do Outro mantendo uma representação simbólica que elimina a falha desse Outro. A ilusão de consistência confere uma (falsa) clareza às posições na estrutura social, definindo as identidades, funções e posições. Na entrevista com um líder comunitário de Itapanhoacanga, quando perguntei sobre as possibilidades de sucesso na luta contra as injustiças sociais, ele me disse: “*Nós não vale nada, nós é fraquinho. Eles que são poderosos, que tá destruindo tudo. Cê já pensou... nós, sem dinheiro, sem poder nenhum*”.<sup>118</sup> A angústia das pessoas do lugar, a vigência do medo e a desconfiança geral atestam para a figuração da Anglo American como sujeito capaz de determinar o que deve acontecer, independente da vontade e da ação dos próprios moradores. Apesar dos problemas gerados pelo projeto *Minas-Rio* serem evidentes, há um grande esforço da Anglo American em negar sua responsabilidade pelos danos causados às propriedades e ao ambiente. O reconhecimento público dessa responsabilidade poderia gerar alguma fratura na fantasia de onipotência da empresa, permitindo que os sujeitos vissem que não há nada sob controle, que a Anglo American não tem o poder que ela confere a si mesma. É a força da experiência dos atingidos e a coletivização de demandas, contando ainda com a participação de outros atores críticos aos desmandos da *Anglo*, o que tem contrabalanceado a desigualdade de poder na região. A partir da atuação de entidades como o Ministério Público e grupos de pesquisa, os atingidos encontram meios importantes para enfrentar a empresa e construir novos caminhos.

---

<sup>118</sup> Entrevista em Itapanhoacanga, dia 02 de novembro de 2012.

O esforço para compreender o caso concreto no MatoDentro não se vale da exclusão da contradição e da pluralidade de experiências dos sujeitos, mas sim de um entendimento mais profundo das estruturas de sentido no contexto em questão, considerando as ambiguidades e os problemas. Ao abordar os conflitos socioambientais pela discussão dos modos de subjetivação, tem-se a vantagem analítica de trazer para o primeiro plano a maneira como as pessoas vivem os efeitos de degradação ambiental, a partir de suas experiências. Ora, desse modo o conflito surge não enquanto dimensão de uma luta objetiva entre forças sociais, mas como processo psicossocial que articula dinâmica social aos sentimentos, pensamentos e desejos.

A fantasia de desenvolvimento observada na promessa do projeto *Minas-Rio* é parte de uma estrutura simbólica ampla, na qual a expectativa de modernização do país promete fornecer resposta às grandes questões sociais. O governo brasileiro, ao fortalecer o ideal do “Brasil Grande”, demonstra pouca preocupação com o significado político e social dos conflitos ambientais. Ao não entender as razões daqueles que estão descontentes, ao não enxergar os povos tradicionais em suas expressões, o modelo de desenvolvimento segue incólume para as diferentes regiões do país. Entendo a pertinência dos conflitos socioambientais como uma crítica radical à manutenção de uma hierarquia valorativa única e linear: do pobre ao rico, do rural ao urbano, do bárbaro ao civilizado. O texto de uma senadora da República em artigo publicado em um dos principais jornais do país traz uma triste expressão dessa ideologia do desenvolvimento. Ao falar sobre a situação da vida de populações indígenas, a senadora Kátia Abreu escreve:

Há o índio real e o da Funai, em nome do qual os antropólogos erguem bandeiras anacrônicas, querendo que, no presente, imponham-se compensações por atos de três, quatro séculos atrás.

O brasileiro índio do tempo de Pedro Álvares Cabral não é o de hoje, que, mesmo em aldeias, não se sente exclusivamente um ente da floresta, mas também um homem do seu tempo, com as mesmas aspirações dos demais brasileiros.

(...)

O processo civilizatório consiste em superar esses estágios primitivos pela integração. O Brasil é um caudal de raças e culturas, em que o índio, o negro e o europeu formam um DNA comum, ao lado de imigrantes mais tardios, como os japoneses (Abreu, 2014).

Na concepção da senadora o problema do “índio” é o mesmo problema de “qualquer brasileiro”, ou seja, a falta de emprego, renda, educação e saúde. O texto funde a identidade indígena com a do “brasileiro” como recurso para negar a qualidade diferencial dessa cultura outra, a indígena. Ao negar a existência da diferença, ela fortalece a visão de um Brasil moderno e homogêneo e não por outra razão escreve: “*o processo civilizatório consiste em superar esses estágios primitivos pela integração*”. A posição da senadora não é uma exceção, ela remete à compreensão de um país que busca a homogeneidade, que inclui o diferente desde que “integrado” à norma dominante. Essa perspectiva, ao argumentar que o índio é apenas um brasileiro pobre, sustenta que a saída dos problemas dos indígenas não está em demarcação de terras ou no fortalecimento de sua cultura, mas na provisão de recursos que os permitiriam adentrar no maravilhoso mundo do capital e do consumo. A sociedade moderna que afirma valorizar “a diferença”, na prática, produz “homogeneidade social”, reduzindo qualquer singularidade a uma função no ordenamento social (Laclau, 2005). Em certa medida a transmutação do “índio” em “brasileiro pobre” se mostra uma analogia pobre, mas pertinente para refletir acerca dos processos de subjetivação em curso no campo dos conflitos socioambientais. A expansão dessa lógica de “homogeneização social” não se faz, entretanto, à revelia da ação dos sujeitos. Antes de ver a realidade social como um campo de luta entre forças abstratas, deve-se questionar como vivem, o que querem e como lutam os povos submetidos a processos de exploração mercantil de seus territórios. Ora, considerando tal argumento, como os atingidos pelo projeto *Minas-Rio* refletem acerca de sua inserção como indivíduos na nova ordem social implementada pela companhia mineradora? Como eles se posicionam em relação ao processo sócio-econômico em curso?

As formas de subjetivação articuladas pelos proponentes do projeto *Minas-Rio* buscam uma negação dos laços coletivos e históricos que constituem a comunidade do MatoDentro, privilegiando a figura do indivíduo, como força de trabalho ou como proprietário de terra. A mercantilização da natureza na escala necessária para o mercado global necessita não apenas de uma complexa logística estrutural, mas também simbólica. E a legitimidade pelo uso e exploração das riquezas naturais é aí uma questão chave. Os laços coletivos e históricos das pessoas do lugar, populações tradicionais e quilombolas, restituem valores sobrepujados pela representação de um direito mercantil/monetário sobre tais recursos. Não por acaso a presença de uma forma

coletiva de propriedade agrária no MatoDentro, algo comum entre populações tradicionais, a chamada terra de herdeiros ou “terra no bolo”, promoveu problemas na negociação fundiária da empresa com os atingidos (Santos, 2008). Parte da luta desses sujeitos é exatamente para fortalecer os laços entre distritos, comunidades e histórias. A busca pelo reconhecimento de modos coletivos de vínculo se choca com a lógica individualizante, sendo esta fundamental para o sucesso da Anglo American no MatoDentro. A ampliação da oferta de emprego formal, o surgimento de cursos técnicos, a ampliação de serviços, são aspectos que denotam a modernização da região. Tal processo é percebido como algo positivo para grande parte da população local, pois representam respostas para demandas dessa mesma população. A perspectiva de uma reversão da prática de migração dos jovens do MatoDentro para os grandes centros metropolitanos, por exemplo, é um dos grandes trunfos da empresa.

Depois de sete anos residindo fora da sua cidade natal, Cássio de Oliveira Matos, 29 anos, comemora o retorno a Conceição do Mato Dentro. Há três meses ele ficou sabendo das oportunidades que vinham surgindo na cidade em função do *Projeto Minas-Rio*. Não pensou duas vezes e resolveu se candidatar a um emprego na cidade, animado com a possibilidade de ficar mais próximo da família e dos amigos. Hoje ele trabalha como motorista da Locar, empresa de aluguel de veículos. ‘Estou muito satisfeito com essa chance, sempre tive vontade de retornar à minha cidade’, conta (Diálogo, 2012,p.10).

A interpelação profissional constitui uma forma de subjetivação que responde às demandas da comunidade e dos sujeitos individuais. A possibilidade de trabalhar “fichado” é um sonho de muitos conceicionenses e permite entender como a distribuição de emprego é crucial para entender o que está em curso no MatoDentro. A situação descrita no trecho acima, em uma publicação da Anglo American, revela uma grande força do projeto: a capacidade de fornecer uma expectativa de presente-futuro para os jovens da região.

Em seu estudo, Valêncio (2010) analisa o conflito entre pescadores tradicionais e atores interessados no desenvolvimento do turismo nas margens do Rio São Francisco. Para a autora, o manejo das identidades foi um aspecto fundamental no desenrolar dos embates entre projetos distintos de ordenamento do território. Em sua pesquisa realizada na parte mineira do *Velho Chico*, Valêncio (2010) discute a resistência dos pescadores contra a atuação de atores empresariais que buscavam implementar um projeto turístico para a região. A promulgação de um deputado estadual, aliado à proposta do turismo,

questionava os efeitos ambientais da atividade dos pescadores tradicionais e convocava uma audiência para impedir “*a possibilidade de reabertura da pesca predatória nos rios de Minas Gerais*” (Valêncio, 2010, p.214). A associação da atividade de determinados pescadores, chamados artesanais ou tradicionais, com a extinção dos peixes foi a estratégia adotada para deslegitimar publicamente a identidade desses atores tradicionais.

As possibilidades de os pescadores artesanais não serem incomodados no futuro seriam através da nulificação identitária voluntária ou obrigatória. Negar-se como pescador. E tratar de ser outra coisa subsumida às conformações que o capital ali ensejasse: piloto para embarcações turísticas; trabalhador de serviços gerais na rede hoteleira; garçom e ajudante nos restaurantes; operário da construção civil e outros. Negar-se como indivíduos e como parte de um grupo, tornando-se algoz de seus próprios habitus, desintegrando-os rapidamente em outros fazeres e saberes homogeneizados e a contento da lógica e das relações macro-envolventes que se apossavam do território (Valêncio, 2010, p.216).

Uma determinada identidade se constitui nas relações de poder de uma sociedade, que estabelece valores, interesses e sentimentos aos grupos no campo social. A criação de novas identidades sociais em decorrência de um projeto econômico, seja a mineração ou outro qualquer, promove uma transformação que é também subjetiva, pois inibe certos modos de ser e ativa outros. A emergência de conflitos socioambientais revela uma tensão que é também entre modos de subjetivação, na medida em que as formas de ser, pensar e sentir o mundo são colocadas em questão.

Em novembro de 2012 entrevistei Josué, morador de um distrito do Mato Dentro que trabalha em uma firma de perfuração de solo. Ele me contou que estava presente nas primeiras pesquisas de terreno e sondagens do projeto *Minas-Rio*, ainda durante a gestão da MMX. Em sua entrevista ele expôs as implicações éticas que viveu por ser da região e trabalhar no empreendimento. Josué, que continua na mesma empresa, mas agora trabalha em outras paragens, diz com tristeza que contribuiu para a degradação ambiental do lugar. Na entrevista, eu perguntei a ele: “*Nesse tempo, nesses últimos anos, da chegada da MMX até a Anglo, esse processo todo (...) o que que te... impressionou mais, o que que você sabe, que tocou mais seu coração?*” . Em sua resposta, Josué falou: “*O que que eu vi foi a questão da água, sinceramente. Tocou, doeu. Eu via aquela água, eu pegava nela, e hoje eu chego lá e não pego ela mais, e...eu sei que eu ajudei a contribuir pra aquilo, é duríssimo*” (voz mais baixa, claramente triste).

O seu lamento surge da compreensão das conseqüências da mineração sobre as águas, sobre o ambiente, e da sua consciência de ter feito parte nisso. Ao mesmo tempo, ele sabe também das dificuldades que vivia antes da chegada do empreendimento. As dificuldades financeiras e a falta de perspectiva de futuro promovem o interesse de jovens e adultos pelo emprego fixo na atividade minerária. Assim, não há uma solução fácil aos impasses que se colocam para o MatoDentro, o que não significa que o sujeito não se afirme de alguma forma, na tensão entre suas possibilidades e desejos.

Pesquisador: Mudou muito aqui, porque assim...

Josué: Porque... o que que acontece. Não tinha nada, né...**hoje tem tudo e não tem nada.**

Pesquisador: Como assim?

Josué: A questão da água que eu tava te falando, entendeu... rapaz, aqui tinha nascente de água pra tudo quanto é lado, que eu falo procê, o primeiro furo que deu aqui da Anglo, o primeiro furo, nem era Anglo, era pra MMX, eu tava aqui. O primeiro.<sup>119</sup>

A fala contundente de Josué marca que ele se recusa a esquecer o que fez. Ele não se identifica com a posição daquele sujeito que, por trabalhar para a empresa e ter algum “benefício” com o empreendimento, não se sente no direito de fazer perguntas. O fato de trabalhar na empresa não anula o sujeito em sua capacidade de formulação crítica e em seu posicionamento político. As possibilidades são mais complexas. É bom lembrar que Josué trabalhou para o projeto *Minas-Rio*, fez parte daquilo e sabe disso. Não procura esquecer, parece disposto, ao contrário a se lembrar do que fez e a extrair disso força para pensar suas ações. Demonstra preocupação com os efeitos nocivos sobretudo para as águas da região. O medo em relação à falta de água, recorrente entre atingidos e moradores da área de entorno, já estava presente nos estudos prévios que diziam que a construção do *Minas-Rio* “*implicará grande comprometimento dos aspectos naturais e bióticos da região –com destaque para os recursos hídricos e a biodiversidade*” (SISEMA, 2008, p.130).

A perspectiva do conflito e da justiça ambiental foi um meio importante de compreensão estrutural do processo. Por outro lado, a ênfase nos modos de subjetivação foi um recurso mais sensível para entender a complexidade envolvida na situação de conflito que encontrei na região. Se o debate acerca do conflito socioambiental mostra

---

<sup>119</sup> Entrevista com Josué, dia 02 de novembro de 2012.

as características do embate político no acesso e uso dos recursos naturais, a subjetivação se refere à forma singular pela qual o sujeito vive tal dinâmica social. Mesmo marcado por muitos problemas, o projeto *Minas-Rio* mobiliza as pessoas do lugar, cria sonhos e estabelece novas funções e destinos para as pessoas. Um termo que ajuda a entender a situação é exatamente o *desenvolvimento*. Na próxima seção abordo essa noção e sua relevância no Brasil contemporâneo, discutindo similaridades da situação de nosso país com outro país “periférico” também “em desenvolvimento”: a Índia. Não se trata de uma comparação sistemática e sim de refletir acerca das tensões socioambientais em torno da escolha pelo desenvolvimento.<sup>120</sup>

Para Porto-Gonçalves (2004, p.24) a “*idéia de desenvolvimento sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista como pela via social-democrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. Desenvolvimento é o nome síntese da idéia de dominação da natureza*”. O interessante no termo é seu modo pretensamente neutro de fazer avançar propostas específicas de determinação de formas de ser. Pois a lógica subtendida ao desenvolvimento remete a um movimento linear, processo pelo qual se parte de uma posição simples e com a aquisição de energia, conhecimento e recursos, chega-se, “naturalmente”, a um estágio mais “evoluído”.

Todos parecem ter direito ao desenvolvimento, que se transforma em uma imposição, em vez de opção. Aqui se confundem duas questões diferentes, com graves conseqüências para a superação dos problemas contemporâneos, entre eles o desafio ambiental: a idéia de igualdade parece só poder ser contemplada com o desenvolvimento – todos temos direito à igualdade –, sem que nos indaguemos acerca dos *diferentes modos de sermos iguais*, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história atesta. Assim, vemo-nos diante de um desses paradoxos constitutivos do mundo moderno-colonial, em que a superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca de igualdade para todos... segundo o padrão cultural europeu norte-ocidental e norte-americano. Pareceria até mesmo absurdo dizer que todos têm direito a serem iguais... aos ianomâmis, ou aos habitantes da Mesopotâmia (Al iraq, em árabe). Entretanto, o aparente absurdo só o é na medida em que a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de padrão universal (Porto-Gonçalves, 2004, p.25-6).

---

<sup>120</sup> Entre os meses de janeiro e março de 2013 permaneci na Índia para o programa de doutorado sanduíche. Estive por um mês na Universidade de Sambalpur, no estado de Orissa. Depois fui para Calcutá, Nova Deli e Lucknow. Nesses lugares dialoguei com pesquisadores indianos de diferentes campos, sociólogos, antropólogos e geólogos, sobre as questões envolvendo conflitos socioambientais e formas políticas de resistência.

Com efeito, a imagem de um relógio universal é uma excelente analogia por retratar em que medida a noção de tempo serve aos propósitos geopolíticos. No Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, o desenvolvimento surge como resposta política a uma infinidade de demandas. O discurso desenvolvimentista aposta no crescimento econômico via exportação e consumo, como forma de gerar redistribuição de renda e aumento de direitos sociais. Com esse cenário, pode-se esperar o aumento do número e a intensidade dos conflitos socioambientais.

#### 4.2 Desenvolvimento: outro nome do *Minas-Rio*?

Em seu trabalho, Escobar (1995) analisa como as premissas do desenvolvimento se tornaram hegemônicas no mundo a partir da segunda metade do século XX sob o domínio econômico, cultural e político dos EUA. O autor cita o famoso discurso do presidente dos EUA Harry Truman:

Mais da metade das pessoas do mundo vivem em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada, eles sofrem de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um obstáculo e uma ameaça tanto para eles quanto para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história a humanidade possui o conhecimento e a capacidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas (Truman, 1949 citado por Escobar, 1995, p.3).<sup>121</sup>

O que o presidente dos EUA diz é: “a maior parte dos habitantes do planeta vive em condições degradantes, não comem bem, estão doentes e parados no tempo. Nós, por outro lado, representamos uma humanidade nova, civilizada e solidária, capaz de mudar a realidade desses pobres seres humanos”. A constatação da pobreza/miséria seria o argumento primordial para a necessidade de desenvolvimento (Escobar, 1995). A construção discursiva opera articulando o termo pobreza à falta de alimentação, bens materiais, eletrodomésticos, instituições sociais e políticas, e no bojo dessas ofertas materiais, de determinado modelo de cultura e subjetividade. Escobar (1995, p.24) afirma que para os países ricos “a condição essencial do 3º mundo era sua pobreza, e

---

<sup>121</sup> No texto original: “More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate, they are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history humanity possesses the knowledge and the skill to relieve the suffering of these people”.

*que a solução era crescimento econômico e desenvolvimento, [o que] se tornou uma verdade evidente, necessária e universal”.*

O contexto brasileiro, nas duas primeiras décadas desse terceiro milênio, é palco de certo otimismo em relação aos rumos modernizantes do país: redução da pobreza, aumento da renda média da população e ampliação das vagas no mercado formal de trabalho seriam alguns indicativos de um processo estrutural de transformação. Com o primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a melhoria dos índices sociais e econômicos deram uma base para a sustentação do discurso desenvolvimentista que confere grande relevância ao Estado na condução da economia (Arbix, 2010). Em associação ao crescimento da economia, o PT implementou programas sociais como o Bolsa-Família, com o objetivo de diminuir a pobreza e aumentar o consumo interno (Abramovay, 2010). A vitória eleitoral de Lula em 2006 e de Dilma Roussef, em 2010, mostrou o sucesso dessa estratégia política, de associar crescimento econômico e melhorias sociais. Nesse sentido, apesar das pesadas críticas de setores tanto à esquerda como à direita, o PT demonstra força política no campo social brasileiro. Em discurso na inauguração da usina hidrelétrica de Estreito no Maranhão, no dia 17 de outubro de 2012, a presidenta Dilma Roussef explicita a articulação entre crescimento econômico e redução da desigualdade:

Então, é providenciar essas duas mãos que o Brasil tem de ter. De um lado, querer fazer uma obra dessa envergadura, com recursos da indústria brasileira, com empreendedores que são empreendedores que estão aqui no Brasil, que têm compromissos com o Brasil, e ao mesmo tempo sermos capazes de resgatar socialmente a desigualdade desse país. Eliminá-la, no sentido de garantir que essas pessoas possam caminhar sobre os seus pés e tenham as devidas oportunidades que cada um dos brasileiros tem direito de ter.

Por isso, aqui hoje nós estamos, eu diria assim, na encruzilhada que mostra que isso é possível. Que é possível crescer e distribuir renda. Que é preciso manter a austeridade e ao mesmo tempo investir. Que é possível manter os empregos mesmo quando a crise bate forte no mundo e nos atinge de alguma forma.<sup>122</sup>

Ao articular crescimento econômico e redução da pobreza, a presidenta Dilma Roussef instituiu um princípio ético-político que legitima a realização de grandes

---

<sup>122</sup> Esse discurso foi acessado em:  
[http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b\\_start=0](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b_start=0)

empreendimentos pelo país.<sup>123</sup> O crescimento econômico do Brasil tem como principal responsável a produção e exportação de matérias primas por companhias privadas, processo que, por sua vez, demanda a contínua intervenção do Estado brasileiro na garantia do fornecimento de energia e uma complexa logística para o transporte das mercadorias. Abaixo, no documento de lançamento do plano *Brasil Maior*, programa do governo federal com o objetivo de fomentar a indústria, evidencia-se o fundamento do desenvolvimento brasileiro:

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, vantagens que hoje lhe permitem consolidar e acelerar o desenvolvimento em curso. As ameaças externas são conhecidas e exigem atenção, assim como os desafios a serem vencidos. Porém a combinação inédita de oportunidades históricas e alicerces sólidos oferece as condições para que o país ingresse em um novo patamar de desenvolvimento econômico e social (Brasil, 2011, p.9).

O problema é que os projetos de industrialização e as obras de infraestrutura são as principais causas de conflitos socioambientais no Brasil (Zhou e Laschefski, 2010). Tais “problemas” são usualmente entendidos como “pedras no caminho” do crescimento, levando o governo e os empresários a buscar soluções “técnicas” para esses “gargalos” da logística brasileira. Enquanto isso, pesquisadores e ativistas socioambientais discutem as graves implicações da política de desenvolvimento, mostrando os prejuízos de parte desses projetos para a sociedade brasileira:

...o que de fato representa a transposição do Rio São Francisco para as populações ribeirinhas, para o nordeste e para o país? O que representa para os povos que vivem do cerrado e das florestas tropicais o avanço das monoculturas de eucalipto, cana-de-açúcar, soja, milho e outras plantações relacionados ao agrocombustível? Quais as conseqüências da ênfase na matriz energética centrada na hidroeletricidade para os que vivem às margens dos rios? (Zhou e Laschefski, 2010, p. 15).

Os agentes favoráveis à lógica desenvolvimentista evitam a politização e se defendem argumentando que as decisões irão trazer “melhoras” globais para o país e que os prejuízos são sempre mínimos. A oferta direta de emprego e o discurso de mitigação dos danos ambientais parecem proteger o cenário das críticas mais robustas. Dessa forma, a escolha pelo desenvolvimento implica neutralizar a possibilidade dos sujeitos se manifestarem e negando qualquer potência política ao desacordo (Rancière, 1996).

---

<sup>123</sup> Não por outro motivo o slogan escolhido para marcar os quatro anos (2011-2014) de governo da presidenta Dilma é “Brasil. Um país rico é um país sem miséria”

No *Plano Nacional de Mineração 2030* (PNM - 2030) documento produzido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) há projeções sobre o setor mineral nas próximas décadas além de orientações para o setor (MME, 2010, p.iii). “A *tendência em relação à economia de minerais e metais no Brasil e no mundo é de expansão, dadas as projeções de crescimento em países em crescimento como a China, que vem comprando a maior parte dos produtos minerais do país*” (MME, 2010, p.8-9). É a perspectiva de crescimento chinês que garante a exploração do minério de ferro do *Projeto Minas-Rio*.

Outros países no mundo, além do Brasil e da própria China, também apresentam ao mesmo tempo altos índices de crescimento econômico e aumento dos conflitos em torno do uso dos recursos naturais. Ao tomar conhecimento dos debates socioambientais na Índia me interessei pela realidade desse país, em especial pelo ambos os países apresentarem aspectos econômicos similares (a função que ocupam no mercado internacional) assim como consideráveis diferenças culturais e históricas.

Um relatório sobre política extrativista e o “desenvolvimento sustentável” na Índia, elaborado a pedido do Ministério das Minas daquele país, afirma que um problema sério para a promoção do “desenvolvimento sustentável” é que “*em grande escala, os minerais, as florestas e as tribos estão concentradas na mesma área*” (ERM, 2010, p.1). Portanto, a exploração dos recursos minerais depende de uma resposta ao problema dessa intrincada junção. É essa a razão, segundo o relatório, do setor minerário apresentar um histórico de destruição ambiental e de impactos sociais negativos (ERM, 2010, p.10). Ora, e é exatamente esse o cerne do debate sobre os conflitos socioambientais, não só na Índia. É a contigüidade dos bens em disputa no mesmo território o que de fato gera o conflito em relação aos modos de utilização desses recursos. E se indústria da mineração afirma publicamente ter compromisso socioambiental, na prática tal atividade continua gerando grande degradação ambiental e social (Whitmore, 2006; Zhouri, 2011; Mishra, 2010).<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup>A seguinte passagem no PNM-2030 mostra bem os problemas presentes e futuros enfrentados em relação ao contexto de nossa pesquisa. “A demanda por bens minerais e produtos de base mineral, no Brasil e no mundo, especialmente nos países emergentes, deverá crescer substantivamente nas próximas duas décadas, o que significa que haverá mais pressão para o aumento da produção mineral. Os órgãos federais, em particular o MME e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vêm empreendendo esforços no sentido de estabelecer uma agenda comum quanto à criação de novas unidades de conservação, licenciamento ambiental e outros tópicos relativos à mineração e meio ambiente. É senso comum que a preservação ambiental deve ser considerada parte integrante do processo de desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado a partir da integração da dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico e social”(MME, 2010, p.55).

A partir dessas considerações estruturais do desenvolvimento econômico me interessei por entender melhor as questões culturais e psicossociais da situação indiana. Em particular, meu objetivo ao viajar para esse país foi o de entender quais “saídas” são apresentadas pelos movimentos sociais e populações para os conflitos ambientais. A história da Índia, apesar de marcada por elementos tão diferentes de *nuestra América Latina*, atravessa processos socioeconômicos semelhantes no bojo da funcionalidade que ambos ocupam no sistema do capital global. Quais narrativas e modos de subjetivação são articulados no contexto indiano? De que forma os conflitos e suas implicações são diferentes e quais semelhanças apresentam em ambos os países?

Não fiz um estudo comparativo minucioso entre Brasil e Índia, devido ao limite de tempo e ao escopo deste trabalho, busquei entender, por meio de leituras e do diálogo com pesquisadores socioambientais deste país, as formas de conflitos socioambientais e os meios de enfrentamento. Com a reflexão sobre os fundamentos políticos e simbólicos da luta socioambiental em ambos os países, interpelei meus dados e observações sobre o projeto *Minas-Rio*. Por exemplo, ao longo de uma série de diálogos com Minanketan Bag, antropólogo que em 2013 estava concluindo uma pesquisa sobre o impacto de três indústrias em comunidades rurais no estado de Orissa, leste da Índia, foi possível vislumbrar semelhanças importantes entre nossos trabalhos. Ele que adotava uma postura crítica ao processo de “ocidentalização” em curso nas aldeias indianas, ao ser questionado sobre alguma experiência que o tenha marcado positivamente no trabalho de campo me contou que os jovens das vilas se mostravam felizes com as indústrias, pois agora tinham emprego e dinheiro. Surpreendi-me, pois toda a sua fala até aquele momento mostrava os efeitos nefastos da mudança econômica nas aldeias rurais. Depois dessa resposta perguntei se ele se considerava um otimista ou pessimista em relação ao futuro socioambiental da Índia. Ele inicialmente disse ser pessimista, mas parou por um momento, pensou e falou que não era nem a favor e nem contra a modernização, mas que as populações tradicionais deveriam ser respeitadas em suas formas de vida. A felicidade dos jovens nas “aldeias” com a compra de motos e no acesso ao dinheiro, e a situação de desrespeito em relação às histórias tradicionais mostravam que a ambiguidade dos efeitos de mega-projetos não era um privilégio da realidade brasileira.

Ao refletir sobre a relação entre os países procurei entender melhor de que forma o problema do desenvolvimento se colocava para cada nação. Na Índia a questão da escolha pela modernização foi mais claramente debatida no contexto da luta pela

independência, em meados do século passado. De forma bastante sintética e necessariamente imprecisa, pode-se dizer que um grupo liderado por M. K. Gandhi defendia um futuro para a Índia baseado no modo de vida das pequenas aldeias, mantendo assim a estrutura agrária e familiar. Por sua vez, outros líderes como B.R. Ambedkar e principalmente Jawaharlal Nehru - líder da independência e primeiro chefe de estado indiano, apostavam nos benefícios da inserção do país nas trilhas da modernização como rota para o futuro. É famosa a afirmação deste ao inaugurar uma grande barragem indiana dizendo: *“as barragens são os modernos templos da Índia”*. No Brasil, a aposta desenvolvimentista nos anos 1950 e 1960 não foi claramente antagonizada por outro projeto de país. Tal processo se aprofunda com a maior abertura do país ao capital estrangeiro no período da ditadura militar brasileira. A perspectiva de um país moderno, urbano e industrial permanece como meta para liberais, conservadores, para a direita e para esquerda, e com isso a premissa de acelerar a exploração mercantil dos recursos naturais é objeto de desejo entre as mais variadas ideologias políticas.

Para Nandy (2004) o ocidente trata a tradição como algo restrito ao passado, fonte de conservação de um vínculo do sujeito com ritos e objetos antigos. Ao contrário disso, seguindo a perspectiva indiana, a tradição seria também um meio pelo qual os sujeitos se conduzem ao interior de si mesmos, resgatando forças que possibilitem novas interpretações frente à dificuldade do presente. Nandy (2004) partilha das reflexões de sábios indianos que buscavam na vida pastoral e comunal da Índia antiga elementos para pensar o futuro da nação. Refletir sobre mitos e lendas não é estar preso ao passado, mas ver que *“...tal passado pluraliza a idéia de uma sociedade desejável e mantém aberto o futuro para sociedades que estão sendo forçadas a conceber o futuro apenas como uma versão editada da Europa e da América do Norte contemporânea”* (Nandy, 2004, p.11).

A crítica à influência cultural e política dos países do norte sobre as Américas está também presente na reflexão de importantes intérpretes latino-americanos (Quijano, 2005; Galeano, 2013). Nesse sentido, a proposta do desenvolvimento seria apenas outro nome para a perpetuação do poder geopolítico europeu e norte-americano, justificado pelo princípio ético bastante questionável de que as nações mais ricas são mais justas e igualitárias (Escobar, 1995). A validade dessas conjecturas se mostra no contexto do projeto *Minas-Rio*, pois o principal contraponto aos problemas sociais gerados pela

mineradora é, exatamente, uma expectativa de efetivo desenvolvimento, elemento que garante o apoio da população local ao acontece na região. Se a intensa circulação de dinheiro no MatoDentro responde de forma rápida aos anseios locais, os moradores esperam também por melhores condições de educação, saúde, trabalho e de opções de cultura e lazer.



Fotografia 5. Fotografia de peça de publicidade sobre um novo loteamento em CMD tirada em abril de 2012. (Fonte: arquivo pessoal)

O projeto *Minas-Rio* é um investimento bilionário de uma das maiores companhias mineradoras do mundo. A população dos municípios e distritos afetados pelo projeto sentem as mudanças em diferentes setores da vida local. Em uma das rodas de conversa realizadas com alunos do ensino médio da Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, em CMD, esses jovens listaram os benefícios trazidos pelo projeto minerário: *“oportunidade de emprego, tem os cursos que a Anglo traz, vai implementar faculdade (...) ela tá repavimentando as ruas. Melhorando as pracinhas. Fazendo projeto pra ajudar o próprio governo”*.<sup>125</sup>

<sup>125</sup> Transcrição da roda de conversa na Escola Mestre Sebastião Jorge, dia 03 de novembro de 2012.

A descrição da pobreza vigente antes da chegada do empreendimento predomina nas falas das pessoas, de todas as idades. Ao contar do passado recente do MatoDentro, narra-se as dificuldade para conseguir emprego e a falta de expectativa de vida. Dessa forma, é mais fácil entender em que medida o trabalho emerge como a salvação da região, remetendo ao conceito de Gould (2004) de uma comunidade de “desespero econômico”. O relato de um diretor de uma escola na zona rural, numa região próxima a Serra da Ferrugem, ilustra esse aspecto:

Tá, teve desenvolvimento, teve esse fator positivo. E a empresa colaborou com isso também. Muitos hoje trabalham pra empresas terceirizadas da Anglo. É... aqui é difícil carro. Eu lembro quando eu cheguei tinha o meu carro, tinha uma Brasília que era de um senhor ali que fazia corrida, dava muito problema com a Brasília, tinha muita dó dele na época, estragava muito. Tinha um outro senhor que tinha um fusca, 3 carros no local. Tanto é que algumas vezes que eu tava aqui, tinha que atender, socorrer pessoas aqui com dificuldade, principalmente de doença. É, é... uma coisa até complicada para mim, porque a minha função não era essa, então, então era muito complicado. Hoje você pega o Jassém e tem muito veículo. Eu não sei dizer quanto que tem, mas deve ter mais de em torno de mais de 20. Inclusive comprado aí, sem placa. Novinho... Moto, deve ter uma centena de moto aí. Coisas que não existia aqui, é aquilo que eu te disse outro dia. A preocupação era com o cavalo bom, hoje, é ter uma moto boa. As casas melhoraram. Se você conhecesse as casas aqui antes, era de dar dó.<sup>126</sup>

O argumento para a aprovação da primeira licença ambiental do empreendimento se valeu da dramatização da pobreza da região como recurso para justificar a necessidade da mineração. O relatório Diversus (2011, p.160) em sua minuciosa pesquisa lista também alguns dos benefícios citados pelos moradores do lugar: implantação de escola técnica, geração de emprego, progresso, geração de renda, mais lazer, saúde.<sup>127</sup>

A Anglo American apresenta grande interesse na divulgação das melhorias sociais geradas por seu projeto na região. O jornal *Diálogo*, “*publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American*”, divulgou em sua edição do

---

<sup>126</sup> Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2012.

<sup>127</sup> Embora o aumento da renda e a oferta de empregos sejam fortemente associados à chegada da empresa na região, escutei alguns moradores locais, professores e lideranças comunitárias afirmando que antes da *Anglo* já havia uma mudança social e econômica em curso, por conta dos programas sociais do governo, como o Bolsa-Família. Nesse sentido, o desenvolvimento da região é articulado a um contexto mais amplo. Na seguinte nota do meu diário de campo expresso como a importância de políticas sociais apareceu na experiência de pesquisa em campo: “Fico interessado em saber como era antes da chegada da mineração, se tinha muita fome, muita miséria. A senhora mais velha diz uma frase que me impressionou muito. Ela disse “é, antes da mineração tinha... não... quer dizer, antes do bolsa família tinha muita fome” mas agora não tem mais não. Diz do esforço do pessoal para manter o bolsa família mesmo com o emprego” (nota referente ao dia 29 de maio de 2012).

segundo trimestre de 2012, um editorial chamado “*Transformação Real*”. No texto, o gerente geral de desenvolvimento social da empresa, Maurício Martins afirma:

Temos anunciado muitos avanços que estão dentro da nossa proposta de atuação parceira e comprometida com melhorias na infraestrutura, no turismo, na capacitação e na qualidade de vida das comunidades onde mantemos nossos empreendimentos.

Desde o dia 2 de maio, moradores de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim começaram a frequentar as aulas do 1º ciclo de cursos de capacitação profissional oferecidos em parceria com o SENAI-MG. Até agosto deste ano novos candidatos serão selecionados para início de um 2º ciclo, que também atenderá moradores de Serro, Morro do Pilar e Congonhas do Norte.

Outro importante investimento da empresa será a reforma de diversas unidades de saúde de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim. As obras foram iniciadas em abril e vão contribuir para melhorar as condições de atendimento à saúde nos municípios, beneficiando toda a população.

Nesta edição você acompanha, ainda, o andamento das obras para a pavimentação da MG-010, e fica sabendo mais notícias da sua comunidade, como a instalação do primeiro posto de emissão de carteira de trabalho de Conceição do Mato Dentro (Diálogo, 2012b, p.2).

Há nesse texto a referência a quase todas as cidades próximas ao local de construção do projeto e aos temas mais importantes para a população: saúde, infraestrutura, capacitação e formação profissional. Assim a empresa difunde a expectativa de que irá alterar a dinâmica econômica da população local, criando meios para manter os jovens na região, por meio dos cursos técnicos e da diversificação dos postos de trabalho. Ao entrevistar um aluno da Escola Estadual José Daniel Utsch, em Itapanhoacanga, registrei as seguintes palavras: “*Oswaldo diz que tem vontade de trabalhar nas empresas e fala que a empresa enriquece o lugar*”.<sup>128</sup> A formulação de que “*a empresa enriquece o lugar*” mostra um tipo de laço entre a empresa e o MatoDentro. Em reportagem publicada no portal *IstoéDinheiro*, em março de 2012 e intitulada “*O novo Eldorado da Mineração*”, há uma série de elogios ao investimento da Anglo American no país, com destaque para o projeto em CMD. A reportagem traz uma declaração sobre os custos da logística desse empreendimento, feita pelo então presidente da Anglo American no Brasil, Paulo Castellari:

*“Quem não reduzir custos agora ficará de fora do jogo do minério de ferro nos próximos anos” diz Castellari. “A falta de infraestrutura criou uma oportunidade para sairmos na frente”.* Nesse contexto, o mineroduto

---

<sup>128</sup> Trecho do diário de campo, referente ao dia 06 de agosto de 2012.

brasileiro (sic) será um instrumento importante em favor da companhia. Castellari não revela em detalhes as estratégias de preço da Anglo American, mas garante que a redução de custo e o aumento de competitividade serão seu grande trunfo. O custo do transporte da tonelada de minério de ferro de Conceição do Mato Dentro até o Porto de Açu é estimado por especialistas em cerca de R\$ 1,50, enquanto a Vale desembolsa em média R\$25 para transportar por ferrovias o minério extraído em Carajás, no sul do Pará, até o porto maranhense de Itaqui (Cilo, 2012).<sup>129</sup>

O trecho deixa claro que a utilização da água do Rio do Peixe, em Dom Joaquim, para o transporte do minério, é o que possibilitará um maior retorno financeiro para o projeto. A tecnologia do mineroduto “brasileiro” se baseia na utilização de um bem essencial como meio de transporte do ferro. Dessa forma, a água é também “empregada” pela Anglo American. O que parece significar que é o lugar com suas características que enriquecerá a Anglo, e não o contrário.

Quando entrevistei o jovem Oswaldo ele também me falou que gostaria de trabalhar como motorista em uma das “firmas”. A situação profissional na região, constituída pelo predomínio de atividades agropastoris e alguns empregos no setor de serviços, foi alterada quando o projeto extrativista surgiu como uma rota real para a melhoria de vida da população local, com a difusão de empregos em funções de interesse da indústria extrativista. A representação da riqueza e do poder da *Anglo* se faz visível nos trajés dos funcionários da empresa e nas radiantes camionetes com tração nas quatro rodas que cortam as estradas da região. Esses veículos que desbravam as poeirentas estradas de terra são também representativos da potência da tecnologia moderna. Em Itapanhoacanga, distrito em que entrevistei o menino Oswaldo, uma funcionária da escola me contou que “*os meninos ficam muito impressionados com os carros, as camionetes, carretas e tal. Ela diz que teve uma vez que pousou helicóptero no campinho e nesse dia os meninos ficaram impossíveis, enquanto não iam ver o helicóptero não sossegavam*”.<sup>130</sup> O manejo do imaginário é um recurso para que o empreendedor suscite nos sujeitos o desejo pelo novo projeto, seus objetos e símbolos. Por meio de programas específicos direcionados às comunidades no entorno a Anglo American busca mitigar os efeitos negativos causados pelo projeto e também melhorar a imagem da empresa. Em reportagem divulgada em outubro de 2013, o então presidente-executivo da Anglo American falou sobre isso:

---

<sup>129</sup> No Anexo F há uma cópia dessa notícia.

<sup>130</sup> Nota do diário de campo, dia 06 de agosto de 2012.

Sem o apoio das comunidades locais jamais teríamos sucesso como uma empresa que pretende sobreviver e se manter competitiva nesse setor. Se não pudermos convencer as comunidades locais de que somos bons parceiros e amigos, como faremos isso com qualquer outro ator social? (Ecológico, 2013, s/p).

Quando o presidente da Anglo American diz que a empresa busca convencer as comunidades a se tornarem amigas da empresa, fica-se com a impressão de que a relação entre empresa e comunidade não seja nada boa. Com a leitura de matérias divulgadas nos principais jornais do estado sobre os efeitos do *Minas-Rio* na região essa impressão ganha objetividade.<sup>131</sup> Desde 2009 os três principais jornais de Minas Gerais: *O Estado de Minas*, *O Tempo* e *Hoje em Dia*, apresentaram reportagens sobre a situação em CMD, muitas delas abordando os problemas gerados pelo novo ciclo de mineração na região. Em sua edição de 28 de março de 2010, o jornal *O Estado de Minas*, publicou uma reportagem de capa com o dramático título: “*Terra em transe - Disputa entre mineradoras e preservação deixa cidade em pé de guerra. Conceição do Mato Dentro pega literalmente em armas para negociar com mineradora britânica*” (Furbino, 2010). A reportagem retratou o clima de tensão nas negociações fundiárias entre empresa e agricultores, mostrando a revolta destes com a empresa. Ao longo dos anos outras reportagens trataram de outros problemas: a água, o barulho, o impacto negativo da grande presença masculina, o aumento de violência. Uma reportagem também do jornal Estado de Minas do dia 13 de junho de 2012 se chamou “*Anglo American leva duro golpe*” e aponta em linhas gerais os principais problemas do projeto *Minas-Rio*:

A mineradora Anglo American recebeu mais um duro golpe contra sua forma de atuação no projeto *Minas-Rio*, no município de Conceição do Mato Dentro, Região Central do Estado. Ontem, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e a Defensoria Pública do estado fizeram três recomendações à empresa. Em primeiro lugar, a multinacional deverá suspender situações, processos e ações que violem os direitos humanos e promover a reparação de danos já constatados pela comunidade local. Em segundo, a empresa e a Prefeitura de Alvorada de Minas deverão adotar medidas que garantam o acesso e a permanência dos alunos na Escola Municipal São José do Arruda, que estão adoecendo com a poeira produzida pelo tráfego intenso de caminhões no local.

A Anglo American também deverá tomar providências “urgentes” para solucionar os problemas decorrentes da poluição e assoreamento dos recursos hídricos de toda a região do empreendimento e adjacências, restabelecendo a situação anterior ao início das obras. Segundo o MPF, os autores das recomendações advertem que as graves violações aos direitos humanos

---

<sup>131</sup> No Anexo F há algumas das mais emblemáticas reportagens sobre os efeitos do projeto *Minas-Rio* em Conceição do Mato Dentro.

praticadas pela mineradora “podem vir a configurar vários crimes, entre eles ameaça, constrangimento ilegal, violação de domicílio, dano e até perturbação do sossego, considerada uma contravenção” (Furbino, 2012, p.15).

Em novembro de 2013 a situação no MatoDentro foi também capa do jornal *Hoje em Dia*, em sua edição de 27 de novembro de 2013. “*Cadê a riqueza?*” era o título da reportagem que estampou o jornal, ao lado do título há uma foto do lixão da cidade com a seguinte frase: “*Ao contrário da prosperidade esperada, exploração de minério em Conceição do Mato Dentro deixa saldo de superpopulação, acúmulo de lixo e aluguéis inflacionados*” (Hoje em Dia, 2013). Já ao final de 2013, a notícia de tráfico de pessoas e situações análogas à escravidão de trabalhadores em obras diretamente ligadas ao empreendimento estampou vários dos jornais do estado. A reportagem do jornal *O Tempo* contou a situação de operários brasileiros e haitianos que viviam em péssimas condições de moradia e submetidos a longas jornadas de trabalho.

Cento e sessenta operários, entre vítimas do tráfico e que trabalhavam em condições análogas à de escravo, foram resgatados em Conceição do Mato Dentro, na região central de Minas, por uma força-tarefa composta por auditores do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e agentes da Polícia Federal. Pelo menos cem haitianos e 60 nordestinos vinham sendo explorados em uma obra da Anglo American, uma das maiores mineradoras do mundo, executada pela construtora Diedro, com sede em Belo Horizonte (Rezende, 2013, p.10).

Não se enganem, portanto, com o tom amistoso da empresa em suas publicações e declarações oficiais. Quando o presidente da Anglo American diz que quer “convencer” as comunidades a se tornarem amigas da *Anglo*, ele está indiretamente falando dos antagonismos no contexto local.

Se o campo da moralidade trata da distinção entre o bem e o mau e o campo estético do belo e do feio, o filósofo Carl Schmitt (1996) questiona qual seria “*a distinção especial que serve para caracterizar o político e no quê ele consiste?*” (Schmitt, 1996, p.26). O filósofo alemão argumenta que a distinção singular que caracteriza a política é aquela entre o amigo e o inimigo. Assim, para Schmitt (1996), a política não tem um conteúdo próprio, qualquer situação social que se torna terreno de uma divisão do tipo amigo/inimigo passa a ser política (Ferreira, 2004).

Para Schmitt, o antagonismo entre amigo e inimigo possui um caráter público. Trata-se de uma contraposição que opõem coletividades e não adversários privados. O inimigo político é em primeiro lugar um inimigo

público, e a hostilidade em relação a ele não precisa se manifestar sob a forma de ódio privado. Sendo assim, as motivações do conflito político devem ser pensadas em termos de sua natureza pública, ou seja, as razões da política devem ser buscadas naquilo que opõe os grupos humanos como coletividades (Ferreira, 2004, p.41).

Entender a formação do antagonismo no MatoDentro é um caminho para compreender o jogo de posições dos atores no cenário em estudo. Nesse sentido, um grupo de moradores que se autodenomina como “atingido” é o principal grupo a antagonizar publicamente com a Anglo American. O relatório Diversus (2011, p.155) traz uma discussão sobre a própria categoria dos atingidos, apontando que aqueles que se consideram atingidos apresentam diferentes justificativas para tal condição. Eles lembram tanto dos efeitos negativos do projeto em suas rotinas, como o fato de fazerem parte de comunidades reassentadas pelo empreendimento. Se os moradores das cidades também reclamam da presença da empresa, estes - ao contrário dos atingidos - dificilmente se posicionam com clareza no espaço público. Além disso, a distância geográfica e também simbólica, entre aqueles que moram na cidade e os agricultores nas imediações da Serra da Ferrugem, inibem processos mais amplos de identificação coletiva entre os moradores. Quando entrevistei um policial militar de CMD perguntei a ele sobre as tensões geradas pela mineração e como elas apareciam no cotidiano da PM. Sobre os atingidos, ele comentou: *“muita coisa que aconteceu aqui, em relação a essa questão fundiária, cá pra nós foi o meio de deixar inflacionar”*. Eu questionei se ele tinha certeza sobre isso e ele falou: *“Aí então a gente vê questões aí, pessoa falando de uma questão ambiental, você vai ver a pessoa tem terras, então a pessoa não tem preocupação real com o meio ambiente”*.<sup>132</sup> Na próxima seção abordo a dinâmica política no contexto local, as formas de enfrentamento e as articulações entre moradores e outros atores críticos ao novo projeto de ordenamento da região.

#### **4.3. A dinâmica do enfrentamento político no MatoDentro**

Os primeiros movimentos de contestação da mineração foram articulados por moradores de CMD em associação a ambientalistas de Minas Gerais, baseados na perspectiva de preservação da natureza (Becker, 2009). Por meio de reuniões, lista de

---

<sup>132</sup> Entrevista realizada em CMD no dia 31 de outubro de 2012.

emails e seminários, o grupo concentrado em torno do ForumCMD questionava o projeto extrativista e requisitava maiores esclarecimentos sobre o mesmo. A partir da leitura dos emails, principal meio de debate do grupo, observei que o ForumCMD perdeu força após a concessão da LP, talvez em razão do entendimento da inevitabilidade da mineração na região.

A importância das licenças ambientais manteve a reunião do COPAM como palco importante para a luta dos atingidos. No entanto, com a construção das estruturas do empreendimento, o território deformado pela ação da mineradora passa a ser o centro dos embates. A articulação dos atingidos defende o direito das pessoas reassentadas a uma justa negociação fundiária, como também pela manutenção da qualidade ambiental e social das muitas comunidades afetadas pelo projeto *Minas-Rio*. A relação entre os atingidos, pesquisadores acadêmicos e militantes foi fundamental na construção de estratégias de enfrentamento em condições econômicas e políticas tão desiguais. Nas discussões sobre critérios para a negociação fundiária houve, por exemplo, um evidente esforço conjunto de pesquisadores e de membros do MP pelo reconhecimento das especificidades sócio-culturais dos moradores locais.<sup>133</sup> Buscou-se garantir não apenas direitos individuais, mas também a manutenção dos laços coletivos que instituem os grupos comunitários. Se em um primeiro momento, a luta contra a degradação da reconhecida beleza natural de *Conceição* foi o eixo das mobilizações políticas, com a construção do empreendimento, a situação dos reassentados e a vida na área de entorno se tornam os principais fatores de mobilização social. O COPAM, embora amplamente questionado pelos atingidos, continua sendo arena importante, pois é esta instituição que regula o projeto, tendo o poder de embargar a obra, caso as licenças ambientais sejam cassadas.

A posição das comunidades atingidas pelo *Minas-Rio* é complexa, os debates públicos revelam impasses e divisões entre os próprios atingidos. Das centenas de famílias diretamente afetadas pelo projeto, um grupo de não mais que duas dezenas atua de forma incisiva, mobilizando os demais e buscando parcerias com outros atores, como o Ministério Público (MP) e grupos acadêmicos. Dentro desse grupo há pequenos

---

<sup>133</sup> O conflito entre moradores ribeirinhos e a CEMIG no processo de construção da barragem de Irapé, no Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais levou à criação de um documento que estabelecia algumas garantias em termos de direitos fundiários para os proprietários. Esse documento, chamado de TAC Irapé foi um padrão utilizado na negociação fundiária no MatoDentro. Sobre o termo e suas críticas ver Zucarelli (2006 e) Santos (2011).

agricultores, comerciantes de CMD e também grandes proprietários de terra, sendo que alguns deles não moram na região. As diferenças internas ao grupo talvez ajudem a explicar parte da dificuldade na articulação de formas mais coletivas de enfrentamento aos problemas enfrentados. Embora todos sofram com os problemas já delineados, há um difícil processo de articulação política no local. Além das diferenças individuais há também diferenças entre comunidades, tanto em relação ao tamanho, composição social e poder político, como aos impactos sofridos pelo empreendimento. Em razão desses elementos, a empresa utiliza diferentes mecanismos para aumentar ainda mais a fragmentação e a rixa entre os atingidos, como por exemplo, ao definir de forma unilateral quem tem direito à negociação fundiária ou qual comunidade pode ser reconhecida como atingida.

Por meio das observações e análises de documentos se torna mais claro que há uma potência na posição de luta dos atingidos, na medida em que esse grupo coloca em cena a responsabilização da empresa pelo que ela efetivamente causa. Ora, os danos representam uma parte do laço que a Anglo American estabeleceu com as pessoas do lugar e, por essa razão, a noção de atingido é tão importante. Ainda que dezenas de comunidades reivindiquem tal chancela, apenas duas delas são efetivamente reconhecidas como atingidas pela empresa e pelo COPAM: a Água Santa e a Serra da Ferrugem. O reconhecimento de uma comunidade como atingida garante a responsabilização da empresa pelos danos gerados. Em uma pertinente observação sobre a proposta de negociação fundiária pela Anglo American é demarcado que o programa: *“parece limitar o que considera como área diretamente afetada à simples sobreposição geográfica entre a planta do empreendimento e as áreas hoje ocupadas, desconsiderando demais relações sociais”* Diversus (2011, p.319). É consenso entre os pesquisadores que há dezenas de comunidades atingidas convivendo diariamente com problemas decorrentes do *Minas-Rio*, dentre elas, destaco a situação na comunidade da Água Quente. No parecer redigido pela antropóloga Ana Flávia Santos para o Ministério Público Federal, ela narra o que observou quando esteve nessa comunidade em 2010:

A comunidade se utilizava da água do Passa-Sete para várias de suas atividades diárias — horta, dessedentação de animais, banho, lavagem de roupas —, o que se tornou impossível devido às péssimas condições da água. Esta, afirmam, era cristalina; desde meados do ano passado vem ficando toldada, como um “caldo”, além de estar diminuindo. (...) De acordo com uma das moradoras, Sra. Maria da Consolação, havia uma cachoeira linda

próxima à sua casa, a qual costumava ser utilizada no lazer da comunidade, e que está “perdida” devido à sujeira da água. Foram relatados casos de coceiras e irrupções em pessoas que se arriscaram a tomar banho na água do córrego, e hoje todas as famílias levam suas crianças — cotidianamente — para tomar banho no Rio Arruda, em localidade vizinha (Santos, 2010, p.7).

Os problemas no MatoDentro crescem e se diversificam na medida em que o processo de construção da estrutura do projeto se intensifica, principalmente a partir desse ano de 2010. A crescente tensão entre a empresa e os atingidos no COPAM, principalmente em relação aos critérios para definição de comunidades e moradores atingidos, levou os conselheiros do COPAM a decidirem pela realização de um estudo socioambiental imparcial de “*caracterização da área diretamente afetada e área de influência direta*” (COPAM, 2010, p.12). O estudo da Diversus (2011) utilizado em diferentes passagens deste trabalho, é bastante completo e apresenta a realidade de vinte e duas comunidades na área de entorno, por meio de diferentes abordagens metodológicas: aplicação de formulários, entrevistas e grupos focais. O relatório traça o perfil dos moradores de comunidades que sofrem os efeitos diretos e indiretos do empreendimento. O objetivo principal do estudo foi determinar quem eram os atingidos e de que maneira o projeto havia alterado suas vidas. Assim, o relatório conclui que há um efeito direto do projeto sobre as condições de produção e reprodução das comunidades. O Estado de Minas Gerais, por meio do COPAM é quem estabelece quais comunidades são atingidas, definindo também os direitos específicos dos moradores nesses locais. Por essas razões as reuniões do COPAM são extremamente relevantes. No entanto o descaso do COPAM, pelas denúncias dos atingidos sobre os problemas da mineração, revela a fragilidade do órgão em ter uma atuação justa. Ironicamente, embora tenha sido o próprio COPAM que tenha requerido o estudo da Diversus (2011), este acabou não sendo adotado pelo órgão ambiental na definição do universo dos atingidos.

Outro caminho político, que permitiu uma intensa participação dos atingidos, foi a criação da REASA, como apresentei no capítulo anterior. Com o aumento de queixas contra a Anglo American na comarca de Conceição do Mato Dentro, o então promotor de CMD buscou apoio da Coordenadoria de Mobilização Social (CIMOS), instância do MPE, para a organização de uma audiência pública. Esta ocorreu no distrito de São

Sebastião do Bom Sucesso, no dia 17 de abril de 2012.<sup>134</sup> A atividade de mobilização da CIMOS contou com a atividade de um sociólogo, membro do corpo técnico do MPE, que visitou as comunidades para divulgar a audiência e apresentar as atribuições do Ministério Público. A estratégia se mostrou acertada, pois centenas de moradores se prepararam e foram ao encontro. O momento da audiência é algo especial para grande parte dos envolvidos com o MatoDentro. Essa reunião organizada pelo Ministério Público culminou na formação de uma rede para acompanhar de forma regular a situação da população atingida pelo *Minas-Rio*. A Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) foi formada pelos atingidos, Ministério Público, grupos de pesquisa, organizações sociais e também pela empresa, sendo que a presença desta última foi motivo de tensão para grande parte dos atingidos e grupos de pesquisa.

Se o COPAM mostrou-se um lugar burocrático e refratário à experiência de vida dos atingidos, nas reuniões da REASA eles podiam se expressar livremente sobre o que viviam. Muitas das reuniões tiveram um claro caráter catártico, quando pessoas que dificilmente se expressavam publicamente falavam com grande emoção. Os encontros se seguiram por todo o ano, com uma periodicidade mensal, ocorrendo em comunidades rurais próximas a Serra da Ferrugem.<sup>135</sup>

Nas seis reuniões que presenciei fui surpreendido em muitos momentos pela força de algumas falas. As palavras, algumas tímidas e balbuciadas, enquanto outras gritadas e aguerridas, vinham de homens e mulheres que traziam as situações vividas, aquilo que sentiam e pensavam. A construção narrativa que emergia nas reuniões públicas era uma expressão também do que se tecia na vida cotidiana. A discussão da dinâmica política mostra o processo de luta por direitos, explicitando os argumentos utilizados para questionar processos injustos e opressores. Assim, pensar a ação e a narrativa dos atingidos, utilizando principalmente a análise das reuniões públicas, é uma forma de entender o processo por uma perspectiva. Focar nas narrativas, no que é dito e nas implicações daquilo que se expressa, auxilia a escapar de uma orientação do cenário no qual o entendimento abstrato se sobrepõe à visão concreta dos sujeitos em cena. A

---

<sup>134</sup> No Anexo C há o cartaz de convite para a audiência pública.

<sup>135</sup> Após minha saída do campo de pesquisa, em novembro de 2012, participei de dois momentos políticos muito interessantes no ano seguinte. No primeiro, foi realizada uma audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para discutir exatamente as denúncias de violações de direitos humanos. E o segundo foi um encontro entre os atingidos das duas pontas do Projeto Minas-Rio, ou seja, tanto daqueles moradores próximos à mina, abordados nesta tese, como a situação dos moradores da área rural de São João da Barra, no norte fluminense, local de construção do Porto de Açú.

dinâmica da vida social, ao contrário do que sonham aqueles afeitos à elegância da clareza conceitual, segue por caminhos ambíguos e contraditórios. A perspectiva de Baviskar (1995; 2008) em sua crítica ao predomínio de explicações genéricas na interpretação dos conflitos socioambientais foi fundamental por permitir uma saída ao reducionismo analítico e a consideração da riqueza das experiências e das formas de ação dos sujeitos.

Uma predileção contínua por narrativas singulares para explicar as lutas por recursos naturais é inexplicável. Tal quadro analítico, eu diria, toma como valor uma representação política simplificada que os movimentos sociais deveriam manter, para serem coerentes. No entanto, esta reprodução acrítica de demandas, muitas vezes concebida como um gesto de solidariedade, ignora o difícil trabalho criativo de construção de identidades políticas, formação de alianças e superação das diferenças (Baviskar, 2008, p.5).<sup>136</sup>

A autora rechaça a perspectiva “fetichista” de identidades verdadeiras de uma classe ou de um povo que estabelece, de partida, o que eles querem, sem interrogar o trabalho de elaboração desses sujeitos sobre suas experiências e desejos.

Quando passei a ter um contato mais próximo com alguns dos atingidos foi possível compreender melhor suas histórias pessoais e por quais razões resistiam ao projeto minerário. Um dos atingidos mais aguerridos, peça fundamental na luta no MatoDentro, me disse que antes da chegada da Anglo American ele nunca havia se engajado politicamente em nada em sua vida. Foi a situação contínua de desrespeito o que o levou a se mobilizar. Ele é um dos poucos que possui curso superior e uma boa condição financeira. Em sua atuação, esse atingido procura sistematicamente manter um registro formal dos danos sociais e ambientais causados, buscando a polícia militar e a justiça, quando necessário. Sua melhor condição social, em comparação aos demais moradores nas imediações do empreendimento, em nada diminuem sua força como agente crítico no processo. A busca de certos grupos de pesquisa pelo militante socioambiental ideal, aquela figura que representa em si mesmo o antagonismo à dominação do capital e da modernização, deve ser vista com cautela, sobretudo quando tal representação desqualifica atores concretos que lutam contra situações de injustiça. Acredito que esse aspecto seja uma contribuição pertinente do pensamento de Baviskar

---

<sup>136</sup> No texto original: “A continued fondness for singular narratives to explain natural resources struggles is inexplicable. Such a analytical frame, I would argue takes at face value the simplified political representation that social movements must generate in order to cohere. Yet, this uncritical reproduction of claims, often intended as a gesture of solidarity, ignores the difficult, creative work of constructing political identities, forging alliances and transcending differences”.

(2008), quando ela questiona a prática dos pesquisadores sociais de enquadrar os processos socioambientais em teorias previamente delimitadas, deformando histórias, lutas e sujeitos.

A formação de uma posição política de enfrentamento nesse cenário se fazia em uma situação atravessada por contradições difíceis de serem resolvidas. O processo político observado no MatoDentro se mostra rico no momento em que abriga as experiências dos sujeitos, acatando os jeitos deles se expressarem. Enquanto psicólogo social realizando minha pesquisa de doutorado, procurando entender as experiências e narrativas sobre o processo social em curso, percebi que a amplitude da situação não se resumia às expressões do jogo político. A referência à noção de experiência foi uma maneira de deixar o sofrimento e a sensibilidade no MatoDentro *falarem*. A questão não é negar a esfera política, nada disso, mas considerar os sujeitos com seus pensamentos e desejos.

#### **4.4. Sensibilidade e sofrimento: a experiência dos atingidos**

Ao iniciar a pesquisa sobre as implicações do novo ciclo de mineração no MatoDentro, não foi meu objetivo analisar as estratégias de enfrentamento e de resistência política ao projeto *Minas-Rio*. Nas observações das reuniões públicas meu foco não era tanto nos efeitos políticos, mas sim em entender como aquelas experiências sociais e ambientais vividas eram faladas pelos atingidos.

A partir do conceito de modos de subjetivação busquei elementos analíticos para entender o processo de deslocamento do sujeito de sua posição, e o estabelecimento de novas possibilidades de ação e de entendimento. Falar em subjetivação tem como pano de fundo a noção do *sujeito*, conceito chave no campo das ciências humanas, que está, de forma implícita ou explícita, no cerne das principais correntes do pensamento social.<sup>137</sup> Na figuração moderna do sujeito a racionalidade é alçada como modo privilegiado de apreensão da realidade e a soberania, por sua vez, implica a atribuição de uma ação autônoma, fruto de uma decisão sem constrangimento. Muitas críticas foram formuladas à atribuição racional e soberana do sujeito, provenientes de campos

---

<sup>137</sup> Seria impossível, neste trabalho, dar o tratamento sistemático que a noção de sujeito requer, portanto, apenas situo o leitor nas referências que me ajudaram em minha pesquisa.

variados: psicanálise, feminismo, marxismo, existencialismo, movimentos sociais (Laclau e Mouffe, 1985; Butler, 1998). O filósofo marxista Lukács (1974, p.144-53), por exemplo, critica a cisão entre a dimensão epistemológica e política que estabeleceria, como condição do sujeito, uma apreensão contemplativa da realidade desse mundo sem, no entanto, intervir sobre ele. O problema, para o pensador marxista, é que tal noção de sujeito se vale de uma perspectiva lógico-abstrata, desconectando as possibilidades de ação do agente das condições sociais que em alguma medida o determinam. A politização do sujeito mostra que este não apreende a realidade sem estar posicionado no contexto das relações efetivas. É Butler (1998, p.18) quem melhor lança luz sobre as implicações desta condição ao perguntar: “*O que fala quando ‘eu’ falo para você? Quais são as histórias institucionais de sujeição e subjetivação que me ‘posicionam’ aqui e agora?*”. Assim, partilho em meu entendimento da recusa à figuração absoluta de um sujeito tomado como origem absoluta do ato, para em seu lugar, desvelar processos de figuração do mundo, modos de ver e agir, possibilidades contingentes de ser sujeito. É pelo encontro e choque entre histórias, tempos e sensibilidades que me enveredo. A dimensão subjetiva se processa na relação dos agentes com os objetos que os rodeiam e com as palavras que usam para dar sentido ao mundo:

As coisas não são, portanto, simples objetos neutros que contemplamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós uma certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assumiu em relação ao mundo e ao ser exterior são lidos nos objetos que ele escolheu para ter à sua volta (Merleau-Ponty, 2004, p.23).

As pessoas da cidade e dos distritos nas adjacências da Serra da Ferrugem subitamente viram a circulação crescente de motos, camionetes, pessoas, dinheiro, projetos. Na área em torno da construção da mina, os danos ambientais prejudicaram a produção agrícola local e o acesso à água, o que gerou angústia entre esses moradores. A pesquisa realizada pela Diversus (2011) por meio de diferentes técnicas e metodologias, como os grupos focais, abordou outros aspectos subjetivos nesse contexto:

Os sentimentos de aflição, inquietude, angústia e ansiedade que aparecem nas declarações dos participantes desse grupo demonstram a extensão de suas urgências, conforme segue abaixo:

‘Eu pediria para eles resolverem o mais rápido sobre o lugar para onde nós vamos, para a gente não ficar nessa ansiedade: será que dia, meu Deus, que isso vai acontecer!’ (Grupo Focal Atingidos)<sup>138</sup>

‘Tira as pessoas para elas não ficarem passando a agonia que estão passando.’ (GF Atingidos)

‘Tem muita gente que fechou e ainda não recebeu. Eles estão na expectativa. Muita gente não está plantando e fica esperando o dia de amanhã.’ (GF Atingidos) (Diversus, 2011, p.161).

A falta de informação dos moradores do MatoDentro, sobre procedimentos da Anglo American nas comunidades e nos distritos, torna ainda mais obscura a perspectiva do futuro. Com a certeza de que terão que deixar suas casas, mas sem saberem ao certo quando isso irá ocorrer, pequenos agricultores nas duas únicas comunidades consideradas atingidas pela *Anglo*, a Água Santa e a Serra da Ferrugem, pararam de produzir e de trabalhar em suas roças. Quando fiz o trabalho de campo para esta pesquisa, em 2012, muitas famílias já haviam sido reassentadas, enquanto outras ainda aguardavam a resolução da negociação. Em junho de 2012, visitei a casa de uma família que estava em negociação com a empresa há mais de ano sem que o negócio se concretizasse:

Eu converso muito com dona Isabel, que fala bastante. Ela me mostra as rachaduras da casa, causadas, segundo ela, pelas explosões do *Minas-Rio*. Ela está bastante angustiada com a situação da sua casa, fala com tristeza do mato que cresceu e da pouca produção da família. Ela diz que uma família numerosa de filhos, netos e bisnetos morando em outros lugares. Conta que no fim de ano a casa fica cheia e dona Isabel se lamenta pela dificuldade de fazer um bom queijo, de ter rapadura e outros produtos que ela sempre teve em casa, com essa situação. Diz que na casa eles pararam de produzir esperando a resolução da negociação fundiária. Diz que voltou a fazer uma pequena horta depois de um tempo, e também que está nessa situação há mais de ano.<sup>139</sup>

Dona Isabel me mostrou sua casa enquanto seu marido e filhos permaneciam na varanda. Ela fez questão de apontar as rachaduras e demonstrou vergonha ao mostrar o mato alto ao redor da casa. Essa é uma situação comum na área de entorno: ao se iniciarem as negociações entre proprietários e empresa há um abandono das atividades produtivas, por causa da expectativa da mudança para outro lugar. Dona Isabel sofre com a situação, quando diz que já não tem os quitutes tradicionais para agradar a

---

<sup>138</sup> A expressão “GF atingidos” se refere ao fato de que a frase anterior foi retirada de um grupo focal com moradores que se consideram atingidos pelo empreendimento.

<sup>139</sup> Nota do diário de campo, dia 30 de junho de 2012.

família. Os bilhões de reais investidos pela Anglo American na compra do projeto e em obras de infra-estrutura; as belas campanhas de marketing; o orgulho estampado nos jornais sobre a construção do “maior mineroduto do mundo”; tudo isso contrasta com a situação vivida por famílias como a de dona Isabel. Toda a grandiosidade evocada pela Anglo American para esse projeto de nada serve, se a empresa se mostra incapaz de resolver de forma satisfatória os problemas que criou para as poucas centenas de famílias do MatoDentro.

A tristeza de dona Isabel com as rachaduras em sua casa, com a longa espera por uma resolução, também contrasta com a alegria que observei em rapazes e moças que falavam das novidades trazidas pelo empreendimento, das possibilidades de trabalho e dos cursos. Os sentimentos evocados pela situação no MatoDentro não são apenas negativos, há diferentes afetos atrelados às mudanças geradas pelo projeto. No momento que os conflitos e deslocamentos sociais se instauram no cotidiano e na vida das pessoas, de que modo esses sujeitos se afirmam frente a tais situações?

Ao longo deste capítulo abordei o problema da mineração tomando com foco de análise a vida das pessoas em CMD e nas comunidades do entorno da Serra da Ferrugem. O conceito de subjetivação permitiu compreender os efeitos do conflito socioambiental nas expectativas e visões de mundo dos sujeitos. Essa perspectiva de entendimento parte de algumas premissas. Primeiro há uma importância central da *sensibilidade*, a existência das coisas do mundo e o efeito dessas coisas sobre o sujeito.

Os homens nasceram em um mundo que contém muitas coisas, naturais e artificiais, vivas e mortas, transitórias e sempiternas. E o que há de comum entre elas é que aparecem, e portanto, são próprias para ser vistas, ouvidas, tocadas, provadas, cheiradas, para ser percebidas por criaturas sensíveis, dotadas de órgãos sensoriais apropriados. Nada poderia aparecer – a palavra ‘aparência’ não faria sentido – se não existissem receptores de aparências: criaturas vivas capazes de conhecer, de reconhecer e de reagir – em imaginação ou desejo, aprovação ou reprovação, culpa ou prazer – não apenas ao que está aí, mas também ao que para elas aparece e o que é destinado à sua percepção (Arendt, 2010, p.35).

A sensibilidade lança o sujeito em uma interminável dinâmica com os objetos à sua volta. A apreensão desse universo de dados não tem um modo único, previamente determinado, ela se faz pela interação dos sujeitos com os objetos de suas experiências. A subjetivação decorre mais dos choques do que de alguma lógica prévia. É a partir dos encontros com o mundo que o sujeito busca *compreender* o que acontece consigo

(Arendt, 2010). De qualquer forma, aquilo que desloca o sujeito de sua posição prévia e captura sua atenção requer algum tipo de *atividade do espírito*. O território se revela uma instância privilegiada para tal processo, pois sempre vivemos em algum lugar. Kehl (2010) ao tratar da relação entre tempo e subjetividade, marca a distância que existe no intervalo entre ver e entender, tempo necessário para que cada sujeito consiga apreender as coisas que o cercam. O tempo é instância dinâmica da própria vida, pois os momentos passados continuam presentes em nossa subjetividade. Arendt (2010) ao se perguntar sobre a *vida do espírito*, aborda o entrelaçamento da sensibilidade - condição primordial do sujeito no mundo - com as formas de pensamento, desejo e julgamento. O pensar, o querer e o julgar, no entendimento da filósofa, são os eixos pelos quais o espírito se move. “*É certo que os objetos do meu pensar, querer ou julgar, aquilo de que meu espírito se ocupa, são dados pelo mundo ou surgem da minha vida neste mundo; mas eles como atividades não são nem condicionados, nem necessitados, quer pelo mundo, quer pela minha vida no mundo*” (Arendt, 2010, p.88). A apropriação dos objetos mundanos se faz por um *deslize* desses objetos da dimensão material para o plano simbólico, instância na qual o sujeito elabora por meio do pensamento e da imaginação a sua própria vida.

Ora e o que fazer quando aquilo que você conhecia, quando as práticas que regem sua vida, quando os objetos familiares são bruscamente alterados? Questionar os efeitos da transformação social, econômica e cultural no MatoDentro, tomando a perspectiva dos modos subjetivação é enfatizar como as experiências são de fato apreendidas; por meio de quais palavras e termos os sujeitos dão conta daquilo que lhes acontece. A experiência marca o sujeito por enlaçar o mundo sensível a algo próprio desse sujeito. A rachadura na casa de dona Isabel e o vazio de sua mesa ao final do ano metaforizam o medo de perder a casa e o sustento, a angústia pela incapacidade de destinar aos filhos e netos os doces que marcam a história dessa família. Ora, falando mais claramente é sua própria vida que está em jogo e por essa razão tanta angústia e sofrimento. A fala de uma professora de uma escola infantil próxima ao local de construção da mina também revela os efeitos subjetivos das mudanças no ambiente.

A finalidade, que nós estamos sofrendo muito com a poeira. Muita poeira. Eu trabalho numa escola à beira da estrada, limpa sem parar e crianças acabam merendando poeira.

Tem três ou quatro serviçais para poder fazer limpeza e não conseguem. Lá as crianças são todas doentes, começa por mim. É só gripe, poeira, barro. As

águas lá é barro. As nossas crianças estão tomando a água na escola: barro. Não tem água.

E o transporte. O fluxo dos carros aumentou demais, e eu que transporto, que não tem o transporte escolar. Eu levo três crianças, uma de sete anos, outra de cinco e outra de quatro, e os carros, as camionetes passam como que não tem ninguém.

Estão vendo a hora que mata a Professora com as crianças, eles não respeitam.

Eles não respeitam. Uma vez na semana a gente reclama e eles dão uma molhadinha lá na estrada. A escola é bem na beirada da estrada. A gente está sofrendo há muitos anos com as criações, muito barulho, muita buzinação, caminhão para outro à noite. Estamos sofrendo demais. Muito mesmo (MPE, 2012, p.33).

O barulho, as explosões, a poeira, a correria das camionetes falam de elementos que perturbam os sentidos. Esses processos abalam os modos de ser e de sentir dos atingidos. A intervenção no ambiente provoca efeitos no ar, na água, na terra e gera insegurança entre os atingidos. Kehl (2010) ao refletir sobre as causas da ansiedade dos traumatizados pelas guerras, aponta elementos que ressoam naquilo que observei no MatoDentro.

Um homem ante a iminência de um bombardeio passava a depender de sua capacidade, cada vez mais urgente, de prestar atenção a todos os ruídos, aos mínimos sinais de alteração da paisagem à sua volta e acima dele. O combatente ficava reduzido à capacidade da consciência, de aparar e dar sentido imediato ao choque (Kehl, 2010, p.154-5).

A permanência dos sentimentos de angústia e ansiedade denunciam a impossibilidade do sujeito sair de um impasse. O medo dos atingidos em relação ao futuro é alimentado tanto pelos problemas ambientais efetivos como pela circulação dos boatos, conjunção que sugere que algumas comunidades locais estão, de fato, próximas do fim. Ora, a água foi transformada em barro, os rios começam a secar, as explosões trincam as casas e a poeira se espalha pelos lugares. A empresa, por sua vez, não muda o discurso ou sua prática, evitando reconhecer qualquer dano para não assumir sua responsabilidade. Parte dos esforços dos atingidos se dá exatamente em “forçar” a responsabilização da empresa.

Não é fortuito que a Anglo American apareça no imaginário associada a uma entidade de ilimitado poder para as pessoas. A recusa em explicar seus propósitos ou reconhecer suas falhas mantém a empresa no lugar do grande Outro e mantém a

“fantasia”. Dessa forma a explosão de cachoeiras, o assoreamento de rios, fechamento de estradas, dentre inúmeros outros processos, parecem fruto de um triste acaso e não resultado de intervenções racionais mediadas pelo conhecimento físico e geológico do território. A manutenção do domínio que a Anglo American exerce sobre a realidade local passa por sua capacidade de mobilizar o imaginário das pessoas. E a capacidade política dos atingidos de questionar o direito da empresa em transformar as condições socioambientais do território, é fortalecida quando eles deslocam a empresa de sua posição de domínio daquela realidade. A possibilidade do atingido articular outra posição e outra história sobre o curso das relações, é talvez um dos aspectos mais difíceis e fundamentais para o curso da vida dos moradores do MatoDentro.

Em março de 2012 acompanhei um geógrafo que fazia sua pesquisa de doutorado no MatoDentro. Certo dia ele realizou uma entrevista com uma liderança do movimento dos atingidos e me convidou para acompanhá-lo. No dia marcado para a entrevista, o atingido nos recebeu em sua casa, demonstrando desde o primeiro momento desconfiança em relação aos nossos objetivos e interesses. Antes de começar a entrevista, nós tivemos que responder algumas perguntas, como, por exemplo, sobre o local de nossos estudos e se tínhamos alguma relação com a *Anglo American* ou com qualquer outra empresa. Assim, quando falei que fazia meu doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, escutei do atingido a seguinte pergunta: “*Você é do Rio de Janeiro? E a MMX também é do Rio. Qual é a sua relação com o Eike Batista?*”. Após respondermos às objeções e perguntas do atingido, reduzindo a desconfiança, a entrevista aconteceu. Ao final nos despedimos e fomos embora, em direção ao carro. Quando nos preparávamos para sair, o atingido atravessou a rua e com extrema simpatia nos convidou para tomar um café e comer um bolo. Acabamos partindo naquele momento sem o café ou o bolo. O ponto importante é que havia uma diferença incomensurável entre quem nos recebeu, desconfiado e tenso; e o sujeito afável que nos convidou para tomar um café e comer um pedaço de bolo. Ao longo do tempo em que permaneci no MatoDentro esse mesmo entrevistado foi uma das principais referências em minhas andanças na região, sempre solícito para fornecer as informações e também me acompanhar aos lugares que eu precisava ir. Em outubro de 2012, após eu dizer a ele que gostaria de ir a uma reunião do COPAM, ele me chamou para acompanhá-lo a uma dessas reuniões. No caminho, sem que eu tocasse nesse assunto, ele comentou sobre esse outro dia e de sua atitude de desconfiança. Ele se justificou e me disse que aquilo

*não era ele*, aquilo era um efeito da forma como a Anglo American se instalou na região. A desconfiança extrema - quase “paranóica”- era resultado da forma como a empresa se fez presente no lugar. A falta de informação dos moradores a respeito dos projetos, a confusão de instituições e empresas, o modo fraudulento de aquisição de terras, ainda na época da MMX, entre outros elementos, geraram esse sentimento de desconfiança dos moradores em relação aos que chegavam ao MatoDentro. Por isso o projeto não é apenas de instalação objetiva de uma grande mina de minério de ferro a céu aberto, ele é também a instalação de um modo de ser e de viver.

A luta dos atingidos ao resistir ao projeto, é também por resistir às suas formas de intimidação e de violência subjetiva. Zizek (1989) diz que frente a uma demanda insuportável do Outro, uma demanda com a qual não temos como lidar, buscamos uma saída na fantasia. No contexto da invasão, da falta de informação e da angústia que isso gera, poucos conseguem manter a tranqüilidade e se desfazer do imaginário que se impôs nas relações locais. Quando fiz minha pesquisa, muitas famílias que seriam reassentadas ainda aguardavam o desfecho do processo, como a família de Isabel, citada anteriormente. Com o início das negociações muitos interrompiam a produção das roças e dos quintais em razão da mudança para outro lugar. A atitude simples de um morador, um pequeno agricultor cujos ascendentes ocupavam aquela região há séculos, mostrou uma força possível frente à dominação imposta pela fantasia do *Minas-Rio*. “*Miguel tem resistido ao discurso e às práticas da mineração, ele não apenas não diminuiu o ritmo da sua pequena produção, como o intensificou. Ele sabe que terá que sair em determinado momento, mas também sabe que a empresa indeniza pela produção e benfeitorias*”.<sup>140</sup> O que a ação de Miguel simbolicamente mostra é que a empresa não é onipotente, que ela não deve e não pode ditar os rumos e os ritmos. Há uma ilusão essencial que a prática de Miguel des-cobre, sua ação desata o nó que a fantasia do desenvolvimento tece entre o *Minas-Rio* e o MatoDentro. Ao simplesmente não seguir as orientações da Anglo American, Miguel mostra o caráter ilusório da fantasia, e desaloja a Anglo American do lugar de grande Outro. O ato de Miguel, não parar sua produção, mostra-se extremamente relevante por negar o poder da empresa de definir o que se deve ou não fazer no MatoDentro. Por meio de outras analogias alguns dos atingidos fornecem maneiras de entender criticamente as situações e mobilizar os demais atingidos. A irrupção de uma crítica poética pelas palavras desses atingidos foi

---

<sup>140</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 30 de junho de 2012.

um alento em um contexto marcado por tanta desigualdade e sofrimento. A interpretação ativa desses sujeitos sobre os fenômenos me pareceu não só uma saída existencial ao problema pessoal de “*como lidar com as explosões*”, mas também uma forma política de enfrentar o domínio do empreendedor. Nessa perspectiva, anotei as falas e a manifestação de dois atingidos:

É bonito ver uma mobilização do imaginário nos moradores. Um atingido diz que a empresa produz uma paralisia que começa nas pernas e termina na cabeça, o que me pareceu muito interessante. Seu João, por sua vez, também falou outra coisa bonita. Ele disse que nessas reuniões é importante as pessoas saírem de lá com ‘uns grilinhos na cabeça’ e fez um movimento ao lado dos ouvidos como se fossem grilos falando. Seu Miguel, quando estávamos na casa de seus vizinhos, também falou algo interessante que depois repetiu em outros momentos. Ele perguntou ao vizinho se este sabia como as sardinhas faziam para afastar os tubarões no alto mar. Ele então respondeu: “Elas ficam bem juntinhas umas das outras e aí parecem um peixe maior e afugentam o tubarão”. Ele repetiu essa expressão em outras casas.<sup>141</sup>

Os conceitos de narrativa e experiência são meios que utilizei para entender a situação, considerando a *sensibilidade* e a busca por uma *compreensão* do processo. Dessa forma, levo em consideração a dimensão política sem, contudo, inibir sentimentos e contradições na busca pela solução dos problemas sociais. A experiência de campo mostrou que eu também tinha que dar conta de um novo mundo que se apresentava, a partir de minha própria posição tive que entender como os atingidos interpretavam o que lhes acontecia. A noção de experiência convoca para a assunção de uma posição que é radicalmente atrelada ao mundo sensível. Se a experiência abarca o processo do sujeito frente às situações exteriores, com a narrativa o sujeito confere significado a tais situações.

Analogias, metáforas e emblemas são fios com que o espírito se prende ao mundo, mesmo nos momentos em que, desatento, perde o contato direto com ele; são eles também que garantem a *unidade da experiência humana*. Além disso, servem como modelos no próprio processo do pensamento, dando-nos orientação quando temos cambalear às cegas entre experiências nas quais nossos sentidos corporais, com sua relativa certeza de conhecimento, não nos podem guiar (Arendt, 2010, p.129).

No território do MatoDentro, com os deslocamentos territoriais, econômicos e subjetivos, como dar conta do que acontece? Os conceitos de desenvolvimento e de conflito foram recursos para analisar a realidade sócio-política de uma forma mais

---

<sup>141</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 30 de junho de 2012.

ampla. No entanto, cada situação apresenta complexas implicações subjetivas, como tratei nesta seção. Abordar os modos de subjetivação nessas situações socioambientais não implica individualizar ou psicologizar o conflito. A subjetivação pensada por meio das noções de experiência e narrativa se constitui no laço entre sujeitos, objetos e histórias.

## CAPÍTULO 5

### EXPERIÊNCIA E NARRATIVA: OS JOVENS FALAM

O que poderá mudar, enquanto a criança escuta na sala discursos igualitários e observa na cozinha o sacrifício constante dos empregados? A verdadeira mudança dá-se a perceber no interior, no concreto, no cotidiano, no miúdo; os abalos exteriores não modificam o essencial.

(Ecléia Bosi)

A divulgação inicial do interesse da companhia MMX na extração do minério de ferro e a instalação progressiva das estruturas do projeto *Minas-Rio*, a partir de 2009, geraram um impacto difuso em Conceição do Mato Dentro (CMD).<sup>142</sup> A decisão acordada entre os entes públicos e as mineradoras (MMX e, posteriormente, Anglo American) pela exploração em CMD é um processo recente que fomentou expectativas boas e também preocupação entre os habitantes locais. Neste capítulo discuto as experiências e narrativas dos jovens da região do MatoDentro: o que eles falam, de que maneira, como sentem e como se posicionam frente aos processos de deslocamentos em curso. Como a vida desses rapazes e moças se modificou com a chegada do empreendimento? O interesse da pesquisa se voltou para entender de que maneira os sujeitos do MatoDentro vivem tal processo, e por essa razão me mudei para a região, onde permaneci por sete meses durante o ano de 2012. O objetivo do trabalho de campo foi construir um entendimento da dinâmica social menos abstrato e distanciado, mais próximo, portanto, da experiência concreta dos sujeitos no território.

A crítica epistemológica e política à teoria estruturalista de Louis Althusser, empreendida por Thompson (1981), revela como tal orientação filosófica desconsiderou a dimensão concreta dos sujeitos no entendimento da dinâmica histórica. O privilégio da dimensão abstrata na concepção estruturalista, ao reduzir as subjetividades à posição de suporte da ideologia, desqualifica a verdade da vida encarnada nos sujeitos. Um dos

---

<sup>142</sup> Outras companhias mineradoras, além da Anglo American, possuem decretos minerários próximos a CMD, como a Vale e a Manabi, sendo que esta iniciou em 2012 o processo de licenciamento de seu projeto, localizado no município de Morro do Pilar.

capítulos da obra crítica de Thompson (1981) chama-se “*experiência: o termo ausente*” e se inicia da seguinte maneira:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p.182).

A argumentação de Thompson (1981) se volta contra o estruturalismo de Althusser por uma questão estritamente científica, a relevância analítica da experiência para a compreensão das relações sócio-históricas; mas no tom caloroso de seu discurso parece haver também um motivo ético-político: a defesa da dignidade de homens e mulheres no difícil processo de transformação social. O movimento operário, objeto principal dos estudos históricos de E. P. Thompson, era composto por pessoas que agiam às voltas com as atividades ordinárias de suas vidas: alimentar, dançar, rir, contar histórias, cuidar dos filhos. Thompson (1981), ao lembrar que a experiência está ausente na perspectiva estruturalista de Althusser, parece questionar toda teoria social que se sustenta desprezando a dimensão “banal” da vida humana. O jeito de falar, o preparo da comida, os costumes, são aspectos que atuam no modo das pessoas se tornarem o que são. Ao tomar como fundamento para a historiografia, e para a *práxis* marxista, a importância do cotidiano e de interações concretas, Thompson (1981) desvela o sobrepeso do domínio simbólico nas explicações da dinâmica social e a relevância de uma teorização mais afeita à dimensão prática da vida social.

O projeto *Minas-Rio* é resultado da negociação de empresários do ramo minerário com agentes políticos do Estado de Minas Gerais. Eles decidiram a nova direção econômica para o território do Mato Dentro: apresentaram o projeto inicial, realizaram estudos prévios, divulgaram a notícia, assinaram papéis, posaram para fotos. O projeto foi e continua sendo reverenciado como uma saída econômica para a “estagnação” e pobreza da região, no entanto, problemas de diferentes ordens se arrastam desde as primeiras aquisições de propriedades, e por essa razão o empreendimento suscita reações contrárias. Refletir pela experiência dos jovens é

interromper um julgamento feito a partir de avaliações genéricas sobre “o” projeto *Minas-Rio*, para pensar as práticas geradas por sua presença no território: as pessoas estranhas, os carros “de firmas”, os empregos na família, a modificação dos caminhos rurais, a degradação de rios, etc.

Craib (1998, p.10) também reflete sobre a importância da experiência para análise das formações sociais. Para ele a noção de identidade é um meio importante de compreensão da dinâmica social, entretanto, este conceito se revela pouco permeável aos efeitos das contradições sociais, por essa razão enfatiza que a “experiência” tem espaço em sua teoria, por ampliar o entendimento acerca da dissolução e formação de novas identidades. Para Craib (1998) abordar a experiência é trazer para a análise social o mistério do encontro do sujeito com os outros, valorizando tanto a dimensão disruptiva desse processo, como a relevância do corpo, fenômeno em geral desvalorizado pelas abordagens filosóficas mais focadas na lógica do discurso e na imponência do simbólico.

(...) de um lado nós temos a nossa experiência do mundo, de nós mesmos e das outras pessoas. Uma experiência que constantemente procura se articular aos pensamentos e à ação e que é mais complexa do que nós conseguimos entender; e por outro lado nós temos um sistema social, um conjunto de estruturas sociais que cada vez mais distorce e nega a nossa subjetividade, nossa experiência do mundo da vida (Craib, 1998, p.47).<sup>143</sup>

Craib (1998) se fia à perspectiva de uma dualidade na maneira do sujeito viver sua relação com a estrutura social, direcionando sua análise para um caminho que, em minha opinião, reforça a concepção “fetichista” de um sujeito sem condições sociais de emergência.<sup>144</sup> Pois se há um mundo de liberdade que garante a experiência sem constrangimento do sujeito, por outro lado, deve também existir um universo social de pura coerção, com suas regras e estruturas. Como se o sujeito na “experiência do mundo da vida” já não vivesse por meio de categorias advindas da estrutura social, modo pelo qual ele aprendeu a ler e a compreender os sinais desse mundo externo. Tal perspectiva dualista, com sua divisão entre o agente e a estrutura, entre a liberdade e a reprodução, apresenta a única vantagem de estabelecer um meio para que a teorização incorpore

---

<sup>143</sup> No texto original: “on the one side we have our experience of the world, ourselves and other people. An experience which constantly seeks to articulate itself in thoughts and action and is more complex than we have yet discovered, and on the other side we have a social system, a set of social structures which increasingly distort and deny our subjectivity, our experience of the life-world”.

<sup>144</sup> Na seção 1.3 desta tese discuto o que entendo e como utilizo o conceito de “fetichismo”.

algo de não regulado pelo sistema - a experiência - o que mantém presente a contradição no circuito psicossocial (Craib, 1998, p.61).

No contexto não só do projeto *Minas-Rio*, mas refletindo também acerca de outros conflitos socioambientais, permitir que as contradições emergjam na análise me parece uma via para um entendimento mais rico dessas situações. Na medida em que assim a complexidade do fenômeno é preservada, com a pluralidade de efeitos gerados pela construção de grandes empreendimentos. A experiência, como elemento chave na análise dos modos de subjetivação, mantém a atenção sobre o conjunto de fenômenos que incidem sobre o sujeito e o mobilizam a querer e a tomar decisões. Independente do conteúdo ou do sentido mais amplo, focar na experiência é ter atenção integral tanto ao “miúdo”, como ao contexto geral. Os jovens do MatoDentro sentiram a mudança do ambiente de alguma forma: com os olhos observam as pessoas indo e vindo, suas roupas, veículos e expressões; escutam conversas em casa e na escola, refletem e discutem o significado disso. E como eles se inserem nessa nova “estrutura” de relações? O emprego na firma e a novidade dos cursos técnicos respondem aos interesses destes jovens? Os termos de minha análise, centrada no impacto do projeto *Minas-Rio* no MatoDentro, são desdobramentos da interrogação acerca da vida desses atores. Embora minhas perguntas pareçam ter “feito sentido” para muitos deles, alguns desses jovens pareciam mais preocupados com outras questões que não falar de mineração, firmas ou meio ambiente. Levar a sério a experiência, enquanto conceito na prática, teve fundamental relevância metodológica ao manter um compromisso de abertura à posição do outro, com suas condições de vida e suas escolhas.

Meu interesse, neste trabalho, foi pela compreensão da forma como as pessoas interpretavam os efeitos do conflito socioambiental alojado no MatoDentro, buscando a maneira singular desses sujeitos se envolverem com o processo em curso. Assim, considerando uma tese de doutorado realizada no âmbito da psicologia, eram os processos subjetivos afetados pelas rupturas e deslocamentos sociais o que me interessava abordar. Para Arendt (2004) a diferença crucial da esfera da ética para a política é que a primeira tem como objeto a relação do homem consigo mesmo, a ética se refere à consciência moral do sujeito. Por sua vez, a política tem como objeto a sociedade, fala da relação do sujeito com a comunidade humana, não guardando relação necessária com a atividade da consciência (Arendt, 2004, p.143). Seria própria da dimensão ética a reflexão contínua de um sujeito sobre o significado de seus atos e

pensamentos. A análise de Arendt (2004) toma o julgamento dos soldados nazistas após a segunda guerra mundial como quadro para expor sua teorização acerca da responsabilidade. Sem resvalar no moralismo de atribuir o mal radical a esses sujeitos, a autora entende que a consciência de cada um deles se revelava a partir da maneira como eles se expressavam sobre os seus atos. Era dessa forma que se tornava possível entender a relação singular de cada um com os crimes cometidos. Mesmo que os atos criminosos cometidos contra os judeus decorressem de leis sancionadas pelo Estado alemão, algo da decisão passava pelo sujeito, o modo de seguir as leis impunha um trabalho de responsabilização para esses soldados. Ao refletir sobre os modos como eles se relacionaram com seus crimes, Arendt (2004) questiona como o sujeito pode se posicionar de forma ética quando a norma e as leis que regem uma nação passam a ser imorais e injustas? Para ela, em tempos de crises de valores não é possível se fiar à garantia prévia da legalidade das regras.

Muito mais confiáveis serão os que duvidam e os cétricos, não porque o ceticismo seja bom, ou o duvidar saudável, mas porque são usados para examinar as coisas e tomar decisões. Os melhores de todos serão aqueles que têm apenas uma única certeza: independentemente dos fatos que aconteçam enquanto vivemos, estaremos condenados a viver conosco mesmos (Arendt, 2004, p.208).

No pensamento de Arendt (2004) a capacidade de agir e tomar decisão em “tempos sombrios” encontra fundamento não no domínio público, mas no exame da consciência, no modo como “eu” me responsabilizo por minhas ações. O nazismo na história ocidental contemporânea passou a representar o “mal radical”, o que dificulta qualquer esforço de compreensão analítica. O que me interessa na reflexão de Hannah Arendt é que a crise social e ambiental, cujas características são objeto de minha análise, também levaram a uma alteração na balança ética e política que regula a ação e a responsabilidade do sujeito no mundo. No MatoDentro a instalação do projeto *Minas-Rio* deflagrou uma crise ampla, com a desarticulação dos valores, identidades e expectativas da vida interiorana.<sup>145</sup> Trabalho, renda, relações de gênero, moradia, as disjunções nesses âmbitos se traduzem em perda de sentido e crise. Há uma maneira de expressar isso em *Conceição*, quando se diz que a cidade perdeu sua identidade. Alguns

---

<sup>145</sup> Deve-se ter em mente que não estou, de forma alguma, comparando a situação dos crimes nazistas com o processo em Conceição do Mato Dentro e região. A teorização de Arendt (2004) apenas torna mais claros processos subjetivos que são justificados pela referência aos valores éticos em momentos de crise, e por essa razão, abordo tal discussão no contexto de meu trabalho de pesquisa.

também falam que ela é uma cidade pequena com problemas de cidade grande. Essas são maneiras de nomear o desarranjo provocado pela nova regência do território. A possibilidade dos sujeitos se posicionarem de forma afirmativa no contexto de embates socioambientais encontra, na narrativa, uma possível e precária saída. Pois narrar é conferir representação aos fatos por meio de elaborações simbólicas. Stephenson (2000, p.112) diz que narrando temos a consciência de nossa “*existência através do tempo*”, e que a narrativa é um “*processo contínuo de fazer sentido de nossas experiências*”. Assim, narrar é diferente de dizer os fatos que nos circundam. Pois o sujeito que narra exprime o seu envolvimento com o mundo, tece relações entre momentos e escolhas, meios e princípios. Ricoeur (1997) é preciso quando afirma que a narrativa se faz mais pela lógica do que pela cronologia, enfatizando o encadeamento dos processos no tempo que a narrativa institui. O sujeito que aparece em meio à costura tecida pela narrativa, expressa sua apreensão da situação em que vive. No entanto, a maneira de metabolizar um processo social tão complexo, como é o caso em CMD, não segue um esquema claro e bem definido, as narrativas sobre as mudanças se misturam no cenário. Isso não significa dizer que não existam determinações e responsabilidades, e sim que a realidade é mais complexa do que o corte simbólico operado pela narrativa, é capaz de dar conta. Da mesma maneira a política, como o discurso privilegiado sobre as divisões da comunidade, não reduz todas as possibilidades de experiências sociais.

Escutar o outro, permitindo que ele expresse sua posição acerca dos fatos, considerando as ambiguidades de sua palavra, não foi uma tarefa fácil. Tal tarefa envolve o manejo de elementos intersubjetivos difíceis de controlar. Na busca pela compreensão dos modos de subjetivação de jovens do interior de Minas Gerais em um cenário de conflito socioambiental, encontrei sentimentos dúbios a respeito das relações sociais, marcados por medos e por desejos. Sim, os jovens lembram que seus pais e tios encontraram trabalho nas firmas, alguns rios estão sujos e há mais gente na rua, mas isso é parte da história; a vida continua com sonhos e problemas que não guardam relação com as questões socioambientais.

Ao tomar a experiência e a narrativa dos jovens parto da perspectiva de que há diferentes maneiras de compreender o processo em questão. Ou seja, é preciso romper com o discurso ditado pelos artífices do empreendimento, de que a história tem um significado único. A politização da exploração mercantil dos recursos naturais revelou que há implicações estruturais envolvidas nas decisões pela mineração no MatoDentro,

realçando a contingência sócio-histórica em torno da exploração. O argumento técnico utilizado nos estudos prévios para justificar o local de instalação do empreendimento, por exemplo, revela uma forma de ocultar as determinações econômicas por trás do critério geofísico. No RIMA está escrito: “*O empreendimento mineral em questão está associado a um recurso geológico que possui localização definida e rígida. Ou seja, a indústria mineral é obrigada a se instalar em local escolhido pela natureza*” (Brandt, 2007, p.7). Ora, se a frase por um lado é correta, descrevendo uma característica do minério, ela também se revela ideológica, pois não é a rigidez ou a localização do minério que decidem pela exploração. Ao dizer que a indústria é “*obrigada a se instalar em local escolhido pela natureza*” parece que é a pura presença desse recurso o que definiu a exploração em CMD, e não decisões sociais e políticas que estabeleceram a região como um novo polo minerador do Estado de Minas Gerais. Como alertam os pesquisadores da justiça ambiental, a definição de lugares que devem ou não ser objeto de exploração é mediada por elementos econômicos, sociais e culturais (Acsegrad, Mello e Bezerra, 2009).

A narrativa e a experiência das pessoas do lugar são forjadas a partir dos vínculos que os constituem como eles são. O que implica entender os meios de vida, expectativas e aspirações. Em meu diário de campo há inúmeros registros das injustiças narradas pelas pessoas e de observações dos problemas causados pelo empreendimento. Nas entrevistas que fiz escutei depoimentos emocionados sobre o medo das águas secarem e de comunidades desaparecerem. Na experiência de pesquisa, tanto pela participação nas reuniões da REASA, como por meio da análise de documentos, torna-se clara a estratégia da Anglo American de não reconhecer publicamente os efeitos degradantes de sua ação no ambiente. Porém, mesmo que todas essas situações me levassem a questionar a prática da companhia, isso não implicou desconsiderar a palavra daqueles que se dizem favoráveis ao empreendimento, que enxergam o desenvolvimento nas propostas levadas para a região pela Anglo American.

### **5.1 A experiência e as “*máquinas que escavam buracos no chão*”**

No início do ano de 2012, o viajante que seguisse pela rodovia MG-010, alguns quilômetros após passar pela sede de CMD - no sentido de Serro, observaria à esquerda uma grande área desmatada e a presença de grandes estruturas no cume das montanhas.

A situação dos rios nas imediações da Serra da Ferrugem, naquele período, já era motivo de preocupação dos moradores de comunidades como Gondós, Água Quente, São José do Jássem e Cabeceira do Turco. A preocupação dos moradores cresce com o passar do tempo, com a compreensão de que haverá outros impactos ambientais quando o empreendimento entrar em operação. Como a extração do minério é a céu aberto, isso requer o rebaixamento mecânico do lençol freático, havendo alteração na dinâmica das águas subterrâneas (Sisema, 2008). Os efeitos do empreendimento também se mostram na mudança das funções do território e nos novos nomes que designam os lugares. Em um dia de setembro de 2012 “tomei” um ônibus da Viação Serro para passar o dia na casa de Miguel, morador da Serra da Ferrugem. Em meu diário de campo registrei o que ocorreu naquele dia:

Eu iria descer em uma das entradas da Serra da Ferrugem, em frente a um grande alojamento da empresa ARG. Ao ser perguntado pelo cobrador em que lugar eu desceria, para que ele pudesse taxar minha passagem eu falei: “Vou para a Ferrugem”, pois é assim que os moradores da região chamam o lugar. O cobrador não sabia de onde se tratava e começou a me perguntar se era antes ou depois do Sapo. Foi quando eu disse que ia para perto do alojamento da ARG ele me cobrou R\$ 6,85.<sup>146</sup>

O processo em curso é tão radical que em poucos anos determinados nomes perderam a capacidade de representar o “lugar”. O alojamento da ARG com seu intenso movimento de trabalhadores deu novos sentidos ao território. As novas funções, associadas aos desígnios determinados pelo empreendimento, guardam pouca relação com os sentidos da história dessa gente do MatoDentro. É a partir daquilo que escutei sobre acontecimentos, pela observação que fiz dos jovens e adultos que teço os fios desta tese, articulando as mudanças às formas de sentir, entender e se posicionar. Thompson (1981, p.189) lembra que *“as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento (...) Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura”*. A primazia da experiência dos moradores locais move a pesquisa para as tensões do contexto, termo, aliás, inadequado por remeter à ideia de um cenário abstrato e inerte. Se me esforcei neste trabalho para enfatizar a dinâmica no território, sendo por vezes repetitivo, foi por entender que algo do lugar está sempre em jogo.

---

<sup>146</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 26 de setembro de 2012.

Em psicologia, assim como em geometria, a ideia de um espaço homogêneo completamente entregue a uma inteligência sem corpo é substituída pela ideia de um espaço heterogêneo, com direções privilegiadas, que têm relação com nossas particularidades corporais e com nossa situação de seres jogados no mundo. Encontramos aqui, pela primeira vez, essa ideia de que o homem não é um espírito e um corpo, mas um espírito com um corpo, que só alcança a verdade das coisas porque está como que cravado nelas (Merleau-Ponty, 2004, p.18-9).

A minha experiência inicial em Conceição do Mato Dentro foi marcada pelas dezenas de camionetes trafegando pela cidade e pela onipresença de funcionários de empresas, com seus grossos uniformes na rotina da cidade. E como será que os jovens que ali nasceram observavam tal processo? Por meio de quais relações, quais situações? Jacqueline, uma moça de 17 anos, assim relatou o que aconteceu quando a *Anglo* chegou: “*mudou bastante. Até por causa mesmo de segurança, tem hora para sair, hora para chegar. Saber com quem você conversa. Saber com quem você lida. Mudou bastante. Às vezes ter contato assim com pessoas diferentes*”.<sup>147</sup> Jacqueline relata problemas de segurança por causa da maior presença de homens desconhecidos na cidade. Outras e outros jovens pontuam aspectos distintos, mas todos concordam em um ponto: “*mudou bastante*”.

Dewey (2010), em sua reflexão sobre a relação entre a experiência e a atividade artística, escreve que a percepção do mundo é a matéria principal da criação estética. Nega-se a separar a dimensão da arte dos “*acontecimentos e cenas que prendem o olhar e o ouvido atento do homem, despertando seu interesse e lhe proporcionando prazer ao olhar e ouvir: as visões que cativam a multidão – o caminhão do corpo de bombeiros que passa veloz; as máquinas que escavam buracos na terra*” (Dewey, 2010, p.62). A sua perspectiva enfatiza os efeitos das ocorrências diárias nas representações acerca do mundo. Ele destitui a arte de um lugar ontologicamente distinto da vida ordinária, integrando-a aos circuitos da vida social e enfatizando, assim, a relevância simbólica dos fenômenos cotidianos. Com o conceito de experiência há maior relevância da dimensão subjetiva na análise social, pois há um “eu” que se mantém em relação a um universo exterior. Essa experiência convoca o sujeito para um processo de reflexão sobre as significações da experiência. Por fim, a experiência concebida nos princípios aqui discutidos, mostra que nem tudo pode ser integrado pela lógica simbólica, falar de

---

<sup>147</sup> Entrevista realizada em CMD, no dia 07 de julho de 2012.

experiência é trazer à tona desdobramentos infinitos e ínfimos que derivam dos encontros com lugares, pessoas e objetos.

Ao observar o que acontecia à minha volta, dialogar com os jovens e com moradores, eu procurei apreender a forma concreta dessas pessoas sentirem o curso dos acontecimentos. Dessa maneira, minhas perguntas sobre o projeto *Minas-Rio* eram alimentadas pela procura por situações específicas, recurso para afastar as proposições genéricas e prontas sobre a situação. Os moradores do MatoDentro, mediados por suas experiências e concepções de mundo, traziam em suas ponderações um entendimento acerca dos efeitos do *Minas-Rio*. É por meio da apreensão de um mundo sensível que o sujeito constitui seus pensamentos, vontades e juízos (Arendt, 2010). Todavia, se o “espírito” requer elementos materiais visíveis, sua característica essencial é a de permanecer “invisível” (Arendt, 2010, p.90). Só se tem acesso a tais “atividade do espírito” a partir de uma palavra escrita ou falada, a partir de gestos ou outra expressão qualquer dos sujeitos.

A transmutação dos dados materiais desse mundo fenomênico para o plano subjetivo não se dá de forma linear, a complexidade da dinâmica social, com suas ordens de valores distintos, marca também a confusão das experiências. “*As coisas são experimentadas, mas não de modo a se comporem em uma experiência singular. Há distração e dispersão; o que observamos e o que pensamos, o que desejamos e o que obtemos, discordam entre si*” (Dewey, 2010, p.109). O filósofo critica o que ele chama de “compartimentalização” da experiência e defende o entendimento holístico no qual cognição, imaginação e vontade se fundem na experiência “singular”.

A experiência, na medida em que é experiência, consiste na acentuação da vitalidade. Em vez de significar um encerrar-se em sentimentos e sensações privados, significa uma troca ativa e alerta com o mundo; em seu auge, significa uma interpenetração completa entre o eu e o mundo dos objetos e acontecimentos (Dewey, 2010, p. 83).

A noção de uma “interpenetração completa” sugere uma fusão do “eu” com o mundo, ou seja, nega a cisão ontológica entre uma dimensão propriamente subjetiva e o universo sensível. Discordo dessa concepção por ela dispensar uma atenção mais sensível às mediações da experiência, como se a apreensão do sujeito não se desse por meio dos recursos sensoriais e não fosse envolvida pelas articulações simbólicas. Há mais choque entre o sujeito e o mundo do que harmonia. Frente à invisibilidade dessa

vida do espírito, das formas singulares pelas quais o sujeito se apropria do que lhe acontece, a narrativa é um recurso para entender por quais caminhos as experiências seguem.

## **5.2 Homens estranhos, rios sujos e empregos: os jovens falam sobre o projeto Minas-Rio**

As narrativas dos rapazes e moças revelam aquilo que os toca e o modo como interpretam o que acontece em suas vidas. Com efeito, os fundamentos do questionamento nesta tese se baseiam na orientação teórica, mas também política, de que os jovens são atores que participam ativamente da vida social e cultural (Castro, 2001a). Os jovens observam as pessoas que chegam, interagem e fazem perguntas sobre aquilo que querem saber. Ao conversar com alunos nas escolas que visitei na região, era bastante claro como a posição que eles tomavam demonstrava atenção ao que acontecia. A conversa com quatro jovens alunos do ensino médio da Escola Estadual Cônego Bento Ribeiro, no município de Dom Joaquim, expressa algumas das suas inquietações:

Eles reclamaram da movimentação de carros. Elias falou que a empresa deveria construir outra via, para não ter que passar dentro da cidade. Alguém comentou que ele falava isso porque para realizar a construção a empresa iria indenizar sua família, pois sua casa estava no caminho. As meninas falavam da influência do projeto na destruição das ruas e também na grande presença de homens estrangeiros na cidade. Carla disse que isso é muito ruim, que elas não saem sozinhas à noite. Disse que sua mãe fica preocupada com isso, o que foi também confirmado pelas outras meninas. Natália é mais faladeira. Ela também falou das pessoas estranhas e se mostrou preocupada com a situação da água e com o futuro da cidade, aspecto comum na fala de todos os jovens, pois é em Dom Joaquim será realizada a captação da água para o mineroduto. Leila, apesar de ter falado pouco, disse uma coisa muito importante. Ela mora próximo à margem do Rio do Peixe e falou que já houve mudanças no rio, que os mais velhos reclamam de algumas coisas, como de buracos que apareceram no rio.<sup>148</sup>

O tipo de situação descrita acima, as queixas dos jovens, a reflexão e o posicionamento em torno desses processos, tudo isso surgia a todo momento na pesquisa. Algumas situações se repetiam-nas palavras dos jovens, sendo marcadas por diferentes juízos de valor: o aumento de pessoas nas ruas, o trânsito pesado, os problemas com os rios, a oferta de emprego, o desenvolvimento.

---

<sup>148</sup> Relato referente ao dia 21 de agosto de 2012.

Um relato recorrente dos adolescentes e dos jovens era a queixa da presença intensiva de homens “estranhos” na região. A circulação dos forasteiros é um efeito direto das mudanças causadas pela mineradora no Mato Dentro. A incipiente infraestrutura hoteleira, fomentada no início dos anos 2000 para a atividade turística em CMD, e nas comunidades que margeiam a Estrada Real, foi utilizada para abrigar os trabalhadores do empreendimento. As casas particulares também são locais de moradia desses funcionários, mas desde 2010, com a construção de grandes alojamentos próximos ao empreendimento, a maior parte dos trabalhadores braçais passou a viver nesses locais. Tais alojamentos se situam próximos ao local de construção da mina e geram reclamações tanto por parte dos próprios trabalhadores, que lamentam o isolamento social, como de moradores das comunidades próximas que reclamam das brigas, do aumento dos acidentes nas estradas e do constrangimento das crianças e mulheres por causa da presença dos operários.

Tipo aqui em Itapanhoacanga, há cinco anos atrás aqui era uma paz. Aí, chegou primeiro aqui a Geosol, aqui virou um inferno. Aquele monte de gente na rua, eu lembro que eu vinha aqui só pra, pra passear, que eu morava fora, não conhecia mais ninguém aqui. Tem um monte de gente “esquisita”, aí que veio o roubo das igrejas; sabe Deus quem é, gente daqui que não é, nunca aconteceu. Aí a gente fica toda insegura em relação a isso.<sup>149</sup>

Quando os “homens” aparecem no discurso dos moradores necessariamente surgem os problemas em relação às tensões de gênero e sexualidade. A mudança nas relações afetivas foi sentida por homens e mulheres de diferentes idades, mas é o envolvimento das jovens com os “homens de firma” o que mais afeta a população local. Por causa do isolamento de algumas comunidades rurais essa questão se torna ainda mais sensível. Em uma oficina realizada com turmas de 1º ano do ensino médio na Escola Estadual São Joaquim, duas jovens moradoras da zona rural reclamaram da presença de grupos de trabalhadores nos rios e cachoeiras durante os fins de semana. Elas disseram que por isso não podiam frequentar esse locais, pois se sentiam inibidas. É também comum, nesse contexto, que as “famílias” não deixem as crianças e adolescentes saírem sozinhas. Na entrevista com uma jovem de 15 anos que vivia na comunidade da Água Santa<sup>150</sup>, ela comentou dos “*homens trabalhando demais na beira*

---

<sup>149</sup> Entrevista com Alice, dia 27 de outubro de 2012.

<sup>150</sup> Quando eu a entrevistei, ela e sua família haviam acabado de se mudar para outro lugar. A comunidade da Água Santa é uma das mais próximas ao local de construção da mina e das poucas consideradas pela própria empresa como atingida.

*da estrada, então a gente ficava assim, com um pouco de medo de sair, porque tinha só homem assim trabalhando. A gente saía para fazer caminhada e aí a gente ficou mais presa dentro de casa”.*<sup>151</sup> Nas cidades de CMD, Alvorada de Minas e Dom Joaquim a presença dos trabalhadores na cidade é supervisionada, com maior atenção, pela *Anglo*, que utiliza diferentes artifícios para mitigar os desgastes causados na população pela rotina desses trabalhadores na cidade, o que não é tanto o caso nas comunidades rurais. A direção da empresa sabe que os problemas causados por seus empregados na cidade, mesmo em momentos de lazer, suscitam sentimentos negativos na elite local, potencializando o descrédito ao projeto minerário.

Um dos itens estabelecidos pelo COPAM para a Anglo American, como condição para a instalação do projeto *Minas-Rio*, foi o oferecimento de atividade pedagógica no âmbito das questões afetivas e sexuais. Por isso a empresa Reprolatina foi contratada pela Anglo American para atuar na região, com o objetivo de gerar a “*diminuição das desigualdades de gênero entre homens e mulheres, (adultos, jovens e adolescentes), e para proteger e promover a saúde, a saúde sexual, a saúde reprodutiva, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de mulheres e homens (adultos, jovens e adolescentes).*”<sup>152</sup> A contratação da Reprolatina é também uma maneira da empresa responder aos problemas gerados pela brusca mudança na balança demográfica. Na primeira vez em que estive na cidade, ouvi uma mulher designando por “*anglinhos*” as crianças que nasciam do envolvimento das mulheres da cidade com os funcionários da empresa. O envolvimento sexual na região e os “problemas” decorrentes, como a gravidez das jovens, foi objeto de discussão da reportagem *Os Órfãos do Progresso* no jornal *O Tempo*, que inicia com a história do pequeno Eike da Conceição.<sup>153</sup>

Conceição do Mato Dentro. Em 2008, quando o mega-empresário Eike Batista embolsou cerca de US\$ 5 bilhões pela venda do projeto de exploração de minério de ferro *Minas-Rio* para a sul-africana Anglo American, nascia na periferia da cidade de Conceição do Mato Dentro, na região Central do Estado, o pequeno Eike Lima da Conceição.

A mãe, Aline de Souza Lima, então com 19 anos, conheceu E.M.C., o pai da criança, durante uma festa de confraternização dos empregados da empreiteira que lotavam a cidade, vindos de todos os cantos do Brasil, para

---

<sup>151</sup> Entrevista com Josiane, no dia 17 de julho de 2012.

<sup>152</sup> Informação no site da Anglo American Brasil: <http://www.angloamerican.com.br/>.

<sup>153</sup> A referência do nome da criança faz referência ao empresário Eike Batista, quem por meio de sua empresa, a MMX, lançou o Projeto Minas-Rio e o divulgou com grande estardalhaço em 2006. Ver no Anexo F algumas notícias referentes ao projeto, incluindo essa citada do jornal *O Tempo*.

trabalhar no mega-emprego de instalação da usina de extração de minério.

(...)

**Pobreza e Mágoa.** A três quartos da casa do pequeno Eike, no bairro pobre de Córrego Pereira, Vaílde da Conceição, de 21 anos, embala o pequeno Diogo, de 8 meses. Sem sequer um berço, o bebê dorme em um sofá velho – praticamente só a estrutura de madeira –, em um dos três únicos cômodos da casa. O pai da criança conheceu Vaílde por meio de uma ex-namorada, Renata. Trabalhador “daquela empresa grande que veio pra cidade”, ele era um dos mais cobiçados nas festas e nos encontros promovidos pelos funcionários.

*“Ele me prometeu um monte de coisa e fugiu me deixando sem nada”,* reclama Vaílde. Cadastrada em programas sociais do governo federal, ela depende dos R\$ 80 mensais do bolsa-creche para sustentar o filho.

Casos como os de Eike e Diogo são um dos efeitos colaterais de grandes obras em cidades pequenas. Trabalhadores vêm de fora e, ao fim do contrato, vão embora, deixando para trás **órfãos de pais vivos** (Pedrosa et al, 2013).

A situação descrita é bastante comum tanto na cidade como nos distritos rurais. Nos primeiros minutos de uma conversa sobre mineração, há sempre algum relato sobre as jovens mães solteiras do lugar, o que também denota uma grande preocupação em torno da vida sexual das mulheres do MatoDentro. Uma senhora em Itapanhoacanga me contou que: *“as meninas não estão preparadas pra receber os estrangeiros que vêm, as pessoas estranhas que vêm trabalhar, porque agora, com esse pouquinho de gente, a gente já vê a menina criando filho”*.<sup>154</sup> Para o diretor de uma escola de zona rural, na área de entorno do empreendimento, a situação é também preocupante:

Olha, as coisas aqui, às vezes num é tanto de conversa, que é um lugar pequenininho, e muitas vezes tá nos nossos olhares mesmo. O que a gente vê é o assanhamento das meninas e o próprio envolvimento. As meninas não se acanharam hoje de mexer com homem, de procurar um homem para poder tá namorando não. É normal, ontem mesmo, eu estava aguardando o motorista pra poder dar um recado, do transporte escolar. Quando uma menina monta na garupa de uma moto, sobe, vai até a igreja, fica um certo tempo, depois desce.<sup>155</sup>

Ao conversar com as adolescentes e jovens nesse distrito elas haviam reclamado das “focacas” em relação à maneira como elas se relacionavam, por isso eu havia perguntado na escola como se dava o “falatório” em torno dessa questão. O diretor então me respondeu que não se tratava de “falatório”, mas sim de fatos que eram observados diariamente. Se a preocupação sobre a sexualidade das jovens é

<sup>154</sup> Entrevista realizada em Itapanhoacanga, no dia 27 de outubro de 2012.

<sup>155</sup> Entrevista realizada no dia 11 de julho de 2012.

compartilhada, marcada pelo medo de possíveis abusos ou pela possibilidade da gravidez, a perspectiva das próprias jovens sobre o tema não recebe tanta atenção por parte das instituições públicas e demais atores sociais. Na roda de conversa com alunos do 2º ano do período diurno da Escola Estadual São Joaquim, em CMD, esse assunto foi debatido e suscitou tensão entre os rapazes e as moças:

As meninas falaram que se sentem constrangidas com os homens que chegaram, e alguém contou como fica a rua, cheia de homens em dia de recebimento. Falaram também que elas têm medo de sair sozinhas. Nessa hora eu provoquei e perguntei se estava perigoso mesmo ou se tinha um exagero? Foi curioso que os meninos disseram que tinha sim um exagero, o que revoltou parte das meninas. Eu então pedi para quem falou que era um exagero comentar porque achava isso. Depois que dois rapazes falaram que não estava perigoso não, uma menina falou nessa hora, “ah só homem que falou”.<sup>156</sup>

Embora haja preocupação com os abusos, parte das jovens viam com bons olhos a presença dos “forasteiros” na região, o que elas, de fato, criticavam eram as fofocas e o conservadorismo das pessoas do lugar. Dificilmente essas jovens são chamadas a falar e se posicionar em relação ao que delas é dito, sobre aquilo que vivem e o que querem. A questão de gênero se revelou um tema espinhoso, pois a nova dinâmica afetiva e sexual é um terreno de proliferação de diferentes formas de opressão. Pois, por um lado há grande preconceito em relação aos trabalhadores do empreendimento e por outro há o fortalecimento de diferentes lógicas de violência contra a mulher. Se os pais querem proteger suas filhas da ameaça, que representam os “homens”, ao impedi-las de sair de casa institui-se um controle autoritário que se sobrepõe às vontades dessas jovens. Se é a mulher jovem quem mais intensamente sente os efeitos das mudanças afetivas e sexuais, por ser a regulação do seu corpo e de suas práticas sexuais o que é colocado em questão, os rapazes não são indiferentes à mudança na balança afetivo-sexual no MatoDentro. Um rapaz de 15 anos falou que a maior presença dos homens reduziu suas chances de envolvimento afetivo com as “meninas” da cidade. Os “forasteiros” estariam, segundo ele, cativando mais atenção das jovens do que os próprios rapazes da comunidade local. Jaqueline explica a razão: “*a cidade é pequena, todo mundo já viu a cara de todo mundo. Então chegou cara nova, cara mais bonita, todo mundo, todo*

---

<sup>156</sup>Nota do diário de campo, referente à roda de conversa realizada com alunos do 2º ano do ensino médio da Escola Estadual São Joaquim, dia 06 de novembro de 2012.

*mundo procura o melhor, né. Então o melhor pra muitas pessoas é o rosto, é o físico, então se vê alguma coisa mais bonita, mais interessante”.*<sup>157</sup>

Há uma contínua reclamação da população de CMD sobre os trabalhadores que incomodam pela simples presença na rotina da cidade: no aumento das filas dos bancos e restaurantes; na queixa do aumento de violência; nas reclamações sobre os hábitos cotidianos dos “peões”. Esses elementos mostram como os trabalhadores materializam o *problema Minas-Rio*. Em CMD é comum escutar as pessoas se referindo desrespeitosamente aos “peões” como o maior problema do empreendimento. Ao conversar com uma funcionária da Secretaria de Assistência Social de CMD ela se mostrou sensível a este problema e me disse que em sua atividade cotidiana:

Tem aparecido muitas meninas grávidas e que tem também muitas donas de casa começaram a trabalhar, o que não acontecia. Ela fala dos problemas causados pelo número grande de homens chegando para trabalhar, ela comenta que não deve nomeá-los desse jeito, por ser preconceito, mas que as pessoas da cidade chamam eles assim, de ‘peões’.<sup>158</sup>

Outro modo discriminatório de identificá-los é pela afirmação do lugar de origem desses trabalhadores: *“uma menina fala que não dá pra andar na rua. Tem dia que vem paraibano, baiano mexendo com elas... Outra menina, ao meu lado, diz que são os nordestinos, mas fala que não é questão de preconceito não”.*<sup>159</sup> Assim, a culpa dos problemas sociais gerados pelo empreendimento cai nos ombros dos trabalhadores braçais. Enquanto isso, pouco se fala dos engenheiros, supervisores e gerentes das firmas contratadas pela Anglo American. Dessa forma, dificilmente há identificação entre os moradores e atingidos com os “peões”. Refletindo sobre a situação da cidade, Jaqueline é uma das poucas que se mostra sensível à situação desses homens que chegam ao MatoDentro:

Eles duram muito pouco tempo aqui na cidade. É um modo, é uma lei de sobrevivência mesmo, porque ficar lá no Sapo, num quarto com quatro homens. Vir na cidade uma vez por mês para receber, só o dinheirinho e voltar para o meio do mato de novo. Chega na cidade, todo mundo [fica] apavorado.<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> Entrevista realizada no dia 7 de julho de 2012.

<sup>158</sup> Nota do diário de campo, referente ao dia 16 de julho de 2012.

<sup>159</sup> Relato no diário de campo referente à roda de conversa no 3º ano da Escola Estadual São Joaquim, em CMD.

<sup>160</sup> Entrevista com Jaqueline, dia 07 de julho de 2012, em CMD.

Outro que manifestou algum laço com os trabalhadores foi Roberto, líder comunitário, morador do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso. Em sua entrevista questioneei como ele sentia a presença dos “peões”. Em certo sentido, a pergunta para Roberto refletia uma questão mais ampla, sobre o entendimento dos atingidos, dos sujeitos politicamente mobilizados sobre aqueles que chegavam para trabalhar na região. Quando perguntei o que ele achava dos trabalhadores ele falou que são “*pessoas que dependem assim da, de ter um emprego pra sobreviver, é... manter sua família como qualquer outro brasileiro. É assim, não tenho nada, nada contra*”.<sup>161</sup>

A *experiência* com os forasteiros se mostra tensa, principalmente quando se trata da disputa pelo acesso a lugares e recursos sociais. Tal processo implica os desgastes gerados pela dificuldade de manter, hospedar, alimentar e oferecer lazer para esses milhares de novos moradores. Na entrevista com um secretário municipal de CMD ele relatou grande preocupação com o surgimento de novos bairros em áreas de proteção ambiental, o que decorria da impossibilidade de muitas famílias pagarem os altos aluguéis que passaram a ser cobrados na cidade. “*No momento que chega um de fora, que até então o vínculo dele é profissional, não há uma relação de identidade, de sentimento com a cidade. O que é um lugar para nós, é um espaço para essa pessoa que vem de fora, mas ela paga 3000 de aluguel. E para onde essas de 300 tá indo?*”.<sup>162</sup> O secretário pergunta de forma retórica, pois sabe para onde foram essas pessoas, elas estão nas casas de familiares ou ocupando áreas nas margens das estradas, dentro de parques de proteção ambiental, formando novos, ilegais e precários assentamentos.

A experiência das moças e dos rapazes é marcada pelos encontros cotidianos com os “estrangeiros”. Se durante a semana os trabalhadores saem dos alojamentos exclusivamente para o trabalho na construção da mina, durante o fim de semana e feriados eles se dirigem às poucas opções de lazer próximas aos alojamentos: cachoeiras, rios e bares.<sup>163</sup> A presença dos trabalhadores também se mostra na movimentação de carros, motos e caminhões pelas estradas até então pouco movimentadas. Nesse cenário, as possantes camionetes da empresa, com tração nas

---

<sup>161</sup> Entrevista com Roberto, dia 08 de agosto de 2012, em CMD.

<sup>162</sup> Entrevista realizada no dia 05 de julho de 2012, em CMD.

<sup>163</sup> Algumas greves ocorreram na região, mas elas quase nunca são divulgadas. Parte das reclamações se dirige às condições dos alojamentos e também em relação ao regime de trabalho. Esta questão se mostrou extremamente relevante quando, em outubro de 2013, foram descobertos casos de trabalho análogo à escravidão de 160 trabalhadores contratados por uma construtora terceirizada pela Anglo American (Resende, 2013; Galdino, 2013; Ministério Público do Trabalho, 2013).

quatro rodas, impressionam os rapazes e as moças tanto na cidade como na zona rural. Em Itapanhoacanga, na conversa com rapazes com idade entre 13 e 15 anos, escuto de quase todos que eles querem no futuro trabalhar como motorista. Em meu diário de campo, anoto o relato sobre um deles: “*Em relação à região ele diz que tem mudança sim, diz dos carros da firma, dos movimentos, fala do tanto de casa sendo construída. Seu irmão é motorista de uma das empresas*”. O interesse pela profissão de motorista me remete a dois elementos. Por um lado, a possibilidade de um trabalho fichado é ainda um sonho para grande parte dos moradores. Considerando a baixa qualificação profissional requerida para o cargo, o emprego como motorista é um dos mais simples de conseguir. Além disso, a perspectiva de ser motorista alude também à influência simbólica desses luxuosos carros sobre os rapazes. Em Itapanhoacanga, distrito situado a quase vinte quilômetros do local de construção da mina, o contato que os moradores têm com o *Minas-Rio* é sempre mediado pela presença dessas possantes camionetes.

A construção do projeto também alterou drasticamente o caminho por onde circulam os moradores, em particular para aqueles que vivem nas imediações da Serra da Ferrugem. Nas entrevistas e encontros com os jovens eles falam sobre tais situações, de que maneira a degradação de rios e córregos, a poeira e o barulho os afetam. No distrito de São José do Jassém, três adolescentes que moram nos arredores do distrito falaram sobre problemas com as águas na comunidade: “*vocês lembram quando eu vinha para cá nadar. E assim, aí a água do rio tava toda suja, eu enchi de bolinha*”.<sup>164</sup> Nesse mesmo dia, registrei em meu diário a conversa com um rapaz que contou: “*... que gosta dos amigos e de jogar bola no fim da tarde, diz que não há nada para reclamar. Em relação aos impactos da mineração ele diz que no mais é o rio poluído, reclama que não dá para nadar no rio que fica com coceira*”.<sup>165</sup>

Os efeitos da construção do *Minas-Rio* nos rios que cortam o MatoDentro, em especial com a piora da qualidade e a redução do volume de água dos rios Passa Sete e do córrego Pereira, é uma preocupação daqueles que vivem próximos a esse rios e também objeto de atenção dos agentes públicos mais sensíveis à situação. O diretor de uma escola próxima relata:

Os meninos da Água Quente chegavam aqui dizendo que não tinha água pra beber... porque agora eles colocaram um poço lá...(...). Eles tiveram que levar

---

<sup>164</sup> Transcrição de entrevista realizada em São José do Jassém, dia 11 de julho de 2012.

<sup>165</sup> Nota no diário de campo referente ao dia 11 de julho de 2012.

água mineral para eles. “Ah, a gente tem que tomar água mineral e mamãe tem que ficar poupando”, aquela coisa toda. 20 litros de água mineral. Pra passar quantos dias? Pra cozinhar, e são famílias numerosas. Tudo isso traz pra dentro da escola. E tudo que acontece na comunidade vem pra dentro da escola, até porque é... eu participo, converso com todo mundo, trazem problemas para mim...muito antes de ter a associação. Tudo comigo aqui, acaba que aluno traz, professor traz, todo mundo traz, porque aqui é uma referência de tudo. Como que eu fico ouvindo isso e não ajo?<sup>166</sup>

As situações se encontram nos laços que unem comunidades e as pessoas, no caminho das águas e nas estradas, é aí que as experiências são compartilhadas permitindo construções mais coletivas sobre o que acontece. A preocupação com as águas e os rios, dentre o amplo feixe de problemas enfrentados pela população local, é aquilo que talvez mais angustie os habitantes, atravessando divisões sociais e sendo, por essa razão, elemento de grande força na mobilização dos atingidos. Na entrevista com duas jovens de vinte e poucos anos, Alice e Tamara, ambas falaram sobre mudanças no volume dos rios que banham a região.

Alice: Eles [A Anglo American] acham assim que a água é... é inesgotável, e na verdade a gente já vê... eu tava contando hoje pra ela que a gente foi lá no rio. Tava falando, “aqui, antigamente... que é o tempo de 5,6 anos, por aí, aqui não dava pra passar, porque tudo era água...”

Pesquisador: E não é questão do tempo, assim do tempo de chuva...

Alice: Não é não.

Pesquisador: pra você tem uma diminuição do leito, tem uma diminuição do rio?

Alice: É claro que a gente sabe que no período da seca, que a água vai diminuindo mesmo, mas depois... disso tudo a água diminuiu, isso... todo mundo que é da região, tinha umas bicas de água aí outro dia.(...) Lá a gente tomava banho debaixo da bica. Ali também subindo pra Igreja do Rosário, você pode ver um cano, lá... hoje corre lá um pinguinho de água, a gente tomava banho ali debaixo. Então isso aí, quem tá causando [?].<sup>167</sup>

Outras queixas em relação ao barulho e também à poeira configuram efeitos difusos em torno do ambiente. Essas queixas generalizadas são ainda mais traumáticas para as pessoas que moram na área de entorno da mina. Josiane, de 15 anos, que nasceu na Água Santa e que havia sido reassentada com sua família pela *Anglo*, abordou em sua fala tanto os efeitos do convívio com a construção, como o processo do reassentamento.

---

<sup>166</sup> Entrevista em São José do Jassém, dia 11 de julho de 2012.

<sup>167</sup> Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2012.

Reproduzo um longo trecho da entrevista que realizei com ela e que contou também com a presença de sua irmã.

Pesquisador: E vocês sentem saudade, falta de alguma coisa?

Josiane: Ah, do lugar eu sinto. Porque foi onde a gente cresceu, viveu ali, momentos bons, ruins, então eu sinto um pouco de falta de lá sim.

Pesquisador: O que, nessa mudança, porque pelo que eu tô ouvindo vocês falando, vocês gostaram da mudança, hoje vocês gostaram de ter mudado, ou não?

Josiane: Foi bom ter mudado, porque várias pessoas saindo e a gente ficando lá, então. Se nós não saíssemos nós íamos ficar sozinhos lá, isolados lá, então... Foi bom ter mudado, assim, nós podemos conhecer pessoas novas, vizinhos diferentes... convivendo com outras pessoas.

Pesquisador: Você falou que foi ficando ruim, então, mas, por exemplo, antes de chegarem lá e começaram a construir as coisas, era melhor? Foi ficando pior quando eles começaram a construir lá?

Josiane: A construir a...

Pesquisador: A mina, construir aquela obra.

Josiane: Ah, ficou bem ruim, ficou mais difícil, com as explosões até as casas balançavam. Algumas chegavam até a trincar. Também homens trabalhando demais na beira da estrada, então a gente ficava assim, com um pouco de medo de sair, porque tinha só homem assim trabalhando. A gente saía para fazer caminhada e aí a gente ficou mais presa dentro de casa.

Pesquisador: Não pôde, não pôde ficar saindo sozinha?

Josiane: É.

Pesquisador: Que mais que foi ruim nesse momento assim?

Josiane: Ah, os explosivos também. As máquinas, o barulho.

Pesquisador: É muito perto né, eu fui na casa, o pai de vocês me levou lá...

Josiane: É muito perto. As máquinas à noite trabalhando, então incomodava um pouco.

(...)

Pesquisador: Quem na família de vocês que sofreu mais pra mudar, ou todo mundo lidou bem?

Josiane: Ah, minha avó, ela ficou um pouco chateada assim, de não poder, de não poder... ela já tinha fazido a horta dela, de poder plantar, depois a mineração pegou, falou que a gente ia sair, ficou enrolando uns tempos aí, ela voltava, aí foi indo, foi indo, ela deixou, desmanchou a horta, ela queria ter as coisas dela plantadas, mesmo se a gente fosse sair, ela queria continuar.<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> Entrevista realizada no dia 17 de julho de 2012.

Ao falar das condições difíceis em que viviam, convivendo diariamente com os efeitos da construção do *Minas-Rio*, Josiane lembra em especial do que aconteceu com a sua avó, de seu sofrimento com os barulhos, a perturbação do ambiente e a dificuldade em manter o trabalho doméstico, a atividade costumeira.

A intensificação da presença de pessoas estranhas no MatoDentro, somada aos impactos do empreendimento nas águas e no ambiente, mostram situações que são sentidas como negativas pelos jovens. No entanto, nem só de problemas vivem também os moradores da região. Argumentei ao longo da tese que a ampliação do emprego e o aumento de renda são os principais aspectos que garantem o apoio de grande parte dos moradores ao projeto *Minas-Rio*. Na entrevista com um funcionário da Escola Estadual São Joaquim, de CMD, ele expressou como em sua visão esse aspecto aparece para os jovens:

Houve um aumento da condição financeira das pessoas, isso é notório, principalmente de uma certa parcela de uma população jovem. Jovem assim, não são meninos de 14 anos. Mas um pouco de 17, 18, 19, essa faixa etária aí, né... porque, eles tão tendo essa oportunidade de, de até mesmo 1º emprego. Entra numa empresa, né, e... começa a ter seu dinheiro todo mês, começa de repente a ser elogiado por uma determinada postura, e aí forma realmente esse cidadão trabalhador.<sup>169</sup>

Nas conversas com os jovens, quando eu perguntava sobre o empreendimento, uma primeira reação era dizer que achavam bom, pois agora havia emprego. Tônia, de 14 anos, ao ser perguntada se sentiu alguma mudança com a mineração me falou “*que sente sim, que antes o pessoal não tinha trabalho e hoje tem. Diz que tem muitas pessoas próximas trabalhando nas firmas e empresas, como seu pai e seu primo*”.<sup>170</sup> Os empregos diretos são ocupados por pessoas próximas aos jovens: vizinhos, amigos e parentes. Além dos empregos no presente, a perspectiva desses rapazes e moças é que eles mesmos ocupem alguma função na mineração, em um futuro próximo. Em Itapanhoacanga fui procurado em duas ocasiões por alunas que queriam conversar para entender se o curso técnico que elas faziam garantiria o acesso às “firmas” na região. Uma delas me perguntou, angustiada, se deveria ou não insistir no curso técnico em meio ambiente que fazia. A moça estava em dúvida, pois além do curso ser caro para ela, sua realização implicava em uma longa e cansativa viagem. No bojo dos elementos que compõem o imaginário dos jovens no MatoDentro, dentre tudo aquilo alterado pela

<sup>169</sup> Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2012.

<sup>170</sup> Nota do diário de campo referente ao dia 11 de julho de 2012.

presença da mineração, a possibilidade de trabalho é certamente o que mais os mobiliza. Como escolher um bom trabalho? Qual curso técnico realizar? Quais procedimentos deveriam adotar para entrar na *Anglo*? O aumento da oferta de emprego trouxe não apenas a circulação de dinheiro, como também grandes expectativas acerca do futuro.

Foram os empregos. Todo mundo hoje, tendo escolaridade ou não, tem emprego. Mesmo que seja braçal, mesmo que seja pesado. E agora quem tá no braçal, quem tá no pesado, tá tentando se desenvolver cada vez mais, estudar e levar para frente pra conseguir um emprego melhor.<sup>171</sup>

Nessa entrevista Jaqueline me contou que sua mãe, até então dedicada às tarefas de casa, estava agora trabalhando na faxina dos alojamentos de empresas e que estava animada para voltar aos estudos, pensando em realizar outra atividade profissional. Em CMD é comum escutar pelas ruas da cidade que em “*Conceição, só não trabalha quem não quer*”. A oferta de emprego mostra a força do projeto *Minas-Rio* enquanto agente ordenador das relações sociais na região. A lembrança de que foi essa empresa que trouxe emprego para a cidade surge como o irredutível recurso de defesa do projeto, sendo acionada quando alguma crítica parece representar um rechaço estrutural à presença das firmas na cidade. Nas expressivas palavras de um rapaz do 3º ano da Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge:

...antes não tinha nada. Igual eu vejo muita gente falando: “ah a *Anglo* veio destruir a terra da gente”... nem tinha renda a pessoa, se todo mundo tivesse ganhando o dinheiro que eles tão ganhando, os donos do terreno, ninguém tava reclamando de nada, vem emprego. Vai prejudicar algumas coisas? Sim... o ar vai... mas vai ficar bom, já estão construindo outra escola lá pra gente, entendeu, então a gente não precisa de tá indo embora.<sup>172</sup>

Sua posição é muito clara a respeito do problema para o qual o *Minas-Rio* foi uma resposta. O rapaz diz que “*antes não tinha nada*” e agora, com a chegada da *Anglo*, “*a gente não precisa tá indo embora*”. A posição desse rapaz abrange um aspecto essencial na aceitação da empresa por parte da maioria dos moradores, pobres e ricos, das áreas urbana ou rural. A lembrança desse tempo anterior apareceria outra vez, na mesma roda de conversa, quando perguntei se eles se lembravam como era a cidade antes:

---

<sup>171</sup> Entrevista realizada em CMD, no dia 07 de julho de 2012.

<sup>172</sup> Trecho gravado da roda de conversa com os alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, em CMD, no dia 8 de novembro de 2012.

Rapaz: Cidade parada, assim sem muito...  
(Silêncio)  
Pesquisador: Quê mais?  
Moça: A única oportunidade de emprego aqui em Conceição era trabalhar no colégio...  
Rapaz: Ou então na funerária, né [risos da turma].

E quando perguntei em outra roda de conversa, desta vez para a turma do 1º ano do ensino médio, o que eles pensavam das novas alternativas de curso técnico e da discussão sobre a possibilidade de ensino universitário na cidade, os alunos disseram:

Rapaz: ...até construir uma faculdade, se agente for olhar, já saí daqui, já fez graduação, faculdade, pós-graduação... [burburinho].  
Pesquisador: Vocês acham que vai demorar muito ainda?  
Muitas vozes: Vai!  
Rapaz: Dá pra ir, voltar e trabalhar no curso ainda... [risos].<sup>173</sup>

É com bom humor que os jovens falam das dificuldades de emprego na região. A sala toda ri das colocações dos colegas. Porém o pano de fundo das gozações é de angústia por um tempo no qual a migração era o destino, mais ou menos forçado, dos jovens que partiam em busca de educação, trabalho e melhores condições financeiras. As divisões de classe social, no contexto local, influíam decisivamente na migração desses jovens. Enquanto os filhos da elite local migravam para realizar o ensino médio em Belo Horizonte e se preparar para as boas universidades do Estado, os filhos das classes trabalhadoras migravam para ocupar as vagas no setor industrial ou no setor de serviços da região metropolitana de Belo Horizonte. A afirmação de uma alternativa de vida no presente, contra um passado de extrema dificuldade material, confere força política ao discurso desenvolvimentista articulado pela mineração. Em entrevista com Marcos, morador do distrito de Três Barras<sup>174</sup>, com sua história ele exprime o que viveram outras gerações de moradores de CMD, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. *“Todo mundo na comunidade, todo mundo que estudava, cara, ‘ah vão bora’! Assim que eu formar ‘vão bora’. As pessoas aqui tem a visão de que lá fora é que é bom, lá fora é que tá bom, lá fora é que a gente vai conseguir arrumar a vida”*.<sup>175</sup> O passado recente, lembrado pelos jovens e contado também por parentes e amigos, é o tempo da

---

<sup>173</sup> Trecho gravado da roda de conversa com os alunos do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, em CMD, no dia 8 de novembro de 2012.

<sup>174</sup> O distrito de Três Barras se localiza a mais ou menos 18 quilômetros da sede urbana de CMD, mas em sentido oposto ao local de construção do projeto Minas-Rio.

<sup>175</sup> Entrevista com Marcos em CMD no dia 06 de novembro de 2012..

inevitabilidade da migração. Por essa razão, a educação e o trabalho se mostram fundamentos de continuidade e fortalecimento da região.

A vinda da questão mineratória abriu um leque de possibilidades, né. Possibilidade exatamente de melhoria de vida, **de não precisar de ir embora**. Quantos jovens, tão aí de uniformizinho colorido trançando pela cidade vaidosos de estar, né... levantando 5 horas, indo pruma van e entrando lá do lado de Alvorada, do Sapo, naquela região lá, feliz, satisfeito, porque tá trabalhando e no final do mês, ou no início do mês, o seu tá caindo na conta? Então assim, eu sinto que tem acontecido uma busca maior pela escola, né.<sup>176</sup>

A visão de um passado sem alternativa contrasta com o presente de emprego e perspectivas melhores no futuro. Nas rodas de conversa, e também nos diálogos individuais, os jovens expressam que é exatamente a possibilidade de obter uma boa formação profissional o que mais os interessa, pois tal qualificação seria o meio de garantir um emprego com boas condições. Por estarem no momento de preparo para a entrada no mercado de trabalho formal<sup>177</sup>, os jovens surgem como atores privilegiados no campo profissional. Com a expansão de postos de trabalho, em uma região de reduzidas alternativas econômicas, foram também criados cursos técnicos em setores como meio ambiente e segurança para suprir a demanda gerada pelo empreendimento. Tais cursos encontram nos jovens uma parcela considerável de sua clientela.

Ao contrário de seus colegas de escola, Jaqueline não quer trabalhar em nenhum ramo da mineração e nem mesmo permanecer na cidade. Quando a entrevistei, a jovem que estudava de manhã e trabalhava no comércio à tarde, preparava-se para mudar para Belo Horizonte, com o objetivo de realizar um curso técnico em informática. Em sua entrevista, ela comentou que sua família não queria que ela deixasse CMD, por causa das novas possibilidades de “futuro” na região. Ela, no entanto, não mudou de opinião e critica o fato de todo mundo na cidade querer ser:

um funcionário da Anglo, todo mundo agora quer se formar e fazer alguma coisa em volta da mineração (...) é técnico de segurança no trabalho, é técnico em mineração, é tudo...é técnico em biologia, tudo voltado para essa área. Tem gente que deixou o sonho de ser professor, pra ter um emprego melhorzinho, pra ser técnico em segurança do trabalho.<sup>178</sup>

---

<sup>176</sup> Entrevista com funcionário da Escola Estadual São Joaquim, em CMD, dia 20 de agosto de 2012.

<sup>177</sup> Em minha experiência de pesquisa, circulando pela cidade e pelos distritos pude observar o grande número de adolescentes trabalhando em atividades como empregadas domésticas, babás, comerciários e em atividades de construção civil. Nesse sentido, posso afirmar que a maior parte dos adolescentes já trabalha, mas não formalmente.

<sup>178</sup> Entrevista realizada em CMD no dia 07 de julho de 2012.

A situação descrita por Jaqueline, “*das pessoas que querem fazer alguma coisa em volta da mineração*” não é uma prerrogativa específica do Mato Dentro, é parte de uma dinâmica estrutural que envolve a implantação de grandes projetos extrativistas ou de infraestrutura (Sevá-Filho, 2010). É fácil entender, com esse contexto, o efeito social gerado pela criação de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na cidade.<sup>179</sup>

A unidade do SENAI instalada em Conceição do Mato Dentro faz parte de um conjunto de condicionantes definidas na concessão das licenças ambientais. A unidade do SENAI é fruto de uma parceria entre a Anglo American, a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), a Prefeitura de CMD e a Mitra Diocesana de Guanhães, proprietária do histórico prédio onde se instalou o SENAI. O objetivo principal da presença do curso na cidade é formar profissionais para atuar na fase de operação da mina, sendo que alguns cursos possibilitam também a atuação profissional em outros setores do mercado. Durante a formação, os alunos recebem uma bolsa de estudos e embora a idade não seja um critério, há maior presença de rapazes e moças na faixa dos vinte anos de idade entre os estudantes do SENAI.

Os cursos irão capacitar profissionais para atuar no empreendimento e também para o mercado local. “Um electricista treinado poderá, por exemplo, prestar serviços para a Anglo American ou cuidar das instalações prediais no município. Também serão oferecidos cursos de corte e costura, culinária, entre outros, que serão absorvidos pela comunidade em função do crescimento da região”, diz a gerente de Recursos Humanos da Anglo American, Claudiana Silva (Diálogo, 2010, p.14).

A Anglo American tem grande influência na gestão do SENAI, tanto do ponto de vista da oferta dos cursos como no apoio financeiro, por essa razão as instituições se confundem no imaginário da população local. Os jovens falam da entrada no SENAI como um passaporte para a contratação pela Anglo American. Em meu tempo de pesquisa, nas observações na cidade, era claro um orgulho daqueles selecionados para o

---

<sup>179</sup> O SENAI em Conceição é o resultado da articulação da Anglo American com a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), responsável pela instituição. O objetivo do SENAI é: “apoiar diversas áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica. Graças à flexibilidade de sua estrutura, o SENAI é o maior complexo de educação profissional da América Latina. Para mais informações, ver: <http://www5.fiemg.com.br/Default.aspx?tabid=14100>.

curso do SENAI.<sup>180</sup> A percepção desse orgulho nos estudantes me instigava a entender melhor o significado dessa posição. Na entrevista com Alice e Tamara, que haviam iniciado o curso de mineração em 2012, consegui obter uma melhor compreensão do processo. Eu perguntei a elas como viam esse sentimento de orgulho, se ele de fato existia e como elas pensavam sobre esse sentimento. Alice falou que muitos dos colegas “já se acham funcionários da Anglo. Tem muita gente que pensa assim.”. Nesse sentido, Tamara justificou dizendo que “nunca teve uma oportunidade dessas lá”.

Alice: Muita gente pensa assim... tem gente lá que já pensa que “eu já sou funcionário da Anglo.”

Tamara: Mas eles tratam a gente como se a gente fosse Anglo.

Alice: É, eles fazem a gente pensar assim também. Quem não tiver, tipo eu, meio um pé atrás, já fica achando que já é funcionário da Anglo, já vai fazendo conta pra quando for funcionário da Anglo. Se não tiver o pé no chão.<sup>181</sup>

A elaboração dessas jovens se mostra importante para entender a representação do SENAI no MatoDentro. O investimento simbólico da comunidade na instituição é justificada, pois ela aparece como uma oportunidade de formação profissional para os jovens da região. Com efeito, o curso do SENAI aparece como uma “oportunidade única” no material de divulgação utilizado pela empresa, como se observa também em uma das edições da revista *Diálogo*:

Sérgio Henrique Teixeira, de 27 anos, ainda nem concluiu o curso de Mecânico de Instalações Industriais, oferecido pelo SENAI-Conceição do Mato Dentro em parceria com a Anglo American, mas já pensa no que fazer em seguida. “Não quero apenas me formar, o importante é aprender. Meu objetivo é adquirir o máximo de conhecimento e, no futuro, fazer um curso de engenharia”, planeja. Outra meta do estudante é conquistar uma vaga na Anglo American. “Estou fazendo de tudo para entrar na empresa. Sempre sonhei em estar na minha cidade fazendo o que gosto. e agora estou tendo essa oportunidade”, afirma (*Diálogo*, 2012, p.4).

A possibilidade de formação profissional vincula a educação ao trabalho, e mais do que a oferta direta de emprego é o que comprova a força da proposta desenvolvimentista do *Minas-Rio*. A expectativa da permanência dos jovens na cidade,

---

<sup>180</sup> Este é outro ponto importante, a seleção para a entrada na instituição. Ouvi muitas reclamações sobre a falta de clareza em relação aos critérios adotados no processo e, principalmente, de que a seleção foi influenciada por indicação de atores políticos dos municípios. Uma de minhas entrevistadas falou que a ouvidoria da Anglo American recebeu inúmeras reclamações no período da seleção para o curso por essas razões.

<sup>181</sup> Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2012.

mediada pela junção de uma formação profissional de qualidade a um horizonte de trabalho valorizado, levaria à erradicação da migração desses jovens. Mesmo aqueles críticos ao projeto reconhecem nesse aspecto um fator extremamente positivo:

Pesquisador: Eu falo por isso, é, você tem um curso técnico, pra além do SENAI, você tem vários cursos técnicos aqui (...) segurança no trabalho... e as pessoas tão investidas nisso...

Roberto: Tão investindo nisso, tá propondo isso. É... aliás, os mais consciente voltaram pra isso né, pra estudar...

Pesquisador: É uma coisa positiva, né?

Roberto: Positiva, igual eu te falei...num... (tosse). Pra quem tá tendo uma certa consciência (...) já tá começando a adaptar principalmente pra tá ocupando essas vagas, mas nem todo mundo tá pensando assim.<sup>182</sup>

A euforia da população com o emprego direto é relativamente temporária, pois quando o projeto entrar em operação a ampla oferta de empregos diretos reduzirá significativamente. A presença do SENAI, instalado no antigo prédio do colégio São Francisco, parte do patrimônio histórico da cidade que foi reformado para sua nova finalidade, é a única estrutura física que objetiva as mudanças propagadas pelo discurso do desenvolvimento.

E eu fico pensando assim, mineração um dia acaba, ela não é eterna. Eu não sei qual é o tempo de vida útil dessa mina não, que seja 30 anos. Então o quê que vai virar dessa cidade senão for feito um trabalho social grande? Se eles não aproveitarem para trazer universidades fortes, o SENAI. Não aproveitar para trazer coisas boas para a escola e daí a 30 anos, como a cidade vai ficar? De quê que eles vão viver, do aluguel que ficou aí desse tanto de construção, né? A preocupação minha é essa.<sup>183</sup>

O interesse na exploração do minério de ferro criou expectativas de vida para os jovens do Mato Dentro e da mesma forma trouxe uma infinidade de problemas que prejudicam a vida na cidade e no campo. A mistura de fatores positivos e negativos surge facilmente em meio às falas das pessoas que são instadas a justificar a presença do projeto *Minas-Rio*. Se alguns enfatizam a ambiguidade do processo, sem buscar uma solução, outros ponderam e escolhem um lado. Tamara expõe, por exemplo, a sua visão:

---

<sup>182</sup>Entrevista realizada em CMD no dia 08 de agosto de 2012.

<sup>183</sup>Entrevista realizada com diretora de escola, no dia 17 de julho de 2012, em CMD.

[A chegada da Anglo] Pode ter seus problemas, mas quem morava em Conceição [ou em] Itapanhoacanga mesmo, por exemplo, pra estudar tinha que ir embora. Ou seja, não tinha nada. Se ocê formasse na escola, cê podia ficar por lá, nem voltava não. Hoje em dia a gente tá tendo a oportunidade de vol... quem tá fora, de voltar pra Conceição.<sup>184</sup>

A noção de que “*não tinha nada*” não marca apenas a fala da jovem citada, ela surge em outros momentos e torna mais difícil a manutenção do repúdio ao empreendimento, pois nesse caso questionar a *Anglo* é traduzido como querer a permanência desse tempo “vazio”, esse momento quando “*não tinha nada*”. A produção de uma expectativa de futuro para a região, para os seus moradores, jovens e adultos, representa um sucesso do empreendimento que se faz possível pela “fantasia”, presente em meio a tantos conflitos e problemas. A ambiguidade dos juízos acerca do empreendimento revela, de fato, a complexidade de avaliar um projeto que prometeu um novo tempo e trouxe na prática renda, degradação ambiental e problemas sociais. Como compreender os discursos de uma responsabilidade socioambiental da empresa e a efetiva poluição e assoreamento dos córregos da região? Ou então a expansão do emprego conjugada com a proliferação de periferias em periferias? Como se posicionar em relação a tal processo sem fugir dos problemas presentes e da responsabilidade, mas também sem buscar apoio na visão idílica de um passado harmonioso, quando a história recente da região também se mostra terreno de tantas outras dificuldades?

### **5.3 A vida no MatoDentro: contradições da experiência e o limite da narrativa**

Nas andanças que fiz durante a realização da pesquisa de campo, busquei sempre um entendimento mais sensível ao modo singular dos sujeitos interpretarem os efeitos do projeto *Minas-Rio*. Eu me questionava acerca da inserção do empreendimento na trama simbólica que norteava a vida dos moradores, quais valores sobressaíam quando direta ou indiretamente o novo ciclo da mineração era abordado. A perspectiva etnográfica, fundamental na realização deste trabalho, pressupõe a existência de certa opacidade entre o pesquisador e a cultura local, o que demanda atenção e uma necessária aproximação do tempo-espaço da cultura pesquisada. As práticas, o jeito de dizer, os ritos que explicam a ordem das coisas, isso não se desvela como se a vida no MatoDentro fosse um mero manual. As referências e os sentidos possíveis são

---

<sup>184</sup> Entrevista realizada em Itapanhoacanga, no dia 27 de outubro de 2012.

múltiplos, deve-se considerar, portanto, a pluralidade de possibilidades metodológicas e de escolhas no campo de pesquisa. O foco na vida dos jovens me levou a determinado rumo, e nesse sentido revejo como a ênfase sobre a questão do emprego e a angústia do passado recente de migração “forçada” ganharam destaque em meu entendimento, exatamente por dialogar e escutar os jovens. Utilizei procedimentos metodológicos diversos, com o objetivo de construir sínteses mais precisas da complexa realidade social. Com as observações e o registro no diário de campo entendi melhor o contexto das palavras dos entrevistados; essas falas, não só pela estrutura do discurso, mas entendidas em associação aos fatos me ajudaram, por sua vez, a dar sentido ao “teatro” de gestos observados no cotidiano, permitindo que eu me entendesse melhor os sentidos tecidos nas relações sociais no MatoDentro. A circulação pela cidade e pelos distritos me colocou em diferentes posições no campo, livrando-me de um único enquadramento da história. Eu não poderia, da mesma forma, me fiar unicamente na fala dos sujeitos: o contexto de conflito, marcado por interesses materiais e simbólicos, mostrou que era preciso apreender a realidade na tensão entre minha experiência pela observação e na escuta dos sujeitos pesquisados. Uma “anedota” do campo de pesquisa, contada no capítulo metodológico, serviu para me lembrar em que medida a relação com os sujeitos na pesquisa é atravessada por relações que diferentes ordens. Um grupo de alunos descia a escada da escola em Dom Joaquim, acompanhados da vice-diretora. Eles caminhavam em minha direção para conversarmos, mas nós não nos víamos. Em certo momento pude escutar quando uma menina perguntou à vice-diretora: “*É pra falar bem ou pode falar mal?*” A menina queria saber como deveria proceder, qual a posição ela deveria expressar a respeito da mineração e das firmas ao conversar comigo. A passagem marcou uma condição fundamental, e também difícil, do ato de pesquisa, a de ao se fiar ao que o outro diz manter a dignidade e legitimidade da narrativa dessa pessoa, entendendo, ao mesmo tempo, que sua narrativa expressa um “saber localizado” (Haraway, 1995). Compreender, na prática, que a narrativa dos sujeitos na pesquisa é atravessada por relações sociais, incluindo aí a minha própria presença, é muito mais complexo do que elaborar algumas linhas acerca disso. Eu suscitava a suspeita em muitos de que representava a empresa, pois estava ali com todos os meus trejeitos metropolitanos a perguntar sobre mineração, a vida na região, a *Anglo*, expectativas futuras, problemas na água... Assim, a observação da minha posição no campo a partir da reação das pessoas e das dicas de alguns preciosos informantes, foram recursos importantes para entender melhor como eu deveria me colocar. Da mesma forma, se não

houvesse a palavra do outro, se eu confiasse apenas nas observações, certamente faria uma tese fiel à perspectiva que guiava meu olhar, passando por cima das tensões e dos sonhos dos sujeitos do MatoDentro. O objeto da pesquisa era a interpretação da experiência e da palavra dos jovens, eram suas histórias que estavam em questão. Esta dupla consideração metodológica pode ser percebida também nos conceitos teóricos da experiência e da narrativa como meios para entender os modos de subjetivação. Falar da *experiência* alude aos afetamentos que o mundo produz no sujeito, os estranhamentos que a realidade provoca em cada um. A atenção na pesquisa pela *narrativa* foi uma maneira de entender o trabalho de construção, de singularização que emerge quando o espírito é palco de encontros e tensões. Ao deambular pela cidade, falando da pesquisa, conversando com as pessoas em suas casas ou em reuniões públicas, buscava entender a confluência de termos, interjeições, ideologias, olhares, discursos, expectativas: momentos de apropriação e, talvez, totalização que o sujeito fazia de sua realidade.

O discurso metafórico conceitual é de fato adequado para a atividade do pensamento, para as operações do nosso espírito; mas a vida da alma, em sua enorme intensidade, é muito melhor expressa em um olhar, em um som, em um gesto, do que em um discurso. O que fica manifesto quando falamos de experiências psíquicas **nunca é a própria experiência**, mas o que quer que pensemos dela quando sobre ela refletimos (Arendt, 2010, p.48).

Ao longo deste trabalho, em determinados momentos marquei a ambiguidade na narrativa dos moradores sobre o empreendimento. Tal situação, que em um primeiro momento me parecia dizer mais de uma cautela em relação a um posicionamento público, revelou-se parte constitutiva do próprio processo em questão. As contradições do projeto *Minas-Rio*, e também aquelas que atravessam a realidade social no MatoDentro, dificultam o perfeito encaixe da narrativa aos fenômenos vividos. Ao realizar entrevistas mais longas com alguns jovens ou com os adultos me espantava com as contradições de determinadas postulações. Pois as pessoas falavam, em uma mesma entrevista, coisas que me pareciam contraditórias e isso não gerava desconforto ou a necessidade de explicação. A entrevista com uma diretora de escola em CMD ilustra bem esse aspecto. Em determinado momento eu a questionei como ela avaliava as transformações recentes na cidade:

Diretora: Hoje em dia a gente tem um supermercado excelente (...) Mas no geral as mudanças vem, elas estão... algumas coisas foram muito rápidas, outras muito lentas. Mas no geral eu acho que é positivo.

Pesquisador: E como você pensa o futuro? Por que a gente tá vivendo um momento de início, de começo, daqui a 10, 15 anos, o que você imagina de Conceição?

Diretora: Eu imagino que vai ser um inferno (risos)

Pesquisador: Você tem preocupação?

Diretora: Muita preocupação. Muito.<sup>185</sup>

Ao longo de sua entrevista a diretora se mostrava favorável aos ventos modernizantes soprados pelo empreendimento, dizia das dificuldades de acesso a recursos e serviços quando chegou à cidade pela primeira vez. Mostrava-se claramente otimista com as perspectivas de trabalho trazidas pelo empreendimento e foi por essa razão que me surpreendi quando ela falou que imaginava “um inferno” para o futuro de CMD. De outra maneira, um discurso crítico aos efeitos do empreendimento, proferido na audiência pública organizado pelo MPE em abril de 2012, terminou da seguinte forma: *“Foi muito bom a Anglo vir, eu não estou contra a Anglo não. Aqui a região era pobre, a região era miserável. Aqui todo mundo, a mocidade aqui trabalhava de vaqueiro, rastejando perto de vaca. Hoje estão ganhando um salário”* (MPE, 2012, p.21). Ora, não se trata de buscar “resolver” a contradição ou submeter seus falantes a algum escrutínio para que se posicionem com clareza, mas sim entender o que tal “confusão” representa. Esse aspecto estranho, paradoxal, aliás, é fundamental na crítica à fantasia aventada pela Anglo American, de uma rota linear do MatoDentro em direção ao desenvolvimento. As ambigüidades e contradições entre diferentes posições surgem por causa do conflito entre princípios éticos e políticos que implodem qualquer referência a uma transformação harmônica, linear e progressiva.

As expressões que a população utiliza para avaliar o processo em curso revelam a difícil tarefa de precisar o processo social, porém em determinadas falas é possível entender aquilo que guia o juízo, o que pesa na balança imaginária utilizada pelos moradores do MatoDentro para interpretar a situação local. No jeito de dizer dos problemas ambientais ou sociais, na maneira como as responsabilidades recaíam mais sobre a empresa ou sobre o poder público, na ênfase das virtudes inerentes à cidade e ao seu povo, valores e princípios são revelados. Em uma escola de educação infantil de *Conceição*, a conversa com um grupo de funcionárias mostrou as nuances dessa situação. Na visita a essa escola eu queria divulgar os objetivos da minha pesquisa e

---

<sup>185</sup> Entrevista realizada em CMD, no dia 27 de julho de 2012.

também catar “pedaços” de entendimento sobre o contexto da cidade, pois não fazia mais de um mês que havia chegado ali. Logo no início da reunião alguém disse que “*a cidade não estava preparada*” para o que aconteceu, que antes a vida era calma e tranquila, todos se conheciam e as portas ficavam abertas o que, infelizmente, já não acontecia. Ademais foi lembrado o trânsito intenso de caminhões pesados e a falta de sinalização que coloca a vida das crianças em perigo. Uma professora contou que na casa vizinha à sua havia uma república de trabalhadores e que um dos homens, “*dia desses*”, havia perguntado ao seu filho de 14 anos onde poderia conseguir drogas. A lembrança da presença indesejada dos trabalhadores sensibilizou uma funcionária da escola, que enfatizou a difícil situação desses imigrantes que chegam para trabalhar sem família, amigos, sem lazer: “*isso aqui é uma Serra Pelada*”. Após ponderações e juízos esparsos, acerca dos problemas da região, e que levavam a “*balança*” a pender para o repúdio ao empreendimento, a coordenadora da escola arrematou: “*Tudo na vida tem preço, progresso tem preço, atraso tem preço*”.

A frase me marcou por ser uma forma, relativamente sutil, de dizer para aqueles críticos ao projeto que havia “atraso” no passado. Enquanto parte das pessoas enumerava os problemas em relação ao empreendimento, outras deixavam claro que estavam felizes com o projeto, acreditando ou não no desenvolvimento prometido. Na medida em que cada argumento se desenrolava era possível entender os princípios que guiavam o julgamento da pessoa. Um aspecto invariável nas diferentes posições é que dificilmente havia indiferença ao processo em curso, de uma forma ou de outra, todos se mostravam afetados pelo empreendimento. Na opinião de Marcos, um jovem líder de uma comunidade quilombola da região:

Conceição do Mato Dentro era uma cidade bem melhor, porque quando veio o desenvolvimento, veio o desenvolvimento pra cá, aí gerou uma série de problemas em Conceição. Cara, corrupção, tudo... Parece que quando não tem dinheiro, algo que eu coloquei até no meu trabalho de conclusão do curso, a nossa comunidade antes quando não tinha dinheiro, quando os escravos foram morar pra lá, foram morar na nossa comunidade, quando os escravos tinham que plantar pra poder comer e eles dividiam a comida deles, eles eram muito mais unidos. A partir do momento que eles começaram a trabalhar e começou a entrar o capital dentro da comunidade, aí a comunidade já... fica pior.<sup>186</sup>

---

<sup>186</sup> Entrevista realizada em CMD no dia 6 de novembro de 2012.

Nessa entrevista Marcos fornece uma interpretação sobre o estado atual das coisas recorrendo à história passada de sua comunidade. Em sua narrativa, ao contrário da aposta desenvolvimentista que afirma que mineração, capital e desenvolvimento são termos correlacionados à melhoria, o que vem pela frente são mais problemas. Quando questionei em uma roda de conversa como os alunos sentiam os efeitos do *Minas-Rio* um rapaz respondeu de forma bem diferente, ele disse: “*Diminuiu, (...) as desigualdade sociais que tinha aqui. Porque antes, era só quem era rico que podia fazer um curso e nisso ficava: os ricos iam, formavam e iam melhorando, e os pobres continuavam do mesmo jeito ou até pior*”.<sup>187</sup>

As duas citações se apropriam da desigualdade de CMD para analisar a dinâmica operada pelo projeto extrativista. Elas representam posições antagônicas, mas ambas conferem ao empreendimento poder prático para alterar a situação local, para melhor ou para pior. Um termo que utilizei ao início desta tese e que fundamenta a apropriação que faço do efeito na dinâmica social, não só relativo à desigualdade econômica, mas incidindo sobre um conjunto de elementos é o *deslocamento* (Laclau, 1993; Glynos e Howarth, 2007). Com esse termo marco o efeito disruptivo dos processos desencadeados pelo empreendimento sobre lugares, rios, histórias, economias e subjetividades. São processos que interessam por revelarem uma ruptura do sujeito em suas condições prévias de vida. Ao falar sobre os efeitos positivos do empreendimento, um diretor de uma escola na zona rural fez o seguinte comentário: “*A preocupação era com o cavalo bom, hoje, é ter uma moto boa*”.<sup>188</sup> A mudança dos recursos utilizados para o “*deslocamento*” pela região traduz uma mudança mais profunda da relação com o tempo no território. Se o cavalo e a moto permitem a passagem entre os lugares, eles não se equivalem enquanto formas de acesso a certo padrão de status social e de riqueza. Da mesma forma, as mudanças objetivas no ambiente, as novas nomeações e funções do “lugar” também implicam em alterações mais profundas. Zhouiri (2011) lembra que “lugar” é uma categoria estruturante do sujeito. Por essa via, a partir das práticas rotineiras dos sujeitos no território, estes se constroem expressando modos de ser e estar no mundo. Glynos e Howarth (2007, p.110), seguindo os desdobramentos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985), sustentam que o deslocamento é causado por uma experiência política de ruptura da identidade do sujeito em sua capacidade de

---

<sup>187</sup> Transcrição do áudio da oficina realizada na Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, com a turma do 3º ano do ensino médio, no dia 8 de novembro de 2012.

<sup>188</sup> Entrevista realizada no dia 11 de julho de 2012.

sentir o mundo social.<sup>189</sup> O lugar, as atividades produtivas, as histórias e desejos foram se desarticulando no MatoDentro pelo *Minas-Rio*, o que gera novas relações entre ruralidade e urbanidade, juventude e vida adulta, entre modos tradicionais de produção e modernização. O deslocamento é uma ruptura de práticas, identidades e processos sedimentados, no entanto, tal processo é também um meio para a construção de novas posições que não podem ser determinadas de antemão.

Pensemos nos efeitos ‘deslocatórios’ na vida dos trabalhadores do capitalismo em seu nascimento. Eles são bem conhecidos: a dissolução das comunidades tradicionais, a disciplina brutal e extenuante das fábricas, os baixos salários, a insegurança do emprego. Porém esta é apenas uma parte dos efeitos. Porque a resposta dos operários à deslocação de suas formas de vida pelo capitalismo não foi se submeter passivamente aos *diktats* deste último, mas romper máquinas, organizar sindicatos, realizar ataques. E neste processo novos conhecimentos, novas habilidades emergiam necessariamente que de outro modo não haveriam surgido (Laclau, 1993, p.55-6).<sup>190</sup>

A inserção do empreendimento no MatoDentro não se deu em um vazio simbólico, as estruturas deslocadas operavam de alguma maneira, havia assim uma dinâmica configurada com suas próprias contradições e conflitos. Portanto, é um equívoco afirmar que o projeto *Minas-Rio* inventou todos os conflitos que ocorrem na região, ela convivia com outros problemas antes desse novo ciclo de mineração. A frase proferida por uma moradora de CMD no debate em torno da concessão da LP trata de algumas dessas dificuldades do passado:

Conceição do Mato Dentro, nós não vemos mais as crianças pedindo esmolas nas portas, não vemos mais as mães de porta em porta pedindo esmola, ganhando porta na cara, igual já aconteceu na minha família. A gente quer ser

---

<sup>189</sup> Para Laclau (1993) há uma distinção ontológica entre o plano social e o plano político. O primeiro termo designa práticas sociais estabelecidas, e com o segundo o autor quer demarcar o caráter disruptivo, ou deslocatório, dos momentos de antagonismo. “Las formas sedimentadas de la objetividad constituyen el campo de lo que denominaremos ‘lo social’. El momento de antagonismo, em el que se hace plenamente visible el carácter indecible de las alternativas y su resolucion através de relaciones de poder es lo que constituye el campo de ‘lo politico’” (Laclau, 1993, p.51-2).

<sup>190</sup> Tradução minha, no texto original: “Pensemos em los efectos dislocatorios, em la vida de los trabajadores del capitalismo emergente. Ellos son bien conocidos: la disolución de las comunidades tradicionales, la disciplina brutal y extenuante de la fábrica, los bajos salarios, la inseguridad del empleo. Pero esta es sólo una faz de estos efectos. Porque la respuesta de los obreros a la dislocación de sus formas de vida por el capitalismo no fue someterse de modo pasivo a los *diktats* de este último, sino romper máquinas, organizar sindicatos, llevar a cabo huelgas. Y en este proceso nuevos conocimientos, nuevas habilidades emergían necessariamente, que de otro modo no se hubieran generado”.

digno, eu tenho marido, eu tenho três filhos, eu quero trabalho para meu marido, eu não quero mendigar serviço.<sup>191</sup>

Marcar a diferença entre o empreendimento e a região de instalação possibilita escapar da versão fantasiosa que pretende explicar de forma linear um processo conturbado. Da mesma maneira, a tensão existente entre os moradores da sede urbana de CMD e os moradores da área rural, o que claramente observei no trabalho de campo, não foi uma criação da *Anglo*, embora tenha se fortalecido por sua causa nos últimos anos. A diferença entre a vida dos moradores das áreas rurais e urbanas deste extenso município impediu uma articulação entre os habitantes dos diferentes lugares. A tensão alimentou a fragmentação na construção de uma posição comum dos moradores do lugar. A promessa de um futuro melhor, pela via do desenvolvimento e modernização propalada pela Anglo American, mobilizou os atores locais também porque o “território simbólico” já se encontrava desgastado por problemas diversos. Tal consideração confere legitimidade à escolha de parte dos moradores pelo apoio ao empreendimento. Porém, a afirmação desses que preferem o presente com a mineração da *Anglo*, pois antes haveria mais pobreza, não guarda absolutamente nenhuma relação com o fato da empresa não se responsabilizar pelos problemas que ela efetivamente causa. A complexidade da situação local não facilita a vida de quem quer tirar, desse processo em curso, uma resposta elegante e precisa, que quer ver a chegada da mineração como dádiva ou como dano. A tristeza que observei nas expressões de agricultores do MatoDentro, a angústia frente ao incerto futuro das comunidades, tudo isso que abordei ao longo das páginas desta tese não me permite abordar de forma leviana o processo que transcorre. De modo diferente também vi alegria nos rostos de moradores, inclusive de rapazes e moças que sonham com uma vida mais plena e rica de possibilidades. Em umas das oficinas realizadas em CMD provoquei uma discussão abordando possíveis efeitos negativos do empreendimento no distrito turístico do Tabuleiro, comunidade nas imediações da terceira maior cachoeira do Brasil, quando então uma jovem moradora do distrito afirmou:

Moça: Hoje em dia, lá... antes da mineração chegar, toda as, tipo as meninas que formavam no 3º ano mesmo ou ficavam lá ajudando na roça, dentro de casa, ou trabalhava pro supermercado, essas coisas... e antes, todas as meninas quando completava 15 anos, casava tudo novinha, até os 20. Hoje não, tipo meninas de 15, 16, 17 anos mudaram pra cá, por causa dessa

---

<sup>191</sup> Trecho da fala de uma moradora transcrita da reunião de concessão da LP no COPAM, URC-Jequitinhonha, em Diamantina, dia 12 de dezembro de 2008.

oportunidade de emprego. Hoje você não encontra praticamente meninas de 15, 16, 17 anos lá.

Pesquisador: E o quê essas meninas querem fazer?

Moça: O que essas meninas querem fazer, tô falando o que eu acho, elas mudaram pra cá por causa dos cursos que estão sendo oferecidos. E com a chegada da, da mineração daqui, elas, eu vejo assim que elas não quer continuar lá, porque, elas tem uma oportunidade que antes não tinha, de tá fazendo qualificação.<sup>192</sup>

A moça se expressa com clareza sobre as razões do projeto ter sido bom para o seu distrito. Suas palavras carregam o que ela experiencia em sua vida, o que escuta dos vizinhos e amigos e o que também deseja. Como dizer a essa jovem que o projeto é, na verdade, ruim e que ela não deve apoiá-lo? Ou então, por outro lado, como escutar seu relato e não se lembrar de tantos outros pontuados pelo sofrimento com os danos socioambientais? As contradições da experiência dos sujeitos e o limite de qualquer narrativa em dar conta de forma totalizante do processo, revelam-se articuladas entre si. A incapacidade de lidar com tais contradições decorre tanto da fantasia forjada pelos artífices do *Minas-Rio* acerca de um futuro luminoso, como por outro lado, da visão de que antes da mineração a região vivia em paz, sem qualquer problema estrutural. As formulações contrárias ou favoráveis ao empreendimento não se somam nem se anulam, cada situação conta uma verdade do processo. Sustentar a ambiguidade é tratar cada posição pelo que ela de fato alude, sem desconsiderar a validade de outras condições em nome de uma definição abstrata sobre *a verdade* do *Minas-Rio*. Portanto, a afirmação categórica da jovem do Tabuleiro, mostrando como agora há novos caminhos para as jovens mulheres em seu distrito, não responde ao sofrimento concreto dos atingidos que perderam suas hortas e rebanhos, que não encontram água por causa das implosões nas serras:

A minha mãe ficou doze dias sem água, buscando ela tá... olha, ela está aqui, é ela aqui ó. Ela tá com 80 e tantos anos, buscando água no Super Litro, para se manter, para fazer uma comida. Sendo que tem água com abundância, só no nosso terreno tem seis nascentes e nós não podemos usufruir de nenhuma. Ah! Pelo amor, gente! Vamos pôr a mão na consciência aí (MPE, 2012, p.36).<sup>193</sup>

---

<sup>192</sup> Transcrição da roda de conversa realizada na turma do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge.

<sup>193</sup> Referência à posição do filho de uma moradora da Serra da Ferrugem na audiência pública em São Sebastião do Bom Sucesso, em abril de 2012.

Da mesma maneira, o drama desse sujeito e de sua família não se choca com a posição daqueles que estão felizes com o trabalho e as oportunidades, mas se choca sim com a recusa veemente da empresa em se responsabilizar pelos problemas que ela causa, situação que é respaldada pela letargia do Estado, representado pelo COPAM. Os descontentes carregam em suas experiências mais do que apenas sofrimento, denunciam a falácia de um desenvolvimento que não chegará, mostram a farsa de uma empresa que afirma estar resolvendo os problemas que gera, mas que protela o encontro e em seu lugar produz relatórios, mais projetos e divulga belas imagens da região. Aquilo que seria mais simples, ou seja, entender as causas dos problemas, conversar com os sujeitos e resolver tais situações parece menos importante. A história vivida no MatoDentro questiona a fantasia do desenvolvimento que, em nome de um suposto futuro de riqueza e harmonia, desconsidera a verdade dos sujeitos e desqualifica histórias e experiências.<sup>194</sup>

O interesse pelas implicações da instalação do projeto *Minas-Rio* no território do MatoDentro se baseia na premissa de que o sujeito, por meio de suas experiências, reflexão e juízo, constrói uma figuração própria sobre tal processo. As formas de entendimento articulam as novas experiências a alguma coisa do que se viu e se viveu, forjando uma compreensão sobre a dinâmica em curso. “*Embora as raízes de toda a experiência se encontrem na interação do ser vivo com seu meio, essa experiência só se torna consciente, objeto de percepção, quando nela entram significados derivados de experiências anteriores*” (Dewey, 2010, p.469). A compreensão do deslocamento lança luz não apenas ao processo disruptivo, permite também considerar os novos sentidos que se seguem. No momento em que os deslocamentos incidem, desestabilizando posições e alterando em determinados aspectos a ordem social, como se posicionam os sujeitos? O seguinte trecho do meu diário de campo expressa a angústia de um grupo de moradores na comunidade do Beco, próxima à Serra da Ferrugem. Eu havia me dirigido

---

<sup>194</sup> Este último e relevante aspecto tornou-se mais claro para mim durante a realização do “doutorado sanduíche” na Índia. A perspectiva duplamente crítica de Baviskar (1995) de atenção aos problemas causados pelo Estado indiano na construção de uma barragem na parte oeste da Índia, em território de populações adivasis (tribais); e também na crítica à incapacidade de escuta de ambientalistas e pesquisadores sobre o desejo das próprias tribos e a manipulação de suas aspirações, foi fundamental para refletir acerca das vicissitudes do desenvolvimento no MatoDentro. Mais do que isso, entender que a violência causada pela Anglo American não justifica uma defesa ideológica de uma vida comunitária harmônica e livre de problemas. É pela expressão da posição concreta dos moradores que a “fantasia” é desfeita. Em entrevista com a socióloga Priya Sangameswaran em Kolkata ela expressou tal ponto de maneira bonita: “Se alguém acredita que o povo tem o direito de determinar o tipo de desenvolvimento que quer, isso inclui o direito de escolher a modernização e não escolher uma forma radical de luta política”.

a essa comunidade para participar de uma reunião entre o Ministério Público e os moradores da comunidade. Entre as graves queixas em relação aos problemas gerados pela presença de um alojamento de trabalhadores no local foi a falta de informação dos moradores, acerca do que irá ocorrer no território, o que me deixou mais incomodado nesse dia.

Um sujeito, que falou que não morava na comunidade, mas que tinha um terreno no local, disse que queria saber se eles todos vão ter ou não que sair da região. Ele queria uma posição clara para saber se vende sua terra ou então se pode começar a construir. Nessa hora, outro sujeito falou por muito tempo e eu gostei muito das coisas que ele falou. Entre outras coisas ele disse que o povo tem que parar de só falar em dinheiro e em vender as terras. Ele queria que chegasse alguém, como o Ministério Público, com **“uma história”** pra eles, que chegassem com alguma coisa certa, porque estava tudo muito confuso.<sup>195</sup>

Em algumas casas em diferentes comunidades do MatoDentro, escutei pequenos agricultores falando que a *Anglo* compraria determinada propriedade, o que me deixava intrigado, pois parte dessas propriedades não estava sequer próximas ao local de construção da mina. No contexto do MatoDentro, a reorganização do território com a instalação do projeto, alterou também as relações de trabalho, os envolvimento afetivos, o acesso à saúde e à educação. A mudança social tem sido simbolizada de diferentes maneiras pela população que busca, nos fragmentos da realidade e em sua história, uma resposta para interpretar as mudanças na região. A ausência de um discurso claro se revela com o pedido do morador por “uma história”. Entendo que a falta dessa história significa, na verdade, a presença de contradição e de conflitos de tal ordem que se torna quase impossível a fixação de uma estrutura narrativa. Se a difusão da fantasia do desenvolvimento pela Anglo American produz opressão, por eliminar a história concreta dos atingidos, a ausência de outras narrativas gera também angústia entre os moradores do MatoDentro. A poetisa Isak Dinesen em sua famosa frase afirma: *“todas as dores podem ser superadas se você as puser numa história ou contar uma história sobre elas”* (citado por Arendt, 2008, p.115). A desorientação do sujeito e seu pedido por “uma história” mostra a dificuldade de fazer da experiência uma narrativa que possibilite a transformação da *“sucessão de acontecimentos numa totalidade significativa”* (Ricoeur, 1997, p.105) o que fortalece as tensões sociais e a desconfiança generalizada.

---

<sup>195</sup> Trecho referente ao dia 29 de junho de 2012.

A dificuldade dos jovens interpretarem o novo terreno e tomarem suas decisões, decorria mais da maneira como o projeto chegou à região do que por uma dificuldade intrínseca a esses atores. A presença de uma companhia multinacional, com todo o seu poder econômico, político e simbólico angariou forte apoio de grande parte dos moradores. Esses colocam a empresa como agente capaz de definir os rumos para a região. No entanto, embora dominante, o processo da pesquisa mostrou que nem todos concordam com a “história” que a *Anglo* conta. Assim, os atingidos: as crianças, jovens e adultos, os cidadãos que vivem cotidianamente os efeitos do processo, tiveram que aprender a compartilhar entre si suas pequenas histórias, a costurar sentido e fato e se orientar nas turbulentas relações locais. Vez ou outra esses sujeitos contariam com o apoio de agentes sociais, “como o Ministério Público”, grupos universitários de pesquisa e organizações sociais. A memória de um passado recente de migração dos jovens e de ausência de trabalho mostra que se no presente há inúmeros problemas, a solução não está no passado. O desafio desses jovens é o de fazer valer seus anseios, sem abrir mão dos laços que os constituem como eles são. Ao refletir acerca do objeto central desta pesquisa, as experiências e narrativas dos jovens, entendi que eu não poderia em minha reflexão “moralizar” ou mesmo “politizar” suas escolhas. São eles que vivem ali e lidam com os desafios do cotidiano. Eu gostaria que os anseios, que as palavras e atos desses jovens, ensejassem projetos menos autoritários, mais democráticos e plurais. As palavras e a ação de uma jovem, Alice, talvez ilustrem um modo de lidar com a situação tão difícil e complexa encontrada no MatoDentro.

Quando a entrevistei, Alice terminava o curso de técnica em mineração do SENAI. Ela esperava com ansiedade ser contratada pela Anglo American, o que de fato a animou a fazer inicialmente o curso. Na entrevista, ela disse em muitos momentos o quanto a chegada da *Anglo* foi boa para a região. Com o desenrolar da conversa eu coloquei para ela algumas situações que havia observado na região, como por exemplo, a extinção da comunidade da Água Santa e perguntei sua opinião. Nesse momento Alice falou que esse era o seu medo, de que sua comunidade acabasse “*tipo o que aconteceu em Água Santa*”. Na sequência dessa frase ela contou dos medos em relação aos efeitos do mineroduto sobre as águas e disse que questionava frequentemente seus professores no SENAI a respeito desse problema:

Aí um dia lá eu perguntei pro cara a questão da água, perguntei pra ele com relação à água. Porque o minério vai ser transportado pelo mineroduto e gasta muita água, aí eu perguntei pra ele: “E depois, quando chegar lá o que faz, o

que que eles vão fazer com essa água?”. De início ele falou comigo que a água vai ser, vai ser jogada no mar... Aí eu falei com ele, tá, por enquanto, beleza... porque a água vai acabando, por que eles vão levando, vão levando, ela vai acabando. Aí sabe qual a resposta ele me deu: “Mas num preocupa não, que isso aí só vai ser daqui a 30, 40 anos, que vai começar a ver que a água tá acabando.” Eu falei, “mas eu não tô preocupada comigo... eu tô preocupada é com meus filhos, meus netos, eles não vão saber nem que Itapanhoacanga existiu?”.

Embora feliz com a vida profissional, Alice não deixa de carregar as preocupações com relação à sua comunidade, questionando a empresa acerca dos efeitos do projeto na região. No contexto local, marcado por tanto sofrimento, a possibilidade de um futuro melhor suscitado pelo projeto não impediu que Alice reflita e se posicione, questionando as práticas da empresa. Em sua interrogação sobre a água, Alice carrega o anseio de toda uma região. Crianças, jovens e adultos querem saber o que irá acontecer com a água e com as comunidades. As experiências e sentimentos nem sempre se transformam em angústia e medo, ao simplesmente continuar perguntando, ao insistir em saber sobre a água e não se conformar em não obter uma resposta, Alice convoca esse outro a se responsabilizar e a responder não apenas para ela, mas para todos no MatoDentro.

Escapar da fantasia da *Anglo* é escapar do determinismo da empresa em ditar os significados do território, as representações sobre o passado e sobre futuro; mostrar, por meio de ação e das narrativas uma posição singular dos sujeitos. Tal consideração se revela uma forma de lutar contra a imposição de modos de ser, de fazer e de querer. Por essa razão, a minha atenção se voltou tanto para as experiências, para aquilo que as pessoas sentem; e para as suas narrativas, o que contam a respeito do que lhes acontece. A atenção e o respeito à maneira das pessoas viverem nesses lugares é, portanto, meio de manter o MatoDentro vivo, com as suas belezas, com a riqueza de sua história e de sua gente, com suas contradições e problemas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema, junto com o rádio, ocupou um lugar absoluto na minha infância. E eu queria viver essas aventuras de filmes americanos com um amigo meu; de vagabundos, na estrada, e que encontram um posto de gasolina, aventura, enfim. Então a gente cortou nossas roupas, se sujou todo, se fez de miserável, entrou num trem e foi para o interior. Mas como a gente era muito covarde, eu escolhi ir para um lugar onde tinha um parente longínquo porque, se não desse certo, a gente ia para a casa dele. A gente desceu na estação, andou duas horas, pediu carona na estrada e ninguém parou. E a gente se perguntava o que estava fazendo ali, onde estava o cinema americano, cadê aquela mulher linda que vai aparecer para ajudar a gente? Não tinha. A rotina é trágica.

(Eduardo Coutinho)

A transformação do MatoDentro é representada de diferentes maneiras pela população e pelos demais atores presentes nessa porção meridional da grande cadeia do Espinhaço. Independente do tom e dos termos, a “instalação” do projeto *Minas-Rio*, com o objetivo de explorar as riquezas minerais na Serra da Ferrugem, implicou a inserção de uma nova concepção de mundo no bojo das relações sociais e ambientais do lugar. Tal mudança estrutural não pode ser entendida pela referência exclusiva a um ou a outro processo particular. Com a proposta de entender a situação e incorporar as tensões e contradições observei a vida na região, conversei com adultos, com rapazes e moças da cidade de Conceição do Mato Dentro (CMD) e nas comunidades próximas ao local de construção da mina. Nessas conversas era frequente escutar termos como progresso e desenvolvimento, utilizados pelos sujeitos para *dar conta* da nova dinâmica no local. Em 2012, ano em que realizei a pesquisa, os habitantes da região se viam em constante estranhamento com o que acontecia. A angústia e o medo em relação ao futuro se mesclavam com certo otimismo, sobretudo dos jovens, pelas novas possibilidades de trabalho e de educação, mas também pelas festas e pela agitação do lugar. A transformação da estrutura social implicou em diferentes formas de subjetivação, objeto de meu estudo nesta tese.

Devido ao imenso volume de minério de ferro envolvido na exploração, uma gigantesca estrutura vem sendo construída desde 2009 para garantir condições logísticas

de operação, extração, tratamento e transporte do recurso mineral. A presença de comunidades e famílias nos mesmos lugares de interesse da multinacional se mostrou foco de conflito. A função desses lugares - cidades, distritos e comunidades rurais é sobredeterminada pela posição que ocupam na estrutura funcional do empreendimento. Dom Joaquim, município com pouco menos de cinco mil habitantes é, por exemplo, o local de captação da água para o transporte do minério. É também local de hospedagem de trabalhadores do projeto. Já no Beco, uma pequena comunidade rural na margem direita da MG-010, sentido do município do Serro, localizam-se grandes alojamentos para abrigar milhares de trabalhadores da construção civil necessária ao projeto. Dessa maneira o território vai também mudando, de acordo com a designação que o projeto extrativista lhe impõe.

A Terra existia para Dombey e Filho nela negociarem, e o sol e a lua existiam para lhes fornecer luz. Os rios e mares foram criados para serem singrados por seus navios; os arco-íris davam-lhe a promessa de tempo bom; os ventos sopravam contra ou a favor de seus empreendimentos; as estrelas e os planetas moviam-se em suas órbitas para preservar a inviolabilidade de um sistema cujo centro eram eles (Charles Dickens, citado em Williams, 2011, p.272-3).

A chegada do *Minas-Rio* alterou nomes, apagou comunidades, controlou rumos e impôs novos ritmos de vida. A *Anglo* trabalha não apenas implementando as estruturas físicas do projeto, trabalha também convencendo as pessoas das benesses de sua versão do “desenvolvimento”. Ela associa a propriedade que possui e o uso que fará da riqueza mineral à melhoria geral no presente-futuro da cidade, marcando o tempo passado do MatoDentro sob o signo da pobreza e da precariedade. Mesmo que os empreendedores falem da história colonial da região, ao fazê-lo os artífices desse novo tempo de progresso reforçam uma imagem folclórica do passado, como se a história não fosse a objetivação da vida de um povo, com seu sistema de apropriação dos recursos e sua visão de mundo. A grande maioria dos moradores recebeu com alegria a promessa modernizante e buscou meios de se adequar às possibilidades desse novo tempo-espço, preparando-se para tomar um bom lugar no mundo que chega/parte. Outros resistem, tentam por meio da luta política fazer valer aquilo que pensam ser o justo, não enxergam no processo em curso nada além de destruição e de opressão. Portanto, há diferentes modos de viver a situação, ao contrário do que afirmam os agentes do desenvolvimento, em seus esforços de dirimir os conflitos. Por meio da figuração de que o processo no território é um avanço, a fantasia do desenvolvimento desconsidera as

pujantes contradições promovendo a visão falsamente harmonizada dos processos sociais, como se os problemas que tanto vi, como se as queixas que tanto escutei, fossem meras exceções, problemas pessoais que nada dizem do processo global.

A difusão de uma perspectiva de progresso que hierarquiza as diferentes culturas, o passado e futuro, meio rural e urbano não é uma prerrogativa do MatoDentro. Em diferentes momentos da história os povos foram classificados por signos de inferiores ou superiores de acordo com determinados critérios: a religião, fixação na terra, a industrialização, as práticas culturais. Tal perspectiva, que vê a diferença como fonte de subordinação determinando quem é melhor ou pior em relação a alguma característica, não condiz com o compromisso de assumir a pluralidade como condição dos modos de ser no mundo (Koselleck, 2006; Geertz, 2012). Ao se basear em um entendimento evolutivo da sociedade, o discurso desenvolvimentista nega às pessoas de culturas diferentes o direito de se constituírem de acordo com suas próprias premissas e problemas. Se de fato nós que hoje vivemos - ocidentais e orientais, africanos, brasileiros, europeus - somos contemporâneos, isso significa que vivemos em um mesmo tempo, lidando com situações e desafios do mundo que nos cerca, que o ambiente e a cultura nos colocam. Esse presente não é o mesmo para todos, pois ao longo do espaço e das práticas sociais e culturais cada comunidade se *desenvolveu* de determinada maneira. Dizer isso não é defender o isolamento das culturas, que há muito se encontram em interação e em conflito, mas mostrar os efeitos nefastos de uma compreensão do destino de toda e qualquer comunidade humana a partir de uma *história única*. A figuração do desenvolvimento nos moldes da civilização moderna e ocidental como destino almejado por todos se colapsa quando se torna claro que usando belas palavras, como liberdade, igualdade ou progresso, toda a sorte de opressão vem sendo justificada ao longo dos séculos entre nações, mas também no interior de países, cidades e comunidades (Guha, 1989). Mais do que os elementos econômicos ou sociais do desenvolvimento, esta noção me interessa mais por seu peso simbólico, pela forma como institui um sentido para as contradições de um território. Para Laclau (1993, p.85) o *mito* é uma resposta que ordena um campo social deslocado por antagonismos. A noção de desenvolvimento, utilizada repetidamente pelo grande capital, tem essa função. Por meio de sua enunciação constrói-se uma representação harmonizada do território, na qual benefícios e mesmo os problemas são devidamente caracterizados,

com suas forças e causalidades.<sup>196</sup> Utilizando palavras rebuscadas e gestos performáticos, sisudos gestores e empresários anunciam um futuro no qual tudo será diferente, mais belo, rico e feliz. Parte da ilusão que cerca e fortalece o poder dos agentes mercantis é a auto-atribuição de eficiência que o capital se faz e que permite a expansão da fantasia de que a vida irá melhorar exatamente pela rota determinada por esses agentes.

Entendo a “fantasia do desenvolvimento” como um recurso vital para a instalação do projeto *Minas-Rio* no território do MatoDentro. O manejo do desejo da população local mostrou-se um terreno de investimento da empresa que conseguiu, por esse meio, forte apoio das pessoas do lugar. Desde o início a relação das pessoas com o projeto tem sido marcada por contradição e por conflito, como atestam as muitas notícias utilizadas nesta tese. A esperança presente nas falas dos moradores, de que os dias futuros serão melhores, convive com os problemas presentes e o medo de catástrofes ambientais no horizonte. A angústia em relação ao futuro se torna mais aguda quando os moradores percebem que estão a sabor dos ventos do mercado financeiro e dos acordos obscuros entre o Estado e o capital. A falta de informação e o sentimento de impotência parecem alimentar essa angústia de se ver nas mãos desse “*grande Outro*”. Kehl (2010) diz que o futuro é “*tempo de incerteza por excelência*” e, por essa razão, ela escreve, é “*tempo da fantasia*” (Kehl, 2010, p.147). Ao falar sobre a expectativa, esse termo curioso que designa o futuro, mas está no presente, Koselleck (2006) lembra dos sentimentos que marcam nossas expectativas: “*Esperança e medo, desejo e vontade, inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem*” (Koselleck, 2006, p.310). Como resposta para a impossibilidade de saber, os sujeitos se fiam às imagens para preencher o vazio gerado pelos deslocamentos com suas crises de sentido. A fantasia parece restituir o poder de ação e de entendimento, ao “suturar” os antagonismos sociais (Laclau e Mouffe, 1985). Nos termos de Žižek (1993, p.124): “*O que está em jogo na fantasia ideológico-social é construir uma visão da sociedade que exista, de uma sociedade que não seja antagonicamente dividida, uma sociedade em que a relação entre suas diferentes partes seja orgânica e complementar*”. A referência recorrente de procura da cooperação e do consenso, a despeito da profundidade das desigualdades e

---

<sup>196</sup> Não acredito que esta formação mítica seja um aspecto particular do capitalismo, mas antes um traço comum dele com outras ideologias. Para uma discussão aprofundada sobre o conceito em sua formulação trabalhada aqui, ver Laclau (1993).

hierarquias, atesta para a busca por “uma sociedade que exista”, ou seja, uma sociedade que seja de fato uma associação entre as pessoas em torno do bem comum e não um tempo-espaço de conflito e competição. Compreender o projeto *Minas-Rio* em seus efeitos sobre o ordenamento do território, pela perspectiva da fantasia e da subjetivação, permitiu ampliar o entendimento do fenômeno, abarcando as contradições, ambiguidades e as implicações da construção da harmonia e do consenso.

A imagem suscitada pela presença e trânsito das camionetes luxuosas e modernas da Anglo American nas poeirentas comunidades rurais do MatoDentro, revela-se exemplar do poder associado à empresa. A *Anglo* e as demais empresas contratadas têm como prática manter os carros sempre limpos, apesar da terra e da poeira, o que demonstra uma preocupação mais estética do que propriamente funcional. Essas centenas de camionetes são os objetos ligados ao *Minas-Rio* mais presentes na rotina do MatoDentro. Em uma região economicamente pobre a presença desses veículos representa modernidade, riqueza e poder. A fantasia atua transformando um objeto qualquer, nesse caso uma camionete, em algo de outra ordem, em um objeto de desejo (Zizek, 1992, p.117). O objeto imerso na fantasia aparece ao sujeito não como um artefato material-objetivo, mas constituído por “algo a mais”, algo que leva o sujeito a querer. A fantasia, portanto, “*fornece um ‘esquema’ pelo qual alguns objetos da realidade funcionam como objetos de desejo*” (Zizek, 2006, p.38).<sup>197</sup> É a fusão do objeto com a imagem de potência que ele suscita o que possibilita a consolidação dessa dimensão. Ora, é claro que o carro continua sendo um carro, a diferença se estabelece no momento em que ele passa a significar também outra coisa para determinado sujeito.

Apesar de apreensivas com o futuro, as pessoas da região também se empolgam com a promessa de prosperidade soprada pelo empreendimento. Os carros luxuosos são objetos reais que chegaram à região pelas mãos dos empreendedores, assim como outros e tantos objetos relacionados ao projeto. O empreendimento *Minas-Rio* não é uma ilusão ou uma farsa, não se trata disso. Ele é bastante concreto e dizer que ele se baseia na fantasia do desenvolvimento é lembrar que há uma representação que se impõe e que tenta, inutilmente, encobrir as contradições estruturais do projeto e controlar o que pessoas do lugar devem desejar. No ano de 2011, enquanto o jornal *Diálogo*, publicado pela Anglo American, mostrava belas imagens da região, enquanto detalhava os

---

<sup>197</sup> No texto original “it provides a “scheme” according to which certain positive objects in reality can function as objects of desire”.

investimentos em saúde, educação e infraestrutura feitos pela empresa, a apressada construção de um alojamento de operários na entrada da comunidade da Água Santa despejava dejetos sanitários nas matas próximas à obra, contaminando rios que eram utilizados por famílias que ainda viviam nas imediações. É nesse momento que a fantasia mostra seu limite, é na materialidade do choque entre formas de vida, entre tempos, entre a distância da imagem e a situação concreta no território. A incapacidade dos empreendedores entrarem em relação com as pessoas do lugar se revela no descompasso entre aquilo que é divulgado e as situações de dano e degradação. Ora, embora toda intervenção no meio ambiente gere problemas, como o descrito acima, o que é emblemático na história do MatoDentro é o esforço desmedido na manutenção da fantasia com a recusa do empreendedor em reconhecer o dano e se responsabilizar. Desse processo poderia advir alguma outra relação entre os atores, o que não acontece. Enquanto a Anglo American afirma de forma abstrata que a mineração gera impacto socioambiental, tal consideração não vincula as consequências concretas das atividades da empresa na degradação das condições de vida das pessoas nas adjacências da Serra da Ferrugem.

Por sua vez, a posição dos atingidos frente aos impactos no MatoDentro surge a partir da troca de experiências, das conversas entre as comunidades, no diálogo intermitente com atores de diferentes instituições. Em todas as reuniões e audiências das quais participei, observei em muitos momentos a comoção que certas narrativas causavam em todos os presentes. Histórias como as dos moradores da Água Quente quando contaram os problemas gerados pelo o assoreamento dos rios Passa Sete e Córrego Pereira, rios que atravessam as serras alteradas pela mineração para chegar à esta comunidade. Nas palavras trocadas, no jeito das pessoas dizerem, alguma coisa ia se constituindo. A Anglo American, sempre presente nessas reuniões públicas, procurava se defender das críticas protelando, gerando mais e mais relatórios e documentos, ao invés de simplesmente reconhecer o problema e buscar as soluções apropriadas. Em uma dessas reuniões o promotor da comarca de Conceição do Mato Dentro, respondeu que estava cansado do imenso volume de “papel” que a empresa enviava como resposta às queixas e disse que a única coisa que ele queria era que as pessoas das comunidades atingidas virassem para ele e falassem: *“Agora está tudo bem, não temos mais problema em nossas comunidades”*.

A instalação do *Minas-Rio* gerou novos padrões de segregação social e problemas socioambientais, mas também um maior acesso da população a itens de consumo, oferta de trabalho e o efetivo aumento de renda. Na pesquisa observei situações diversas, a partir das experiências dos adultos e principalmente pelas palavras dos jovens. Se não procurei desfazer os nós e as ambiguidades observadas, o fiz por entender que as experiências das pessoas se constituem em meio a tais condições. Não se trata de pesar o que seria bom e o que seria ruim, colocar tais aspectos em uma balança e medir o resultado, mas expor o significado estrutural abrangente desses aspectos. Assim, contra a tentativa de mascarar os problemas das comunidades e os problemas do projeto, enfatizei as experiências das pessoas do lugar. Contra a centralidade do plano simbólico abstrato, Thompson (1981) sustenta a importância da experiência enquanto dimensão relacional e concreta, na qual homens e mulheres vivem suas vidas e “*refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo*” (Thompson, 1981 p.16). Ao teorizar acerca da experiência, este autor enfatiza o caráter vivido de uma realidade social que é constitutiva dos sujeitos. “*Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis.*” (Thompson, 1981, p.17). Em uma fala na audiência pública em São Sebastião do Bom Sucesso, um dos atingidos se justificou da seguinte forma:

Eu não entendo de mineração, não tenho nada contra mineração, nem a favor, porque eu não entendo. Agora, de destruição eu entendo. Destruição, quando a gente vê alguma destruição, a gente entende, sim. (MPE, 2012).

Ao dizer que não é contra e nem a favor da mineração, o atingido parece lembrar que para ele não há nenhum interesse em discutir “a mineração”. Mais do que saber ou não saber, isso não importa para a sua vida. O que importa é a destruição causada no território em que ele e sua família vivem, é isso o que esse morador da Serra da Ferrugem observa. São essas experiências de dano que devem ser faladas, e não os elementos abstratos da atividade econômica. A maneira como os moradores do MatoDentro interpretam os efeitos do empreendimento é de extrema relevância, pois os caminhos da ação dependem exatamente dessas narrativas que explicam as causas do processo socioambiental. Na sequência de sua fala, o atingido citado anteriormente deu um exemplo interessante sobre como a junção da experiência com a narrativa possibilita uma ação prático-política:

Aquí, na região, as pessoas, quando falam em descendente de quilombo, eles nem sabem o que é, o que significa ser descendente de quilombo, e nem eu também sabia. Nós somos, várias comunidades aqui, como a nossa comunidade dos Pimenta, somos descendentes de escravos. E na Constituição Brasileira tem leis que dão direito a essas pessoas. Nós fomos arrancados de dentro da nossa propriedade, somos descendentes de quilombo, ainda não sabia, dentro da nossa propriedade, pelo segurança do empreendimento, com a Polícia Militar de Conceição do Mato Dentro. Raciocina a gravidade o que é isso, gente. Não sou eu que estou cobrando não, é direito que nós temos pela Constituição Brasileira (MPE, 2012).

A complexa situação no MatoDentro coloca em questão a capacidade das narrativas conferirem sentido aos processos na região. A representação é também um objeto de disputa. Os moradores da área rural, por exemplo, são constantemente desqualificados por parte de alguns moradores da área urbana que afirmam que os atingidos lutam contra a mineração para especular e aumentar o valor de suas propriedades. O julgamento dos atingidos passa a ser mediado pela mesma estrutura simbólica de uma incessante busca do lucro que sustenta a presença da Anglo American no MatoDentro. A nomeação e o sentido dos processos é parte de uma disputa sobre a legitimidade das queixas dos atingidos e sobre o destino do território.

Ao discutir aspectos políticos da historiografia britânica acerca da Índia, Guha (1989) traz uma consideração que me parece pertinente ao processo em curso em CMD. Ele conta que a narrativa construída pelos historiadores britânicos sobre a Índia progressivamente reduzia a relevância da história pré-colonial do subcontinente indiano, superestimando, por outro lado, a importância da presença inglesa na então colônia. Com isso, uma nação milenar constituída por diferentes culturas e religiões surgia pela “descoberta” dos ingleses. Esses historiadores britânicos, afirma Guha (1989, p.290) apesar de acharem que estavam falando da Índia estavam, de fato, contando a história da presença do Império Britânico no sul da Ásia.

A luta no MatoDentro é também uma luta por representação e reconhecimento. Dessa forma pode-se contar a história dos moradores do MatoDentro, com suas experiências de vida e sua cultura, ou então, pode-se contar a história da presença do empreendimento na região. Em minha pesquisa foi preciso entender a complexidade das histórias de vida naquele território para entender qual história eu iria contar. Para entender o quanto a maneira como uma história é contada é fundamental no campo dos embates socioambientais, Mark Cutifani, o presidente-executivo mundial da Anglo American, em entrevista recente falou:

O setor de mineração tem um problema de reputação. De maneira geral, não contamos a nossa verdadeira história. Com isso, permitimos que terceiros, com interesses específicos e conflitantes, contem uma parte pequena e enganosa da história da nossa atividade (Ecológico, 2013).

Com a sua afirmação categórica ele expressa a vontade de controlar não apenas o destino dos recursos minerais, mas também o próprio processo histórico. Dimensão que implica relação e que se faz pela tensão entre povos e culturas, pela forma como a vida social segue ao longo do tempo. Na “*história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas*” (Koselleck, 2006, p.312). O “*problema de reputação*” da indústria da mineração não decorre de uma verdade não contada, mas da impossibilidade das empresas controlarem totalmente o sentido da história. A experiência, ainda para Koselleck (2006), sempre preserva algo da alteridade, algo do outro. A afirmação de que a indústria mineral “*não conta a sua verdadeira história*” parece sugerir a possibilidade de uma mineração que não tenha que se referendar nos outros, ou seja, nas pessoas e comunidades ao redor do mundo que vivem este processo.

A maior parte das queixas dos atingidos no MatoDentro contra a Anglo American, em certa medida, refere-se à recusa da empresa em reconhecer os danos que causa. Não por outro motivo, o termo que politiza a relação do projeto com as pessoas do lugar é o de *atingido*, termo que substantiva tal experiência de dano. Ora, há diferentes formas de interpretar a situação local a partir de concepções sobre o território, o mercado e a cultura. O atingido traz um ponto de vista singular nesse debate. Em minha condição de psicólogo social e pesquisador, tornou-se claro o quanto era difícil para muitas pessoas se expressarem sobre o que estava acontecendo. O problema não decorria “apenas” da convivência do atingido com os problemas causados pelo empreendedor como também neles terem que assumir uma posição de fala em relação à empresa multinacional, com todo peso simbólico, político e financeiro desta. Contudo, no cenário local, muitos apoiam o processo em curso e acreditam na promessa de desenvolvimento. Eu não poderia, portanto, desqualificar o que estes falavam e o que queriam, contando a “*verdadeira história do MatoDentro*”. Tratar os outros enquanto sujeitos nesta pesquisa significou adotar uma radical abertura ao que eles falavam e expressavam, a despeito das possíveis discordâncias.

As pessoas não se resumem ao lugar que os mitos lhes conferem, suas experiências e modos de viver perturbam, de um modo ou de outro, a versão *fetichista* imposta aos moradores do lugar. É pela palavra que os atingidos articulam suas experiências ao que vivem e desejam. Do ponto de vista dos modos de subjetivação, minha perspectiva analítica foi influenciada por Arendt (2010) em seu estudo sobre a “vida do espírito”, o pensar, o querer e o julgar. A vida do espírito sofre os efeitos da estruturação do campo social, pelo rompimento de vínculos e pela construção de novas relações. Quando o atingido citado anteriormente disse não entender de mineração, mas sim de destruição dele, por meio de sua fala e utilizando sua reflexão e juízo, quebra certo discurso abstrato sobre aspectos positivos e negativos, ao recusar os termos que até então vinham sendo propostos naquela audiência pública. A capacidade de se posicionar não é uma prerrogativa de poucos eleitos, as situações que colocam um sujeito em questão estão ocorrendo cotidianamente. A dificuldade de marcar uma posição singular se justifica nos efeitos restritivos do poder econômico e cultural sobre o entendimento e a ação dos sujeitos.

Ao chegar pela primeira vez em Itapanhoacanga fiz algumas entrevistas com alunos da escola, da mesma maneira como procedia em outros lugares. Nesse dia me surpreendi com a resposta de vários rapazes quando perguntei com o quê eles gostariam de trabalhar quando crescessem. “*Motoristas*” foi o que quase todos me disseram. Em minha perspectiva analítica, essa escolha refletia algumas questões prementes no campo de pesquisa. Por um lado mostrava a falta de opções de trabalho para os jovens desse distrito, com poucas possibilidades de ensino e formação. A afirmação deles parecia também falar da falta de perspectivas na vida rural, sobretudo em comparação à brutal oferta de empregos que o empreendimento gerou. A possibilidade de trabalhar, receber salário e guiar as possantes camionetes da empresa parecia, assim, um bom caminho no contexto local.

De certa maneira, nesse dia, a questão do motorista me incomodou mais pelo fato de que quase todos os rapazes falaram a mesma coisa. A expressão *dos jovens* mostrava mais do que uma escolha individual de profissão, uma vontade coletiva. Embora eu soubesse das dificuldades da vida na região, achava perversa a maneira como o empreendimento prometia um futuro luminoso, mas o que oferecia eram empregos com pouca possibilidade de ascensão social, cultural e política.

Lendo e relendo o material de pesquisa, voltando às minhas observações, refaço o caminho. Nesse percurso, lembro a dificuldade que tive no acesso a determinados distritos e no isolamento de algumas comunidades. O lugar é mais do que espaço, ele sedimenta as histórias das pessoas que vivem ali e nos mostra as dificuldades e belezas da região. O MatoDentro é um universo de signos e também de distâncias, declives, histórias, casas e estradas. Muitas perguntas me mantinham em alerta sobre a complexidade e as implicações da chegada *Minas-Rio* na vida dos moradores da região. E nenhuma resposta parecia suficiente para expressar de forma mais completa os desígnios do lugar, as expectativas das pessoas, as experiências cotidianas.

Nesse sentido Baviskar (1995) me ajudou a entender o significado dessa dificuldade em obter uma resposta que me satisfizesse. Em sua análise, a socióloga indiana se mostrava preocupada com a ação do pesquisador que em nome da emancipação e do conhecimento reproduz de forma *fetichizada* a vida e a identidade das populações marginalizadas. Para Baviskar (1995) o pesquisador social não pode imputar às pessoas que vivem imersas em conflitos socioambientais, pensamentos e expectativas que elas não possuem. A socióloga indiana não desconsidera de forma alguma o grave problema da degradação socioambiental promovida pela invasão capitalista sobre culturas tribais ou tradicionais, e nem a relevância política das formas de resistência a toda sorte de opressão. O que ela aponta é que observou, em seu trabalho de pesquisa, outras maneiras de viver que não se adequavam às categorias com as quais vinha trabalhando e que por essa razão argumenta que “*as práticas dos sujeitos devem ser entendidas não pelas categoriais estruturalmente determinadas, mas por meio da especificidade das experiências contraditórias vividas*” (Baviskar, 2008, p.7). Ora, ao considerar a verdade contida em tal afirmativa me mantive atento aos modos de ser e de agir dos sujeitos no MatoDentro. A minha presença na região, o contato com as pessoas com as quais convivi e que se abriram para mim durante o trabalho de campo, jovens ou adultos, homens ou mulheres, lembram que há uma responsabilidade infinita em entender e interpretar de forma “digna” os pensamentos, sentimentos e desejos desses outros.

Em minhas observações, parte da angústia dos moradores do MatoDentro parecia decorrer da sensação de que eles não foram consultados a respeito do que acontecia, de que não haviam decidido nada daquilo. Muitas dúvidas restavam (elas permanecem) sobre como será a vida na região e não só há poucas respostas, como

pouca vontade das empresas e dos agentes públicos em informar aos atingidos o que eles precisam e querem saber. Se o desrespeito em relação ao que as pessoas querem impera no novo tempo no MatoDentro, os jovens vivem tal processo de forma ainda mais forte. Muito se fala na cidade sobre o que eles devem ou não fazer, o que devem querer e como agir, mas poucos perguntam a eles o que realmente querem e o que acham dos acontecimentos recentes. Ao estranhar a vontade expressa pelos rapazes de Itapanhoacanga em serem motoristas, compreendi com isso o hiato entre o que eles, os jovens queriam e a minha perspectiva sobre suas vidas. A situação específica de cada um desses rapazes expressa também relações entre funções, identidades e querereres que estão em tensão no conflito socioambiental.

Em certo sentido, o que a empresa mineradora faz com os moradores é similar ao que os atores institucionais fazem com os jovens no contexto MatoDentro: desconsiderar as formas concretas de vida, as perspectivas e razões, em nome de um entendimento genérico e distante da situação no local. Relendo meu material de pesquisa e revendo as cenas no campo, percebo que em certos momentos eu me via nessa direção, atribuindo aos sujeitos que encontrava perspectivas que não eram as deles, mas que me pareciam claras de acordo com as circunstâncias. A suposição do que os jovens devem fazer ou querer é um modo de negar aos sujeitos a possibilidade mesma da decisão, com os riscos e responsabilidades que esta implica.

A mudança do território se fez sem que as pessoas do lugar elaborassem tal processo, e por essa razão o sentimento de desrespeito dos atingidos sobressai. Os rumos do MatoDentro foram determinados por escolhas acordadas entre as elites econômicas e políticas. Para além de uma visão pessimista sobre a situação, o que vi foi um processo extremamente complexo e difícil de construção de entendimento e de formas de ação por parte da população local. As dificuldades da vida permanecem, e é em meio a elas que os atingidos elaboram. O processo é e permanecerá inconcluso, a possibilidade de uma outra história, de outras formas de lidar com os problemas no MatoDentro é o que mostra que a riqueza do território não se resume ao que dele busca a mineração.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n.87, pp.97-113, jul 2010.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, p. 23-35. 2004.

\_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados**. (USP.Impresso), v. 24, p. 103-120. 2010.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ZHOURI, A. (Org.). **A Insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e resolução negociada de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 34-62. 2010.

AGB, **Relatório dos impactos socioambientais do Complexo Portuário do Açú**. Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2011.

ALIERZ, J. M.. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto. 2007.

ALONSO, A. e COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil, mimeo. Trabalho preparado para o encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, 22 e 23 de nov. de 2000.

ANASTASIA, C. M. J. **A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2005.

ARBIX, G. Caminhos cruzados – rumo a uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação. **Novos Estudos Cebrap**, n.87- Jul. (Dossiê Governo Lula), p.13-33. 2010.

ARENDT, H. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das letras. 2004.

\_\_\_\_\_. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010

\_\_\_\_\_. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008

ARRUDA, A. **Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente: representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas cariocas.** Tese de Doutorado. (Psicologia Social). São Paulo: USP. 1996.

BARRET, M. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, S. (org.) **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

BAVISKAR, A. **In the Belly of the River: Tribal Conflicts over Development in the Narmada Valley.** Oxford University Press: Delhi. 1995.

\_\_\_\_\_. The dream machine – the model development project and remaking of the state. In: BAVISKAR, A, (org.). **Waterscapes. the cultural politics of a Natural Resource.** New Delhi. Perment Black. 2007.

\_\_\_\_\_. (ed.) **Contested Grounds: Essays on Nature, Culture and Power** New Delhi: Oxford University Press. 2008.

BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentável: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUES, M. A. R. S.; ALAMINO, R. de C. (Eds.). **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial: grandes minas.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI. 2011.

BECKER, L. **Tradição e Modernidade: O Desafio da Sustentabilidade do Desenvolvimento na Estrada Real.** Tese de Doutorado. (Ciência política). Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDT- Meio ambiente. **Relatório de impacto Ambiental – RIMA.** Lavra a céu aberto tratamento Mineral e infra-estrutura. 2007.

BRASIL. **Cartilha “Brasil Maior”.** Disponível em <[www.mdic.gov.br/brasilmaior](http://www.mdic.gov.br/brasilmaior)>. 2011. Acesso em 20 de junho de 2012. Acessado em 10 de jul de 2012.

BRONZ, D. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental.** Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social). Rio de Janeiro. Museu Nacional. 2011.

BULLARD, R. D. **Confronting environmental racism: Voices from the grassroots.** Boston, MA: South End Press, 1993.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p.11-42. 1998.

\_\_\_\_\_. **Giving an account of oneself.** New York; Fordham University Press. 2005.

CARDOSO, R. C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: \_\_\_\_\_ (org). **A aventura antropológica – Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-47. 2005a.

\_\_\_\_\_. A oligarquização da política ambiental mineira. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 65-88. 2005b.

CARVALHO, I. C. M. ; STEIL, C. A. A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 11, p. 289-305. 2008.

CARVALHO, I. M.. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Tese de Doutorado em Educação. Porto Alegre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil, 2001.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Crianças e Jovens na Construção da Cultura**. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ. p.19-46. 2001a.

\_\_\_\_\_. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In: \_\_\_\_\_. **Subjetividade e Cidadania: um estudo com crianças e jovens de três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS/FAPERJ.2001b.

\_\_\_\_\_. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: MOREIRA, M. I; DAYRRELL, J. ; STENGEL, M. (Org.). **Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2011.

CASTRO, L. R. e CORREA, J. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: CASTRO, L. R.; e CORREA, J. (Org.). **Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: NAU, (p.09-26). 2005.

CASTRO, L. R. de ; MATTOS, A. R. . O que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social** (Lisboa). 2010.

CASTRO, L. R et Al. **Falatório: participação e democracia na escola**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2010.

COPAM. Ata da 43ª Reunião Ordinária da URC – Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha realizada na União dos Militares do Estado de Minas Gerais. Largo Dom João, 84. Centro. Diamantina/ MG. 2010.

Disponível em: </www.meioambiente.mg.gov.br/copam/urcs/Jequitinhonha>. Acessado em: set. de 2012. Acessado em 22 de agosto de 2012.

COSTA, F. **A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural**. 2014. Tese (Doutorado em psicologia). Programa de Pós-graduação em psicologia. UFMG. 2014.

CRAIB, I. **Experiencing Identity**. London: Sage. 1998.

DAYRELL, J. O Rap e o Funk na Socialização da Juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136. 2002.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes. 2010.

DIVERSUS. Diagnóstico socioeconômico da área diretamente afetada e da área de influência direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas- Rio Mineração S.A. 2011.

DRUMMOND, J. A. As primazias dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n.62, p. 5-25. 2006.

ERM. India Privated limited Preparation of Sustainable Development Framework (SDF) for India Mining Sector. Draft report. 2010.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press. 1995.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161. 2005.

FAZITO, M. R. F. **Competing Rationalities of Tourism Development in the Espinhaço Range Biosphere Reserve, Brazil**. Dublin, 2013. Tese de Doutorado (School of Geography, Planning and Environmental Policy). University College Dublin. 2013.

FERREIRA, B. **O risco do político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FLEURY, L.C.; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: Conflito ambiental e o desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**, v. XVI, n4. São Paulo, p.141-158. 2013.

FORUMCMD. **Relatório do I Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável Local e Regional em CMD**. 07 de 08 de junho de 2007.

FREITAS, F.Q.F. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia: Reflexão e crítica**, vol.11; n.1 Porto Alegre. 1998.

GADGIL, M.; GUHA, R. Ecological conflicts and the environmental movement in India. **Development and change**, vol 25, p.101-136.1994.

- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 12a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.
- GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociológicas compreensivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1978.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOLDMAN, M. Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica. **Etnográfica** (Lisboa), Lisboa, v. X, n.1, p. 161-173. 2006.
- GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. In: **Megadiversidade - Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridade de conservação**. v 4; n1-2. 2008.
- GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A. DE; HERCULANO, S. (orgs). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.
- GRAMSCI, A. Introdução ao estudo da filosofia. In: Coutinho, C.N (org). **O leitor de Gramsci – escritos escolhidos (1916 - 1935)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.
- GUHA, R. Dominance without hegemony and its historiography. In: \_\_\_\_\_ (org). **Subaltern Studies VI**. 1989.
- HAJER, M. Coalitions, practices and meaning in environmental politics: From acid rain to BSE. In: HOWARTH, D.; TORFING, J. **Discourse theory in European politics. Identity, policy and governance**. Hampshire: Palgrave Macmillian. 2005.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, vol5, p.07-42. 1995.
- HELLER, A. A Sociologia como Desfetichização da Modernidade. **Novos Estudos Cebrap**, p.204-205. 1991.
- \_\_\_\_\_. **O Cotidiano e a história**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HERNANDÉZ, F. M. e MAGALHÃES, S. M. B. Ciência, cientistas, democracia desfigurada e licenciamento ambiental sob constrangimento. In: ZHOURI, A. (org). **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG. p.295-324. 2011.
- HOWARTH, D. e STRAVRAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. IN: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STRAVRAKAKIS, Y. **Discourse Theory and Political Analysis**. Manchester: Manchester University Pres. 2000.

IBASE/POLIS. **Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis**. Brasil: Relatório nacional. Rio de Janeiro. 2007.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo. 2010

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Contraponto. 2006.

LACLAU, E. e MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. London and New York: Verso.1985.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1993.

\_\_\_\_\_. **La razon populista**. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica. 2005.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental. As racionalidade distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (org). **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

LEITE LOPES, J. S. ; ANTONAZ, D. , PRADO, R. e SILVA, G. (Orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e território dos povos. In: ZHOURI, A. E LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.92-113. 2010.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião. 1974.

MARTINS, M. L. Minas Gerais - séculos XVIII E XIX: da mineração à agricultura mercantil de subsistencia. Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, Faculdade de Filosofia e Letras. s/d.

MATTOS, A. R. **Liberdade, um problema do nosso tempo: os sentidos da liberdade para jovens no contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **Conversas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MISHRA, M. Communicating the true ecological costs of development: Addressing development and environment. In: **International conference future imperatives of communication and information for development and social change**. 2010.

MME (Ministério de Minas e Energia) **Plano nacional de Mineração, 2030**. (PNM - 2030). 2010

MPE. Tanscrição da Audiência Pública realizada em 17 de abril de 2012, na comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, Município de Conceição do Mato Dentro-MG, para tratar dos direitos fundamentais das populações atingidas por empreendimento de mineração. 69fls. 2012.

NADER, L. Ethnography as theory. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**. v,1 n.1. p.211-219. 2011.

NANDY, A Modernity and the sense of loss. **Deutsche Gesellschaftfür Technische**, Berlin, em 9 de junho de 2004. Disponível em: [http://www.fortschritt-weltweit.de/dokumente/indien/fortschritt\\_indien\\_nandy.pdf](http://www.fortschritt-weltweit.de/dokumente/indien/fortschritt_indien_nandy.pdf). Acessado em: 15 de set. de 2011.

\_\_\_\_\_ An ambiguous journey to the city. In: **The village and other odd ruins in the Indian imagination**. Nova Déli: Oxford University Press. 2001.

\_\_\_\_\_ **Bonfire of Creeds. The Essential Ashis Nandy**. Nova Déli: Oxford University Press. 2010.

NORVAL, A. **Deconstructing apartheid discourse**. London: Verso.1996.

\_\_\_\_\_ **Aversive democracy – Inheritance and originality in the democratic tradition**. New York: Cambridge University Press.2007

PADEL, F e DAS, S. **Out of This Earth - East India Adivasis and the Aluminium Cartel**. NovaDéli: Orient Blackswan Private Limited. 2010.

PEIRANO, M. A favor da etnografia. **Anuario Antropológico/92**. 1994.

PEREIRA, D. B. e PENIDO, M. O. (2010). Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des) envolvimento social. In: ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG (p.250-275).

PILKINGTON, H.; JOHNSON, R. Peripheral youth: relations of identity and power in global/local context', **European Journal of Cultural Studies**. v.6, n.3, p.259– 83. 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record. 2004.

\_\_\_\_\_ **Os descaminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto. 2006.

PRADO, M.A. **Des-razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação. Um mapa teórico sobre o sujeito coletivo e o político na literatura acerca das ações coletivas**. 2000. Tese (doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Pontíficia Universidade Católica de São Paulo. 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, p.227-278. 2005.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento.** São Paulo: Editora 34. 1996.

\_\_\_\_\_. **O mestre ignorante.** Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

RATTANSI, A.; PHOENIX, A. Rethinking Youth Identities: modernist and postmodernist frameworks. In: J. BYNNER, L. CHISHOLM & A.FURLONG (eds). **Youth, Citizenship and Social Change in a European Context.** Aldershot: Ashgate. (p.121-149). 1997.

RIBEIRO, A. P. **A caligrafia da sociedade na paisagem: transformações no entorno de unidades de conservação da Serra do Espinhaço.** Brasília, 2013. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2013

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa.** v. I. Campinas: Papyrus. 1997.

ROTHMAN, D. F. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata: articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, LASCHESFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p.360-381. 2010.

ROY, A. Foreword. In: **Out of This Earth - East India Adivasis and the Aluminium Cartel.** NovaDéli: Orient Blackswan Private Limited. 2010.

SABATINI, F. Conflictos Ambientales en America Latina: distribución de externalidades o definicion de derechos de propiedad?. In: SABATINI, F.; SEPULVEDA, C. (ed). **Conflictos Ambientales – Entre Globalización y la Sociedad Civil,** Santiago de Chile, CIPMA, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais;** tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte. Editora Itatiaia. 2000.

SANTOS, A. F. Informação técnica – 06/2008. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Minas Gerais. 2008.

\_\_\_\_\_. Informação técnica – 05/2010. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Minas Gerais. 2010.

\_\_\_\_\_. Concepções de Cultura, Reconhecimento de Direitos: o Caso dos Atingidos pela UHE Irapé/MG. In: CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I. V. P.; LAGE, C. M. F.. (Org.). **Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural.** 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SATO, L. e SOUZA, M. P. S. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP,** vol.12, n.2. São Paulo. 2001

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SISEMA (2008). **Parecer único SISEMA** n° 001\2008.

SMITH, A. M. **Laclau and Mouffe: The radical democratic imaginary**. Nova York: Routledge. 1998.

SPOSITO, M. P. ; SILVA, H.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 32, n. 32, p. 248-267. 2006.

STEPHENSON, S. Narrative. In: BROWNING, G.; HALCLI, A.;WEBSTER,F. **Understanding contemporary society: theories of the present**. London: SAGE publications. 2000.

TCU. **Cartilha de licenciamento ambiental**. 2ª. Ed. Brasília. 4ª secretária de Controle Externo. 2007.

THOMPSON. E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

TORFING, J. **New theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Žižek**. Oxford: Blackwell.1999.

VALÊNCIO, N. Conflitos ambientais no Veho Chico: o modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG . 2010

VIOLA, E.; LEIS, H.. O Ambientalismo Multissetorial No Brasil Para Além da Rio-92: O Desafio de Uma Estratégia Globalista Viável. In: VIOLA, et al (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento E Cidadania: Desafios Para As Ciências Sociais**. São Paulo/SP: Editora Cortez e Editora da UFSC, 1995.

WEBER, M. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. London and New York: Routledge. 2005.

WHITMORE, A. The emperors new clothes: sustainable mining?. **Journal of Cleaner Production** 14. 2006.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na historia e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

YEARLEY, S. **Cultures of environmentalism: Empirical studies in environmental Sociology**. Houndmills, NY: Palgrave MacMillan.2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: \_\_\_\_\_(org.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG. 2010.

ZHOURI, A. (org) **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

ZHOURI, A. ; OLIVEIRA, R. S. Experiências Locais e Olhares Globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. In: STEIL, C.; CARVALHO I.C. M.. (Org.). **Cultura, Percepção e Ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, p.191-210. 2012.

ZHOURI, A. ;LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005

ZIZEK, S. **O sublime objeto da ideologia**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_ **The parallax view**. MIT. Cambridge. 2006.

ZUCARELLI, M.C. O Papel do Termo de Ajustamento de Conduta no Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas. **Trabalho apresentado no III Encontro da ANPPAS**, Brasília, DF. Maio de 2006. Disponível em:  
<[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro3/arquivos/TA315-03032006-121551.DOC](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA315-03032006-121551.DOC)>. Acessado em 04 de jul. 2014.

### ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

ALONSO, O. Minas-Rio tem perda de de U\$ 4 bi. **Valor Econômico**. 30 de jan, 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2988772/minas-rio-tem-perda-de-us-4-bi>>.Acessado em 03 de fev de 2014.

ARANHA, P. Grupo MMX acerta parceria com Anglo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 de maio. 2007. Economia, p.16.

CARDOSO, J. Anglo American prevê iniciar em março obras do projeto Minas-Rio. **Valor Econômico**, 10 de dez. 2010. Disponível em:  
<<http://www.valor.com.br/arquivo/693247/anglo-american-preve-iniciar-em-marco-obras-do-projeto-minas-rio>>. Acessado em 08 de nov. de 2013.

CILO, H. O novo eldorado da mineração. **Istoé Dinheiro**, 21 de março. 2012. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20120321/novo-eldorado-mineracao/1849.shtml>>. Acessado em 08 de nov de 2013.

DIÁLOGO. Queremos fazer uma diferença positiva na comunidade. **Diálogo - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American**. Ano 2. n°8, set/out. 2010.

\_\_\_\_\_ Preferência para quem é de casa. **Diálogo - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da anglo american** . ano 3 . n° 14. Jan/fev. 2012a.

\_\_\_\_\_ Transformação real. **Diálogo - Publicação destinada às comunidades de relacionamento da anglo american**. Ano 3 . n° 15.Mar/abr/maio.2012b.

DURÃO, V. S. Justiça libera Anglo American para retomar obras em MG. **Valor Econômico**, 13 de set. 2009. Disponível em:  
<http://www.valor.com.br/empresas/2829276/justica-libera-anglo-american-para-retomar-obras-em-mg>>. Acessado em 04 de nov. de 2013.

\_\_\_\_\_. Anglo American obtém licenças para Minas-Rio. **Valor Econômico**, 21 de dez. 2009. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/643197/anglo-american-obtem-licencas-para-minas-rio>>. Acessado em 15 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. Anglo American confirma investimento total de US\$ 5,8 bi no Minas-Rio. **Valor Econômico**, 05 de março. 2013. Disponível em:  
<http://www.valor.com.br/empresas/2555124/anglo-american-eleva-investimento-para-us-58-bi-no-minas-rio>. Acessado em 07 de nov de 2013.

\_\_\_\_\_. Anglo avalia segunda fase de expansão no projeto Minas-Rio. **Valor Econômico**, 05 de março. 2012. Disponível em:  
<<http://www.valor.com.br/empresas/2555222/anglo-avalia-segunda-fase-de-expansao-no-projeto-minas-rio>>. Acessado em 08 de nov. de 2013.

ECOLOGICO. O recado de Cutifani. **Revista Ecológico**. Ed.62. 2013.

ESTADO DE MINAS. Mineração do Estado ganha mais US\$ 2 bi. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de dez. 2006. Economia, p.16.

ESTADO DE MINAS. Tecnologia para vender a chineses. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 de fev. 2008. Capa.

\_\_\_\_\_. Mineração. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 de jan, Economia, p.13, 2013.

\_\_\_\_\_. Talento nasce na escola. **Estado de Minas**, Belo Horizonte. 28 de nov de 2013. Caderno Especial Mineração e Minerurgia, p.3.

\_\_\_\_\_. American anuncia gasto de US\$ 4 bilhões no projeto Minas-Rio. **Estado de Minas**, 29 de jan. 2013. Disponível em:  
<[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/01/29/internas\\_economia,346808/anglo-american-anuncia-gasto-de-us-4-bilhoes-no-projeto-minas-rio.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/01/29/internas_economia,346808/anglo-american-anuncia-gasto-de-us-4-bilhoes-no-projeto-minas-rio.shtml)>. Acessado em 10 de nov. de 2013.

FERREIRA-MARQUES, C. e CRUISE, S. Pressionada, CEO da Anglo American pede demissão. 2012.  
Disponível em: <[br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE89P04620121026](http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE89P04620121026)>. Acessado em 01 de fev de 2014.

FURBINO, Z. Minas terá US\$ 9,6 bi da Anglo American. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 de jan de 2008. Economia, p.16.

\_\_\_\_\_. Terra em transe - Disputa entre mineradoras e preservação deixa cidade em pé de guerra. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 de março. 2010.

\_\_\_\_\_. Anglo para atividades no estado. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 de março de 2012a. Economia, p.18.

\_\_\_\_\_. Mais uma ação no caminho da lavra. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 03 de abril. 2012b. Economia, p.15.

\_\_\_\_\_. Anglo American leva duro golpe no projeto Minas-Rio. Multinacional recebe recomendação para sanar os problemas causados pelo projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 13 de junho. 2012c. Disponível em:

<[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/13/internas\\_economia,299757/anglo-american-leva-duro-golpe-no-projeto-minas-rio.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/13/internas_economia,299757/anglo-american-leva-duro-golpe-no-projeto-minas-rio.shtml)>. Acessado em 09 de set de 2012.

GALDINO, R. Obras de mineroduto devastam Conceição do Mato Dentro. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 27 de nov de 2013. p. 20.

\_\_\_\_\_. Haitianos enfrentam 2º recomeço em 3 meses. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 23 de nov de 2013. p. 21.

GROSSI, P. Anglo American só iniciará exportações em 2014. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2 de abril de 2013. p. 12.

HOJE EM DIA. Cadê a riqueza? **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 27 de nov de 2013. Capa.

HOLANDA, T. Rumo ao desconhecido. **Estado de Minas**, 6 de abril. 2012. Caderno Especial: Ontem e Hoje.

\_\_\_\_\_. Forasteiros sedutores. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 13 de jan de 2013. Caderno Geraes.

LAGUNA, E. Projeto da Anglo American no Brasil atrasa. **Valor Econômico**, 30 de jul. 2010. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/671987/projeto-da-anglo-american-no-brasil-atrasa>>. Acessado em 04 de fev de 2014.

\_\_\_\_\_. Anglo American obtém licença ambiental para Minas-Rio. **Valor Econômico**, 21 de fev. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/873601/anglo-american-obtem-licenca-ambiental-para-minas-rio>>. Acessado em 07 de nov de 2013.

MACDONALD, A; MILLER, J.W e MAYLIE, D. Venda ou cisão de ativos são desafio para a Anglo American. **Valor Econômico** (publicado originalmente no The Wall Street

Journal), 27 de jul. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/impreso/wall-street-journal-americas/venda-ou-cisao-de-ativos-sao-desafio-para-anglo-american>>. Acessado em 06 de fev de 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Obra da Anglo American é flagrada com tráfico de pessoas. 15 de nov. 2013. Disponível em: <<http://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/112109410/obra-da-anglo-american-e-flagrada-com-trafico-de-pessoas>>. Acessado em 20 de nov de 2013.

MOVIMENTO PELAS SERRAS E ÁGUAS DE MINAS. Nota do Movimento pelas Serras e Águas de Minas: Sinal verde do governo Aécio Neves para MMX. 16 de dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2008/12/16/nota-do-movimento-pelas-serras-e-aguas-de-minas-sinal-verde-do-governo-aecio-neves-para-mmx/>>. Acessado em 10 de out de 2011.

MOREIRA, I. MMX adia nova pelletizadora. **Valor Econômico**. 08 de maio, 2007. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/540833/mmx-adia-nova-pelletizadora>>. Acessado em 08 de nov de 2013.

OSSE, J. S. MMX quer vender 300 mil toneladas de minério granulado no Brasil a partir de 2007. **Valor Econômico**, 18 de dez. 2007. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/527095/mmx-quer-vender-300-mil-toneladas-de-minerio-granulado-no-brasil-partir-de-mg-em-2007>>.

PAIVA, P. Mineração do estado ganha mais U\$ 2 bi. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de nov. 2006. Economia, p. 16.

PEDROSA, A. P. UFMG diz que há ‘equivocos’. **O Tempo**, Belo Horizonte, 23 de set. 2013. P.8-9.

\_\_\_\_\_. Anglo American invade quintal de casa para fazer mineroduto. **O Tempo**, Belo Horizonte, 23 de set. 2013.

\_\_\_\_\_. Anglo American não reconhece danos causados à famílias. **O Tempo**, 25 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/anglo-american-n%C3%A3o-reconhece-danos-causados-%C3%A0s-fam%C3%ADlias-1.718617>>. Acessado em 02 de fev de 2014.

PEDROSA, A. P.; GROSSI, P. e ARIADNE, Q. Os órfãos do progresso. **O Tempo**, 28 de jul. 2013. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/os-%C3%B3rf%C3%A3os-do-progresso-1.687873>>. Acessado em 10 de nov de 2013.

REZENDE, J. Força-tarefa resgata haitianos em trabalho degradante em MG. **O Tempo**, Belo Horizonte, 19 de nov. 2013. p.10.

RIBEIRO, I. MMX, de Eike Batista, estréia na bolsa com projeto de U\$ 3,6 bilhões. **Valor Econômico**, 24 de julho de 2006. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/arquivo/510619/mmx-de-eike-batista-estreia-na-bolsa-com-projeto-de-us-36-bilhoes>>. Acessado em 07 de nov de 2013.

ROSAS, R. Anglo anuncia atraso no projeto Minas-Rio. **Valor Econômico**, 30 de out. 2008. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/599407/anglo-ferrous-anuncia-atraso-no-projeto-minas-rio>>. Acessado em 08 de nov de 2013.

ROSAS, R. Anglo Ferrous Brazil critica possível aumento de royalties. **Valor Econômico**, 10 de set. 2009. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/632429/anglo-ferrous-brazil-critica-possivel-aumento-de-royalties>>. Acessado em 07 de nov de 2013.

\_\_\_\_\_. Anglo Ferrous planeja elevar produção no Brasil. **Valor Econômico**, 11 de set. 2009. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/782455/anglo-ferrous-planeja-elevar-producao-no-brasil>>. Acessado em 07 de nov de 2013.

ROSTÁS, R. Presidente da Anglo renuncia e ação sobe. **Valor Econômico**, 26 de outubro. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2881926/presidente-da-anglo-american-renuncia-e-acao-sobe>>. Acessado em 02 de fev de 2014.

SARAIVA, A. e SERODIO, G. Nova liminar para obras do projeto Minas-Rio, da Anglo American. **Valor Econômico**, 16 de abril. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2616866/nova-liminar-para-obras-do-projeto-minas-rio-da-anglo-american>>. Acessado em 21 de out de 2013.

SOUZA, M. M. Mina da Anglo transforma na pacata Conceição. **Valor Econômico**, 18 de março. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3048488/mina-da-anglo-transforma-vida-na-pacata-conceicao>>. Acessado em 10 de fev de 2014.

THOMAS, H & ENGLAND, A. A difícil tarefa de Cutifani para recuperar a Anglo American. **Valor Econômico** (publicado originalmente no Financial Times), 17 de jan. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2973024/dificil-tarefa-de-cutifani-para-recuperar-anglo-american>>.

UCHOAS, L. Do outro lado do mineroduto. **Brasil de Fato**, 26 de janeiro a 1º de fevereiro. 2012.

VALOR ECONÔMICO. MMX conclui venda para Anglo American. **Valor Econômico**, 31 de março. 2008. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/576879/mmx-conclui-venda-de-projetos-para-anglo-american>>.

\_\_\_\_\_. Projeto Minas-Rio recebe licença prévia. **Valor Econômico**, 15 de dez. 2008. Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/imprensa/noticias.asp?id=5568>>.

\_\_\_\_\_. Minas-Rio obtém 96% das licenças. **Valor Econômico**, 05 de junho. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3149964/minas-rio-obtem-96-das-licencas>>.

\_\_\_\_\_. Compensações custarão R\$ 500 milhões. **Valor Econômico**, 18 de março. 2013.

Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3048492/compensacoes-custarao-r-500-milhoes>>.

\_\_\_\_\_. Anglo American está otimista com demanda por minério.

**Valor Econômico**, 30 de set. 2011. Disponível em:

<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/imprensa/noticias.asp?id=9305>>. Acessado em 20 de out de 2013.

\_\_\_\_\_. Anglo American tem grandes desafios em projetos no Brasil.

**Valor Econômico**, 15 de dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/imprensa/noticias.asp?id=7200>>. Acessado em 07 de nov de 2013.

VIEIRA, M. Anglo assume o controle da MMX. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 18 de jan. 2008. Economia, p.15.

\_\_\_\_\_. Anglo chega ao pico das obras. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2 de abril. 2013. p.13.

\_\_\_\_\_. Vale acirra disputa com Anglo American. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 de abril, 2008. Economia, p.18.

\_\_\_\_\_. Mina da Anglo perto de operar. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de set. 2009. Caderno de Economia, p.12.

WESTPHALEN, A. L. Anglo obtém licença para implantação de projeto de minério Minas-Rio. **Valor Econômico**, 13 de dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/arquivo/693457/anglo-obtem-licenca-para-implantacao-de-projeto-de-minerio-minas-rio>>. 08 de nov de 2013.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

**(Ata de aprovação da Licença Prévia no COPAM, URC-Jequitinhonha, dia 11 de dezembro de 2008)**

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Secretaria Executiva**

**CONSELHO DO ESTADO DE 1 MINAS GERAIS – COPAM**

**2 UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA**

**3 Ata da 29ª Reunião Ordinária da URC - Unidade Regional Colegiada**

**4 Jequitinhonha. Realizada na AABB - Associação Atlética Banco do Brasil –**

**5 Rodovia BR 367, Km 597 s/nº – Diamantina/MG.**

6

7 Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às quatorze horas, reuniu-se a  
8 URC - Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha na AABB - Associação Atlética  
9 Banco do Brasil – Rodovia BR 367, Km 597 s/nº – Diamantina/MG. Participaram os  
10 seguintes membros: Frank Alison Carvalho – Analista Ambiental SUPRAM  
11 Jequitinhonha, Alex Mendes Santos – conselheiro e representante da ONG Caminhos da  
12 Serra, José Geraldo Magest – conselheiro e representante da UFVJM, Marco  
13 Antônio de Lima – conselheiro e representante do SETOP, Ilmar Bastos Santos – Sub  
14 Secretário de Gestão Integrada da SEMAD e presidente da 29ª reunião ordinária da  
15 Unidade Regional Colegiada do COPAM Jequitinhonha, Sgt. Valmir de Menezes Costa  
16 – conselheiro e representante da PMMG, Enéias Xavier Gomes – conselheiro e  
17 representante da Procuradoria Geral de Justiça, Paulo Sérgio Costa Almeida –  
18 conselheiro e representante do DNPM, Dárcio Calais – conselheiro e representante da  
19 FIEMG, José Otoni Alves Campos – conselheiro e representante da FAEMG, Carlos  
20 Eduardo Teixeira Nery – conselheiro e representante do CODEMA de Conceição do  
21 Mato Dentro, Inácio Francisco de Oliveira – conselheiro e representante da SEAPA,  
22 Aparecido Martins da Conceição – conselheiro e representante da FEDERAMINAS,  
23 Júlio dos Santos Abreu – conselheiro e representante da ABES, Gustavo Botelho Junior  
24 – conselheiro e prefeito municipal de Diamantina, Hesmuel Antonio Orlandi –  
25 conselheiro e representante SEDVAN, Julio César Correa de Paula – conselheiro e  
26 representante SEDRU, Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira – conselheiro e representante  
27 da Sociedade Amigos do Tabuleiro, Newton Viguetti – Gerente Geral de Meio  
28 Ambiente da Anglo Ferrous, Carlos Gonzáles – Diretor da Anglo Ferrous, Alexandre  
29 Sion – Gerente Jurídico da Anglo Ferrous, Adriano Magalhães – representante do vice30  
governador do estado de Minas Gerais, Saulo de Oliveira Pinto Coelho – representante  
31 da Sociedade Amigos do Tabuleiro, Vitor Penido – Deputado Federal, Fernando Coura  
32 – Diretor da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Joaquim Martins Filho –  
33 Procurador Chefe da FEAM, Caio Márcio Benício – Coordenador dos Estudos  
34 Ambientais do SISEMA, André Arantes – Promotor de Justiça do município de  
35 Conceição do Mato Dentro, Dra. Paula, Dorinha Alvarenga – representante do  
36 município de Conceição do Mato Dentro, Marivaldo – representante do município de  
37 Conceição do Mato Dentro, Gaby Claus Fernandes – professor e representante do  
38 município de Conceição do Mato Dentro, Alessandro – representante do município de  
39 Conceição do Mato Dentro, Simone – representante do município de Conceição do  
40 Mato Dentro, Geraldo Rodrigues da Silva – representante do município de Conceição

41 do Mato Dentro, Secretário de Saúde de Conceição do Mato Dentro, Sandra –  
42 representante de Conceição do Mato Dentro, Célio Vale – representante do IEF,  
43 Fabrício Teixeira – SUPRAM LM e Ricardo Carneiro – Consultor Jurídico Sindiextra.  
44 Havia ainda na platéia, acompanhando a referida reunião, mais de 400 pessoas (da  
45 comunidade regional).

#### 46 **1 – Abertura**

#### 47 **Ilmar Bastos Santos: – Sub Secretário de Gestão Integrada da SEMAD:**

48 Cumprimenta a todos, e em especial, aos prefeitos de Diamantina e Conceição do Mato  
49 Dentro que se encontram presentes na mesa do conselho. Explica sobre livro de  
50 inscrições para manifestação e solicita a todos que entendam a quebra da praxe  
51 regimental, para atender a solicitação de Dorinha Alvarenga (representante do  
52 município de Conceição do Mato Dentro), para que esta faça um trabalho de  
53 energização junto aos participantes, para que esta reunião transcorra de forma  
54 harmoniosa. **Dorinha** solicita que os conselheiros dêem as mãos e meditem.

#### 55 **2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro**

#### 56 **3 – Comunicado dos Conselheiros:**

57 **3.1 – Alex Mendes Santos – ONG Caminhos da Serra:** Dá retorno sobre grupo de  
58 trabalho da Usina Hidrelétrica do Paraúna, apresenta algumas fotos do local, diz que as  
59 reuniões já estão em andamento e solicita que o técnico Frank Carvalho, explique sobre  
60 as condições da mesma. **Frank Alison Carvalho – Analista Ambiental SUPRAM**  
61 **Jequitinhonha:** Informa sobre os participantes deste grupo e o objetivo do mesmo, que  
62 seria pesquisar e avaliar a questão dos impactos ambientais provenientes da descarga de  
63 fundo. Chegou-se a conclusão da necessidade da gestão da bacia hidrográfica para este  
64 problema, onde, atualmente membros do IEF, IGAM e FEAM também farão parte deste  
65 grupo nas próximas reuniões.

#### 66 **4 – Exames das atas da 27ª reunião ordinária e 28ª reunião extraordinária** 67 **ocorridas em 09/10/2008 e 24/10/2008, respectivamente.**

68 **Ilmar Bastos Santos:** Solicita que conste em ata o pedido da baixa em diligência e  
69 vistas da reunião extraordinária ocorrida em 24/10/2008, referente ao processo da Anglo  
70 Ferrous Minas – Rio Mineração S/A. Coloca em votação as duas atas. Aprovadas.

#### 71 **5 – Processo Administrativo para Exame de Licença Prévia**

72 **5.1 – Anglo Ferrous Minas – Rio Mineração S/A. (Ex MMX Minas – Rio**  
73 **Mineração S/A.) – Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de**  
74 **Ferro – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. Proc.**  
75 **Adm. nº 00472/2007/001/2007. Retorno de Diligência e retorno de Vistas: Dárdcio**  
76 **Calais – representante da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Enéias**  
77 **Xavier Gomes – representante da Procuradoria Geral de Justiça, José Geraldo**  
78 **Magest – representante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e**  
79 **Mucuri, Alex Mendes Santos – representante da ONG Caminhos da Serra, Carlos**  
80 **Eduardo Teixeira Nery – representante do CODEMA de Conceição do Mato**  
81 **Dentro, Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira – representante da Sociedade Amigos**  
82 **do Tabuleiro e Paulo Sérgio Costa Almeida – representante DNPM.**

#### 83 **Apresentação: SISEMA.**

84 **Alex Mendes Santos:** Solicita a palavra ao presidente, antes de se entrar efetivamente  
85 nos assuntos referentes ao processo por uma questão de ordem. Pede a não participação  
86 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, na votação  
87 deste processo, uma vez que a mesma é parte interessada e de seu representante, José  
88 Geraldo Magest, pelo fato de ter sido o mediador da assinatura de um convênio firmado  
89 com o empreendedor em questão. **José Geraldo Magest – UFVJM:** Alega que não  
90 representa a UFVJM no Conselho, mas sim a comunidade científica. Diz que enviou  
91 cópia do convênio a SUPRAM Jequitinhonha, e que gostaria de ouvir a opinião da  
92 URC. **Dr. Joaquim Martins Filho – Assessor Jurídico da FEAM:** Esclarece que

93 somente há impedimento de algum conselheiro quando ele tem vinculação direta com a  
94 matéria submetida à votação. **Alex Mendes Santos:** Apresenta e-mail recebido  
95 anonimamente, no dia 20/11/2008, onde José Geraldo Magest relataria possíveis  
96 interesses ao empreendimento, e pede ao professor para confirmar a veracidade deste e  
97 mail. **Enéias Xavier Gomes – Procuradoria Geral de Justiça:** Indaga sobre o fato de  
98 José Geraldo Magest ter um vínculo pessoal ou não com a matéria e sugere, então, para  
99 garantir uma lisura, que o conselheiro se retire, para que o conselho continue imparcial  
100 como deve ser. Apresenta e-mail enviado por Jose Geraldo Magest à Superintendente  
101 Eliana Piedade Alves Machado, onde solicita que analise o caso em questão sobre sua  
102 participação, tendo em vista o convênio firmado com a empresa, dizendo que a  
103 Universidade passa a ser parte interessada do processo. **Alex Mendes Santos:** Insiste na  
104 não participação da Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e Mucuri e de seu  
105 representante, Jose Geraldo Magest, uma vez que ambos possuem interesse na  
106 aprovação da licença em questão. **Dr. Joaquim Martins Filho:** Esclarece que sendo  
107 impedida a participação de algum conselheiro nas reuniões, o mesmo também estará  
108 impedido de votar e opinar nas discussões do processo e que sendo uma questão legal,  
109 não seria de competência dos conselheiros votarem contra ou favor da participação do  
110 conselheiro Magest. A mesa decide então pelo impedimento do conselheiro José  
111 Geraldo Magest de participar e votar neste processo em questão. **Alex Mendes Santos:**  
112 Solicita também o afastamento do conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery, por ter  
113 participado de negociações acerca do empreendimento em questão, em reunião com o  
114 Assessor do Vice-Governador, onde foi articulada a participação do estado no  
115 empreendimento e o atendimento às condicionantes solicitadas pelo Comitê Conceição  
116 Sustentável, Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro e pela Sociedade  
117 Amigos do Tabuleiro. **Adriano Magalhães – Assessor da Vice-Governadoria:**  
118 Esclarece que o governo criou um Comitê para trabalhar na questão de possíveis  
119 impactos de grandes empreendimentos em diversas regiões de todo estado de Minas  
120 Gerais. Este grupo não está trabalhando na questão de detalhamento de EIARIMA, bem  
121 como em colocação ou análise de condicionante. Este grupo do governo trabalha  
122 políticas públicas para a região como um todo. Relata que esse tema está sendo  
123 discutido com a prefeitura e, no caso, houve uma discussão longa com a prefeitura de  
124 Conceição e já estão fazendo uma discussão com as prefeituras de Alvorada de Minas,  
125 Dom Joaquim e Serro. Mas ressalta que aqueles itens que são relativos as política  
126 públicas e que não foram incluídas por ventura, como condicionantes, serão trabalhados  
127 através da participação direta do governo com o município. **Carlos Eduardo Teixeira**  
128 **Nery – CODEMA Conceição do Mato Dentro:** Relata que é do conhecimento de  
129 todos os conselheiros e, inclusive da própria sociedade que ele participa de diversas  
130 reuniões desde o início das negociações com a empresa, no intuito de construir as  
131 condicionantes que foram propostas pelo município, através da sociedade civil, entre  
132 prerrogativas e outros assuntos relacionados ao município de Conceição. Solicita que  
133 haja mais objetividade nesta reunião. **Saulo de Oliveira Pinto Coelho – conselheiro**  
134 **suplente e representante da Sociedade Amigos do Tabuleiro:** Faz esclarecimentos  
135 relativos a impedimentos legais de qualquer conselheiro durante o processo  
136 administrativo. Ressalta que este tipo de comportamento não aconteceu com o  
137 conselheiro em questão, pois o mesmo é servidor do município, ou exerce função  
138 pública na instituição administrativa do município. **Joaquim Martins Filho:** Indefere  
139 proposta de afastamento do conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery feita pelo  
140 conselheiro Alex Mendes. O conselheiro **José Geraldo Magest** se retira da mesa do  
141 Conselho. **Ilmar Bastos Santos:** Coloca em discussão sobre a baixa em diligência da  
142 reunião anterior e solicita que Caio Márcio Benicio, coordenador dos estudos  
143 ambientais do SISEMA se manifeste. **Caio Márcio Benicio – Coordenador dos**  
144 **Estudos Ambientais do SISEMA:** Explica que após a baixa em diligência do processo,  
145 a equipe prontamente se disponibilizou a responder todos os requisitos formulados e  
146 que as respostas dos questionamentos foram atendidas e encaminhadas via e-mail a  
147 SUPRAM Jequitinhonha para que fosse disponibilizado a todos os conselheiros e

148 demais interessados. **Ilmar Bastos Santos:** Relata sobre pedido de vistas solicitado  
149 pelos conselheiros: Dárcio Calais - FIEMG, Enéias Xavier Gomes - Procuradoria Geral  
150 de Justiça, Jose Geraldo Magest - Universidade Federal de Jequitinhonha e Mucuri,  
151 Alex Mendes Santos - ONG Caminhos da Serra, Carlos Eduardo Teixeira Nery -  
152 CODEMA de Conceição do Mato Dentro, Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira -  
153 Sociedade Amigos do Tabuleiro e Paulo Sérgio Costa Almeida – DNPM. Indaga aos  
154 mesmos se os relatórios de vistas foram feitos em conjunto ou se houveram relatórios  
155 individuais. **Dárcio Calais – FIEMG:** Relata sobre o processo de reuniões para  
156 elaboração de relatórios de vistas e diz que as instituições conselheiras participantes do  
157 relatório conjunto de vistas foram: FIEMG, SAT, CODEMA de Conceição do Mato  
158 Dentro e UFVJM. Diz que inadvertidamente o mesmo foi assinado pelo conselheiro  
159 Jose Geraldo Magest, mas em função do novo fato, sua assinatura deixa de ser válida  
160 neste caso. **Ilmar Bastos Santos:** Questiona aos demais conselheiros se os mesmos  
161 também fizeram seus relatórios. **Paulo Sérgio Costa Almeida, Enéias Xavier Gomes e**  
162 **Alex Mendes Santos** Respondem que fizeram individualmente seus relatórios de vistas  
163 e que irão apresentá-los. **Dárcio Calais:** Apresenta os pontos principais do seu relatório  
164 conjunto, que se ateve à questão das condicionantes do parecer único do SISEMA. O  
165 documento propõe o deferimento da licença prévia, com as condicionantes propostas  
166 pelo SISEMA, IBAMA e COPASA e com as alterações propostas pelos conselheiros.  
167 Ressalta que, para maior confiabilidade na elaboração do parecer, também foi solicitado  
168 por estes conselheiros, um parecer do eminente consultor Dr. Élis Milaré que salienta  
169 ser condizente deferimento da licença prévia e pelo fato da mesma ainda não autorizar  
170 e permitir reações e propostas da empresa. **Enéias Xavier Gomes - PGJ:** Apresenta seu  
171 relatório e afirma que, como Promotor de Justiça utilizou o corpo técnico do Ministério  
172 Público. Alega que as perdas ambientais podem superar os ganhos econômicos do  
173 empreendimento. Sugere a concessão da licença somente com a comprovação dos  
174 estudos dos impactos ambientais e após apresentação das informações complementares,  
175 as quais, muitas estão sendo colocadas como condicionantes, havendo, neste sentido,  
176 impedimento legal. Relata que o Ministério Público elaborou recomendação para o  
177 processo de votação do licenciamento ambiental do empreendimento em questão.  
178 Solicita que a preliminar seja analisada antes do mérito, caso não acatada, poderia dar  
179 prosseguimento à votação. Questiona sobre o embasamento utilizado pelo professor Élis  
180 Milaré ao elaborar seu parecer favorável ao empreendimento, pelo fato do mesmo não  
181 ter havido o mínimo de tempo hábil para conhecer o empreendimento em questão, onde  
182 o professor relata que a modalidade de avaliação imposta pelo órgão foi a mais  
183 completa e de maior abrangência e complexidade. **Ilmar Bastos Santos:** Concede a  
184 palavra ao Promotor de Justiça do município de Conceição do Mato Dentro, Dr. André,  
185 que foi subscritor de uma das recomendações do Ministério Público anexadas ao parecer  
186 do Dr. Enéias. **André Arantes:** Enfatiza a seriedade da recomendação elaborada por um  
187 corpo técnico altamente capacitado do Ministério Público, onde a ausência de  
188 informações é indispensável para o próprio conhecimento de formação do juízo acerca  
189 da viabilidade ambiental do empreendimento. **Ilmar Bastos Santos:** Solicita que o  
190 conselheiro Dárcio Calais esclareça questão levantada pelo conselheiro Enéias Xavier  
191 sobre parecer do professor Élis Milaré. **Dárcio Calais:** Esclarece que por não ter  
192 conhecimento na área do licenciamento em questão, solicitou informações e lhe foi  
193 indicado o Dr. Élis Milaré como uma pessoa inegavelmente competente. Relata que pela  
194 leitura que fez do parecer, o mesmo lhe pareceu muito bem informado e capacitado.  
195 **Ilmar Bastos Santos:** Concede a palavra a Dra. Paula, que também participou das  
196 discussões do parecer conjunto. Dra. Paula explica que o parecer não trata de questões  
197 do EIA RIMA e que como advogada ambiental reconhece que o Élis Milaré é um dos  
198 maiores juristas ambientais do país. Salienta ainda que o parecer do mesmo fala do  
199 instituto da recomendação e qual a sua implicação. **Paulo Sérgio Costa Almeida –**  
200 **DNPM:** Inicia sua apresentação conceituando a função da licença prévia. Em seguida,  
201 relata suas considerações quanto ao empreendimento, como a barragem de rejeito, que  
202 será de alta intensidade devida a ruptura de conexões e fragmentos florestais existentes

203 e sugere uma avaliação da disposição do rejeito em forma de pasta. Quanto à  
204 hidrografia, hidrogeologia, meio sócio econômico, saúde, educação e emprego, diz que  
205 estas questões mencionadas constam no parecer técnico de forma superficial e pouco  
206 aprofundada e levanta uma série de questionamentos a respeito. Conclui que se trata de  
207 um projeto de grande porte em uma região de alta vulnerabilidade ambiental e social,  
208 potencial gerador de grandes conflitos. Portanto, os estudos ora apresentados possuem  
209 lacunas, não oferecendo a segurança necessária para o julgamento da licença solicitada.  
210 Relata assim, que tais deficiências deverão ser previamente sanadas antes da concessão  
211 da licença prévia. **Alex Mendes Santos:** Apresenta seu relatório de vistas fazendo uma  
212 explanação total do empreendimento, desde o EIA RIMA até os estudos ambientais  
213 apresentados pela equipe do SISEMA, onde o mesmo fez pesquisas in loco. Esclarece,  
214 detalhadamente, todos os possíveis impactos que poderão ser causados com a  
215 implantação do empreendimento e conclui que, de acordo com o EIA e o RIMA  
216 elaborados pela empresa e o parecer único do SISEMA nº 01 de 2008, elaborado pelo  
217 SISEMA, considera o empreendimento de proporções e consequências catastróficas e  
218 irreversíveis numa área de grande importância biológica, histórica, cultural e de grande  
219 vocação turística, considerando também o que foi demonstrado por fatos e dados que a  
220 empresa não se mostra em competência para realizar o empreendimento. Finaliza o  
221 parecer de vistas solicitando ao Conselho que indefira a licença prévia. **Ilmar Bastos**  
222 **Santos:** Concede a palavra para manifestação da equipe técnica do SISEMA. **Caio**  
223 **Márcio Benício:** Declara que tanto o parecer quanto o adendo da equipe técnica se  
224 encontram disponibilizados a todos que tiverem interesse e abre seu espaço para as  
225 manifestações do público presente. **Ilmar Bastos Santos:** Concede a palavra ao  
226 empreendedor. **Newton Viguetti – Gerente Geral de Meio Ambiente da Anglo**  
227 **Ferrous:** Alega que o empreendimento irá causar impacto ambiental, mas que os  
228 estudos ambientais elaborados pelos técnicos do SISEMA levam em consideração todos  
229 esses aspectos. Afirma que existem as medidas mitigadoras e compensatórias para  
230 minimizar todos esses impactos, que o apresentado pelo empreendedor e pela base  
231 técnica que o órgão ambiental utilizou para emissão do seu parecer técnico, são o  
232 suficientes para que se dê andamento e seqüência a esse processo de licenciamento.  
233 Solicita, portanto que o Conselho vote favoravelmente ao empreendimento. **Carlos**  
234 **Gonzáles – Diretor da Anglo Ferrous:** Explica que a empresa protocolou o processo  
235 junto a FEAM no ano de 2006 e que logo em seguida, a comunidade se colocou  
236 contrária ao empreendimento por não ter havido tempo hábil para conhecimento do  
237 mesmo. Sendo assim, a empresa retirou este processo da FEAM entregando-o à  
238 Prefeitura de Conceição do Mato Dentro para que esta encaminhasse todos os estudos e  
239 questões junto à comunidade. Relata que toda documentação enviada foi estudada pela  
240 equipe da empresa e aquilo que não pôde ser atendido, foi colocado como  
241 condicionante, com acordos com o Governo do Estado e com a própria prefeitura  
242 municipal. **Ilmar Bastos Santos:** Abre o espaço para manifestação dos inscritos.  
243 Devido ao grande número de inscritos e ao pouco tempo para as manifestações, sugere  
244 que o tempo seja dividido em meia hora para os manifestantes contrários e favoráveis ao  
245 empreendimento, ficando, assim, 15 (quinze) minutos para cada parte. **Marivaldo –**  
246 **representante da comunidade:** Manifesta-se contra o empreendimento alegando que  
247 as propostas de emprego são ilusórias, sua preocupação com a população indígena local  
248 e quanto aos danos ambientais e socioeconômicos provocados pelo mesmo. **Vitor**  
249 **Penido - Deputado Federal:** Manifesta-se favorável ao empreendimento, alegando que  
250 a mineração atual é bastante moderna, minimizando significativamente os impactos que  
251 as mineradoras causavam anteriormente. Ilustrando como exemplo, cita a cidade de  
252 Nova Lima, que possui um dos maiores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do  
253 estado de Minas Gerais devida implantação da mineração. **Dorinha Alvarenga –**  
254 **arquiteta urbanista e representante da comunidade:** Elucida que de acordo com o  
255 plano diretor do município de Conceição do Mato Dentro, o eixo estratégico de  
256 desenvolvimento, segundo seu potencial, é o turismo sustentável, onde o distrito de São  
257 Sebastião do Bom Sucesso, é também tombado pela lei orgânica, não sustentando um

258 empreendimento deste porte. Solicita que seja construído um novo modelo de  
259 sustentabilidade para o município e que o Conselho vote contra o licenciamento.  
260 **Fernando Coura – Diretor da Federação das Indústrias de Minas Gerais:** Declara  
261 ser favorável ao empreendimento devido, principalmente, as oportunidades de emprego  
262 e renda que irão gerar para o município. **Gaby Claus Fernandes – professor e**  
263 **representante da comunidade:** Informa ser contrário à instalação do empreendimento  
264 devido aos danos ambientais e socioeconômicos que o mesmo poderá ocasionar. Relata  
265 que, de acordo com o zoneamento ecológico econômico, o município de Conceição do  
266 Mato Dentro foi caracterizado de grande fragilidade ambiental e que as propostas de  
267 emprego são temporárias. **Sub Secretário de Desenvolvimento:** Solicita que todos os  
268 presentes, principalmente os conselheiros, reflitam com atenção, pois a crise financeira  
269 mundial é grave e uma proposta de crescimento, emprego, renda e progresso para uma  
270 região nos dias atuais, deveria ser muito bem vinda. **Alessandro – representante da**  
271 **comunidade:** Alega que o empreendimento está contrariando o plano diretor do  
272 município, que as propostas de emprego são irrealistas e que mesmo antes da aprovação da  
273 licença prévia, já existem vários alojamentos construídos pela empresa. Solicita que o  
274 conselho se manifeste contra o empreendimento. **Simone – representante da**  
275 **comunidade:** Declara ser favorável ao empreendimento como única forma de progresso  
276 para a região e, principalmente, pelas oportunidades de emprego que já estão  
277 acontecendo no município. **Representante da comunidade:** Relata estar preocupado  
278 com o bem viver da população carente e que almejam somente a garantia efetiva do  
279 desenvolvimento sustentável, com empregos dignos e de qualidade. **Geraldo**  
280 **Rodrigues da Silva – representante da comunidade:** Indaga aos conselheiros e  
281 empreendedores se os proprietários de terras na região do empreendimento serão  
282 obrigados a vendê-las. **Secretário de Saúde de Conceição do Mato Dentro:** Declara  
283 ser favorável ao licenciamento, considerando que a empresa em questão, também possui  
284 consciência ambiental e que a mesma não agiria contrariamente ao que foi acordado e é  
285 legal. Relata que a necessidade e a expectativa de trabalho para os concepcionenses é  
286 prioridade. **Sandra – representante da comunidade:** Solicita aos conselheiros que  
287 votem contrariamente ao empreendimento, pois os moradores do distrito de São  
288 Sebastião do Bom Sucesso estão sofrendo por não terem informações básicas sobre o  
289 que está acontecendo na região, do que se trata o empreendimento e que todos precisam  
290 de empregos, mas empregos de qualidade. **Enéias Xavier Gomes:** Relata sobre a  
291 questão preliminar do Ministério Público que deverá ser analisada previamente à  
292 votação da licença. **André Arantes:** Explica sobre a liminar que poderá agir sobre o ato  
293 administrativo da licença e não sobre o conselho. **José Otoni Alves Campos –**  
294 **FAEMG:** Parabeniza Ilmar Bastos Santos pela condução desta reunião e apoia o  
295 parecer da equipe do SISEMA por ser formada de profissionais competentes. Portanto,  
296 declara ser a favor da aprovação da licença prévia. **Alexandre Sion – Gerente Jurídico**  
297 **da Anglo Ferrous:** Faz esclarecimentos sobre questões levantadas pelo público e por  
298 conselheiros: sobre os alojamentos construídos, diz que se refere ao empreendimento do  
299 mineroduto, no qual a empresa possui a licença de instalação. Quanto à denúncia do  
300 órgão ambiental, declara que a mesma realmente aconteceu, que houve a proposição da  
301 intervenção civil pública e a liminar, mas que foi firmado dois termos de ajustamento de  
302 conduta com o Ministério Público onde os mesmos têm sido cumpridos. **Júlio dos**  
303 **Santos Abreu Junior – ABES:** Fala sobre a aprovação da licença prévia, o que  
304 significa a aprovação da viabilidade do empreendimento e que a empresa não poderá se  
305 instalar ou fazer qualquer tipo de modificação na região. Alega que para maiores  
306 esclarecimentos, os estudos devem ser aprofundados e melhores detalhados, o que só  
307 seria possível após a liberação da licença prévia. Solicita que os conselheiros observem  
308 esta avaliação e votem a favor deste licenciamento. **Ilmar Bastos Santos:** Informa  
309 sobre os documentos gerados na reunião, faz breve resumo dos quatro relatórios de  
310 vistas apresentados para entrar ao mérito da votação. **Enéias Xavier Gomes:** Esclarece  
311 que está solicitando baixa em diligência e lista várias falhas e medidas para que o  
312 empreendedor cumpra. Solicita que este pedido seja analisado como questão preliminar,

313 antes da votação da licença. **Ricardo Carneiro – Consultor Jurídico Sindiextra:**  
314 Explica que o regimento interno do COPAM, não reconhece as circunstâncias  
315 preliminares obstativas do exame do mérito, onde não há qualquer previsão no  
316 regimento nesse sentido. **Enéias Xavier Gomes:** Sugere que se aplique o princípio do  
317 direito ambiental, da prevenção e precaução, onde os conselheiros deverão analisar se é  
318 viável ou não esta votação. Caso contrário, não terão os mesmos não terão condições  
319 para aferir esse processo. **Caio Márcio Benício:** Explica que todas as questões  
320 levantadas pelos conselheiros neste momento, já foram devidamente esclarecidas e que,  
321 segundo o mesmo, parece que este conselho não teve tempo suficiente para interpretá  
322 las. **Júlio dos Santos Abreu Junior:** Diz que as questões que foram abordadas na  
323 reunião anterior e nesta, já foram devidamente respondidas pela equipe técnica e que, a  
324 partir da aprovação do licenciamento prévio é que o conselho terá maiores condições de  
325 analisar a viabilidade ou não do empreendimento. **Enéias Xavier Gomes:** Ressalta que  
326 a viabilidade do empreendimento tem e deve ser analisada agora, na fase do  
327 licenciamento prévio e insiste para que seja colocado em votação a baixa ou não em  
328 diligência do processo em questão. **Alex Mendes Santos:** Concorda com as colocações  
329 do conselheiro Enéias e relata que as informações contidas no EIA RIMA e nos estudos  
330 ambientais da equipe técnica, estão claras, porém ainda faltam dados e, principalmente,  
331 como os impactos poderão ser solucionados. **Joaquim Martins Filho:** Esclarece que de  
332 acordo com o regimento do COPAM, quando um processo é baixado em diligência por  
333 duas vezes, ele acaba se descaracterizando e que o Ministério Público passa a ter certo  
334 privilégio quando apresenta uma recomendação. Porém, como membro do COPAM,  
335 não cabe uma recomendação e uma nova diligência. Portanto, o processo deve ser  
336 votado nesta reunião. **Enéias Xavier Gomes:** Solicita que conste em ata que o  
337 Presidente não vai analisar a baixa em diligência como uma questão preliminar. **Alex**  
338 **Mendes Santos:** Alega, e que também conste em ata, que a baixa em diligência  
339 solicitada em reunião anterior não foi devidamente atendida, sendo que não houve  
340 complementação de documentos e sim justificativas. **Imar Bastos Santos:** Coloca em  
341 votação o parecer único do SISEMA, referente ao processo: Anglo Ferrous Minas – Rio  
342 Mineração S/A. (Ex MMX Minas – Rio Mineração S/A.) – Lavra a Céu Aberto com  
343 Tratamento a Úmido Minério de Ferro – Conceição do Mato Dentro, Alvorada de  
344 Minas e Dom Joaquim/MG. Proc. Adm. nº 00472/2007/001/2007. **Luiz Cláudio**  
345 **Ferreira de Oliveira:** Justifica que o parecer conjunto apresentado é pelo deferimento  
346 da licença, mas que existem várias alterações nas propostas e que estas serão  
347 esclarecidas no momento oportuno. **Imar Bastos Santos:** Abre votação e informa que  
348 os conselheiros que quiserem justificar o seu voto devem se manifestar. **Enéias Xavier**  
349 **Gomes - PGJ:** Vota contrário ao parecer do SISEMA e justifica-se alegando que o  
350 número de condicionantes apresentadas, e mesmo o conteúdo de algumas delas,  
351 mostram que a sustentabilidade do empreendimento é altamente duvidosa, pois algumas  
352 das condicionantes enumeradas se confundem com informações necessárias para essa  
353 fase do licenciamento ambiental, ou seja, a concessão da licença prévia. **Alex Mendes**  
354 **Santos – ONG Caminhos da Serra:** Vota contra o parecer único do SISEMA e  
355 justifica-se que observou várias falhas e implicações de legislação e também pela  
356 demonstração da empresa de não competência para recuperar pequenas áreas. **Paulo**  
357 **Sérgio Costa Almeida - DNPM:** Vota favorável ao parecer único do SISEMA e alega  
358 que não se encontra devidamente esclarecido, mas que está seguindo orientações do seu  
359 órgão. **Julio dos Santos Abreu Junior – ABES:** Vota favorável e justifica que diante  
360 das dúvidas e questionamentos levantados, só será possível esclarecê-los na fase  
361 intermediária da licença de instalação com o aprofundamento dos estudos. **Carlos**  
362 **Eduardo Teixeira Nery – CODEMA de Conceição do Mato Dentro:** Vota  
363 favoravelmente alegando que acompanha o processo desde o início e que sente  
364 confiança de que ele está sendo construído visando um desenvolvimento seguro para a  
365 região. **Gustavo Botelho Júnior – Prefeito Municipal de Diamantina:** Vota  
366 favoravelmente e diz que acredita que os empreendedores devem ter oportunidade para  
367 demonstrar que eles são capazes de desenvolver um projeto dentro do que é

368 estabelecido pelo Meio Ambiente. **José Otoni Alves Campos – FAEMG:** Vota  
369 favorável ao parecer do SISEMA e relata estar convencido de que esta empresa trará  
370 desenvolvimento para a região. **Dárcio Calais – FIEMG:** Vota favoravelmente e  
371 declara que se preocupa primeiramente, com a questão do uso da mão de obra local  
372 gerando empregos e que nas fases posteriores a empresa apresente formas de minimizar  
373 os impactos ambientais. **Marco Antônio de Lima– SETOP:** Vota favorável ao parecer  
374 único do SISEMA e relata que os riscos existem, mas que a oportunidade para sanar  
375 todos os questionamentos levantados, é na fase da licença de instalação. Solicita que a  
376 comunidade continue participando ativamente desse processo e que a Anglo Ferrous  
377 atenda as reivindicações e dúvidas da população. **Imar Bastos Santos:** Relata que não  
378 havendo mais solicitações para manifestação dos votos, coloca em votação o processo.  
379 Licença prévia aprovada ao empreendimento Anglo Ferrous por 12 (doze) votos  
380 favoráveis e 3 (três) contrários. **Julio dos Santos Abreu Junior:** Propõe 3 (três) novas  
381 condicionantes. Primeira condicionante: que a empresa apresente um estudo detalhado,  
382 visando a eliminação da pilha de estéril. **Caio Márcio Benicio:** Relata ser uma proposta  
383 que a empresa pode apresentar, visando a eliminar a pilha de estéril no início, ou seja,  
384 fazer a reposição desse material numa área que vai ser minerada. **Julio dos Santos**  
385 **Abreu Junior:** Relata a segunda condicionante: Apresentar um estudo detalhado  
386 visando a disposição do rejeito espessado dentro da cava da mina a partir da primeira  
387 etapa. **Caio Márcio Benicio:** Informa que essa foi uma proposta que a equipe técnica  
388 sempre defendeu, de tentar fazer uma barragem de rejeito o menor possível, havendo  
389 condições técnicas para tal. **Julio dos Santos Abreu Junior:** Propõe a terceira  
390 condicionante: Apresentar um estudo detalhado visando a redução da quantidade de  
391 água captada para o mineroduto através de melhoria de rendimento do mineroduto e  
392 aumento de concentração. **Caio Márcio Benicio:** Esclarece que esta condicionante deve  
393 ser atendida, pois, quanto menos água captada, melhor. **Newton Viguetti:** Informa que  
394 a equipe técnica de meio ambiente da empresa entende que todas as condicionantes  
395 propostas são pertinentes e devem ser estudadas, não significando que serão  
396 incorporadas ao projeto porque as mesmas dependem de estudos e comprovação de  
397 viabilidade técnica. **Imar Bastos Santos:** Coloca em votação as 3 (três) propostas de  
398 condicionantes separadamente. Condicionantes aprovadas. **Luiz Cláudio Teixeira de**  
399 **Oliveira:** Propõe inclusão de 6 (seis) novas condicionantes. Primeira condicionante:  
400 Identificar, resgatar e relocar espécies endêmicas ameaçadas de extinção ou novas para  
401 a ciência na região de implantação da planta industrial e da área da cava e assegurar  
402 ainda, a implantação de um banco de germoplasma. **Caio Márcio Benicio:** Informa que  
403 a equipe técnica do SISEMA está de acordo com a inclusão desta condicionante.  
404 **Newton Viguetti:** Alega que depois de montado o banco de germoplasma, é possível e  
405 legal reaplicar as espécies, porém a área do beneficiamento será terraplanada, portanto,  
406 já vai haver uma planta industrial. Relata entender a criação do banco de germoplasma,  
407 mas não acata em relação a planta do beneficiamento, porque no futuro poderá dar  
408 espaço a uma outra planta industrial. **Caio Benicio:** Concorda com a observação feita  
409 pelo empreendedor. **Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira:** Relata a condicionante  
410 devidamente corrigida: Identificar, resgatar e relocar espécies endêmicas ameaçadas de  
411 extinção ou novas para a ciência na região da área da cava e assegurar ainda, a  
412 implantação de um banco de germoplasma. **Imar Bastos Santos:** Coloca em votação  
413 esta condicionante. Aprovada. **Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira:** Relata a proposta  
414 de condicionante, que é alteração da condicionante nº 26 do parecer único: Apresentar  
415 programas com detalhamento de prazos e metas de recuperação das nascentes e áreas de  
416 recargas das bacias do rio do Peixe e Santo Antonio e que contemplem a questão dos  
417 remanescentes e matas ciliares situadas nas áreas de influência direta e indireta do  
418 empreendimento. E, fundamentalmente, que inclua a participação das comunidades  
419 rurais residentes nessas áreas. **Imar Bastos Santos:** Relata que não havendo obste por  
420 parte da equipe técnica do SISEMA e do empreendedor, coloca em votação a  
421 condicionante. Aprovada. **Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira:** Apresenta a segunda  
422 condicionante: Constituir e manter com parceiros, a Estação Ciência da Reserva da

423 Biosfera da Serra do Espinhaço para desenvolver pesquisas, manter um viveiro para  
424 recomposição da cobertura vegetal, laboratórios de investigação e reprodução, trabalhos  
425 de aplicação entre outros. Além de abrigar, nesta área, espécies vegetais que deverão ser  
426 resgatadas no campo de canga a ser suprimido na fase da exploração. **Célio Vale** –  
427 **representante do IEF:** Relata que estas informações já estavam previstas dentro dos  
428 estudos e das informações complementares e mesmo o empreendedor já havia se  
429 manifestado a respeito. **Ilmar Bastos Santos:** Coloca em votação a condicionante em  
430 questão. Aprovada. **Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira:** Propõe outra condicionante:  
431 Investir na criação de um sistema de gestão georeferenciados pra o município, apoiando  
432 com investimentos e logística o aparelhamento público de programas de monitoramento  
433 da qualidade ambiental. **Newton Viguetti:** Solicita que esta condicionante seja melhor  
434 discutida na fase de LI, pois a mesma está elaborada de forma genérica e não seria  
435 atendida de imediato no propósito da LP. **Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira:** Sugere  
436 que se fizesse um acordo entre a empresa e o município para que houvesse um maior  
437 detalhamento e se chegasse ao consenso do que realmente é necessário para o  
438 aparelhamento do sistema de gestão ambiental, determinando um prazo específico. **Alex**  
439 **Mendes Santos:** Solicita que sejam incluídos os municípios de Dom Joaquim e  
440 Alvorada de Minas na mencionada condicionante. **Ilmar Bastos Santos:** Coloca em  
441 votação condicionante (aguardando nova redação). Condicionante aprovada. **Luiz**  
442 **Cláudio Ferreira de Oliveira:** Sugere a inclusão de mais uma condicionante:  
443 Apresentar um plano geral das habitações provisórias a serem utilizadas pelos  
444 funcionários diretos e indiretos e prestadores de serviços da empresa consultando,  
445 oficialmente, a prefeitura de Conceição do Mato Dentro para definição de suas  
446 diretrizes. **Ilmar Bastos Santos:** Não havendo discussões, coloca em votação sugestão  
447 de condicionante. Aprovada. **Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira:** Faz proposição de  
448 condicionante: Apresentar alternativa para amenizar o fluxo de tráfego viário no centro  
449 histórico de Conceição do Mato Dentro, visando minimizar os efeitos negativos sobre  
450 aquela área. **Alex Mendes Santos:** Solicita a inclusão do distrito de São Sebastião do  
451 Bom Sucesso, Dom Joaquim e Alvorada de Minas. **Luiz Claudio Ferreira de o liveira:**  
452 Esclarece que o prazo para atendimento desta condicionante é de 90 dias após  
453 concessão da licença prévia. **Newton Viguetti:** Explica que por estar se tratando de  
454 aporte e ser um estudo que vai orientar os planos de controle e os próprios relatórios de  
455 impacto ambiental, solicita que o prazo seja concedido na formalização da LI e não em  
456 90 dias. **Alex Mendes Santos:** Indaga sobre tendência de aumento de fluxo viário.  
457 **Newton Viguetti:** Relata que, nesta fase de LP, o aumento seria somente em Conceição  
458 do Mato Dentro devida a movimentação acerca das sondagens. **Luiz Claudio Ferreira**  
459 **de Oliveira:** Relata com alteração como ficou a condicionante: Apresentar alternativa  
460 para amenizar o fluxo de tráfego viário no centro histórico de Conceição do Mato  
461 Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas visando minimizar os efeitos negativos  
462 sobre aquela área. Prazo para atendimento desta condicionante: Município de Conceição  
463 do Mato Dentro: 90 dias após concessão da licença prévia. Os municípios de Alvorada  
464 de Minas e Dom Joaquim: na fase de formalização da LI. **Ilmar Bastos Santos:** Coloca  
465 em votação a condicionante relatada. Aprovada. **Saulo de Oliveira Pinto Coelho:** Faz  
466 releitura de condicionante que estava sendo redigida: Firmar convênio com os  
467 municípios de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas, visando  
468 detalhar o financiamento pela empresa da instalação de um sistema de gestão ambiental  
469 georeferenciado para cada município, apoiando com investimentos e logística o  
470 aparelhamento público de programas de monitoramento de qualidade ambiental. Prazo:  
471 antes da LI para assinatura do convênio e durante a LI para execução do mesmo.  
472 **Newton Viguetti:** Relata que a empresa está de acordo, mas que seja uma única  
473 plataforma já disponível dentro do SISEMA. (Condicionante já aprovada  
474 anteriormente). **Joaquim Martins Filho:** Sugere que o conselho delegue a área técnica  
475 dentro da FEAM, para que esta analise a proposta das alterações de prazos propostas  
476 pelo relatório de vistas conjunto. **Luiz Claudio Ferreira de Oliveira:** Reforça que as  
477 demais propostas de alteração das condicionantes do parecer único, conforme consta no

478 relatório de vistas serão analisadas previamente pela equipe técnica do SISEMA, e, na  
479 próxima reunião serão apresentadas ao Conselho para votação. **Paulo Sergio Costa**  
480 **Almeida:** Propõe que seja incluída condicionante: Incluir estudo da viabilidade técnica  
481 do uso da disposição do rejeito em forma de pasta. **Newton Viguetti:** Pede que esta  
482 condicionante seja incluída na fase de implementação da LI. **Paulo Sergio Costa**  
483 **Almeida:** Concorde com a solicitação feita pelo empreendedor. **Ilmar Bastos Santos:**  
484 Coloca em votação esta condicionante. Aprovada.  
485 **5.2 – Linha de Transmissão SE Itabira – SE Principal Conceição do Mato Dentro /**  
486 **Anglo Ferrous Minas-Rio S/A. (Ex MMX Minas-Rio S/A.) – Linhas de**  
487 **Transmissão de Energia Elétrica – Itabira, Santa Maria de Itabira, Itambé do**  
488 **Mato Dentro, Passabém, São Sebastião do Rio Preto, Santo Antonio do Rio**  
489 **Abaixo, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG.**  
490 **Proc. Adm. nº 11807/2007/001/2007. Retorno de Diligência. Apresentação:**  
491 **SUPRAM Jequitinhonha.**  
492 **Ilmar Bastos Santos:** Coloca em discussão. **Jose Otoni Alves Campos:** Solicita que se  
493 registre em ata o comportamento utilizado pela CEMIG diante de seus projetos, não  
494 respeitando as leis florestais. **Fabricio Teixeira – SUPRAM LM:** Esclarece sobre  
495 questionamentos em torno da supressão de vegetação na implantação do  
496 empreendimento. **Luiz Claudio Ferreira de Oliveira:** Relata que devido a problemas  
497 técnicos irá apresentar propostas de novas condicionantes e um momento posterior.  
498 **Jose Otoni:** Concorde com as colocações da equipe técnica. **Julio dos Santos Abreu**  
499 **Junior:** Solicita que o conselheiro Luiz Claudio acrescente junto às suas  
500 condicionantes, que a empresa deverá seguir, rigidamente a NBR sobre desmatamento  
501 sobre linha de transmissão. **Ilmar Bastos Santos:** Esclarece que este pedido do  
502 conselheiro não deve constar como condicionante por se tratar de lei e ser uma  
503 exigência. Coloca em votação a aprovação da licença prévia para o processo Linha de  
504 Transmissão SE Itabira – SE Principal Conceição do Mato Dentro / Anglo Ferrous  
505 Minas-Rio S/A. (Ex MMX Minas-Rio S/A.) – Linhas de Transmissão de Energia  
506 Elétrica – Itabira, Santa Maria de Itabira, Itambé do Mato Dentro, Passabém, São  
507 Sebastião do Rio Preto, Santo Antonio do Rio Abaixo, Morro do Pilar, Conceição do  
508 Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG. Proc. Adm. nº 11807/2007/001/2007. **Paulo**  
509 **Sergio Costa Almeida:** Se abstém do seu voto. Licença aprovada.

#### 510 **6 – Assuntos Gerais**

511 **Ilmar Bastos Santos:** Agradece às lideranças contrárias ao empreendimento que  
512 souberam levar as manifestações sem confusão. Agradece a presença de todos os  
513 conselheiros pela paciência. Agradece a presença de todos, em especial a presença do  
514 Prefeito Municipal de Diamantina e declara encerrada a reunião.

515

---

516 Shelley de Souza Carneiro-Presidente da URC Jequitinhonha

## **ANEXO B**

### **(Situações fictícias utilizadas nas rodas de conversa com os jovens nas escolas)**

Denílson tem 27 anos. Ele nasceu em Conceição do Mato Dentro, mas deixou a cidade aos 17 anos para trabalhar na capital. Mora em Vespasiano, torce para o Cruzeiro e trabalha em Belo Horizonte. Seu primeiro emprego foi como garçom e atualmente ele é eletricitista. Na cidade grande ele conheceu sua esposa, Marli. A vida é difícil, o que eles ganham dá apenas para pagar as contas, ainda mais agora com a chegada do segundo filho. Os pais de Denílson ficam preocupados com o filho morando longe e, desde a chegada dessa mineração, insistem para que ele volte à cidade, pois agora há emprego e oportunidade. Denílson refletiu bastante, conversou com antigos amigos da cidade e está decidido a voltar para Conceição. Ele vê um futuro muito bom para ele e sua família.

Gisela estuda no Colégio São Joaquim, está no 1º ano. Ela vive na comunidade do Beco, localidade próxima à mina desse projeto da Anglo. Até o ano passado Gisela estudava na escola no Sapó, mas a partir deste ano passou a estudar em Conceição. A família de Gisela trabalha quase toda na roça, seu pai e seus irmãos fazem farinha de mandioca para vender e um pouco de cachaça também. Gisela pensa que a vida na sua comunidade piorou com a chegada do projeto Minas-Rio: muita gente, barulho e sujeira pelos cantos. Dois de seus irmãos foram trabalhar como pedreiros nessas firmas, trazendo desgosto para seu pai. Apesar do emprego e do dinheiro certo todo mês, a família desuniu. Gisela acha triste que a maioria das pessoas de Conceição não saibam sobre o que acontece em sua comunidade. Quando ela quer conversar e contar o que vê, as pessoas dizem que ela exagera.

A família de Gabriel está quase toda trabalhando para as firmas. Tio, tias e primos trabalham em vários setores da Anglo. Gabriel, que está com 20 anos, acabou de entrar para o curso de mineração do SENAI. A família dele ficou feliz com a sua escolha. Ele tem gostado do curso e das pessoas que conheceu no SENAI. Gabriel acredita que vai ter emprego para ele, apesar dos atrasos na obra e de alguns problemas enfrentados pela empresa. Gabriel tem tudo para estar feliz, mas não está. Antes da Anglo chegar na cidade, Gabriel tinha certeza de que queria sair de Conceição, queria estudar música, seu sonho. Sua família conversou muito com ele e o convenceu de que seria melhor ficar e deixar o sonho para mais tarde. Era melhor pensar com os pés no chão. Ele achou que não poderia desperdiçar essa oportunidade, mas a verdade é que ele não tem certeza.

Joanice vive numa casa muito simples com sua mãe, seu pai e mais 4 irmãos em Conceição. Ela viu muita coisa mudando nos últimos anos na cidade. As casas vizinhas à sua casa foram alugadas para trabalhadores de empresas, e apesar do que falam sobre

a “peãozada”, ela conheceu pessoas muito batalhadoras e respeitadoras. Joalice vê a maioria das pessoas otimistas com as mudanças, mas ela mesma fica preocupada com o futuro. Joalice vê mais violência, as pessoas mais agressivas e menos solidárias, só pensando em dinheiro, em comprar coisas. Além disso, Joalice ficou sabendo de uma coisa muito triste que aconteceu com uma amiga que se envolveu com um homem de firma. Ela tomou a decisão de que não quer continuar morando aqui, pois acha que com essa mineração as coisas vão piorar.

O pai de Joziel é dono de um mercadinho no Sapo. O pai enriqueceu muito nos últimos anos porque as firmas compram muita coisa na sua mão. Joziel tem 18 anos e largou a escola quando estava no 1º ano do ensino médio para ajudar o pai no mercado. Joziel trabalha muito, mas não deixa de se divertir no fim de semana. Quando pode, ele vai às festas da região. O rapaz não tem saudade da vida antes da chegada da Anglo. Ele vê pessoas reclamando da empresa e não gosta, pois é a empresa que está trazendo o desenvolvimento para a região. É claro que tem alguns problemas, poluição, barulho, mais crimes e tal, mas o progresso é assim mesmo. Joziel diz que é só você olhar as cidades grandes, como Belo Horizonte ou São Paulo, cidades grandes e mais ricas que também tem problemas. Ele pensa que as coisas estão boas e vão melhorar.

Carlos está cansado dessa história de mineração. Ele e sua família viviam na Água Santa, comunidade que ficava embaixo da mina. Quando a empresa chegou, logo no início, fez pesquisas, entrava nos terrenos das pessoas, às vezes sem pedir licença. Seu pai, um agricultor bravo, batia de frente com esse povo das firmas. Depois que começaram as negociações de terra, Carlos e seu pai viram muitos amigos virando as costas uns para os outros por causa de dinheiro. Até mesmo famílias brigaram por causa de terra. Eles não queriam sair do lugar onde moravam, mas depois viram que não tinha jeito, teriam que sair de qualquer maneira. As negociações demoraram muito. O pessoal da empresa vinha e dizia que logo eles estariam na casa nova. No entanto, nada das coisas andarem. O pessoal falava que viria na semana seguinte para mostrar um terreno, e não vinha. Eles passavam meses sem nenhuma notícia. Sabendo que a família teria que sair, o pai de Carlos parou de plantar. Eles vivem agora da cesta básica que a empresa era obrigada a dar para as famílias e de compra no mercado. O pai de Carlos ficou desgostoso da vida do campo depois de tanta demora e sofrimento e resolveu morar na cidade. Para Carlos, porém, o pior de tudo isso é ter que aguentar as pessoas fazendo gracinha e dizendo que eles pegaram o boi da empresa ter comprado a terra, que ficaram ricos e etc...

Gerusa é professora de Geografia em Conceição. Ela nasceu na roça, na comunidade da Água Quente. Quando terminou a escola, foi morar em Diamantina, para fazer faculdade. Desde quando o projeto Minas-Rio chegou em Conceição, Gerusa sempre

discute o tema da mineração em sala de aula, o que também tem interessado aos alunos. Geresa é muito crítica em relação a esse projeto, pois além de conhecer os processos de degradação do ambiente, ela também acompanha situações difíceis que ocorrem em sua comunidade natal, na Água Quente. Os dois córregos que banham a comunidade estão poluídos. Além disso, tem sido difícil captar a água nas fontes. Outro dia, a comunidade ficou 3 dias sem água. Geresa sabe que com o início da mineração vai haver um rebaixamento do lençol freático o que dificultará ainda mais o acesso à água. Outro dia, um pai de aluno foi reclamar com a diretora *“dessa professorinha que fica falando bobagem, enchendo a cabeça dos meninos de minhoca”*.

Joãozinho mudou muito desde que entrou para o Senai. Anda de um lado para o outro com o uniforme do Senai, mesmo quando não está indo ou voltando da aula. Ele está muito orgulhoso de si mesmo, pois a seleção para o curso foi muito concorrida e ele conseguiu passar. Ele já se vê trabalhando para a Anglo. Alguns amigos e familiares estão preocupados com ele, dizem que ele está muito obcecado com a Anglo, só fala disso e até briga com quem fala mal da empresa. Algumas pessoas pararam de conversar com ele. Joãozinho acha que essas pessoas estão invejosas porque ele conseguiu chegar lá e muitos ficaram pelo caminho.

Manuela não é filha da terra, se mudou para Conceição há 10 anos e mora no Tabuleiro. Ela anda muito pela região e vê que há mais empregos por todos os lados. Ela tem 40 anos e se mudou para o distrito para trabalhar com turismo. Junto com uma amiga, montou uma pequena pousada. Uma das primeiras pessoas que contratou foi a jovem Júlia. A menina, na época com 15 anos, limpava e arrumava os quartos. Com o tempo, Júlia, nativa da região, passou a guiar os turistas pelas cachoeiras e outros atrativos locais. Júlia lembra da época da Estrada Real, e de como vinham muitos turistas. Júlia gosta de seu trabalho, pois, além de conhecer gente do mundo todo, se sente orgulhosa de ver sua comunidade valorizada. A menina anda preocupada, pois acha que o turismo vai piorar, apesar das autoridades e da empresa dizerem que não.

Joaquim mora na entrada da cidade com sua família. A casa dele e de sua família não é dentro da cidade, mas também não é longe não. Em casa, eles têm uma pequena criação. O pai trabalha numa fazenda vizinha. A mãe sempre foi dona de casa. Joaquim tem 14 anos e está no 9º ano. Desde que a Anglo chegou, ele sente um espírito novo em todos, uma empolgação que não via antes. Sua mãe, que sempre ficou cuidando das coisas em casa, agora está querendo trabalhar fora e até voltou a estudar no EJA. Ele gosta, pois agora a mãe se interessa mais pela escola e conversa com ele e com seus irmãos sobre o assunto. Joaquim achou muito bom a chegada da Anglo na cidade.

Jonathan sempre foi uma liderança por onde passou. Na escola e na igreja ele sempre era respeitado por suas opiniões. Depois que ele se formou foi trabalhar na área da saúde, como agente. Jonathan queria se formar em direito ou história, mas ele não tem dinheiro para isso. Ele lê muitos livros e jornais na biblioteca e procura se informar sobre tudo. Ele tem criticado muito a Anglo que, para ele, não está respeitando a cidade. Conversando com as pessoas no seu trabalho, nas visitas domésticas, Jonathan sente muita raiva do que escuta. Para ele a empresa usa o seu poder político e econômico para fazer o que quiser com a cidade e ninguém faz nada. Uma cidade com uma história bonita e importante que parece ser apenas dormitório, refeitório e estacionamento da empresa. Jonathan tem arrumado confusão na cidade e alguns amigos já avisaram para ele que devia se calar, pois ele e sua família podem ser prejudicados.

Nelson mora em Rio das Pedras. Ele trabalha duro na fazenda de seu pai, que não é muito grande. Lá eles plantam mandioca e também fazem queijo. O trabalho é quase todo feito pela família. Nelson levanta cedo para a ordenha. Ele estuda à noite em Itapanhoacanga. Com muito custo ele vai à aula, pois sua mãe é muito severa em relação aos estudos. Nelson gosta mesmo é da roça, aprendeu com o pai. Ele queria ajudar o pai na roça, talvez fazendo um curso de agricultura para ajudar seu pai a produzir mais, porém ele não conhece nenhum desses cursos. Todo mundo agora só fala dessa mineração e ele vê os amigos na escola querendo trabalhar como motorista ou outros empregos dessas firmas. Nelson sabe o que ele quer e gosta, mas teme passar dificuldades se escolher ficar no campo.

Josué aprendeu tudo o que sabe na vida na roça, com seu avô. Seu Felício é uma figura muito respeitada na região. Tem fama de valente e mulherengo e, apesar de hoje estar muito doente, é ainda muito afamado na região. Josué tem 16 anos, e na escola ele não se dá bem com os colegas de sua idade. Os colegas falam de facebook, internet e coisas assim, mas ele gosta mesmo é de pescaria, de andar a cavalo e de caçar tatu. Gosta de tocar viola também, o que ele aprendeu com o avô. Ele tem poucos amigos na escola e fica a maior parte do tempo calado, na dele.

## **ANEXO C**

**(Cartaz da audiência pública ocorrida no dia 17 de abril de 2012)**

O Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques, o Promotor de Justiça da comarca de Conceição do Mato Dentro, Almir Geraldo Guimarães, e a Promotora de Justiça da comarca do Serro, Marina Kattah, convidam para a



## ANEXO D

(Exemplo de ata de uma reunião da REASA)

## **ATA DA 3ª REUNIÃO PÚBLICA DA REASA**

**(Fonte: <http://cimos.blog.br/reasa/>)**

Aos 13 dias do mês de agosto de 2012, às 18h15, na Escola Estadual José Daniel Utsch, localizada na zona rural de Alvorada de Minas, na comunidade de Itapanhoacanga, realizou-se a 3ª reunião pública da Rede de Acompanhamento Socioambiental – REASA, cujo objetivo é tratar de questões afetas aos atingidos pelo empreendimento minerário Minas-Rio, de responsabilidade da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A. Estavam presentes os promotores de Justiça Marcelo Mata Machado Leite Pereira, Comarca de Conceição do Mato Dentro; Marina Kattah da Comarca de Serro e os servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira, Soraia Leão de Souza e José Evangelista Sodré. Fez a abertura da reunião a Promotora de Justiça Marina Kattah, da Comarca de Serro, dando as boas vindas a todos, agradecendo os presentes e enfatizando o interesse e a necessidade de ouvir todos da comunidade. O promotor de Justiça Marcelo Mata Machado Leite Pereira também saudou os presentes, agradecendo a todos, especialmente, a recepção da comunidade de Itapanhoacanga. O servidor Luiz da CIMOS fez o convite às comunidades presentes para tomarem assento na roda de discussão, depois informou que a empresa havia solicitado fazer uso da palavra e pediu que os representantes das comunidades discutissem e decidissem a respeito. A primeira manifestação de um dos representantes foi que a palavra fosse dada ao representante da empresa. O Sr. Lúcio Pimenta argumentou que a empresa não precisa falar e sim dar cumprimento à lei. Na seqüência, o representante da comunidade de Água Quente defendeu a necessidade de se ouvir a empresa, o que foi apoiado por grande parte dos presentes. Em sua fala, denunciou que a qualidade da água está péssima, não serve nem mesmo para consumo de animais, embora tal reclamação tenha sido levada a conhecimento da empresa; mencionou também a passagem de lama na fazenda do Romero; a doença que acomete a sua criação, assim como as dos demais vizinhos. Em razão disso, pediu para que seja verificado o que está descendo junto às águas dos rios. O Luiz solicitou que cada representante se manifeste por 3min, viabilizando, portanto a participação de todos os presentes. O Sr. Toninho morador da localidade de Taporoco disse que o empreendimento trouxe melhorias, contudo há malefícios, como exemplo, a seca que atingiu a fonte perene de água que abastecia sua residência; o desmatamento no entorno das áreas de uso doméstico que conseqüentemente estão sendo tomadas por animais

silvestres pelo fato de terem devastado ou alterado seu habitat natural, o que ele ilustrou relatando o ataque de seu rebanho por uma onça. Por fim, concordou que a empresa deve ter a oportunidade de falar. O representante Irineu Saldanha, da comunidade do Gondó, sugeriu que o quadro formatado no último encontro fosse retomado para que se verificassem os progressos desde então, os problemas atuais e as possíveis soluções e só após o término desse processo, a empresa poderia se manifestar, passando às comunidades o direito de réplica sem tréplica. Outro representante anuindo ao proposto pelo Irineu, complementou com a exigência de que a empresa firmasse compromisso de dar exequibilidade à sua fala. Na fala que se seguiu, o Sr. Laerte representante da comunidade de Itapanhoacanga denunciou que, embora conste de ata de reunião com a Anglo, a construção de uma quadra e o fornecimento de água de qualidade ainda não saíram do papel. A Sra. Maria Guerra da comunidade do Beco concorda que a empresa deve falar, porém assumindo o compromisso pelo que for dito e acordado. O sr. Lúcio Júnior representante da comunidade também concordou que a empresa se manifeste, contudo contestou de forma veemente a postura da empresa que de forma reiterada e ostensiva vem propalando a imagem de responsável socialmente, o que não condiz com a realidade. Contextualizando, outro morador denunciou que a empresa o tirou de sua própria residência e, por isso, ainda hoje mora de aluguel, sem perspectiva de que a situação seja resolvida. O representante Lúcio Júnior sugere um debate amplo que alcance as perspectivas das comunidades envolvidas, discutindo os impactos que o empreendimento vem causando na rotina de vida de cada um. Outro morador denunciou a relação entre a política e o empreendimento, dizendo haver uma inversão de papéis que é prejudicial à população, sendo ela um joguete em meio ao poderio econômico e o interesse político; também concordou que a empresa seja ouvida. A seguir, Luiz Fernando, da comunidade de Córregos, denunciou que embora distante apenas seis quilômetros do empreendimento, ela não é considerada atingida pelo empreendimento. Relatou o surgimento de trincas nas residências em decorrência das explosões e a ausência de medição naquelas de impacto médio ou grande; disse que há um abastecimento precário de água e que há muita apreensão quanto ao assunto devido ao rebaixamento dos lençóis freáticos. Concordou com a manifestação da empresa desde que ela apresente propostas concretas. Por sua vez, Antônio Pimenta da comunidade de Água Santa relatou que foi despejado e sua opinião é de que a empresa faça ao invés de falar. Já o Sr. Carlos Eduardo, da comunidade de Jassém, concorda que a empresa fale desde que assuma compromissos. A Sra Jerusa, da comunidade de Arruda, falou que

foram feitos os quebra molas, porém a poluição causada pela poeira é intensa e a umectação das estradas não é suficiente. Denunciou também a péssima qualidade da água fornecida para consumo dos alunos e que a escola está toda trincada, em virtude das explosões, o Sr. Jaime da Serra de São José denunciou a precariedade das estradas, a falta de educação dos motoristas na condução; a falta da água; a falta de cultivo da lavoura e o abandono das criações, situação que demonstra o desestímulo de muitos moradores. Uma vez ouvidos todos os interessados das comunidades representadas, Onze concordaram e três discordaram em ouvir a empresa.

Diante disso, foram estabelecidas para participação da empresa as seguintes condições: fixação de 15 min para manifestação; compromisso em executar o que for dito dentro do respectivo prazo firmado e a réplica da comunidade, sem tréplica da empresa. Isso posto, passou-se a palavra aos moradores da comunidade de Itapanhoacanga e inicialmente o Guilherme denunciou a seca da fonte de água de sua propriedade e a grande poluição causada pela poeira. Marvi relatou que com o expressivo aumento no fluxo de pessoas que chegam à localidade faz-se necessário a reestruturação da rede de esgoto que não comporta mais o volume dos detritos que vêm sendo despejado no riacho utilizado para banho de muitas crianças. Sirneya Cândido denunciou que, no ano passado, ficaram três meses sem poder transitar pelo entorno, já que as estradas foram danificadas pelo excesso do tráfego de carretas que às vezes causam até engarrafamento; disse estar muito apreensiva com a temporada de chuvas próximas e teme que o isolamento se repita. Cristalino também denunciou a precariedade das vias urbana e suas ruas esburacadas. João Élcio disse que a empresa não cumpriu o acordo entre as partes. Marta relatou que seu pai possui um terreno em Água Santa e que, até o momento, a empresa não pagou pelas suas terras por tal motivo toda a família está mobilizada no sentido de garantir-lhe seus direitos como herdeira do bem de família. Não restando mais nenhum representante da comunidade de Itapanhoacanga com interesse em manifestar-se, foi dada a palavra ao representante Maurício Martins gerente da Anglo que por sua vez disse que a empresa está tomando providências para amenizar a poeira que tem causado transtornos à comunidade; sugeriu que conste da planilha o responsável pelo impacto, ou seja, governo ou empresa; falou sobre a condicionante que se refere à rede esgoto atingida pelo aumento no fluxo de detritos e que providências estão sendo tomadas para aumentar a vazão da rede, o que deverá estar concluído em torno de 90 dias; quanto à chegada de novas pessoas à localidade,

esclareceu que a empresa pode monitorar o impacto negativo, contudo não tem como interferir na livre economia das hospedagens que são autônomas para recepcionar ou não os hóspedes; referente às detonações disse que os moradores das imediações são comunicados previamente sobre exploração e que há o monitoramento posterior para aferir se houve algum dano aos imóveis e especificamente em relação à igreja, disse que o projeto será entregue até 31 de agosto para reforma da casa paroquial e a planilha para captação de recursos até setembro pela empresa Zica. Finalizada a fala da empresa e contestando o representante da empresa no que diz respeito à livre iniciativa das hospedarias e conseqüente isenção de sua responsabilidade, o representante de Córregos disse que sua comunidade não pode suportar e nem ser indicada para alojar o contingente de trabalhadores que chegam à região seja pelas suas características locais com potencial turístico seja pela ausência de infraestrutura, por exemplo, rede de esgoto. Prosseguindo na réplica da comunidade, outro representante disse que a empresa já comprou várias propriedades dentro do Gondó e a água da bacia do Santo Antônio está sendo poluída, o que denota uma ameaça crescente às nascentes. Denunciou que os problemas não são resolvidos, apenas esquecidos a exemplo dos ocorridos com a empresa Borba Gato. Outra moradora relatou que os aparelhos para medição de explosões são instalados em dias nos quais elas não ocorrem ou quando o impacto é ínfimo e que posteriormente a elas nunca presenciou representante da empresa fazendo levantamento de casa em casa para aferir os danos eventualmente causados, que tais funcionários, eles nunca estiveram em sua residência. Já outra moradora relatou a dificuldade que é transitar pelas estradas, pois os caminhões são enormes e é necessário que os pedestres busquem abrigo na beira da estrada, por onde o mato avança. Além disso, os batedores (sinalizadores) desses grandes veículos não os acompanham durante todo o percurso de volta. O Sr. Estanislau, da Fazenda Xanadú, comunidade do Gondó, disse que há uma área de exploração da Anglo numa vértice da serra e outra de impacto na vértice oposta à obra, ou seja, nas costas. Porém, ambas precisam ser avaliadas e demandam atenção da empresa no sentido de amenizar todos os transtornos trazidos pelo empreendimento. Denunciou que o monitoramento e relatórios das águas não são mais tornados públicos, embora exista um termo escrito e registrado em cartório, no qual a MMX se comprometeu a repassar os relatórios mensalmente para acompanhamento da comunidade. A Anglo continua fazendo-os, mas sem divulgá-los, o que deixa a população totalmente a mercê dos interesses da empresa, sem poder acompanhar o que de fato acontecerá com as águas e com as variações do lençol

freático. Disse que diminuiu consideravelmente o volume de sua água; além disso, as explosões trouxeram danos à estrutura de seu imóvel. Questionou por onde se dará o escoamento das 400.000 t de brita, já que a empresa que está se instalando não presta as informações necessárias. Disse não saber qual é a relação entre essa exploração e o empreendimento da Anglo. Na oportunidade, protocolou uma representação junto à promotoria da Comarca de Conceição do Mato Dentro, representada pelo promotor de Justiça Marcelo, cujo teor é a britadora e seus impactos na comunidade do Gondó, pedindo providências, bem como o encaminhamento de uma cópia à Procuradora Federal Silmara, pois a comunidade ignora quais são os interesses da britadora e qual o envolvimento da Anglo nesta exploração. Com a palavra, a Sra. Flávia Lília externou sua decepção com a postura da empresa, já que não houve nenhuma fala com efeitos concretos; questionou quando se concluirá o asfaltamento; a despoluição das águas; o cumprimento da proibição do tráfego de veículos pesados; o escoamento devido da rede de esgoto. Por fim, pediu transparência e soluções aos problemas já reiteradamente colocados. O morador Lúcio questionou a ausência do Ministério Público Federal e a Defensoria Pública. Em face disso, o Luiz expôs que a ausência deles estava prevista e, entretanto, a dinâmica escolhida faria com que a reunião pudesse ocorrer sem a participação deles. Prosseguindo, o Lúcio Pimenta deve ser remanescente de quilombola e apesar disso, foram arrancados de suas terras por representantes da empresa que se fizeram acompanhar por policiais e que, em razão disso, tal situação será denunciada. Questionou se o estudo de impacto social fora na região e qual a instituição responsável. Por sua vez, o Júnior demonstrou preocupação com a fala da empresa, pois nada foi dito de concreto para minimizar os problemas vividos (poeira; falta de umectação diária; lama com as chuvas, aumento do fluxo de pessoas; excesso de esgoto sem o devido trato/escoamento; falta de água; poluição das águas, detonações de grande impacto sem medição; danos estruturais nos imóveis; instalação de quebra molas sem sinalização). Declarou-se preocupado com a proposta da empresa em dialogar com cada atingido e não com a comunidade de modo geral num diálogo aberto, franco e democrático, o que pode fragilizar o movimento comunitário. No intuito de que isso seja evitado, sugeriu que o Ministério Público acompanhe todo esse processo de comunicação (comunidade/empresa). Por tal razão, foi pedida transparência e que o diálogo seja amplo e democrático, divulgando-se as conversações que sejam feitas com parcela da população. Retomando a palavra, o Luiz sugeriu que a empresa faça o levantamento de necessidades junto à comunidade e que, no âmbito da REASA, seja feita uma discussão

ampla a respeito das proposições ou soluções submetendo-as à anuência de todos. O promotor de Justiça Marcelo contestou as falas que diziam não haver avanços, dizendo não ser verdade haja vista a reunião que hoje se realiza; a participação significativa das comunidades que se fizeram representar; a manifestação dos presentes e a presença do representante da empresa. Disse que o objetivo é que as comunidades dêem as mãos em busca de soluções coletivas. A Sra da Maria Guerra propôs ao representante da empresa um diálogo direto entre os atingidos mediatos e imediatos e os dirigentes do primeiro escalão da empresa para se reestruturar o modo de atuação da empresa que, embora com mais de 100 anos de mercado, ainda não saiu do discurso do propalado desenvolvimento sustentável, aplicando-o efetivamente. O representante de Córregos retomou a questão do alojamento discordando ser discricionariedade do dono da hospedaria a acomodação ou não dos eventuais trabalhadores do empreendimento, já que haverá impactos que vão muito além do interesse privado do proprietário da hospedaria com repercussão em toda a comunidade. Solicitou que seja dada publicidade aos relatórios de monitoramento das águas feitos pela empresa, tendo em vista a necessidade de se saber os impactos imediatos e mediatos que os moradores deverão suportar e quer que os problemas locais sejam discutidos com todas as comunidades envolvidas direta e indiretamente. Outro presente achou relevante divulgar recente decisão liminar judicial favorável do Tribunal Regional Federal que assegura um raio de proteção maior às cavernas. Outra notícia foi dada pelo representante da empresa que anunciou para o fim de agosto a assinatura de um contrato, custeado pela empresa, entre o Ministério Público Estadual e a Fundação Nacional de Mediação de Conflitos cujo objetivo é a busca de resoluções dos conflitos ambientais pendentes há dois anos ou mais. Já encaminhando para o término dos trabalhos, recapitulou-se que na reunião do Gondó foi acordada a criação de um comitê de formação cujo objetivo será capacitar a comunidade quanto aos direitos básicos dos atingidos. Para tanto a proposta é a realização de seminário, produção de cartilha educativa e panfletos informativos para serem distribuídos na comunidade. Contudo, este comitê ainda não foi constituído. A seguir, sugeriu-se que a próxima reunião seja feita em Córregos, no dia 10/9, oportunidade em que se dará continuidade ao levantamento das seguintes pautas: águas, estação de tratamento de esgoto; acessibilidade nas vias; regularização fundiária. Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata por mim, \_\_\_\_\_, Soraia Leão de Souza, oficial do Ministério Público, que a digitei.

## **ANEXO E**

**(Nota do Movimento pelas Serras e Águas de Minas em relação à concessão da LP  
do projeto *Minas-Rio*)**

## **Nota do Movimento pelas Serras e Águas de Minas: Sinal verde do governo Aécio Neves para MMX**

(<http://www.ecodebate.com.br/2008/12/16/nota-do-movimento-pelas-serras-e-aguas-de-minas-sinal-verde-do-governo-aecio-neves-para-mmx/>).

Publicado em dezembro 16, 2008.

Desrespeitando EIA-RIMA que apontam enormes impactos ambientais e sociais, Governo Aécio concede Licença Prévia – LP – a empreendimento minerário da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., previsto para Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, em Minas Gerais.

Mais um caso de poder econômico das mineradoras que faz o Governo Estadual se ajoelhar nos pés do deus capital.

### **Nota do Movimento pelas Serras e Águas de Minas**

Neste último dia 11/12, aconteceu em Diamantina a 29ª reunião ordinária da Unidade Regional do COPAM – URC Jequitinhonha, para votação do Parecer Único do SISEMA Nº 001/2008, referente à Licença Prévia – LP do empreendimento minerário Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., previsto para Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim.

Na reunião anterior (24/10/2008) os conselheiros do COPAM, Alex Mendes Santos – ONG Caminhos da Serra, José Geraldo Magest – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Paulo Almeida – DNPM, Carlos Eduardo Teixeira Nery – CODEMA de Conceição do Mato Dentro, Luiz Cláudio Oliveira – ONG Amigos do Tabuleiro, Dr. Enéias Xavier Gomes – Procuradoria Geral de Justiça e Dárcio Calais – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais solicitaram vistas ao processo.

Inicialmente o Conselheiro Alex Mendes Santos solicitou o afastamento, neste processo de votação, dos conselheiros José Geraldo Magest e Carlos Eduardo Teixeira Nery, por estarem envolvidos diretamente em negociação de financiamentos institucionais com a empresa Anglo Ferrous.

Apenas o conselheiro José Geraldo Magest foi afastado, mas ficou claro para os presentes que há envolvimento de conselheiros do COPAM com a empresa, o que vem a prejudicar as votações uma vez que interesses profissionais possam interferir na isenção dos mesmos nos processos de análise e votação.

Os pareceres de vistas apresentados pelos Conselheiros Alex Mendes Santos, Paulo Almeida e Dr. Enéias Xavier demonstraram que a falta de alguns estudos e informações imprescindíveis à efetiva avaliação da viabilidade ambiental do empreendimento, caracterizavam o projeto como não suscetível de deliberação sobre Licença Prévia. Foram apresentadas pelo conselheiro Dr.

Enéias Xavier recomendações dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, que indicavam que o processo deveria ser baixado em diligência. O Promotor da Comarca de Conceição do Mato Dentro, Dr. André Arantes, informou que a empresa Anglo Ferrous está obrigada a cumprir Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), que até o momento não cumpriu e que, além disso, a mesma empresa tem evitado o recebimento de notificações a ela destinados pelo Ministério Público.

Os conselheiros Dárcio Calais, Carlos Eduardo Teixeira Nery e Luiz Cláudio Oliveira, apresentaram parecer em conjunto sendo favoráveis a concessão de LP.

Após a apresentação dos pareceres dos autores dos pedidos de vistas ficou patente a interferência do setor produtivo e do governo estadual em pressionar alguns dos conselheiros presentes à reunião, destacadamente pelos senhores Fernando Coura – Presidente do SINDIEXTRA, representantes da Anglo Ferrous, Adriano – Assessor direto do Vice Governador, Antônio Augusto Anastasia. O presidente do SINDIEXTRA declarou a todos os presentes que o empreendimento da empresa Anglo Ferrous era importante para termos Aécio Neves na Presidência do Brasil.

Mais uma dívida de campanha eleitoral que a coletividade terá que arcar com a aprovação de empreendimentos insustentáveis e cujos titulares são financiadores eleitorais a torto e a direito?

Na votação da LP, foram 3 votos contra e 12 a favor da concessão da LP. Apesar do Conselheiro Paulo Almeida, do DNPM, ter feito seu relatório indicando a necessidade de mais estudos que pudessem fornecer as condições para a avaliação da viabilidade ambiental do referido empreendimento, após atender a um telefone móvel, que lhe foi passado pelo Presidente do SindiExtra, o mesmo conselheiro se resignou a declarar que daria um voto institucional, a favor da LP, que minutos antes declarara, em parecer, que não era possível votar.

Repudiamos a forma como o Governo de Minas Gerais tem se comprometido com o setor minerário, e a descarada forma de cooptação de membros de órgãos colegiados, em total subversão ao princípio democrático e meritocrático de que muitos deles deveriam estar revestidos.

O Governo de Minas, apoiado por órgãos federais, em sua oposição descarada para com o estabelecimento de condições minimamente necessárias para o firmamento da justiça, inseparável da defesa do interesse público, vem estimular o desrespeito e a credibilidade da democracia, mostrando que quem pode é quem tem poderio financeiro, e que o resto é o resto.

Tal conduta não condiz, minimamente, com o passado familiar de um governador, e com a pose constitucionalista do professor de direito na Vice-Governadoria de Minas Gerais, que, alimentando tais posturas, escancaram o desrespeito às instituições, alimentam a falta de parcimônia de setores inescrupulosos, e demonstram que os “estadistas” que pleiteiam ter assento em Brasília, só fazem enxovalhar as mais caras

tradições mineiras, sendo apenas um arremedo low profile das piores experiências que já tivemos no governo de Minas Gerais.

Contamos com a seriedade do Ministério Público Estadual e Federal na anulação da LP, e agradecemos a ética e transparência que conselheiros como os senhores Alex Mendes Santos e Enéias Xavier e o representante da Polícia Militar de Minas Gerais tiveram, ao analisarem este processo, dando exemplo de ética, cidadania, compromisso com a seriedade e a causa pública. Estes exemplos, deveria ser a pedra de toque de um sistema estadual de meio ambiente, que está se tornando a casa de “mãe Joana”, haja vista a indicação de um parecer “favorável” a empreendimento, que as evidências explicitadas no mesmo documento parecerístico, apontam como ambientalmente insustentável, e a composição patética de muitos dos colegiados que deveriam ter coerência com as respectivas finalidades.

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro e o Movimento pelas Serras e Águas de Minas agradecem o apoio das entidades RBJA, NINJA, DCE e DA de Ciências Biológicas da PUC Betim, DCE – UFJVM, Grupo Aranã, Brigadas Populares, CPT – Comissão Pastoral da Terra – e das pessoas que colaboraram.

O processo de resistência continua e acompanharemos o desenvolvimento deste processo, buscando os caminhos administrativos e legais para o cumprimento da legislação e o respeito aos mais caros princípios que devem nortear uma administração pública.

Atenciosamente,

Movimento pelas Serras e Águas de Minas

[www.pelasserraseaguasdeminas.com.br/](http://www.pelasserraseaguasdeminas.com.br/)

\* Nota enviada por Frei Gilvander Moreira, colaborador e articulista do EcoDebate

## **ANEXO F**

**(Algumas notícias e reportagens de jornais e revistas publicadas sobre o projeto  
*Minas-Rio*)**

1. Mineração do estado ganha mais US\$ 2 bi. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 de nov. 2006. Economia, p. 16.

NEGÓCIOS

MMX, do empresário Eike Batista, vai investir na extração de minério de ferro e em mineroduto que levará produto ao Rio

# Mineração do estado ganha mais US\$ 2 bi

PAULO PAIVA

A empresa MMX Mineração Metálicos, do empresário Eike Batista, vai investir US\$ 2 bilhões para extrair minério de ferro de Conceição do Mato Dentro, região central de Minas Gerais, e transportá-lo até o Rio de Janeiro através de um mineroduto com 525 quilômetros de extensão. No Rio (Porto de Açu), o minério será pelotizado e então exportado. A trading japonesa Sumitomo deverá assessorar-se à Batista no negócio. As negociações já estão na fase de auditoria fiscal (*due diligence*).

O projeto, batizado de Sistema Minas-Rio, é o maior dos três empreendimentos que a empresa está desenvolvendo no país – os outros dois estão no Amapá e Mato Grosso e envolvem extração de minério e redução de ferro gusa e semelabados. “Estamos abrindo um novo quadrilátero ferrífero em Minas”, compara Fernando Moura, presidente do Sindiexa, sindicato da indústria extractiva mineral no estado. O escritório da MMX em Belo Horizonte será o centro de engenharia para todas as operações

## NOVO PROJETO

Mineroduto que vai ligar Minas ao Rio



de mineração da empresa. Outros escritórios serão abertos em Conceição do Mato Dentro e Serro.

As reservas da MMX estão estimadas em 714 milhões de toneladas, mas com potenciais de 2 bilhões. A cessão da área foi autorizada pelo Departamento

Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) em junho. Já o mineroduto, ainda em análise pelo Ibrama, terá capacidade para transportar 26,6 milhões de toneladas por ano. “Nossa expectativa é de que o Sistema Minas-Rio entre em operação em 2009 e atinja capacidade plena em

2011”, diz o diretor-geral da empresa, Rodolfo Landim, ex-presidente da BR Distribuidora.

Os projetos de maior valor agregado da MMX, contudo, estão no Rio. Além da pelotização, a área do Porto de Açu poderá abrigar uma termelétrica e uma usina siderúrgica para fabricar aços planos, usados na indústria naval e petrolífera. “Temos conversado sobre isso com uma série de empresas”, garante Landim. Um dos alvos seria a construção das plataformas marítimas da Petrobras.

Nesse caso, a logística afasta qualquer pretensão mineira de sediar a usina, já que o carvão usado na produção de aço é importado e seria desembarcado no porto. “Minas precisa investir mais em logística ferroviária”, admite Carlos Orsini, sub-secretário estadual de Comércio, Indústria e Serviços. Ainda em relação à logística, o mineroduto será fundamental para a empresa. Com ele, a MMX escoará minério com custo competitivo e sem depender das ferrovias (FCA e MRS) controladas por sua maior concorrente, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

BRASIL

E-mail

Pens

Das vár empurrar i crescimen sidente Lu maiores p trobras, en elétrico”. A Ela chegou estão colat ceitos para

O grand tes ao excl cial de cres a Eletrobr segundo q sas, por qu passes fisc cit público solver o Te extrair de t

Já em 2 trobras tes excluída di nível de inv ve ainda, se vestidores como um mente, est mulação e e formataç tiva que precisa ad

Desde c do se amq cha com a: da pelo FM ceito dos l Piloto de l tos – uma meio da qu cos projet com taxa alta e con prazo de curto ficar

2. Grupo MMX acerta parceria com Anglo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 de maio. 2007. Economia, p.16.

## NEGÓCIO

Empresas investirão R\$ 5 bilhões para abrir uma mina de minério de ferro no estado e construir mineroduto até o Rio

# Grupo MMX acerta parceria com Anglo

PATRÍCIA ARANHA

A MMX Mineração e Metais, do empresário Eike Batista, e a mineradora Anglo American formalizaram ontem, no Palácio da Liberdade, a parceria para o desenvolvimento do Sistema Minas-Rio, que prevê a abertura de uma mina de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro, Região Central do estado, e a construção de um mineroduto de 525 quilômetros até o Complexo Portuário de Açu, Norte do Rio. O projeto está orçado em R\$ 5 bilhões. Na fase de implantação, deverão ser gerados 10 mil empregos diretos.

O mineroduto terá capacidade para transportar 26,5 milhões de toneladas de polpa de minério por ano. O sistema vai começar a operar no segundo semestre de 2009, com uma produção inicial de 8 milhões de toneladas. Em 2010, o volume chegará a 20 milhões, atingindo 26,5 milhões em 2011. A Anglo adquiriu, em abril, 49% do controle do Sistema Minas-Rio, com um aporte de R\$ 2,7 bilhões. O acordo entre as duas



## CARACTERÍSTICAS

<b>Minério de ferro:</b>	estimada em 26,5 milhões de toneladas/ano.
<b>Pelotas de ferro:</b>	capacidade de produção de 7,6 milhões toneladas/ano.
<b>Mineroduto:</b>	525 km de extensão.
<b>Porto do Açu (RJ):</b>	capacidade para navios de 250.000 toneladas

## PORTO DE MG

Os governos de Minas e do Rio, além do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) assinaram ontem "protocolo de compromissos" para recuperar o passivo ambiental deixado pela empresa Ingá Mercantil no porto de Sepetiba. A massa falida da empresa está nas mãos do estado. Depois de recuperada, a área, de cerca de 1 milhão de metros quadrados, irá servir como porto exportador para empresas mineiras. Minas e Rio formarão um grupo de trabalho para estudar o modelo de gestão que será adotado no projeto.

G

IMPC  
Sa  
im

Os sac  
tributá  
mil po  
tem pe  
ao par  
chid cc  
boranc  
A med  
paragu  
cio dia  
ral cor  
Iguaçu  
model  
uma et  
Paragu  
na prój  
imposi  
de pro

SIMP  
Pra

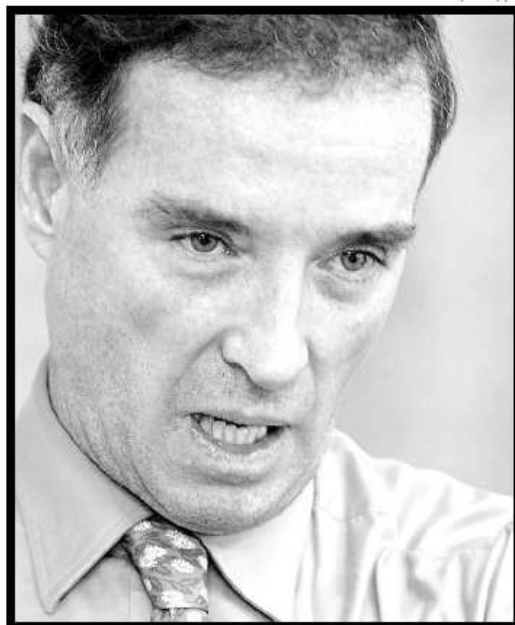
As em  
gamen  
presas  
até am  
da Pess  
deral é

empresas prevê que essa participação poderá chegar a 50%, com um novo aporte de R\$ 1,3 bilhão – mas com o controle permanecendo nas mãos de Eike Batista.

Em seu discurso, o governador Aécio Neves defendeu a parceria com a iniciativa privada e o envolvimento das comunidades atingidas pelo projeto. “É importante que as pessoas compreendam que esses investimentos vêm em seu benefício. As empresas devem ser aliadas dos municípios envolvidos, transformando essas comunidades em modelo de compreensão de que o desenvolvimento não é um empecilho à garantia ou à preservação da nossa natureza, do nosso meio ambiente”, disse.

Batista, por sua vez, lembrou que o projeto foi efetivamente consolidado com a entrada da multinacional no sistema. “A parceria com a Anglo foi a forma que encontramos para concretizar o negócio, que será importante para o desenvolvimento das regiões onde iremos atuar”, frisou. A operação marcou a estreia da Anglo no setor de minério de ferro no Brasil. O empresário também destacou a importância do corredor logístico que será desenvolvido entre Minas e Rio.

Tanto o presidente da MMX quanto o diretor de Novos Negócios da Anglo American, Bernie Pryor, garantiram que não haverá impacto ambiental no entorno do sistema, conforme acordo



já firmado com o Ministério Público do Estado. O governador frisou que o projeto avançará a partir do momento que as questões ambientais forem respeitadas, mas disse que, além disso, quer que as comunidades possam ser compensadas com investimentos sociais.

“O que pretendemos é, junto com os prefeitos, identificar que tipo de investimento seria importante em cada município, exatamente para compensar algum dano que possa haver. Não falo nem dos ambientais, porque esses nós não permitiremos que ocorram sem, obviamente, a

“  
O acordo com a  
Anglo foi a  
forma que  
encontramos  
para concretizar  
o negócio, que  
será importante  
para o  
crescimento  
do estado

”

■ Eike Batista,  
presidente da MMX

compensação, mas eu digo até do ponto de vista social. Isto pode ser uma marca para novos projetos em Minas”, disse, citando o exemplo da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que, segundo ele, investe em assentamentos, escolas e na área da saúde. (Colaborou Paulo Paiva)

3. Anglo American tem grandes desafios em projetos no Brasil. **Valor Econômico**, 15 de dez. 2009.

### **Anglo American tem grandes desafios em projetos no Brasil**

15/12/2009 | **Valor Econômico**

<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/imprensa/noticias.asp?id=7200>

O Brasil pode se transformar no maior produtor de minério de ferro na carteira de negócios da sul-africana Anglo American. A estratégia da multinacional é produzir 150 milhões de toneladas anuais da matéria-prima em 2016, das quais entre 80 a 90 milhões de toneladas em minas brasileiras. O salto na produção pode garantir à Anglo participação de 11% no mercado transoceânico de minério de ferro ante apenas 3% hoje. "Nós vemos o Brasil com uma posição ainda maior no nosso portfólio no futuro", disse ao Valor a americana Cynthia Carroll, presidente-executiva da companhia.

A executiva está no Brasil para uma visita de dois dias, quando irá a Belo Horizonte (MG) encontrar-se com a equipe envolvida com o projeto de ferro - que enfrenta alguns desafios importantes para sua concretização na área ambiental e de infraestrutura. Irá também a São Paulo, onde se reunirá com a equipe do segundo maior investimento no país, uma mina e fundição de níquel, em implantação no norte de Goiás.

A empresa tem programados investimentos de US\$ 5,4 bilhões no país até 2012 em dois grandes projetos - Barro Alto, de níquel, de US\$ 1,8 bilhão, e o de minério de ferro Minas-Rio, em Minas Gerais, o maior investimento do grupo no mundo, de US\$ 3,6 bilhões. Trata-se de um projeto integrado de mina, planta de beneficiamento, mineroduto e porto. O primeiro embarque de minério de ferro está previsto, no novo cronograma do empreendimento, para junho de 2012. Inicialmente, era 2010.

"O minério de ferro vem ganhando importância para nós e tomamos a decisão deliberada de aumentar nossa posição em relação ao produto porque achamos que os prospectos são muito positivos para o futuro. O minério de ferro é a commodity que estava faltando em nosso portfólio", afirmou Cynthia. A executiva considera razoável projeções de analistas da área de mineração que apontam alta de 6% a 10% no preço em 2010. Ela avalia que a perspectiva do mercado é positiva para o próximo ano e avalia que as condições, considerando-se a demanda da China, são ainda melhores no médio prazo.

Até 2007, os negócios da Anglo estavam mais focados em cobre, ouro, diamantes, carvão e platina. O níquel não era uma atividade tão grande, mas começou a ganhar projeção quando a empresa decidiu investir no projeto Barro Alto. Em minério de ferro, a Anglo só tinha a mina de Kumba, na África do Sul, que produz atualmente 37 milhões de toneladas por ano e está sendo expandida. Essa mina devem contribuir para que a Anglo atinja a meta traçada de 150 milhões de toneladas em seis anos.

Em 2007, a Anglo comprou do grupo EBX, de Eike Batista, os ativos da Minas-Rio por US\$ 5,5 bilhões. "Penso que o prospecto para este projeto é grande e fantástico. Acho que temos um futuro muito bom e vamos ficar muito satisfeitos quando olharmos para trás e virmos uma demanda forte e um custo baixo em um projeto em que controlamos toda logística", aposta Cynthia.

O grupo sul-africano iniciou uma diversificação de portfólio há cinco anos. Saiu de alguns negócios como ouro e diamantes e decidiu concentrar em outros como minério de ferro e metais não ferrosos, como cobre e níquel. Também manteve o interesse pelo carvão metalúrgico e térmico. Hoje a Anglo está estruturada em sete unidades de negócios. Três delas estão na África do Sul (carvão térmico, minério de ferro e platina), duas no Brasil (minério de ferro e níquel), uma no Chile (cobre) e uma na Austrália (carvão metalúrgico). Em outubro, anunciou uma reestruturação para cortar custos.

Cynthia avaliou que a Anglo saiu mais forte da crise financeira que atingiu o mundo em 2008. "Tivemos uma performance excelente neste ano." O preço da ação da companhia, que caiu para 9,6 libras esterlinas, recuperou-se e há duas semanas atingiu a cotação de 27,12 libras. Mesmo assim, segundo analistas, o grupo enfrentou dificuldades financeiras.

Segundo a executiva, a empresa vem buscando se superar. "Temos trabalhado no desenvolvimento de uma estratégia muito clara, focada em commodities que achamos poder alavancar. Estamos vendendo alguns negócios que não têm o mesmo nível de atração, retorno e escala dada a nossa base de ativos", disse Cynthia. A Anglo vai sair da atividade de zinco e de alguns negócios no Brasil. Já pôs à venda o de fosfato (Copebrás) e o de nióbio, em Catalão (GO). "A Copebrás não é muito grande, é o nosso único projeto de fosfato no mundo. Então seria melhor alguém que tivesse economia de escala em fosfato e o nióbio que é muito pequeno para nós".

Nos dois grandes negócios no país, os projetos estão avançando, mesmo com algumas dificuldades, em especial o Minas-Rio. Foi definido um novo cronograma para a entrada em operação desse projeto, depois de atrasos causados por dificuldades na obtenção de licenças ambientais e na desapropriação das terras ao longo dos 525 km do mineroduto, que começa em Conceição de Mato Dentro (MG) e termina em São João da Barra (RJ), onde está o porto do Açú. "Com relação ao Minas-Rio, eu não descreveria nossa situação como problemática. Diria que temos desafios". Cynthia reconhece, porém, que o projeto é complexo pelo fato de envolver mina, transporte e terminal portuário. "Estamos lidando com muitas pessoas proprietárias de terra". São cerca de 1.200 donos de áreas onde passará o mineroduto. Desses, já houve acordo com 70%.

Nos casos sem acordo, a desapropriação deve ocorrer por meio de decretos dos Estados que abrigam 32 municípios cortados pelo mineroduto. Segundo Stephan Weber, presidente da Anglo Ferrous Brazil, o braço de minério de ferro, o plano da empresa é conseguir ainda este mês as desapropriações que faltam no Estado do Rio. E para 2010, Weber espera obter as demais autorizações para passagem do mineroduto tanto em Minas, quanto no trecho que faz a divisa do Estado com os municípios fluminenses.

Na parte ambiental, Weber adiantou que a empresa já obteve licenças de instalação para o mineroduto e para o porto. "Ainda falta conseguir as licenças de instalação da mina e da usina de beneficiamento, que esperamos ter em 2010", afirmou. Ele informou que os recursos identificados da mina somam hoje 4,6 bilhões de toneladas de minério de ferro. O produto, com 42%, após o beneficiamento, alcançará teor de ferro de 68%.

A operação da mina vai requerer também grandes volumes de água, problema que Weber já garante ter equacionado por meio de captação de um rio próximo às minas da Serra do Sapo. "Temos já a outorga da água."

4. Terra em transe - Disputa entre mineradoras e preservação deixa cidade em pé de guerra. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 de março. 2010.

# ESTADO DE MINAS

BELO HORIZONTES, DOMINGO, 28 DE MARÇO DE 2010

R. Nº 1.000 - RUA MANOEL DE ODEBRECHT - 122 PÁGINAS - FICHA TÉCNICA DE CIRCULAÇÃO: 100.000 - WWW.EM.MG.BR



Foto: Vinícius G. G. / G. G.

**FEMININO**

**Um curinga brilhante**

As invenções da moda elegeram o tule, sempre limitado às noivas e ao balé, o tecido da estação - desde o bordado luxuoso da Barbara Bela (foto) a bluzinhas básicas.

**EM CULTURA**

**Ateliês da sonoridade**

Construir instrumentos musicais exige artefices apiaçados. Ainda predomina a popularidade do violão, mas percussão e supra (foto) começam a ganhar destaque.

**BELEZIVER**

**Alimento saudável**

Jejuar no quaresma, abrindo mão do que se gosta muito, é maneira de desintoxicar corpo e alma. Além do mais, peixe só faz bem.

## FEDERAIS MINEIRAS CRIAM CURSOS QUE NEM SALA TÊM

Vagar nos pátios por falta de espaço para as aulas não é problema purgado exclusivamente por quem faz o curso de design de moda da UFMG. Estudantes de outras universidades federais no estado também são forçados a contornar situações como ausências frequentes de professores e unidades sem laboratórios de pesquisa. No câmpus Mariana da Ufop, o estudo é em meio a um verdadeiro canteiro de obras, além de não dispor de material didático. Em Juiz de Fora, turmas convivem com reforma atrasada e barulhenta. Em Diamantina, alunos chegaram antes da infraestrutura.

PÁGINAS 24 E 25



No UFMG, alunos de design de moda sofrem com falta de professor e espaço apertado; em Mariana, biblioteca de ciências sociais da Ufop é apenas prateleira



**ESPORTES**

**SAEM HOJE OS DUELOS DAS 4ªS DE FINAL DO ESTADUAL**



Já estão definidos os oito classificados. Bivota é pelo 2º lugar entre Ipatinga, Democrata-GV, Atlético e Tupã.

**TESTEMUNHAS À PROVA**

DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO NA VISÃO DOS QUE CHACALHARAM O PODER

PÁGINAS 3 E 4

**TROCA SÓ DE TORCEDOR**

VICE ATLETICANO MANTERÁ PROGRAMAS DE GOVERNADOR CRUZEIRENSE

PÁGINAS 6 E 7

**MEDIÇÃO DE CONFLITOS**

Leonora Neves participou de oficina e teve foto escolhida para exposição em BH que retrata o cotidiano de seis comunidades carentes e com alto índice de criminalidade na região metropolitana.

PÁGINA 30

**TERRA EM TRANSE**

Mineração na Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro, acirra a disputa pela terra, cujos preços têm sido decididos pela capacidade de os moradores resistirem ao avanço da atividade. Uma propriedade teria sido vendida por R\$ 2,4 milhões. Mineroduto abriu caminho para novos problemas em região de perfil turístico.

PÁGINAS 16 E 17

**ELEIÇÕES**

**Preferência cobiçada**

Aécio Neves e Lula têm, igualmente, 92% de avaliação positiva (ótimo/bom/regular) entre os mineiros, segundo pesquisa Vox Populi/Fierrog. A elevada popularidade do governador e do presidente explicita o predomínio do comando tucano para que Aécio queira ser vice do pré-candidato José Serra e as incursões cada vez mais intensas da petista Dilma Rousseff em Minas.

PÁGINA 8

**CASO NARDONI**

**Mãe quer recomençar**

No dia seguinte à condenação de Alexandre Nardoni e Ana Jacóbi, a 31 e 26 anos de prisão, respectivamente, Ana Carolina Oliveira sentiu-se aliviada. "A justiça está feita, mas minha filha não vai voltar", disse a mãe de Isabella. Ela fala em novo fase em sua vida. O casal julgado volta ao presídio de Tremembé (SP).

PÁGINAS 12 E 13

5. Anglo American está otimista com demanda por minério. **Valor Econômico**, 30 de set. 2011.

### **Anglo American está otimista com demanda por minério**

30/09/2011 | **Valor Econômico**

(<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/imprensa/noticias.asp?id=9305>)

A mineradora Anglo American prevê que a demanda por minério de ferro continuará aquecida no próximo ano, muito em função do apetite dos países da Ásia. Apesar das incertezas na economia global e do cenário de desaceleração, o presidente da unidade de negócio de minério de ferro da Anglo American no Brasil, Stephan Weber, disse que a empresa vê 2012 como um "otimismo, mas um otimismo cuidadoso".

"A China e a Ásia de modo geral estão andando bem", disse o executivo ontem após participar de um dos painéis do 14º Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte. "A previsão é de crescimento da demanda em 2012, principalmente em países asiáticos com o Coreia do Sul e China."

Segundo Weber, a China deve fechar este ano tendo comprado cerca de 700 milhões de toneladas de aço, ante os 620 milhões adquiridos no ano passado. "A siderurgia continua crescendo na Ásia de um modo geral, está indo bem. Na Europa, no entanto, enfrenta problemas fiscais que estão afetando a demanda."

Uma deterioração da situação europeia e uma eventual contaminação na Ásia poderia representar um revés nas perspectivas atuais do setor de mineração, mas esse não é o primeiro cenário com que a Anglo American trabalha neste momento.

A empresa é líder mundial em platina e diamantes; tem operações importantes em outros minérios; está presente em diversos países; e conta com mais de 100 mil funcionários. No primeiro semestre registou lucro operacional de US\$ 6 bilhões.

No Brasil, a Anglo American atua desde 1973 em projetos de minério de ferro, níquel, nióbio e fosfato. O maior projeto em todo o mundo é o Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro (MG), com investimentos que chegarão a US\$ 5 bilhões. A previsão é que os primeiros embarques de finos de minério de ferro sejam feitos no segundo semestre de 2013. O projeto é uma joint venture com a LLX.

Com a entrada em operação do Minas-Rio, somado ao início do projeto Kolomela, no ano que vem, na África do Sul, e ao avanço da produção no Amapá, a Anglo American terá uma capacidade de produção anual de 70 milhões de toneladas de aço.

6. O novo eldorado da mineração. **Istoé Dinheiro**, 21 de março. 2012

## O novo Eldorado da mineração

16/03/2012 – **Revista IstoéDinheiro**

NEGÓCIOS

Nº EDIÇÃO: 754 | Negócios | 16.MAR.12 - 21:00 | Atualizado em 30.10 - 09:57

Avenida das Américas, Barra da Tijuca, zona sul do Rio de Janeiro. Entre os cariocas, o endereço é tão conhecido quanto a praia de Copacabana, o Pão de Açúcar, o Maracanã ou o Corcovado. Muito em breve, o local pode também se tornar o centro de operações da maior transformação da história do setor mineral brasileiro. É lá, no número 3.443, sede da mineradora britânica Anglo American no Brasil, que o presidente da divisão de minério de ferro da companhia, o ítalo-brasileiro Paulo Castellari-Porchia, comanda o projeto Minas-Rio, o maior investimento da empresa no mundo, com orçamento de R\$ 5,8 bilhões até o segundo semestre de 2013. Os planos de Castellari não apenas impulsionarão os negócios da Anglo American, como forçarão suas principais rivais a rever suas operações no País.

Por uma simples razão. Está em curso uma autêntica corrida do ouro na mineração brasileira, disputada também por empresas como a Vale, comandada por Murilo Ferreira, a MMX, do bilionário Eike Batista, a CSN, do empresário Benjamin Steinbruch, e uma legião de mineradoras estrangeiras. A Anglo American promete dar trabalho aos concorrentes. “Teremos o melhor minério de ferro, com o melhor preço” diz Castellari. A corrida determinará quem é quem na mineração mundial nos próximos anos, e promete ser acirrada. Está em jogo um mercado gigantesco. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o setor receberá investimentos de US\$ 68,5 bilhões nos próximos cinco anos a maior cifra já vista na história da mineração no País.

Atualmente, o setor representa 5% do PIB nacional, responde por 30% da balança comercial brasileira e fatura aproximadamente US\$ 50 bilhões ao ano. E tudo que envolve a mineração brasileira é superlativa. A MMX tem R\$ 5 bilhões para investir em exploração de minérios em Serra Azul, região produtora de ferro em Minas Gerais, e outros R\$ 2,5 bilhões na construção do Porto Sudeste, em Itaguaí, no litoral fluminense. Já a CSN, que fatura mais com mineração do que com siderurgia, sua atividade principal, prevê investimentos de R\$ 11 bilhões para os próximos cinco anos. Na semana passada, a Cabral Mineração, uma subsidiária da empresa australiana Cabral Resources, anunciou que vai desembolsar US\$ 2,2 bilhões para a construção de uma unidade em Livramento de Nossa Senhora, na Bahia, para produzir concentrado de ferro com capacidade de 15 milhões de toneladas ao ano.

No caso da Anglo American um grupo que no ano passado faturou US\$ 13,3 bilhões em todo o mundo, um aumento de 23% em comparação a 2010, está sendo planejado um ataque certeiro na disputa pelo mercado de minério de ferro, sob a batuta de Castellari. Um faraônico mineroduto de 524 quilômetros cruzará 32 municípios da região Sudeste e ligará o município de Conceição do Mato Dentro, no norte de Minas Gerais, ao Porto do Açu, em São João da Barra, no terminal logístico de Eike Batista, em construção no Rio de Janeiro. Por seus dutos passarão, logo no primeiro ano, 26,5 milhões de

toneladas de polpa de minério uma lama acinzentada que, depois de uma viagem de quase três dias, será filtrada e ficará pronta para se transformar em metal.

O projeto incluirá, além da mina de minério de ferro em Minas Gerais, uma estação de beneficiamento em Alvorada de Minas e o terminal próprio para o embarque de minério no porto de Eike, que será sócio por meio da LLX, com 51% de participação. **Graças a essa gigantesca estrutura, haverá uma drástica economia com o transporte do minério de ferro, que representa 75% do preço final do produto e, no Brasil, por enquanto, é feito apenas por meio de rodovias e ferrovias.** Na ponta do lápis, isso significa que uma tonelada da matéria-prima produzida pela Anglo American chegará à China, que consome 47% de todo o ferro produzido pelo País, a um preço entre 15% e 25% abaixo do que hoje é cobrado pelas concorrentes Vale, CSN e MMX.

É nesse ponto que a empresa comandada por Castellari tende a incomodar suas rivais e, por consequência, inaugurar uma nova corrida pela conquista de posições na indústria mineral brasileira. A briga promete. Ao olhar para o horizonte, todos os atuais indicadores do setor mineral se tornarão pequenos. Os investimentos surgem de todas as partes, especialmente por gigantes como CSN, MMX, Votorantim, Samarco e Vale. A maior mineradora brasileira, por exemplo, tem nada menos do que US\$ 21,4 bilhões em investimentos planejados para este ano, o maior volume de recursos de uma empresa privada no País e de uma companhia do setor no mundo. Para o Ibram, a mineração brasileira está pronta para dobrar de tamanho em pouco anos duplicando sua produção dos atuais 370 milhões para 787 milhões de toneladas em 2015.

“Viveremos nos próximos anos a maior rodada de investimentos minerais já vista no País”, diz Rinaldo Mancini, diretor do Ibram. No entanto, uma pergunta se impõe: será que o aumento da produção e a redução de custos compensarão o arrefecimento da economia mundial, em particular a partir da desaceleração da China, que prevê crescimento de 7,5% para este ano, abaixo dos 9,2%, em 2011, e dos 10,4%, de 2010 **Ao que tudo indica, o grande desafio do setor mineral não está apenas em garantir os grandes investimentos, mas como combiná-los com as estratégias para aumentar a competitividade.** É nesse campo que Castellari quer atacar. O executivo, nascido em Santo André, na Grande São Paulo, garante que seu plano, em operação, fará com que a Anglo American chegue ao topo no ranking das melhores mineradoras do País hoje a companhia é a segunda em volume potencial de produção de minério de ferro, atrás da Vale.

“Não trabalhamos apenas para sermos líderes, mas isso será uma consequência”, afirma Castellari, um discreto e sorridente são-paulino de 41 anos, viciado em esquiar na neve e que se diz apaixonado por duas mulheres sua esposa, Cristiana, e sua filha, Isabella, de 15 anos. A gigantesca tubulação que está em construção no eixo Minas-Rio se destina a saciar, principalmente, o apetite pela matéria-prima da indústria siderúrgica chinesa. Para ilustrar a importância da China para a mineração nacional, que no ano passado comprou quase a metade do minério brasileiro, o Japão, o segundo colocado, comprou apenas 9,8% da produção brasileira do metal. “Quando o mundo voltar a crescer, quem estiver pronto para dar suporte à indústria chinesa sairá na frente”, afirma o executivo. A China desacelerou, é verdade, mas está muito longe de ser uma economia fria, e por isso estamos enxergando uma economia mundial extremamente aquecida nas próximas décadas.

Para reforçar seu ponto de vista, Castellari esgrime o balanço das exportações brasileiras de minério de ferro em janeiro, que cresceram 16%, para 15,4 milhões de toneladas, na comparação a dezembro do ano passado, num claro sinal de que a China, mesmo crescendo menos, é a grande aposta das mineradoras brasileiras. A estratégia bilionária de Castellari com o mineroduto recebeu carta branca dos executivos da matriz da Anglo American em Londres. Essa autonomia, segundo ele, se explica pelo fato de que a redução nas despesas com transporte possibilitará também que a empresa tenha uma margem de lucro maior e, por consequência, mais espaço nas negociações com os clientes. **Enquanto o gasto com extração de minério de ferro na Anglo American é de US\$ 6 a tonelada, o transporte até a China custa entre US\$ 25 e US\$ 30.**

“Quem não reduzir custos agora ficará de fora do jogo do minério de ferro nos próximos anos”, diz Castellari. “A falta de infraestrutura criou uma oportunidade para sairmos na frente. Nesse contexto, o mineroduto brasileiro será um instrumento importante em favor da companhia”. Castellari não revela, em detalhes, as estratégias de preços da Anglo American, mas garante que a redução de custos e o aumento da competitividade serão seu grande trunfo. O custo de transporte da tonelada de minério de ferro de Conceição do Mato Dentro até o Porto do Açu é estimado por especialistas em cerca de R\$ 1,50, enquanto a Vale desembolsa, em média, R\$ 25 para transportar por ferrovias o minério extraído em Carajás, no Sul do Pará, até o porto maranhense de Itaqui. Para a mineração brasileira, o transporte por dutos é uma solução genial, afirma Mancin, do Ibram.

“Se já somos uma potência no setor atualmente, daremos um salto ainda maior com os projetos que estão no horizonte”. A aposta da Anglo American, além da pujança da economia chinesa e das perspectivas de redução de custos, se ancora na constatação de que o Brasil detém as maiores reservas de minério de ferro do mundo e o insumo de melhor qualidade. A mina da Carajás, operada pela Vale, contabiliza reservas para 500 anos de produção. Já a mina de Conceição de Mato Dentro, da Anglo American, tem longevidade já comprovada de 30 anos, com potencial de expansão, graças às novas descobertas naquela área. “O Brasil tem uma estrutura de pesquisa geológica ainda muito precária, distante de nossos principais concorrentes, a Austrália e o Canadá”, diz Mancin. Mesmo assim, a desvantagem do País tem sido vista pelas empresas como um gigantesco potencial, em vez de um problema.

Apesar de apenas 20% do território brasileiro ter sido geologicamente mapeado até hoje, o País perde em volume de produção de ferro apenas para a Austrália, país em que 92% do subsolo já está estudado. O Brasil é dono da quinta maior reserva, o equivalente a 8,3% do total mundial, o que representa quase 30 bilhões de toneladas de minério medido e indicado. No quesito pureza, o produto brasileiro é imbatível. O índice de concentração nas jazidas brasileiras ou seja, o percentual de minério de ferro misturado ao barro retirado do subsolo é de 68%, enquanto a média mundial varia entre 55% e 62%. As características geológicas do Brasil ajudarão a nos transformar nos melhores em minério de ferro no mundo, afirma Castellari. O minério de ferro, de fato, é o novo ouro da mineração brasileira. Por conta disso, executivos como Castellari e Murilo Ferreira, da Vale, sabem que não estão sozinhos na corrida pelo minério.

recentemente, a Votorantim por meio da Sul América Metais (SAM) anunciou um investimento de US\$ 3 bilhões no Norte de Minas Gerais, para também construir, a exemplo da Anglo American, um mineroduto que ligará sua jazida em Grão Mogol ao Porto de Ilhéus, na Bahia. Com a decisão, a mineradora da família do empresário Antônio Ermírio de Moraes reduzirá o custo do transporte de R\$ 26 para R\$ 1,40. Já a Vale, a segunda maior mineradora do mundo, desembolsou mais de US\$ 9 bilhões nos últimos seis anos em projetos de redução de custo logístico. No mesmo caminho, a Bahia Mineração, controlada pela Eurasian Natural Resources, do Cazaquistão, está recebendo licenças ambientais para a construção da mina de Caetité e para um porto em Ilhéus. A mineradora planeja investir US\$ 2,5 bilhões no projeto.

Essa frenética corrida das mineradoras está expressa nos estudos do governo. Segundo levantamento do Ministério de Minas e Energia, o Plano Mineral 2030, a produção de minério de ferro no Brasil deverá mais que dobrar nos próximos 20 anos, superando um bilhão de toneladas. “Isso está associado à demanda da China e depende de como a economia chinesa vai andar” , diz o diretor da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Fernando Freitas Lins. Segundo o estudo, as projeções levam em conta um crescimento mundial de 3,8% e do Brasil de 5,1% na média da próxima década. A previsão é de que nos próximos anos a maior parte da produção seja vendida para a China com proporções semelhantes às de hoje, afirma. Por isso, há tantos players disputando o mercado brasileiro de minérios. Que vença o melhor.

7. Anglo American leva duro golpe no projeto Minas-Rio. Multinacional recebe recomendação para sanar os problemas causados pelo projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 13 de junho. 2012.

### **Anglo American leva duro golpe no projeto Minas-Rio**

### **Multinacional recebe recomendação para sanar os problemas causados pelo projeto Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro**

[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/13/internas\\_economia,299757/anglo-american-leva-duro-golpe-no-projeto-minas-rio.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/06/13/internas_economia,299757/anglo-american-leva-duro-golpe-no-projeto-minas-rio.shtml)

### **Zulmira Furbino – Jornal o Estado de Minas**

Publicação: 13/06/2012 06:00 Atualização: 13/06/2012 06:45

A mineradora Anglo American recebeu mais um duro golpe contra sua forma de atuação no projeto Minas-Rio, no município de Conceição do Mato Dentro, Região Central do estado. Ontem, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e a Defensoria Pública do estado fizeram três recomendações à empresa. Em primeiro lugar, a multinacional deverá suspender situações, processos e ações que violem os direitos humanos e promover a reparação de danos já constatados pela comunidade local. Em segundo, a empresa e a Prefeitura de Alvorada de Minas deverão adotar medidas que garantam o acesso e a permanência dos alunos na Escola Municipal São José do Arruda, que estão adoecendo com a poeira produzida pelo tráfego intenso de caminhões no local.

A Anglo American também deverá tomar providências “urgentes” para solucionar os problemas decorrentes da poluição e assoreamento dos recursos hídricos de toda a região do empreendimento e adjacências, restabelecendo a situação anterior ao início das obras. Segundo o MPF, os autores das recomendações advertem que as graves violações aos direitos humanos praticadas pela mineradora “podem vir a configurar vários crimes, entre eles ameaça, constrangimento ilegal, violação de domicílio, dano e até perturbação do sossego, considerada uma contravenção”.

Em nota, a mineradora informa que recebeu as recomendações do Ministério Público e já está trabalhando nas questões solicitadas. Diz ainda que investe mais de R\$ 150 milhões em obras de infraestrutura e ações sociais na região. O projeto Minas-Rio é o principal empreendimento da Anglo American hoje no mundo.

Ele inclui a abertura de uma mina de minério de ferro e a construção de uma unidade de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Além disso, prevê a construção de um mineroduto com 525 quilômetros de extensão e um terminal de

minério de ferro do Porto de Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro. As obras tiveram início em 2006 após a concessão das licenças prévia e de instalação pelos órgãos ambientais. Os autores das recomendações consideram que os problemas começaram justamente na expedição dessas licenças, já que os impactos sociais e ambientais não teriam sido corretamente avaliados. “No local, vivem diversas comunidades tradicionais, que foram completamente ignoradas pelos órgãos licenciadores”, diz o MPF.

“As recomendações são uma forma de dar ciência das irregularidades para que a empresa tome as providências no sentido de regularizá-las. Se essas providências não forem tomadas, vamos estudar outras medidas extrajudiciais ou judiciais”, explica o promotor Francisco Chaves Generoso, coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das bacias dos rios Jequitinhonha e Mucuri. As orientações incluem a manutenção regular das estradas e abstenção de entrar ou permanecer, sem a autorização do proprietário, em áreas particulares.

A empresa não poderá causar qualquer dano a cercas, porteiras e mata-burros, nem ameaçar ou constranger, ainda que moralmente, as comunidades atingidas pelo empreendimento, sob pena de responsabilização criminal. Já o DER-MG deverá adotar medidas de controle de tráfego na MG- 010 para garantir a segurança dos alunos da Escola Municipal São José do Arruda e dos demais transeuntes, além de efetuar os reparos necessários e a manutenção da via.

8. Forasteiros sedutores. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 13 de jan de 2013. Caderno Geraes.

**Forasteiros sedutores - Cidade mineira registra alto índice de grávidas e de mães solteiras após receber mais de 4 mil operários de mineradora. Estranhos atraem mocinhas com boa conversa e presentes**

Tiago de Holanda

Enviado especial

Publicação: 13/01/2013 04:00



"Ele era simpático, educado, achei que fosse responsável. Me enganei. Ele me deixou na mão", Juliana Francisca de Oliveira (com a filha, Ítala), abandonada pelo namorado, casado

**Conceição do Mato Dentro** – De repente, há cerca de seis anos, a pequena Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas, começou a receber uma multidão de forasteiros. À população de 18 mil habitantes, somaram-se mais de 4 mil rostos estranhos, a maioria homens, convocados para trabalhar nas obras da multinacional Anglo American, uma das maiores das mineradoras do mundo. Além de aquecerem a economia local, os novos moradores inflamaram a imaginação de algumas mulheres e, vejam só, contribuíram para aumentar o número de mães solteiras.

Não há estatísticas oficiais, mas o fenômeno é constatado por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e observado por muita gente da cidade. “Empregados das firmas têm contribuído para aumentar o número de grávidas e também o de mães solteiras”, afirma a enfermeira Graciele Soares de Oliveira, que há quase três anos acompanha gestantes e mães recentes atendidas em um dos três postos do Programa Saúde da Família.

As firmas a que se refere a enfermeira são as empresas terceirizadas pela Anglo American, que planeja explorar o minério de ferro entranhado na região. Juntas, as empresas contam com 4,4 mil empregados em Conceição. A grande maioria deles são homens, vindos de diversos estados, donos de vários sotaques e feições. Em uma cidadezinha onde quase todo mundo se conhecia, onde hábitos se reproduziam e os dias eram pacatos e previsíveis, aquele monte de gente nova atiçou a curiosidade de senhoras e senhoritas. “Novidade é novidade. Sei de muitos namoros e envolvimento com homens que vieram de fora. Era algo esperado. Eles vão atrás até de mulher casada, viu?”, diz, sorrindo, o prefeito Reinaldo César de Lima Guimarães (PMDB).

**CURIOSIDADE** Das 27 gestantes atendidas atualmente no posto de saúde de Graciele, no Bairro Córrego Pereira, pelo menos seis engravidaram de forasteiros, o que dá um percentual de 22,2%. “Ainda conheço umas oito que já deram à luz filhos de gente das firmas”, diz ela. Na maioria dos casos, as mães têm de criar sozinhas seus rebentos. Alguns pais nem moram mais em Conceição: voltaram à terra natal ou se transferiram para outra cidade. Um deles namorou por alguns meses a concepcionense Juliana Francisca de Oliveira, de 22 anos. A filha do casal, Ítala Fernanda, nasceu em junho. Meses depois, o pai, natural de Salinas, no Norte de Minas, foi trabalhar no Serro. “Ele me deixou na mão”, queixa-se Juliana.

Sentada em um beco no Córrego Pereira, a desempregada Juliana segura nos braços Ítala, a primeira filha. Em dezembro de 2010 a moça conheceu o pai da pequena, então operador de máquinas. “Ele era simpático, educado, achei que fosse responsável. Me enganei”, conta. Quando ela revelou que estava grávida, o namorado não gostou. “Pedi para eu tirar. Começou a me deixar de lado”, recorda. Depois, ele, que havia dito que era solteiro, informou que tinha mulher e cinco filhos em Salinas.

Pouco antes de Ítala nascer, Juliana precisou abandonar o primeiro ano do ensino médio para cuidar do bebê. Além de contar com a ajuda de parentes, recebe uma pensão de R\$ 150 do operador de máquinas. “Uma vez, gastei R\$ 700 em remédios para minha filha. Pedi para ele mandar mais dinheiro, mas ele falou que era para eu me virar”, conta. Em quase todo fim de semana, o rapaz visita Conceição do Mato Dentro, mas passa mais tempo com a nova namorada do que com a filha. “Fica 15 minutinhos e vai embora. Nem a carrega direito”, ressalta a mãe.

**DESESPERANÇA** Cristina (nome fictício), de 35 anos, ouviu conselhos para ter cuidado ao se relacionar com algum forasteiro. “Sempre disse que nunca ia me envolver com essas pessoas de firma. A visão que a gente tem é de que só querem farra”, diz. A

resolução, no entanto, foi esquecida no final de 2010, quando ela, então funcionária de uma padaria, conheceu um baiano. Meses depois, deitaram-se juntos e não usaram camisinha. Em agosto, nasceu a primeira filha de Cristina.

Quando soube que a namorada esperava um bebê, o baiano começou a se afastar. “Ele propôs que eu tomasse remédio para tirar a criança. Não quis mais sair comigo”, conta Cristina. O pai registrou a recém-nascida, disse que ajudaria a mãe a criá-la, prometeu mandar dinheiro todo mês e pagar um plano de saúde para a filha, mas sumiu. Cristina sabe que ele foi trabalhar em Sabará, em Belo Horizonte e depois se mudou para Mato Grosso. Ela entrou na Justiça para obrigá-lo a pagar pensão.

Assim como Cristina, Lívia (nome fictício) ouviu muitos conselhos. “A maioria falava que cara de firma só quer aproveitar e ir embora”, recorda. Porém, também acabou virando mãe solteira. Em 2010, ela conheceu um rapaz de Itabira, Região Central. Ele trabalhava como ajudante de topografia. O casal namorou por mais de um ano. Uma vez, não usaram camisinha e em maio de 2011, a filha nasceu. O rapaz assumiu a paternidade, mas retornou à cidade natal. Ele manda uma pensão que varia de R\$ 150 a R\$ 200 e visita as duas pelo menos uma vez por mês, mas Lívia acha que isso é pouco.

### **Amores e desilusões**

Em Conceição do Mato Dentro, vez por outra as conversas tocam no assunto. “É mais fácil dizer quem não engravidou desses homens de firma”, diz a atendente de uma farmácia. “Conheço muitas que se deixaram iludir, principalmente mocinha nova. Eles chegam, prometem mundos e fundos, e as meninas não estão acostumadas com a vida boa”, enfatiza. Outra atendente conta, maliciosa: “Outro dia, ouvi um dizendo: ‘Você sabe que eu te amo, que você é tudo na minha vida’. A menina se derreteu toda. Cidade pequena, você vê todo dia as mesmas caras. Gente nova chama a atenção.” No jogo da sedução, alguns conquistadores enchem as moças de presentes caros, como joias, roupas de marca, celular e câmera fotográfica digital.

Muitos rapazes nativos sentem ciúmes de forasteiros. “Os caras da cidade ficavam muito chateados, porque os de fora roubavam as meninas daqui”, confirma Josimar Gonzaga, de 23. Ele diz conhecer três moças que, depois de engravidarem, desenganaram-se com os de fora. “Todo mundo alerta para não se envolverem demais. O cara pode ser casado e dar uma de solteiro. O futuro do cara é incerto: ele pode ser transferido, ter de ir embora”, alega o rapaz, que é de Conceição e trabalhou como vigilante em alojamentos de terceirizadas, mas está desempregado. Segundo ele, depois de inúmeras desilusões, as meninas de Conceição ficaram mais espertas. “No início, elas se interessavam mais pelo pessoal das firmas. Os caras fizeram a festa, ‘passaram o rodo’, mas ‘queimaram’ o filme”, explica.

### **Paixões com final feliz**



O baiano William Pereira engravidou Myriani, ficou na cidade e ainda assumiu os outros dois filhos dela

Nem tudo é desamor. Na cidade, alguns forasteiros que se apaixonaram e constituíram família, nem pensam em se mudar. Em 2011, William Pereira, de Senhor do Bonfim (BA), chegou a Conceição para trabalhar como armador de estruturas. Na mesma empresa, a conceicionense Myriani Aparecida Rodrigues empregou-se como faxineira. Com quatro meses de namoro, a mulher engravidou. Pareceu não ter sido planejado, mas a verdade é que William deu o “golpe da barriga” ao contrário. “Foi uma coisa meio constrangedora. Parei de tomar remédio (anticoncepcional) porque ele disse que tinha feito vasectomia. Depois, me disse que foi uma arma que usou para não eu largá-lo”, explica Myriani, de 29 anos.

Apesar da insegurança de William, o estratagema não teria sido necessário. Myriani já estava apaixonada. Vítor Lorrann nasceu em maio. O casal passou a morar junto e o baiano ainda assumiu dois filhos que a mulher criava sozinha: João Vítor, de 5, e Izabella Caroline, de 6. William os trata com afagos e beijos, como se os tivesse gerado. A casa no Bairro Vila Caetano é alugada, mas os dois compraram um lote no Córrego Pereira e já começaram a erguer o futuro lar. “Se a firma quiser me transferir, procuro outro serviço. Ou então transfere a família todinha”, garante o nordestino, de 24. William continua trabalhando nas obras da Anglo American e reconhece que, entre os colegas, poucos fariam o mesmo que ele.



"Eles têm muita lábia, fazem muitas promessas e as meninas acabam caindo", Mariana Reis, balconista casada com ex-funcionário de mineradora

**CASAL FELIZ** Também veio do Nordeste o bem-querer de Mariana Reis. Ela era balconista quando, em 2008, conheceu o pernambucano José Márcio da Silva. Amigos e parentes a alertavam. “A fama do pessoal de fora não é muito boa. Muitos só querem farra. Eles têm muita lábia, fazem muitas promessas e as meninas acabam caindo”, explica. No início, ela desconfiou do pretendente.

A gravidez veio com seis meses de namoro. Não foi nada planejado, mas José Márcio, conhecido como Pernambuco, adorou a notícia. Maria Eduarda nasceu em janeiro de 2009. Com o tempo, os receios da mãe se dissiparam. “Percebi que ele era sincero, trabalhador. Sempre me deu segurança de que iria ficar”, diz Mariana. E ficou. Quando era motorista de uma terceirizada, quiseram transferi-lo para São Paulo. Ele se recusou, mudou de firma e tornou-se taxista. Hoje, José Márcio tem 32 anos e a mulher 24. A família mora em uma casa no Bairro Maranhão. Mariana está no sétimo mês de gestação da segunda filha, Camila.

Por coincidência, uma irmã da jovem, Marina, também se casou com um rapaz de firma, outro motorista pernambucano, e também está grávida.

MINERAÇÃO

Companhia anuncia solução para impasses do Minas-Rio e mantém expectativa do primeiro embarque para o ano que vem

# Anglo chega ao pico das obras

MARTA VIEIRA

A multinacional de origem sul-africana Anglo American começa a planejar as etapas de teste e montagem dos equipamentos de mineração do megaprojeto batizado de Minas-Rio, que vai produzir 26,5 milhões de toneladas por ano de minério de ferro numa etapa inicial em Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas Gerais. Depois de vencer a resistência de ambientalistas e os obstáculos criados em três ações civis públicas, que atrasaram em um ano a entrada em operação do empreendimento, a companhia chegou à fase de pico das obras de implementação nos dois estados. As frentes de serviços empregam 11,5 mil trabalhadores com contrato temporário, contingente que deve alcançar 15 mil neste ano, informou ontem o presidente da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da Anglo American, Paulo Castellari Porchia.

O executivo confirmou a previsão do primeiro embarque de ferro no fim de 2014 e o orçamento já revisado de US\$ 8,8 bilhões, em decorrência das dificuldades de viabilizar o projeto no cronograma original que previa o fornecimento da matéria-prima a partir de dezembro. Para cumprir o

novo prazo, Paulo Castellari e sua equipe esperam transformar as atuais licenças de instalação (LI) em licenças de operação (LO) até o começo do próximo ano sem enfrentar tantas complicações quanto no passado.

O último obstáculo foi a anuência obtida pela mineradora a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica para atender a planta de tratamento de minério. De acordo com o diretor de Recursos Humanos e Sustentabilidade da Anglo, Pedro Borrego, os pedidos das licenças de operação serão feitos em outubro para que não haja mais impactos sobre o cronograma. A Anglo trabalha amparada em quatro licenças de instalação, de mina, planta de beneficiamento, mineroduto de 525 quilômetros, que corta 32 municípios, e porto. Cerca de 90% das condicionantes legais exigidas foram cumpridas ou estão em andamento.

**BAIXO CUSTO** A garantia de sucesso do empreendimento, a despeito dos desafios que a empresa reconhece estar enfrentando, segundo Paulo Castellari, está no baixo custo de produção de um minério de qualidade premium, com 67,5% de teor de ferro. O material será produzido a US\$ 30 por tonelada e chegará aos clientes chineses, que

vão absorver um quarto do volume total, por US\$ 50/tonelada. O preço médio da tonelada da matéria-prima em janeiro e fevereiro foi estimado em US\$ 125,90, com base no índice americano Platts que reflete os negócios na China. "É um projeto muito bem posicionado na curva de custos e que vai nos colocar de forma muito competitiva no mercado", disse o executivo.

A Anglo já tem contratos de longo prazo negociados para vender 50% da produção no Oriente Médio, além de 25% na China, e negocia o fornecimento a um empresa no Brasil de outro quarto do volume total. Castellari vê um cenário de demanda firme da matéria-prima na China, embora comunique da perspectiva de os preços se estabilizarem em níveis inferiores aos atuais. A estimativa do custo de produção do minério de Conceição do Mato Dentro embute despesa a maior com o pagamento de royalties pela exploração da matéria-prima, prevenido o dobro da alíquota atual para o ferro, como pedem os prefeitos das cidades mineradoras. O escoamento será feito pelo mineroduto até o terminal próprio da Anglo no Porto do Açú, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, onde a empresa é sócia do bilionário Eike Batista.

## INDIC ECON

2

UFIR - Anual: R\$ 1,0641 • IN  
• UPC - março: R\$ 22,

### INFLAÇÃO

Índices	Outubro	Novembro	Dezembro
INPC (IBGE)	0,71	0,54	0,74
IPC/PIPE	0,80	0,68	0,78
IGP-DI (FGV)	0,31	0,25	0,66
IGP/IM (FGV)	0,02	-0,03	0,68
IPCA (IPEAD)	0,59	0,43	0,50
IPCA (IBGE)	0,59	0,60	0,79

### CUB (Custo unitário básico)

Projetos		
PADRÃO BAIXO	PADR	
R-1	1.063,92	R-1
PP-4	976,49	PP-4
R-8	928,54	R-8
PS	700,36	R-16

### IMPOSTO DE RENDA

Tabela oficial da Receita Federal para cálculo do IR - Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	R\$ a deduzir
Até 1.710,78	-	-
De 1.710,79 até 2.563,91	7,5	1
De 2.563,92 até 3.418,59	15	32
De 3.418,60 até 4.271,59	22,5	51
Acima de 4.271,59	27,5	75

### IR - TAXA SELIC (Ativos\*)

Mês de vencimento	Juro devido em Fevereiro (%)
Março/12	7,81
Abril/12	7,01
Maió/12	6,31
Junho/12	5,71

10. American anuncia gasto de US\$ 4 bilhões no projeto Minas-Rio. **Estado de Minas**, 29 de jan. 2013.

### **Anglo American anuncia gasto de US\$ 4 bilhões no projeto Minas-Rio**

[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/01/29/internas\\_economia,346808/anglo-american-anuncia-gasto-de-us-4-bilhoes-no-projeto-minas-rio.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/01/29/internas_economia,346808/anglo-american-anuncia-gasto-de-us-4-bilhoes-no-projeto-minas-rio.shtml)

Agence France-Presse

Publicação: 29/01/2013 08:03 Atualização: 29/01/2013 08:52 – **Jornal o Estado de Minas**

A mineradora Anglo American anunciou nesta terça-feira um gasto de quatro bilhões de dólares pelo aumento dos custos e os atrasos no projeto Minas-Rio, uma mina de ferro gigante que explora no Brasil.

O investimento no projeto alcançaria assim 8,8 bilhões de dólares, contra uma previsão inicial de até 8 bilhões. A primeira remessa de minério de ferro será atrasada em um ano, até o fim de 2014, informou o grupo. O gasto de quatro bilhões de dólares será incluído nas contas do grupo na data de 31 de dezembro de 2012.

A estimativa de custos inclui um orçamento de 600 milhões de dólares para enfrentar os riscos de desenvolvimento. "Estamos decepcionados porque as numerosas dificuldades encontradas por nosso projeto Minas-Rio contribuíram para um aumento significativo dos investimentos, o que leva a esta sobrecarga", declarou Cynthia Carroll, diretora geral, que em breve cederá o posto a Mark Cutifani.

"Apesar das dificuldades, seguimos acreditando na atratividade da Minas-Rio a médio e longo prazo, assim como em seu posicionamento estratégico, e estamos comprometidos com o projeto", completou.

11. Os órfãos do progresso. **O Tempo**, 28 de jul. 2013.

## REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Os “órfãos” do progresso

PUBLICADO EM 28/07/13 - 03h00

ANA PAULA PEDROSA, PEDRO GROSSI E QUEILA ARIADNE

### Jovens mães embalam bebês de trabalhadores que somem após obras



O pai de João Miguel, do Ceará, foi embora logo após saber que Jaqueline estava grávida

Conceição do Mato Dentro. Em 2008, quando o megaempresário Eike Batista embolsou cerca de US\$ 5 bilhões pela venda do projeto de exploração de minério de ferro Minas-Rio para a sul-africana Anglo American, nascia na periferia da cidade de Conceição do Mato Dentro, na região Central do Estado, o pequeno Eike Lima da Conceição.

A mãe, Aline de Souza Lima, então com 19 anos, conheceu E.M.C., o pai da criança, durante uma festa de confraternização dos empregados da empreiteira que lotavam a

cidade, vindos de todos os cantos do Brasil, para trabalhar no megaempreendimento de instalação da usina de extração de minério.

Enquanto Eike, o empresário, multiplicava sua fortuna virtual convencendo investidores a financiar o projeto X, Eike, a criança, se mudava com a mãe para o Espírito Santo à procura do pai. “Durante um mês, o meu filho teve pai, mas nem deu tempo de registrar”, conta Aline. Mas voltaram para Conceição do Mato Dentro, quando ela descobriu que sua amiga estava grávida de seis meses da Rosa, irmã paterna do Eike.

De outro relacionamento com um morador da cidade nasceu Enzo Gabriel. O caçula, hoje com sete meses, Eike e Aline são sustentados por Rônio Junior dos Santos. O jovem, de 19 anos, saiu do município de Presidente Kubitschek, também na região Central, para se juntar aos 4.000 empregados que trabalham na instalação do projeto Minas-Rio, empreendimento que já consumiu mais de US\$ 30 bilhões e que é o maior investimento mundial da Anglo American.

“Hoje eles são meus filhos, apesar do Eike não me aceitar muito bem em casa, mas não sei o que vai acontecer com a gente no futuro. Meu contrato acaba em seis meses, e não sei o que vou fazer depois disso”, diz o atual chefe da casa.

**Pobreza e Mágoa.** A três quarteirões da casa do pequeno Eike, no bairro pobre de Córrego Pereira, Vaílde da Conceição, de 21 anos, embala o pequeno Diogo, de 8 meses. Sem sequer um berço, o bebê dorme em um sofá velho – praticamente só a estrutura de madeira –, em um dos três únicos cômodos da casa. O pai da criança conheceu Vaílde por meio de uma ex-namorada, Renata. Trabalhador “daquela empresa grande que veio pra cidade”, ele era um dos mais cobiçados nas festas e nos encontros promovidos pelos funcionários.

“Ele me prometeu um monte de coisa e fugiu me deixando sem nada”, reclama Vaílde. Cadastrada em programas sociais do governo federal, ela depende dos R\$ 80 mensais do bolsa-creche para sustentar o filho.

Casos como os de Eike e Diogo são um dos efeitos colaterais de grandes obras em cidades pequenas. Trabalhadores vêm de fora e, ao fim do contrato, vão embora, deixando para trás órfãos de pais vivos.

*Leia no próximo domingo: Os perigos da desindustrialização*

12. Anglo American invade quintal de casa para fazer mineroduto. **O Tempo**, Belo Horizonte, 23 de set. 2013.

### **Conceição do Mato Dentro**

PUBLICADO EM 23/09/13 - 03h00 –

Ana Paula Pedrosa

Anglo American invade quintal de casa para fazer mineroduto

**Caso não é isolado e moradores não são reconhecidos como atingidos pela obra**



• Ary não consegue mais lenha para acender o fogão, e acorda de madrugada para garantir água



• Levantou poeira. Há quatro meses, o borracheiro Ary Teixeira convive a contragosto com máquinas no quintal de sua propriedade

**Conceição do Mato Dentro.** Até maio deste ano, o borracheiro Ary Teixeira, 50, dividia a pequena propriedade de 1,63 hectare na área rural de Conceição do Mato Dentro com outras 20 pessoas da família espalhadas em quatro casinhas simples. Nos últimos quatro meses, ele passou a compartilhar o terreno também com caminhões, tratores, escavadeiras e centenas de operários do projeto Minas-Rio, tocado pela Anglo American. Mas a convivência com as máquinas e funcionários da multinacional é forçada: Ary não foi procurado pela mineradora para negociar seu terreno e, de repente, ficou espremido entre o mineroduto, que vai passar praticamente dentro da sua casa, e a linha de transmissão que vai garantir energia ao projeto e passa a poucos metros dali.

O caso de Ary não é isolado. Na cidade, que fica a 175 km de Belo Horizonte, moradores de 20 comunidades rurais reclamam que são atingidos de alguma forma pela gigantesca obra, mas não foram incluídos nas listas de impactados elaboradas pela empresa. Os que são reconhecidamente atingidos têm direito a indenização de R\$ 35 mil por hectare, reassentamento em área de 20 hectares para o chefe da família, 10 hectares para cada filho maior de idade que resida no local e outros 20 hectares para todos os filhos não residentes no local.

A nova moradia deve ter uma casa avaliada em pelo menos R\$ 50 mil e os proprietários devem receber assistência técnica e social por três anos, além de uma cesta básica. Os termos, de acordo com o advogado Elcio Pacheco, que defende na Justiça algumas das famílias, são os mesmos empregados no caso da Usina de Irapé, da Cemig, no Norte de Minas.

“Se me derem um lugar, eu saio amanhã”, diz Ary Teixeira. O borracheiro conta que, desde que passou a morar praticamente dentro do canteiro de obras, o movimento na borracharia, que fica às margens da rodovia MG-050, caiu 80%, e mal dá para pagar as contas.

Mas os prejuízos não são apenas econômicos. A família perdeu sua privacidade e mudou sua rotina. A mulher de Ary, Antônia Teixeira, conta que a horta da família não produz mais.

Para acender o fogão, o borracheiro precisa da ajuda de parentes, que trazem lenha de outra comunidade. Antes, ele pegava no quintal de casa. Para ter água, ele acorda às 3h30, e enche um reservatório, antes que os funcionários da obra comecem a usar a água no alojamento acima de seu terreno. (APP)

13. UFMG diz que há ‘equivocos’. **O Tempo**, Belo Horizonte, 23 de set. 2013.

UFMG diz que há ‘equivocos’

PUBLICADO EM 23/09/13 - 03h00

Ana Paula Pedrosa

**Grupo de estudos listou 540 áreas de conflito ambiental em Minas Gerais**



• Máquinas já trabalham a todo vapor no topo da serra da Ferrugem



• Medo. Irineu mora na comunidade do Gondó desde que nasceu e teme que a mineração acabe com a água usada nas casas da região

Na semana passada, o Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (Gesta) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) encaminhou a autoridades e órgãos

ambientais parecer no qual aponta o que chama de “equivocos” no processo de licenciamento do complexo Minas-Rio. O grupo pede que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Vale do Jequitinhonha (Supram Jequitinhonha), que trata do caso, examine o estudo da consultoria Diversus, que aponta 22 comunidades afetadas.

O estudo da Diversus foi realizado em 2010, depois que a Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha, que assim como a Supram integra a Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), determinou que a mineradora custeasse um estudo realizado por uma empresa indicada pela Comissão de Atingidos. Foi elaborada uma lista com três empresas e a Diversus foi escolhida. O laudo, no entanto, ainda não foi examinado pela Supram.

Posteriormente, a Anglo apresentou outro laudo, de outra consultoria, que apontava como atingidas as mesmas duas comunidades identificadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Este laudo também não foi examinado pela Supram.

A coordenadora do Gesta/UFMG, Andrea Zhouri, diz que é preciso considerar os impactos econômicos e nas relações sociais e ambientais dos moradores. “Não são apenas propriedades. É um modo de vida tradicional, baseado em mútua dependência social e econômica”, diz.

Para ela, a origem de todos os problemas é o fracionamento do licenciamento, que tirou a visão do impacto total do projeto. O mineroduto foi licenciado em âmbito federal, a mina em Minas Gerais e o porto no Rio de Janeiro. A Licença de Instalação (LI), segunda fase do licenciamento, foi dividida em duas etapas.

O Gesta faz um trabalho independente e já mapeou 540 conflitos ambientais em Minas Gerais. Em Conceição do Mato Dentro, que recebe a obra da Anglo, os pesquisadores estiveram na comunidade de Água Quente, onde o abastecimento de água está ameaçado pelo empreendimento. A comunidade será vizinha da barragem de rejeitos.

14. Força-tarefa resgata haitianos em trabalho degradante em MG. **O Tempo**, Belo Horizonte, 19 de nov. 2013.

### **Conceição do Mato Dentro**

Força-tarefa resgata haitianos em trabalho degradante em MG

PUBLICADO EM 19/11/13 - 04h00 - Jáder Rezende

### **Operários trabalhavam para a construtora Diedro, em obra da Anglo American**

Cento e sessenta operários, entre vítimas do tráfico e que trabalhavam em condições análogas a de escravo, foram resgatados em Conceição do Mato Dentro, na região Central de Minas, por uma força-tarefa composta por auditores do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e agentes da Polícia Federal. Pelo menos cem haitianos e 60 nordestinos vinham sendo explorados em uma obra da Anglo American, uma das maiores mineradoras do mundo, executada pela construtora Diedro, com sede em Belo Horizonte.

A mesma empreiteira que arregimentou a mão de obra haitiana e nordestina está sendo investigada pela Controladoria-Geral da União por licitações irregulares e obras superfaturadas em R\$ 8,2 milhões, relativas a unidades do Sest e do Senat. Os haitianos teriam sido aliciados no Acre, principal porta de entrada de imigrantes daquele país no Brasil, e os nordestinos no Piauí, em Sergipe e em Pernambuco.

Ontem, reportagem de **O TEMPO** mostrou o processo de imigração e de exploração de mão de obra ilegal envolvendo latinos em Minas Gerais. O Estado atraiu pelo menos 3.000 haitianos desde o terremoto naquele país, em 2010.

Os trabalhadores resgatados em Conceição do Mato Dentro trabalhavam desde setembro na construção de casas para empregados da Anglo American. A operação foi iniciada dia 4 último e até ontem foram realizadas mais de 140 rescisões indiretas, com base em termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado com o MPT. Cada trabalhador deverá ser indenizado em R\$ 22 mil por danos morais, e a empreiteira deverá arcar ainda com o pagamento de R\$ 1 milhão, a ser aplicado em atividades esportivas no tempo livre do trabalhador emigrante.

Segundo o MPT, o tráfico de pessoas vitimou os trabalhadores nordestinos. Eles já retornaram de ônibus às suas cidades de origem. Os haitianos estavam com documentação em dia, mas foram resgatados em função das condições degradantes de trabalho. A maioria já deixou o município, onde ficaram apenas cinco.

Para a procuradora do Trabalho Elaine Nassif, o resgate trará benefícios também para o município, que “ficará desafogado da especulação imobiliária que levou centenas de famílias a deixarem suas casas alugadas para invadir uma área do Parque da Cidade, considerada de proteção ambiental”.

Em Conceição do Mato Dentro foi implantado parte do projeto de mineração Minas-Rio, envolvendo o município vizinho Alvorada de Minas que, juntos, devem produzir 26,5 milhões de toneladas de ferro por ano. O minério será transportado até o porto de Açu (RJ) para exportação por meio do maior mineroduto do mundo, o sistema Minas-Rio, com 525 km de extensão.

**Outro lado.** Por meio de nota, a Anglo American informou “não ter como comentar tratativas trabalhistas entre a Diedro e seus empregados”. Pontuou ainda que a empresa “atua rigorosamente de acordo com a legislação trabalhista e exige de suas terceirizadas o mesmo”. O diretor da Diedro, Bruno Bedineli, não quis dar entrevista.

15. Obras de mineroduto devastam Conceição do Mato Dentro. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 27 de nov de 2013.

## Obras de mineroduto devastam Conceição do Mato Dentro

Renata Galdino - Enviada especial

Samuel Costa/Hoje em Dia



Mineroduto Minas-Rio e mão de obra atraída para trabalhar na obra transformaram a cidade

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – Conceição do Mato Dentro, a 167 quilômetros de Belo Horizonte, não é mais a mesma desde o início da implantação do mineroduto que, de 2008 para cá, levou 8 mil funcionários para a região. A instalação do empreendimento aumentou a oferta de emprego para moradores, mas outros benefícios para a população não aconteceram.

Agora, a um mês do começo da retirada dos trabalhadores da cidade, processo que deve durar até setembro de 2014, os 18 mil moradores enumeram os problemas que terão que enfrentar por causa da presença das empreiteiras.

A lista é extensa: ruas esburacadas e sem pavimentação, violência, áreas invadidas, trânsito sem sinalização e aterro controlado transformado em lixão a céu aberto.

### Expulsos de casa

A consequência mais visível – e sem previsão de solução – foi a invasão de terrenos públicos por moradores que não conseguiram mais pagar aluguel. Uma locação por R\$ 300 mensais subiu para até R\$ 3 mil.

O Ministério Público Estadual (MPE) estima que 200 casas e pequenos prédios na área urbana viraram repúblicas para trabalhadores diretos e indiretos da Anglo American, responsável pelo mineroduto.

“A implantação de alojamentos para peões na cidade não estava no licenciamento. Sem essa previsão, não houve medida mitigadora dos impactos”, diz o secretário municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Ricardo Guerra.

Só agora, quase seis anos após o início da instalação do empreendimento, a prefeitura corre atrás do prejuízo. “Pedimos o número exato de funcionários e moradias usadas. Vamos cobrar a fatura”, afirma o secretário municipal de Meio Ambiente, Sandro Lage.

A Anglo admite que mantém trabalhadores em repúblicas, mas não reconhece os locais como alojamentos. Há 15 dias, porém, uma equipe do Ministério Público do Trabalho flagrou 172 operários abrigados em “condições análogas ao trabalho escravo” em um imóvel na área urbana.

### **Improviso**

Os moradores que ocuparam áreas invadidas vivem em situação precária, sem água, luz e coleta de esgoto. É o caso do vigia José Antônio de Souza, de 24 anos, há três no loteamento irregular Vila São Francisco. “Não consegui pagar R\$ 500 em um barracão de dois cômodos”.

Ponto turístico da cidade, o Parque Salão de Pedras teve 600 ocupações irregulares em três meses. “Em 20 anos, foram no máximo cem”, diz Sandro. A demarcação de 80% dos “lotes” já foi removida, mas o MPE cobra da prefeitura a preservação do espaço.

Quem ainda vive de aluguel luta para bancar a despesa. Há quatro anos, a garçonete Marinete Oliveira, de 27, pagava R\$ 80 por uma casa na Vila Caetano. Hoje desembolsa R\$ 200, mas o dono do imóvel quer R\$ 600. “Se aumentar, terei que voltar para a roça”.

O problema está longe de ser resolvido. A prefeitura pretende construir um loteamento para essas famílias, mas precisa de R\$ 22 milhões.

“É uma cidade de ‘papel’. Para tudo há diagnóstico e projeto, mas nada sai do papel. Se saiu, o resultado ainda é muito incipiente”, diz o promotor Marcelo Mata Machado.

### **Superpopulação faz pilha de lixo crescer e ‘condena’ aterro**

Os moradores de Conceição do Mato Dentro terão que conviver por pelo menos mais um ano com um problema que, pela legislação federal, deveria ser extinto em agosto de 2014: o lixão.

Desde a chegada dos trabalhadores na região, aumentou muito o volume de resíduos produzidos e levados para o aterro controlado, às margens da MG-010. Há indícios de contaminação do lençol freático.

O lixão fica em um terreno com uma guarita sem vigia ou controle de entrada e saída de veículos.

“Em 2011, notificamos os responsáveis pelo projeto (do mineroduto) Minas-Rio, pedindo que cessassem o despejo de resíduos. Para o tamanho da nossa população, deveríamos aterrar o lixo duas vezes por semana, o que não fazemos mais”, admite o secretário de Meio Ambiente da cidade, Sandro Lage.

Ele não dá esperanças de que a questão será solucionada por agora. Órgãos fiscalizadores aplicaram pelo menos três multas, de R\$ 50 mil cada uma, à administração municipal.

“A previsão para 2015 é a de criação de um aterro sanitário, mas até lá o plano é fazer com que o lixão volte a ser um aterro controlado”, diz.

Na última quinta-feira, o Hoje em Dia flagrou o depósito irregular de materiais hospitalares na área, sem aterramento.

Questionada, a prefeitura disse que dentro de um mês uma empresa dará início à coleta de dejetos domiciliares e especiais.

### **Sustento**

Enquanto isso não acontece, o risco continua para quem tira do lixão recursos para a sobrevivência. O catador Agnaldo Alves da Cruz, de 40 anos, e a mulher buscam diariamente no entulho material para vender. Os dois torcem para que o lixão continue aberto. “Se acabar, só Deus para nos ajudar”, diz Cruz.

Diante da indefinição quanto ao lixão, Conceição do Mato Dentro se prepara para implantar o aterro sanitário por meio de um consórcio com as cidades de Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Na última segunda-feira, representantes dos municípios elegeram a mesa gestora do grupo.

### **Falta de vagas em creche afasta mulheres do mercado de trabalho**

Se por um lado os homens conseguiram emprego nas obras do mineroduto, mulheres que precisam trabalhar não têm com quem deixar os filhos. As duas creches públicas de Conceição do Mato Dentro têm capacidade para 90 crianças. O Conselho Tutelar afirma que o déficit chega a 200 vagas.

Uma escola infantil está sendo construída no bairro Barro Vermelho desde 2011. A previsão era a de que a obra terminasse em julho deste ano, mas a edificação ainda está sendo erguida.

O prefeito Reinaldo César de Lima Guimarães diz que o atraso na construção é um “problema que advém da administração passada”.

O gestor afirma que o imóvel será concluído no próximo mês. Em nota, garantiu que mais duas creches serão abertas em 2014.

O Conselho Tutelar busca uma solução mais rápida. Por isso, enviou formulários aos pais de crianças matriculadas em creches.

### **Cobertor curto**

“Se houver alguma mãe que não trabalha, vamos pedir a retirada do filho para ceder lugar para quem realmente precisa”, alerta a presidente da entidade, Jamile Daniel.

A lavradora Graciélma de Fátima Silva, de 31 anos, está na torcida. Mãe de nove filhos com idades entre 11 meses e 17 anos, ela tentou matricular as duas crianças mais novas, sem sucesso.

Sem ter com quem deixar os pequenos, a família se sustenta com R\$ 700 por mês.

“Se eu pudesse trabalhar, a renda iria dobrar. Antes do mineroduto, comprava pão a R\$ 0,25. Agora, é R\$ 0,50. Não tenho água tratada, e a mineral é muito cara: até R\$ 2,50 a garrafa. Se eu estiver empregada, a vida ficará menos difícil para nós”, diz, esperançosa.